

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL/MESTRADO**

MARCIA DO ROCIO SANTOS

**A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES AOS PRINCÍPIOS DA SOCIEDADE DE
MERCADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ**

FLORIANÓPOLIS

2004

MARCIA DO ROCIO SANTOS

**A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES AOS PRINCÍPIOS DA SOCIEDADE DE
MERCADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ**

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Professora Doutora Ivete Simionatto

FLORIANÓPOLIS

2004

*Companheiros se fazem no caminhar.
Quem caminha
encontra companhia,
quem sofre
aprende a solidariedade
e quem luta
perpetua a vitória.
Muitas dores e derrotas são sementes de
novo rebento, de novo tempo e de novos sonhos.
Avante, avante, ainda temos muito a caminhar,
a aprender e a amar.
Não sabemos do futuro quase nada
mas temos o rumo e o desejo.
As velhas pestes ainda estão a nos atormentar,
mas a resistência é vitória,
e nosso passado,
impulso para a nova vida.
Quem não resiste hoje, abdica da vitória futura.*

Tatsuo Yamaguchi

in memorium

15/03/1968 – 03/04/2000

Dedico este trabalho à minha mãe,
trabalhadora, educadora e aluna da escola pública.

À todos os trabalhadores e trabalhadoras
que resistiram e que resistem.
Em especial,
aos educadores e amigos da APP-Sindicato.

Para Ana Clara,
Ivan, Jady,
Maria Cecília, Vinícius
e à todas as crianças
que esperam a sociedade e
a escola pública que sonhamos!

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Dra. Ivete Simionatto, pelo acompanhamento atencioso neste percurso, pelas excelentes sugestões e idéias que garantiram rigor e qualidade à pesquisa, por partilhar algumas incertezas e angústias e pela compreensão nos momentos difíceis.

Aos professores doutores, membros das bancas de qualificação e de defesa, que, com suas contribuições, enriqueceram e deram qualidade a este trabalho: Dra. Maria Dativa de Salles Gonçalves e a Dra. Tais de Moura Tavares, ambas do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Dr. Fernando Ponte, do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, e o Dr. Paulo Sérgio Tumolo, do Programa de Pós-graduação em Educação, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e o Dr. Raúl Burgos, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFSC), que nesta trajetória do mestrado esteve presente por diversos momentos, acompanhou um pouco de minha rebeldia e me confiou, com muita liberdade e respeito, a oportunidade de desenvolver o estágio de docência em uma de suas disciplinas.

À Dra. Tereza Kleba, coordenadora do Depto. de Serviço Social (UFSC), pela solidariedade e carinho que me dedicou no final desta trajetória. Também pelo apoio da secretaria deste departamento, exclusivamente à Patrícia, que me ajudou a preparar minha apresentação.

Aos amigos da APP-Sindicato, Miguel Baez, Lemos, Marlei, Inês, Edilson, Vilma, Cláudia e Hermmann, pela presença, pela confiança e, sobretudo, pelo apoio que me dedicaram.

Ao companheiro Tadeu Veneri (PT/PR), que contribuiu significativamente, dando condições para a apresentação deste trabalho no V Congresso Nacional de Educação, em Recife (2004).

Aos amigos Pedro Elói e Dra. Odária Battini, pelas contribuições ao projeto de pesquisa.

À CAPES, por tornar possível a realização desta pesquisa.

Aos amigos da APG, pela breve experiência compartilhada no campo da organização e representação estudantil, pela troca de idéias e pela amizade. Á Soraya, pelas horas que me dedicou de seu trabalho. Ao João Pedro, Felipe, Hermmann, Cesinha, Carmila e Priscila por me colocarem a disposição seus espaços e instrumentos de trabalho quando precisei, e à todos os amigos que, de alguma forma, me ajudaram nos momentos difíceis.

Por fim, agradeço à minha família que, mesmo longe, esteve presente, confiante e com a esperança de dias melhores.

RESUMO

Esta investigação teve por objetivo estudar a resistência dos trabalhadores diante da contra-reforma do Estado, em particular, no quadro das relações de trabalho na política de Educação Pública do Paraná. O período delimitado (1998-2002), basicamente última gestão do governo Jaime Lerner, evidenciou um maior tensionamento dos antagonismos entre governo e movimento sindical acerca dos impactos da reestruturação produtiva na educação. Assim, a pesquisa apresentou de que modo os professores e funcionários de escolas públicas do estado construíram sua resistência frente às ações e medidas neoliberais do governo que ameaçaram direitos conquistados ao longo de mais de cinco décadas de lutas da categoria. A análise documental e a análise de conteúdo foram os procedimentos utilizados para a pesquisa, apoiados num quadro de categorias teóricas – Estado, Sociedade Civil (neo)Liberalismo, Hegemonia, Reestruturação Produtiva. A partir destes elementos teóricos fez-se aproximações sobre como as mudanças no modo de produção e acumulação capitalista foram determinando transformações no poder e nas funções do Estado, redefinindo-o, atualmente, de acordo com as exigências da sociedade de mercado. Com efeito, as ações e medidas do governo Jaime Lerner no Paraná integraram a política de contra-reforma do Estado exigida pelos organismos e agências de financiamento internacional (FMI, Banco Mundial, BIRD). Evidenciou-se que a resistência do movimento sindical obstaculizou de forma significativa esta política no campo da educação a partir de ações como, por exemplo, as greves de fome (1998 e 2000), que obtiveram apoio de determinados setores da sociedade civil organizada numa perspectiva contra-hegemônica dos trabalhadores. Nesta direção, a abordagem analítica sustentou-se em categorias gramscianas na tentativa de compreensão da relação de hegemonia quando da articulação de forças dentro da sociedade política (parlamento) e da sociedade civil (imprensa, igreja, escola). Identificou, desta forma, a hegemonia do poder governamental, na perspectiva de implementar seu programa de contra-reforma na educação, e o movimento contra-hegemônico, isto é, de resistência dos trabalhadores à precarização das relações de trabalho e à privatização na educação. Ainda que seja no âmbito corporativo, localizado num determinado espaço, a luta dos educadores insere-se num conjunto mais amplo de resistência dos trabalhadores numa perspectiva crítica ao capitalismo e ao neoliberalismo.

ABSTRACT

The purpose of the investigation is to explain the resistance of workers before the counter-reformation in the State of Paraná, more specifically in the political management of Public Education in the job relation chart. We saw this reality as an empiric field for it showed, during the last management of Jaime Lerner (1998-2002), a great deal of tension in the conflicts between government and syndicate manifests in the impact of productive restructuring and flexible accumulation, both manifests of the reorganization of the way of capitalist production. Thus, the research shows the way teachers and public school workers in the state built their resistance to neo-liberal measures from the government, which threatened the rights conquered by the category within five decades. The content and document analysis were the procedures of the research, based on a chart of theoretical categories –State, (Neo)Liberal Civil Society, Hegemony, Productive restructuring. From these theoretical elements about the changes in the way of production and capitalist accumulation, it was determined changes in power and functions of the government, redefining them according to the market demands. The state progressively denied its responsibility towards education. These actions and measures are inherent to the State model required by international financial organizations and agencies (Banco Mundial, BIRD), that is, they integrated the state counter-reformation program. It was evident, in this context, that the resistance of the syndicate was a significant barrier to this educational project. The method in Marx set a light on the procedures of analysis and a reference chart was selected as the theoretical basis of this investigation. Content analysis was the technique that allowed staff and data systematizing, as well as its theoretical analysis. We noticed that the several actions of the syndicate, among them hunger strikes (1998 and 2000), were supported by some sectors of the organized civil society in order to conquer anti-hegemony from workers. Thus, the analytical approach focused on the hegemony relationships that are present in this reality. Supported by the gramscian categories when trying to understand the hegemony relationship, as to the articulation of forces within political society (parliament) and civil society (press, church, school). We then identified the hegemony of governmental power, with the perspective of implementing his counter-reform program in education, and the counter-hegemony – workers' resistance to job relationships and the privatization of education. Even in a corporation level, in a determined space, the struggle of educators reaches a broader group of resistance by the workers in a critical perspective towards capitalism and neoliberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ESTADO MODERNO: DA TRADIÇÃO LIBERAL À TRADIÇÃO MARXISTA	
1.1 O Estado liberal	24
1.2 Marx e a crítica ao Estado burguês	33
1.3 Estado Ampliado e hegemonia em Gramsci	43
2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A REFORMA DO ESTADO CAPITALISTA: OS IMPACTOS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ	
2.1 O “compromisso” fordista e a crise do <i>Welfare State</i>	50
2.2 O Estado no neoliberalismo: a retomada da matriz liberal	56
2.3 A acumulação flexível: exigências para um novo modelo de Estado	60
2.4 A contra-reforma do Estado brasileiro	67
2.5 Os impactos da reestruturação produtiva e da contra-reforma na Política de Educação Pública do estado do Paraná	80
3 O MOVIMENTO DE LUTA HEGEMÔNICA: A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO À PRIVATIZAÇÃO E À PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ	
3.1. A resistência dos trabalhadores à precarização das relações de trabalho na Gestão do Sistema Estadual de Ensino	93
3.2 O autoritarismo do governo neoliberal: o confronto PCCS X PLADEPE	103
3.3 A primeira greve de fome	115
3.4 A segunda greve de fome	129
3.5 A resistência à contra-reforma do estado no conjunto dos servidores públicos	148
3.6 A disputa hegemônica para um novo governo: o convencimento e o conhecimento	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170

INTRODUÇÃO

Creio que temos que resistir; este tem sido meu lema. Mas hoje, quantas vezes me pergunto como encarar esta palavra. Antes, quando a vida era menos dura, eu entendia por resistir um ato heróico, como negar-se a seguir embarcado neste trem que nos empurra à loucura e ao desespero (...) A situação tem mudado tanto que devemos revalorizar, minuciosamente, o que entendemos por resistir (...) A primeira tragédia que deve ser urgentemente reparada é a desvalorização que o homem sente por si mesmo, e que conforma previamente seus passos à submissão e à massificação.

Ernesto Sabato
Trecho do livro “**A Resistência**”

O controle do movimento sindical pelo estado foi uma das características marcantes do governo facista de Getúlio Vargas. Com o fim do Estado Novo (1946), e dentro das possibilidades de organização da sociedade civil, um grupo de professores liderados por Faustino Fávoro, professor do Instituto de Educação no Estado, fundou a Associação dos Professores do Paraná (APP) no dia 26 de abril de 1947. Em 1950, houve a primeira passeata da categoria até o Palácio do Governo, onde foi proposta e apresentada ao governador a criação da Lei do Magistério Primário, primeira forma de regulamentação da profissão, implementada em 1951. Entretanto, os fortes traços de atrelamento do movimento sindical na estrutura do poder estatal ainda foram mantidos por muito tempo.

Nos anos 50 a APP constituiu sua sede com apoio do governo do Estado, mostrando que mais de dez anos depois do Estado Novo ainda eram mantidas práticas de relação dependente entre o Estado e o movimento dos trabalhadores. Para se superar estes vícios demorariam mais de 30 anos.¹

O golpe militar de 1964, sem dúvida, fez refluir ainda mais o movimento, focalizando sua prática em questões de assistência. Ainda assim, em plena ditadura militar (1968), o movimento grevista dos professores garantiu um importante instrumento de luta - o Estatuto do Magistério que somente fora implantado em 1976 em função do acirramento do autoritarismo que suspendeu todas as garantias até aquele momento.

¹ Jornal 30 de Agosto, abril de 2002, p.07.

Paralelamente ao processo lento e gradual de redemocratização, outros professores se organizaram e fundaram em Londrina (1972) a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) e, mais tarde, a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP) em Curitiba. Estas entidades deram vida ao movimento que foi ampliando sua abrangência e força durante o período de transição da ditadura para a democracia. Durante este período, mais exatamente em 1981, a Assembléia Estadual em Ponta Grossa unificou a APP com a APLP e, em 1982, com a APMP. Mais tarde, em 18 de março de 1989, na Assembléia Estadual em Londrina, os professores assumiram a condição de sindicato transformando-se então na APP-Sindicato.

A efervescência reivindicatória aconteceu em meio à reorganização do movimento dos trabalhadores, que na segunda metade da década de 70 desafiou a ditadura e buscou um modelo que negava a estrutura sindical herdada do Estado Novo, que mantinha os sindicatos dependentes do governo e, portanto, inertes. O novo sindicalismo começou em São Bernardo, no ABC paulista, e deu origem à Central Única dos Trabalhadores, fundada em 28 de agosto de 83, que liderou nos anos seguintes um momento de intensa luta dos trabalhadores para defender os salários contra a inflação. Os trabalhadores voltaram a valorizar o sindicato como importante instrumento de luta e reivindicar direitos coletivamente, em proporção pouco vista no país. (...) Foi com a Constituição de 88 que o movimento sindical se desatrelou do Estado. Os servidores públicos conseguiram o direito de se organizar em sindicato (...).²

Cabe ressaltar um fato que ficou marcado na história de construção e de luta dos trabalhadores em educação pública do Paraná – o dia 30 de agosto de 1988. Nesta data, durante uma manifestação em frente ao Palácio do Governo, sob a administração do então governador Álvaro Dias, os educadores sofreram violência e repressão policial sem igual na história do movimento. Na época, a APP apesar de passar por determinadas fusões, ainda não se assumia como sindicato. Tinha uma presidenta na sua direção³, até hoje, a única mulher a presidir o sindicato. A partir deste lamentável fato na história do movimento, pelo tratamento impiedoso que os professores sofreram do governo do estado,

² Jornal 30 de Agosto, abril de 2002, p.07.

³ Professora Isolde Benilde Andreatta. É imprescindível registrar que a categoria é majoritariamente composta por mulheres, ainda que as instâncias políticas do movimento sejam representadas, em sua maioria por homens, prevalecendo estas composições atualmente. Para evitar problemas de ordem técnica, não foi utilizado o gênero feminino em todos os momentos que se fez referência aos termos educadores, funcionários, professores e trabalhadores. Entretanto, têm-se o conhecimento da participação expressiva das mulheres no movimento.

o dia 30 de agosto⁴ sempre é lembrado com grandes manifestações que mobilizam milhares de educadores e é encampado por diversas lideranças políticas e sociais do estado.

Não há apagador que limpe da memória do magistério paranaense as cenas de selvageria da Polícia de Choque do governador Álvaro Dias, naquele 30 de agosto de 1988, quando os professores, em greve, realizavam uma manifestação pacífica no Centro Cívico. Dentro do prédio da Assembléia Legislativa, defronte à praça onde se concentrava a passeata, os mais de cem professores que lá acampavam desde o dia 16, assistiram ao massacre aterrorizados e impotentes.⁵

A necessidade de unir coletivamente os trabalhadores em educação para defender garantias e direitos, tendo uma concepção unitária de escola e educação, foi o ponto de partida para que professores e funcionários de escolas públicas defendessem uma forma de unificação sindical.

Com a unificação, nós trabalhadores em educação, professores e funcionários demos um exemplo de união e força. Mas a unificação não se dá simplesmente por uma decisão de Assembléia. Ela se dá no chão de cada escola. Temos avançado muito neste sentido. Precisamos ir além, isto faz parte do processo. Não podemos trabalhar em algumas escolas como se os funcionários não existissem. Os funcionários têm que ser agentes do processo pedagógico em nossas escolas. Devem participar ativamente das reuniões do Sindicato, do projeto político-pedagógico, reuniões administrativas, etc. É difícil? Talvez!! Mas precisamos romper com esta cultura. Todos somos trabalhadores!!⁶

A compreensão de que os funcionários de escolas também são educadores conduziu à um grande debate no Congresso Estadual Extraordinário da APP-Sindicato, em 1997, pela unificação com Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Paraná (SINTE/PR) que foi referendada em 25 de abril de 1998⁷. Desde então, a APP-Sindicato

⁴O Jornal 30 de Agosto, produzido pela secretaria de imprensa da APP-Sindicato, também foi criado e leva este nome em função deste episódio.

⁵ idem

⁶ Caderno do Representante da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, 2000.

⁷ Em julho de 1995, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná (Sinte-PR) promoveu o Seminário “Trabalhadores em Educação: uma só categoria”. Dois anos depois, o Congresso Extraordinário que reuniu os dois segmentos, em outubro de 1997, aprovou o indicativo de unificação que foi remetido para a assembléia em cada um dos segmentos. Os funcionários referendaram tal decisão em 07 de março de 1998, durante assembléia estadual em Campo Mourão (PR) e os professores em 25 de abril do mesmo ano, em assembléia estadual na cidade de Ivaiporã (PR).

dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná incorpora professores e funcionários das redes públicas estadual e municipais do Paraná⁸. A unificação dos professores, com os funcionários da rede estadual de ensino, significou um passo fundamental para o fortalecimento da entidade em defesa da escola pública.

Meio século depois da primeira organização coletiva dos educadores no Paraná (fundação da APP em 1947), funcionários e professores deixam de lado diferenças históricas e culturais e definem um objetivo comum: enfrentar a nova e dura conjuntura política e econômica que impõe uma pressão muito forte para retirar direitos trabalhistas e reduzir drasticamente os salários. Tanto funcionários quanto professores entenderam então que lutar separados os levariam à condição de meros explorados, sem forças para reagir e reivindicar a manutenção de seus direitos ou de novas conquistas.⁹

A APP-Sindicato filiou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) de forma a fortalecer e se solidarizar com a luta no campo da educação nos demais Estados. O fortalecimento das lutas mais gerais com os demais trabalhadores brasileiros, de diversas categorias, constituiu-se a partir de sua filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1995, numa perspectiva de conjunto da classe trabalhadora do país. Educadores que defendiam a concepção sindical autônoma e de luta da CUT eram oposição até 1993 quando venceram as eleições sindicais e, a partir daí, deram a tônica do movimento até o período atual.

A forma de organização e de representação política da APP-Sindicato se constitui a partir das instâncias de deliberação estadual e regional, a saber: 1. Assembléia Estadual; 2. Congresso Estadual; 3. Conferência Estadual de Educação; 4. Conselho Estadual; 5. Diretoria Estadual; 6. Conselho Fiscal; 7. Assembléia Regional; 8. Congresso e Conferências Regionais; 9. Diretoria Regional; 10. Representantes de escola e de municípios.

⁸ Através da Secretaria de Funcionários, a entidade também realizou o I Encontro Estadual de Funcionários das Escolas Públicas do Paraná, no dia 17 de maio de 1999, no auditório da SEAD, em Curitiba, com a participação de 400 educadores para debater o tema “Sem o Funcionário a Escola não funciona”, que tratou da exclusão do funcionário no processo educativo e apontou ações para sua inserção. Em parceria com o Depto. de Educação da Universidade Federal do Paraná, a Secretaria de Funcionários da APP-Sindicato organizou no ano de 2001 uma série de seminários regionais para discutir o papel do funcionário de escola na construção do Projeto Político-Pedagógico que contemplou um projeto de extensão universitária.

⁹ Caderno dos Funcionários “Sou Funcionário, Eu também educo!”, abril de 2002, pág. 06. A Secretaria de Funcionários da APP-Sindicato elaborou um caderno de debates como subsídio para refletir a história de

A Assembléia Estadual é a instância soberana de deliberação da categoria. O Congresso Estadual também é uma instância deliberativa, ressalvadas as competências da Assembléia, e que acontece bianualmente nos anos pares com a participação de delegados eleitos em assembleias regionais. A Conferência Estadual de Educação é a instância que delibera questões educacionais, com livre participação dos sindicalizados e que ocorre bianualmente nos anos ímpares. O Conselho Estadual da entidade também é uma instância deliberativa, porém têm a competência de propor, apreciar, acompanhar e avaliar as deliberações da categoria. É composto pelos membros da Diretoria Estadual, dos presidentes dos Núcleos Sindicais e mais os representantes de base eleitos na proporção de 1 (um) a cada mil sindicalizados em cada núcleo sindical. A Diretoria Estadual é a instância executiva da APP-Sindicato, orientada pelas deliberações e encaminhamentos das Assembleias Estaduais, do Congresso Estadual e do Conselho Estadual e é composta por 15 membros eleitos democraticamente entre a categoria. O Conselho Fiscal, por sua vez, é composto por 09 pessoas eleitas de forma independente, com o papel de examinar e fiscalizar, bimestralmente, livros, registros e balancetes da diretoria estadual e das diretorias regionais. Por fim, o papel do representante de escola é base de todo o movimento. Conforme admite a direção sindical, é o elo mais forte do sindicato no local de trabalho.

Ser um elo forte entre a comunidade escolar e o sindicato. Expressar junto a APP-Sindicato as preocupações e anseios da escola; definir os rumos da ação sindical no Conselho regional junto com os demais representantes; e participar de atividades e eventos que fortaleçam a construção da escola pública, democrática, gratuita e de qualidade. Os professores e funcionários de escolas eleitos como representantes tem papel ativo na vida escolar e nas decisões da APP-Sindicato. Um sindicato só é forte se estiver bem organizado no local de trabalho.¹⁰

Os Núcleos Sindicais estão distribuídos nas microrregiões do Estado e exercem suas atividades no conjunto de escolas que pertencem a estas regiões. Eles têm autonomia política e financeira desde que não contrariem o estatuto e às decisões de assembleia que é soberana. Até o ano de 2002 a APP-Sindicato contemplava 24 Núcleos Sindicais assim distribuídos: Apucarana, Arapongas, Assis Chateaubriand, Cambará,

organização e mobilização dos funcionários, a conquista de direitos, o contexto de desmantelamento destes direitos e o papel do funcionário como agente no processo educativo.

¹⁰ Caderno do Representante da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, 2000.

Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Mandaguari, Maringá, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Umuarama e União da Vitória.

No depoimento que segue observa-se que no decorrer de sua história a greve¹¹ foi o mais importante instrumento de luta e de principais conquistas que, atualmente, conformam um leque de direitos ameaçados pelo neoliberalismo. O presidente da APP-Sindicato na época, no sentido de evidenciar o caráter autoritário do governo Jaime Lerner (1995-2002), observa que mesmo nos momentos históricos de maior autoritarismo e perseguição política, como o da ditadura militar no Brasil, não houve interferência na organização sindical como a que se constatou neste governo¹².

No dia 26 de abril de 1947, um pequeno grupo de professores fundou a Associação dos Professores do Paraná. Pouco tempo depois a APP adquire um código de desconto em folha de pagamento, a fim de arrecadar a contribuição mensal dos associados, mediante autorização expressa do interessado. Isto não ficou caracterizado como uma relação de dependência entre os mestres ao governo. Caracterizou-se sim como um direito. O Estado que saía da longa noite do Estado Novo, abria-se para a sociedade, buscando interagir com todos os segmentos organizados do tecido social. Não estabeleceu-se uma relação de dependência nem de subordinação nem tampouco de tutela. O fim da Segunda guerra, a derrota da aliança Hitler-Mussolini-Hiroito, faz soprar os ventos da democracia em todo o mundo; o movimento de restauração da vida democrática, impunha como condição para a formação de uma nação e de um estado independente, a presença viva das forças que estiveram sufocadas na ditadura getulista, com amplo respeito por parte do Estado. Assim foi que desde seu início, empurrados pelas necessidades ditadas pelas precárias condições de trabalho, salário, estrutura de apoio, etc., e sabedores da importância de sua “profissão” os professores foram

¹¹ A greve de 1978 trouxe como conquistas o concurso de ingresso de 1ª a 8ª séries, o concurso de promoção de 5ª a 8ª série; a regência de classe de 1ª a 8ª série e a estabilidade para celetistas com pelo menos dois anos de serviços; a greve de 1980 garantiu 72% de reajuste e avanços; em 1981, a luta do movimento grevista resultou na criação de 11 novas referências diagonais na tabela, na redução de 22 para 20 horas semanais da carga de trabalho, na criação de uma tabela de vencimentos, em um piso de 2,2 mínimos, na equivalência de vencimentos de inativos, no estabelecimento de um quadro único, CLT para suplementaristas e suspensão da cobrança do IPE para aposentados com mais de 60 anos; na greve de 1982, garantiu-se a manutenção do piso de 2,2 salários mínimos, 20% de aumento, extensão das referências de avanço diagonal aos professores sem habilitação e eleição direta para diretores de escolas; em 1986, conquistou-se um piso de 3 salários mínimos, contagem de tempo no segundo padrão, estabilidade de dois anos para celetistas, concurso de transposição para o quadro único, pagamento pela maior habilitação e regimes diferenciados de trabalho (RDT), implantado em 1988; em 1988, as conquistas foram de concurso de ingresso, regência de classe para todos e ratificação do Estatuto do Magistério; em 1990, a greve conquistou um reajuste de 180% em cinco vezes e um quadro de carreira assegurado; a greve de 1996 garantiu a criação dos níveis PF-6 e PG-7 na tabela de vencimentos.

¹² Vale contextualizar este documento, visto que, no decorrer da exposição deste trabalho destacou-se a intervenção do governo na organização sindical, acirrando os conflitos entre capital e trabalho.

gradativamente ampliando sua ação e marcando com seu selo a vida política e educacional deste Estado. Já em 1951, os mestres paranaenses fazem o primeiro grande movimento por reajuste salarial, que acabou vitorioso. Outros movimentos menores foram ocorrendo, mas em 1962, acontece a grande “Operação Tartaruga”, quando as professoras primárias, descontentes com seus míseros salários, fizeram um movimento em todo o estado, culminando com uma grande passeata em Curitiba. Em 1968, já sob a ditadura militar, houve a primeira grande greve. Queríamos a regularização da carreira através da criação do Estatuto do Magistério e reajuste salarial. Foi quando o governador Paulo Pimentel, após semanas de greve, vai à nossa assembleia, em Ponta Grossa e compromete-se com a aprovação das nossas reivindicações. A greve finda. Vem a Lei 5692, imposta pelo governo militar, em 1971, que desorganizava todo o ensino de 1º e 2º graus. As condições de trabalho e salário aviltam-se de tal maneira, que inaugura-se no Paraná um período de greves sucessivas – 78, 80, 81, 82. Aqui há um detalhe digno de menção. Em nenhum desses momentos, o governo militar ousou cortar o desconto em folha das mensalidades dos associados. E vivíamos a mais sangrenta ditadura que o Brasil já conheceu. Tivemos outros movimentos grevistas em 1986, 88 e 90. O paradoxo. Na campanha eleitoral de 1994, quando concorreram os candidatos Jaime Lerner e Álvaro Dias, o magistério, em sua grande maioria, apoiou incondicionalmente o candidato Lerner. Na primeira audiência com a diretoria da APP, em 1995, o governador inicia a reunião agradecendo a “maciça e decisiva participação dos professores, garantindo, sem dúvida, a vitória.”¹³

De fato, a política do governo Jaime Lerner quando eleito ocorreu em outra direção demonstrando um total descompromisso com a plataforma assumida com os educadores no momento de sua campanha eleitoral. Algumas das maiores expressões deste fenômeno foram o Paranaeducação e o Pladepe, ambos instrumentos do governo para precarizar as relações de trabalho tanto de funcionários como de professores e que atenderam às exigências de ajuste fiscal e de flexibilização das relações de trabalho no âmbito da reforma do estado. Vale ressaltar que para atender às exigências do capitalismo internacional Lerner não hesitou em mostrar tudo que aprendeu na escola da ditadura utilizando abertamente da violência e da repressão social contra os movimentos sociais. Sua administração voltou-se aos interesses dos grandes grupos econômicos, empresariais e do latifúndio no estado. A instalação de multinacionais, sob o pretexto do desenvolvimento industrial e geração de emprego; a privatização de companhias e bancos estatais, como por exemplo, o Banestado, envolvendo o governo com escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro; a utilização do estado como aparelho de repressão contra os trabalhadores sem-

¹³ Ofício nº20/99 da APP-Sindicato dirigido a Secretária de Estado da Administração em 15/01/1999.

terra com inúmeros atos de violência, torturas e até assassinatos¹⁴, bem como contra os demais trabalhadores organizados nos movimentos sociais que se opunham ao seu governo. No campo da educação, num momento de tensionamento da luta de classes, como medida de repressão a APP-Sindicato, maior sindicato de oposição no estado, Lerner interferiu diretamente na liberdade de organização sindical cortando o repasse dos recursos financeiros da entidade, isto é, a mensalidade sindical dos seus associados.

O objeto desta dissertação de mestrado situa-se neste contexto. A presente investigação objetivou a análise da resistência dos educadores frente a precarização das relações de trabalho, na gestão da política educacional no estado do Paraná, ocorrida no conjunto de reformas implementadas, principalmente, durante a última gestão do governo Jaime Lerner¹⁵. Conforme já citado, uma das propostas do Poder Executivo para a reforma na gestão da educação pública estadual foi aprovada em 19 de dezembro de 1997, sob lei nº 11.970, intitulada Serviço Social Autônomo Paranaeducação, uma empresa pública não-estatal. Esta aprovação integrou um conjunto de medidas de cunho neoliberal no quadro das políticas sociais públicas do estado, visto que, o governo implementou vários programas instituindo serviços sociais autônomos com denominações semelhantes como: Paranaprevidência, Paranarural, Paranaturismo, Paranacidade, entre outros. Foi um instrumento de operacionalização da reforma do estado no âmbito da política de recursos humanos da educação. Destinou, entre outros objetivos, a contratação de serviços terceirizados com vistas a diminuir a responsabilidade do estado na área da educação no que diz respeito às suas atribuições previstas na Carta Constitucional (1988), na Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB) e no Estatuto do Magistério Estadual, repassando-as para a iniciativa privada, subsidiando-a com recursos financeiros e patrimoniais do próprio estado.

Tal instituição foi contrária aos interesses dos trabalhadores por estabelecer mudanças profundas nas relações de trabalho, como por exemplo: **1.** com a contratação de professores e funcionários pelo Paranaeducação, os servidores públicos desta área

¹⁴ Conforme documento elaborado pelo Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Paraná e apresentado ao Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), em janeiro de 2002, denunciando internacionalmente os atentados contra os direitos humanos pelo governo do estado. *The violence sponsored by the government of Jaime Lerner. Paranaense Committee of World Social Forum 2002.*

¹⁵ Particularmente, o nosso objeto de análise privilegiou o período de acirramento das lutas do movimento sindical diante das medidas e ações do governo Jaime Lerner que buscaram reduzir e extinguir direitos adquiridos. Assim, recortamos os dados desta realidade basicamente na última gestão do governo que compreendeu entre 1998-2002. O interesse por desenvolver um projeto de pesquisa sobre tal fenômeno surgiu com a minha participação no quadro de assessores da APP-Sindicato naquele período (1998 à 2001).

passaram a compor uma carreira em extinção; **2.** os testes seletivos aplicados pelo Paranaeducação não garantiam os mesmos procedimentos legítimos que um concurso público como forma de ingresso, além do que, estes novos quadros de pessoal contratado entraram sem os direitos adquiridos ao longo das lutas do movimento sindical; **3.** as relações de trabalho passaram a ser flexibilizadas e os direitos desregulamentados.

A necessidade de diminuição dos gastos orçamentários com recursos humanos de acordo com as prerrogativas presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal (que limitava em 53% estes gastos) impediu o estabelecimento de novos concursos públicos bem como não permitiu implementar reajuste salarial e outras garantias constitucionais. Esta foi a principal argumentação e justificativa do governo Jaime Lerner.

A organização do movimento sindical dos trabalhadores em educação pública no estado contemplou várias ações de enfrentamento e resistência ao projeto político educacional deste governo. Na contracorrente do neoliberalismo, estes trabalhadores construíram propostas para a valorização e defesa de seus direitos contidas no anteprojeto de lei para um Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), bem como propostas de políticas educacionais sistematizadas para um Plano Estadual de Educação no Paraná (2002). Durante o último Congresso da categoria naquele contexto evidenciou-se o descontentamento dos educadores com a política governamental e a direção de ofensiva do movimento em defesa de suas propostas,

(...) justamente pela presença ainda marcante do governo Lerner como ponta de lança do neoliberalismo, temos grandes lutas a travar na defesa da carreira tanto do magistério quanto dos funcionários. Nosso PCCS é nossa maior bandeira. Ali está o arcabouço de todos os nossos direitos, todas nossas principais conquistas consolidando uma carreira pública, unindo de fato e de direito professores e funcionários num bloco homogêneo embora com as variações próprias de cada segmento. Paralelamente à luta pelo PCCS temos que travar um combate duríssimo contra a Paranaeducação. Em função de nossa luta, o Estado não avançou o quanto queria. Derrotar definitivamente essa empresa, é nossa luta mais importante no momento. A garantia do concurso público como forma de ingresso, e o vínculo com nossa carreira, atual Estatuto do Magistério, é uma luta de proa.¹⁶

Ao problematizar o objeto de pesquisa compreendeu-se que o Paranaeducação atendeu a um fenômeno de maior amplitude – a Reforma do Estado.

Assim, a hipótese que conduziu este trabalho foi de que nos moldes como foi implementada na política de Educação Pública do Paraná, a reforma integrou um processo de reestruturação do capitalismo internacional implicando em novas configurações sobre o poder e as funções do Estado. Estas transformações mais gerais incidiram sobre a particularidade do fenômeno em foco. Com efeito, o objeto de estudo foi explicitar a resistência dos trabalhadores em educação pública do Paraná frente à reestruturação do Estado capitalista e de sua precarização nas relações de trabalho. Buscou-se com a pesquisa em tela:

1. analisar a legislação estadual nº 11.970/97, que institui o Serviço Social Autônomo Paranaeducação, e a partir desta, identificar as mudanças implementadas nas relações de trabalho. Na mesma direção, a proposta governamental denominada Pladepe – Plano de Desenvolvimento do Pessoal da Educação e o projeto de lei nº 411/00, também do Poder Executivo, foram dados de análise que sustentaram o enfoque sobre a precarização das relações de trabalho na Educação Pública do Paraná.
2. evidenciar as formas de resistência dos trabalhadores em educação pública através dos seguintes documentos: proposta de PCCS - Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), atas do conselho estadual e assembleias estaduais, resoluções de conferências e congressos da categoria, bem como, outros documentos de apoio como jornais e boletins que trataram de mobilizações, greves e outras formas de intervenção e enfrentamento às políticas do governo.
3. Por fim, identificar as tendências hegemônicas para o governo eleito no atual período (2003-2006)¹⁷.

A matriz teórico-metodológica deste estudo procurou fundamentar-se no método em MARX¹⁸. Dessa forma, buscou-se extrair os fenômenos de suas formas imediatamente dadas, investigando seus nexos internos e compreendendo sua aparência como condição necessária em razão das determinações históricas. “Essa dupla

¹⁶ Professor Romeu Gomes de Miranda. Tese do I Congresso Estadual da APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná “Educação para o século XXI: rompendo com o neoliberalismo”, realizado nos dias 01, 02 e 03 de dezembro de 2000, no município de Pontal do Paraná (PR).

¹⁷ O atual governo do Estado, sob a gestão de Roberto Requião (PMDB), assumiu junto aos trabalhadores em educação durante a campanha eleitoral o compromisso de eliminar com o Paranaeducação e de aprovar e implementar a lei que estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Salários. A intenção deste terceiro objetivo foi de demonstrar que este processo de fato resultou de uma luta permanente dos trabalhadores que culminou no desgaste do governo Jaime Lerner, na perda de sua direção política e do consenso, caracterizando uma perda de hegemonia deste grupo político no estado.

¹⁸ A construção desse referencial partiu de um estudo do texto *Para a Crítica da Economia Política*, MARX, KARL. Trad. de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi.(1978).

determinação, este reconhecimento e esta ultrapassagem do imediato é precisamente a relação dialética” (LUKÁCS, 1981, p.68). Para Marx, o pensamento não é a gênese do real e nem o real é a gênese do pensamento, mas sim parte de um conjunto que é uma síntese obtida pelo pensamento e no pensamento, do constituído de determinações simples encontradas na representação do real (abstrato) para o constituído de relações múltiplas e determinações complexas (concreto), produzindo o concreto pensado.

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (...) o método que consiste em elevar-se do abstrato ao *concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado (MARX, 1978, 116-117).

Esta foi a tentativa de condução deste estudo constituindo a base sobre a qual assentaram-se os procedimentos metodológicos da pesquisa. Uma primeira aproximação metodológica foi a construção de um quadro de referências que orientou a sistematização e a interpretação dos elementos obtidos através do material empírico. No movimento de construção das categorias intelectivas - Estado, Sociedade Civil, (neo)Liberalismo, Hegemonia¹⁹ e Reestruturação Produtiva - buscou-se o desdobramento daquilo que é mais específico nessa realidade: interrogar o que não está imediatamente dado. A articulação dos elementos explicativos que se manifestaram na reflexão, resultante destas aproximações, constituiu assim o percurso teórico-metodológico da pesquisa buscando as relações, estruturas, particularidades e tendências, dadas as diferentes determinações que constituem tal objeto. “A relação pensamento/realidade, no movimento da reflexão, entra na constituição do objeto, conferindo a ele um novo sentido, pois a categoria, apanhando o concreto, recria-o, tornando-o concreto pensado” (BATTINI, 1991).

As fontes documentais desta investigação foram as seguintes:

1. A lei nº 11.970/97 que instituiu o Serviço Social Autônomo Paranaeducação;
2. A proposição para um Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

¹⁹ Aqui foram contemplados os conceitos de contra-hegemonia e resistência de modo a satisfazer os objetivos e o objeto deste estudo.

3. Proposta inicial do governo Jaime Lerner para a política de cargos, carreiras e salários dos trabalhadores em educação pública – o Pladepe;
4. Projeto de lei estadual nº 411/00, que propôs a extinção do concurso público para o ingresso de novos servidores públicos estaduais;
5. Atas das Assembléias Estaduais e do Conselho Estadual da APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná que trataram dos objetivos relacionados à pesquisa;
6. A proposição da APP-Sindicato para um Plano Estadual de Educação (2002), especificadamente, no que diz respeito à temática das relações de trabalho;
7. Material complementar como jornais da categoria e da imprensa oficial, relatórios de seminários e resoluções de conferências e congressos que trataram do objeto de estudo.

Optou-se pela análise de conteúdo e de discurso como procedimentos que permitiram identificar como determinadas propostas se transformaram em ações programáticas. Esses procedimentos – da passagem da descrição para a interpretação – atribuem sentido às características dos dados levantados e sistematizados.

Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise (VALA, 1986, p.104).

A análise documental²⁰ constituiu-se a partir da identificação de elementos e fatos vinculados ao objeto, objetivos e a hipótese de pesquisa, em documentos e registros históricos que foram utilizados como fonte de informação sobre a temática abordada. A produção escrita, inclusive, da linguagem dos sujeitos da pesquisa, evidenciou conceitos, análises e interpretações sustentados num quadro teórico²¹. A análise do discurso

²⁰ A crítica de maior peso a tal procedimento refere-se à possibilidade de escolhas arbitrárias de documentos e/ou aspectos focalizados com maior relevância em detrimento de outros. O propósito da análise de conteúdo foi fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto. Caracterizou-se como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens, variando as unidades de análise (palavra, sentença, parágrafo ou texto todo); variando a análise da estrutura lógica ou temática; e obtendo variações no seu enfoque de interpretação que pode ser político, filosófico, ético, etc. Segundo Rudke e André (1991), para decodificação das mensagens utiliza-se não só o conhecimento formal e lógico, mas também um conhecimento experiencial, subjetivo (sensações, percepções, impressões e intuições). O método de decodificação escolhido dependeu da natureza do problema, do referencial teórico e das questões específicas de pesquisa.

²¹ Utilizou-se numa primeira tentativa, um quadro de análise para sistematizar as informações e classificar os dados de acordo com as categorias analíticas. Este esquema incluiu o tipo de fonte de informação, a temática, a data e o local dos fatos, bem como, estratégias e táticas utilizadas pelos sujeitos da pesquisa.

possibilitou resgatar o contexto e as diferentes relações dos conteúdos, problematizar evidências e intencionalidades, denunciar o encobrimento das formas de dominação política. Estas podem ser resgatadas analiticamente possibilitando a compreensão de seu conteúdo ideológico e político (Orlandi, 1987).

Da justificativa desta investigação, ressalta-se sua contribuição na visibilidade à problemática em torno da precarização das relações de trabalho na educação pública do estado do Paraná no contexto do neoliberalismo, potencializando sua discussão teórica e ético-política, inscrita nas relações de poder entre o Estado e sociedade civil. Iamamoto (2000), ao analisar temas a respeito das demandas profissionais no âmbito das relações entre Estado e sociedade, aponta que o Serviço Social tem olhado menos para a sociedade e mais para o Estado, na medida em que prioriza a análise de intervenção estatal nas políticas sociais públicas. Com outro enfoque, é necessário que se analise com mais precisão o movimento das classes sociais. Neste campo de pesquisa, isto significa analisar não só os impactos da Reforma do Estado na Educação Pública do Paraná, no que diz respeito especificamente às relações de trabalho, como também para o movimento de uma determinada classe social frente a estas transformações.

Também não deixa de ser uma tentativa de análise sobre a temática do Estado no atual estágio do capitalismo, mas, sobretudo, uma tentativa de compreender com mais propriedade a relação com a sociedade civil neste movimento. Isto é, evidenciar numa determinada conjuntura histórica, a resistência de um movimento sindical frente ao projeto de retomada de princípios liberais, de exaltação da propriedade privada e da cultura da sociedade de mercado no Estado hegemonicamente capitalista²². Com este enfoque, a pesquisa também se justifica quando contribui para a dimensão político-interventiva dos trabalhadores em educação pública do estado na construção da resistência no processo de

²² Cabe ressaltar que acerca das primeiras aproximações em pesquisa sobre Estado, Sociedade Civil e Política Pública desenvolvi como trabalho de conclusão de curso (TCC) na graduação (1997) o seguinte tema “A participação popular na implementação da Lei Orgânica de Assistência Social no Estado do Paraná: possibilidades e limites do processo contra-hegemônico” que, obviamente, teve grandes limitações teóricas sobre a reestruturação do capitalismo e seus impactos no Estado. Na presente pesquisa, mudei o foco de uma política pública à outra, isto é, do campo da Assistência Social para o campo da educação, em virtude da minha experiência direta no movimento sindical dos educadores. Entretanto, o interesse em pesquisar a resistência dos trabalhadores em educação pública no Paraná, no contexto da reforma do Estado, pode vir a ser um ‘derivado’, uma extensão daquele objeto de análise anterior – o de participação popular. Entre outras diferenças de suas determinações, esta participação estava atrelada ao processo de implementação, institucionalização de uma política no Estado. Agora diz respeito a outro foco - a resistência dos trabalhadores na defesa e garantia de uma política pública que já está consolidada historicamente e que sofre modificações de acordo com os projetos e forças em disputa.

luta hegemônica diante de uma conjuntura de freio às lutas sociais e de retrocesso das conquistas e direitos democráticos.

Sobre a exposição do conteúdo desta dissertação, organizou-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, algumas reflexões sobre o Estado Moderno com o intuito de elucidar as atuais transformações do Estado e de sua relação com a sociedade civil. A compreensão de alguns fundamentos políticos e econômicos do liberalismo, ainda que breve, foi necessária para apreender a matriz filosófica do neoliberalismo, exposto no segundo capítulo. Da mesma forma, sem a pretensão de esgotar as determinações e complexidades do pensamento marxiano, buscou-se uma síntese da teoria social de Marx centrando a atenção na sua exposição crítica sobre o Estado burguês na sociedade capitalista, a partir de dois momentos históricos distintos: do Manifesto Comunista e de sua obra *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, momento que se manifestou novas determinações na constituição das classes e no campo da política, exigindo de Marx uma análise destas complexidades no âmbito do poder estatal na França. Esta tentativa de compreensão e interpretação da crítica marxiana foi o fio condutor das análises atuais sobre a reestruturação do Estado capitalista na sua versão neoliberal. Ao fim deste primeiro capítulo, resgatamos a contribuição gramsciana na história do marxismo – sua concepção de Estado ampliado e de hegemonia. Diante de um novo estágio de reprodução do capitalismo e, por extensão, de alterações no papel e nas funções do Estado no século XX, foi imprescindível o resgate de alguns fundamentos da teoria gramsciana de modo a compreender, sobretudo, as relações de hegemonia que se estabelecem na contemporaneidade.

No segundo capítulo, o enfoque foi na reestruturação produtiva e suas implicações no Estado capitalista. Compreendeu dois momentos distintos: primeiro, o momento em que prevalece o modelo fordista de produção e de seu ‘compromisso’ com a classe trabalhadora na medida em que fez algumas concessões, dado o acirramento da luta de classes que atravessou e alterou a relação de forças no núcleo estatal; segundo, o momento em que este Estado de direitos é repensado devido a transição no modo de acumulação capitalista, isto é, das transformações na esfera produtiva devido à crise do fordismo e as necessidades da acumulação flexível no atual desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. Assim, foi possível captar as determinações gerais deste movimento no quadro das políticas sociais do Estado e, em particular, no quadro política de Educação Pública no estado do Paraná, sob a exigência da reforma do Estado, num

momento histórico de retomada dos princípios liberais. Com efeito, o conceito de contra-reforma do Estado foi desenvolvido neste capítulo na perspectiva de caracterizar o aspecto regressivo e reacionário de reformulação do espaço público, revogando direitos já consolidados historicamente e impondo às lutas sociais um caráter defensivo, numa conjuntura de fragmentação e despolitização da classe trabalhadora. Os impactos da contra-reforma na política de Educação Pública do estado do Paraná, no período do governo Jaime Lerner, foram evidenciados a partir de algumas medidas que buscaram precarizar as relações de trabalho e desregulamentar direitos, abrindo espaço para a iniciativa privada como, por exemplo, o Paranaeducação.

No terceiro e último capítulo²³, analisou-se fatos e acontecimentos históricos deste período de investigação que retrataram o movimento de luta hegemônica no estado. O acirramento do embate entre governo e o movimento sindical na luta em defesa de projetos antagônicos para a educação é evidenciado a partir das investidas políticas de Lerner e do seu autoritarismo para impor um estado mínimo aos trabalhadores e máximo para as classes dominantes. Numa direção contra-hegemônica, analisou-se a organização e construção da resistência sindical que, a partir de diversas estratégias de luta, conseguiu obstaculizar alguns dos avanços neoliberais neste campo e propor um outro projeto para a educação diferente daquele posto pela sociedade de mercado.

²³ Importante sublinhar que não houve a intenção de esgotar os apontamentos desta pesquisa, sobretudo, considerando os limites teóricos e de análise, diante do prazo para a conclusão desta investigação. O objetivo também foi sublinhar alguns elementos que supostamente exijam um maior aprofundamento teórico-metodológico e, nesta perspectiva, se proponha como continuidade investigativa nesta trajetória de pesquisa.

1 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ESTADO MODERNO: DA TRADIÇÃO LIBERAL À TRADIÇÃO MARXISTA

Entre as inúmeras e complexas determinações que constituem o fenômeno em estudo delimitou-se, em particular, resgatar alguns elementos teóricos sobre o Estado Moderno de modo a identificar as principais matrizes de pensamento sobre a natureza de sua constituição e de seu desenvolvimento. Desse modo, será possível elucidar alguns aspectos fundamentais das atuais transformações do Estado e de sua relação com a sociedade civil. Ainda que de forma breve, buscar-se-á, primeiramente, as manifestações ocorridas a partir da perspectiva liberal de sua expressão na sociedade mercantil no bojo do modo de produção capitalista. Em seguida, a crítica a tal perspectiva no marxismo.

1.1 O Estado liberal

Segundo Santos (1997a), o primeiro período da modernidade capitalista é caracterizado pela constituição de um Estado que minimiza a dimensão ética e política em troca do ajustamento das necessidades de regulação da economia capitalista. Tal processo tinha um fundamento positivista²⁴, com construções ideológicas na epistemologia da ciência moderna e do direito destinadas a reduzir a emancipação societária em detrimento do desenvolvimento capitalista. Com efeito, o liberalismo evidenciou-se como uma expressão teórica do modo de produção capitalista, legitimador de seus princípios e dissimulador de uma igualdade e liberdade universais que, contraditoriamente, não se efetivaram nas relações sociais burguesas. Devido a estas contradições, determinadas historicamente, o pensamento liberal sofreu reformulações conceituais de modo a sustentar-se diante do aprofundamento dos antagonismos sociais.

(...) ele (o liberalismo) não foi sempre o mesmo ao longo do seu processo de estruturação e expansão; não desempenhou sempre o mesmo papel: seus significados e conteúdos se alteraram, principalmente no que diz respeito aos diferentes processos de penetração do capitalismo nas diferentes formações sociais (WARDE, 1984, 24-25).

²⁴ Segundo Santos, foi graças ao positivismo que “a natureza pode tornar-se previsível e certa, de forma a poder ser controlada, enquanto a sociedade será controlada para que possa tornar-se previsível e certa. Isto explica a diferença, mas também a simbiose, entre as leis científicas e as leis positivas. A ciência moderna e o direito moderno são as duas faces do conhecimento-regulação (SANTOS, 2001, p.141).

O processo de formação do Estado liberal se desenvolve com o progressivo alargamento da esfera de liberdade do indivíduo diante dos poderes públicos²⁵. A formação de um Estado neutro ou agnóstico quanto às crenças religiosas de seus cidadãos, o fim dos privilégios e vínculos feudais e a exigência da livre disposição da sociedade mercantil burguesa são características fundantes de seu desenvolvimento.

O liberalismo caracterizou-se por um conjunto de idéias políticas e econômicas da burguesia face à emergência do modo de produção capitalista em choque com o modo de produção feudal.

(...) o papel apropriado do Estado é fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os 'benefícios aos homens'. No momento histórico em que Smith estava escrevendo, o principal objetivo, a este respeito, era o Estado usar o processo legal para criar uma economia de mercado fora do *status quo* mercantilista, semifeudal e do domínio dos proprietários de terra. O Estado que ele criticou era o 'Estado intervencionista', o Estado mercantilista; o que ele exigia era um corpo de leis e a ação do Estado que permitiria maior liberdade ao mercado livre (CARNOY, 1986, p.42).

O conceito de liberalismo ético enquanto garantia da liberdade e dos direitos individuais, o conceito de liberalismo político enquanto legitimação do poder com base nas teorias contratualistas, não mais fundado no direito divino dos reis nem na tradição e herança, e o conceito de liberalismo econômico enquanto defesa da propriedade privada dos meios de produção e da economia de mercado, baseada na livre iniciativa e competitividade, todos foram desenvolvidos de forma a sustentar teoricamente e assegurar a emergência da burguesia no poder. Com o seu fortalecimento, a burguesia passou a defender sua autonomia em relação ao Estado, ou seja, a diminuição do poder do Estado no conjunto das atividades particulares, sobretudo da esfera econômica (Aranha e Martins, 1994). Estes elementos são imprescindíveis para resgatar a matriz do pensamento liberal que constitui a base filosófica do neoliberalismo.

²⁵ Para Norberto Bobbio (1997), os pensadores Kant e Locke trataram da crítica ao governo paternalista e da exaltação do poder civil para a garantia de liberdade e propriedade dos indivíduos. Da mesma forma, o autor faz referência ao economista Adam Smith quando se refere à liberdade econômica, ou seja, a liberdade de prover os próprios interesses materiais. Nos três autores, Bobbio identifica a subordinação dos deveres do soberano aos direitos ou interesses do indivíduo. O autor admite que esta perspectiva (da individualidade) é benéfica e também condição necessária para o progresso técnico e moral da humanidade na medida em que prevalece a competição econômica e a contraposição de opiniões e interesses diversos. A tendência do homem em satisfazer os seus próprios interesses em concorrência aos interesses dos demais é, para o autor, uma característica ocidental e isto significa, segundo ele, uma categoria política de interpretação histórica do Estado no Ocidente em contraponto aos Estados despóticos do Oriente, estacionários e imóveis.

A formulação mais acabada da teoria do Estado moderno²⁶ ocorre entre os séculos XVII e XVIII a partir do filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679). O impulso à propriedade burguesa que se manifestou na Inglaterra instigou Hobbes a afirmar que o homem é o lobo do homem, que o seu desejo por riqueza, poder e propriedade é seu estado natural. Assim, Hobbes estabeleceu a necessidade de um contrato entre os homens para evitar uma auto-destruição. Os homens estabelecem um acordo entre si para saírem da miserável condição de guerra que é uma consequência das paixões naturais. Este contrato é a própria constituição de um Estado absoluto.

O pensamento hobbesiano simbolizou a figura do Estado absoluto consentido pelos homens que abdicam de suas liberdades a fim de proteger suas próprias vidas, inclusive a garantia do sistema de propriedade individual. Introduziu, assim, elementos que fundam o pensamento liberal, pois a noção de fundar um Estado a partir de um contrato revela o caráter mercantil e comercial das relações sociais burguesas. A partir de uma visão individualista do homem, reduziu o papel do Estado à garantia do conjunto de interesses particulares e de propriedade – o homem por natureza anseia pela segurança e é movido pelo instinto de posse e de acumulação.

Posteriormente, John Locke (1632-1704), fundador do empirismo filosófico moderno e teórico da revolução liberal inglesa é o primeiro a teorizar sobre a figura do cidadão, fruto de novas relações estabelecidas pela declaração dos direitos do parlamento (1689) na Inglaterra. Em suas idéias ficou evidente uma distinção entre sociedade política (Estado) e sociedade civil, ou seja, entre público e privado. A propriedade é objeto da herança na sociedade civil e o poder político tem sua origem na democracia parlamentar. Locke, também admitiu um estado natural no sentido de plena liberdade. Entretanto, para ele, os homens sentem a necessidade de impor limites à sua própria liberdade a fim de garantir a sua propriedade.

Locke afirma que os homens se juntam em sociedades políticas e submetem-se a um governo com a finalidade principal de conservar suas propriedades. O estado natural (isto é, falta de um Estado) não garante a

²⁶ Para Boaventura Santos (1997a) as teorias do contrato social têm sua origem no campo jurídico moderno. Parte da nova ordem social e política e do novo método científico moderno de análise da realidade ligada as pretensões de verdade da ciência moderna. O autor identifica a diferenciação do conceito de Estado de acordo com cada contratualista: o Estado para Hobbes no contrato social significa a renúncia ao estado de natureza e a constituição de uma sociedade civil baseada na soberania absoluta do Estado, prevalecendo a restrição à liberdade e à igualdade. Para Locke, o Estado é de perfeita liberdade, igualdade e independência. O abandono do estado de natureza é a garantia da segurança da propriedade. Para Rousseau, o Estado é a vontade geral e o contrato social é de todos para todos.

propriedade. É necessário constituir um Estado que garanta o exercício da propriedade, a segurança da propriedade. (...) Fica evidente a base burguesa dessa concepção. Já estamos numa sociedade em que nasceu o mercado, onde a relação entre os homens se dá entre os indivíduos que estabelecem entre si contratos de compra e de venda, de transferência de propriedades, etc. Esta realidade individualista da sociedade burguesa, alicerçada nas relações mercantis e de contrato, expressa-se na ideologia política, na concepção do Estado (GRUPPI, 2001, p.15) .

Ao contrário de Hobbes, onde o poder do Estado é absoluto, para Locke o contrato pode fazer ou desfazer o Estado a qualquer momento o que depende, exclusivamente, em este respeitar aquele. O contrato nasce de indivíduos preexistentes, tanto em Locke como Hobbes, o que caracteriza um individualismo burguês da época. Nesta concepção, o indivíduo preexiste ao estado, à sociedade humana²⁷. O homem visando sua segurança e sua tranqüilidade, necessária ao gozo da propriedade, consentiu em constituir um corpo político sem, no entanto, abdicar de seus direitos naturais. Entre eles, exclusivamente, o direito de propriedade e de iniciativa econômica.

O centralismo lockiano apóia-se na convicção de que a ordem política existe para assegurar a livre expansão dos direitos naturais do indivíduo; a passagem do estado de natureza para a sociedade civil só se justifica se o governo resultante dessa passagem assegurar esses direitos, os quais, para Locke, confundem-se com a explicitação dos interesses individuais. Condição para isso é que o governo garanta e proteja, sem nela interferir, uma esfera de livre mercado (COUTINHO, 1989, p.48-49).

Assim, a sociedade política para Locke não define uma forma de Estado, mas apresenta-se como princípio fundamental de garantia dos direitos individuais. Para ele é importante que os indivíduos deleguem seu poder político a outrem capaz de fazer cumprir as leis e manter a segurança da propriedade individual. Esse outrem pode ser um indivíduo, um monarca ou um corpo legislativo. O poder político, no entanto, reside nos indivíduos que compõem a sociedade civil.

O poder político é aquele poder que cada homem, tendo no estado de natureza, entregou nas mãos da sociedade e, dessa maneira, aos governantes que a sociedade colocou acima de si mesma, com a responsabilidade explícita e tácita de que ele seja empregado para seu bem e para a preservação de sua propriedade. Ora, esse poder, que cada homem tem no estado de natureza e ao qual renuncia em favor da

²⁷ Mais tarde, em Marx fica evidente o caráter ideológico desta concepção, pois o homem é um ser social porque vive e trabalha em sociedade.

sociedade em todos os casos em que sociedade pode garanti-lo, consiste em lançar mão dos meios que considere bons e que a natureza lhe ofereça para a preservação de sua própria propriedade e punir a violação da lei da natureza por terceiros, de tal forma que, de acordo com o que a razão julgue mais acertado, possa conduzir da melhor maneira possível à preservação de si mesmo e do restante dos homens. Para que o fim e a medida desse poder, quando nas mãos de cada homem no estado de natureza, seja a preservação de toda a sociedade – isto é, de todos os homens em geral – não pode haver nenhum outro fim ou medida, quando nas mãos dos magistrados, a não ser o de preservar a vida, a liberdade e as posses dos membros de tal sociedade; e, assim, não pode ser um poder absoluto, arbitrário sobre a vida e as fortunas dos homens, que, tanto quanto possível, têm que ser preservadas, mas, sim, um poder para elaborar as leis e anexar-lhes tais penalidades de modo que elas possam contribuir à preservação do todo, eliminando as partes, e somente estas que estiverem tão corrompidas que ameacem as partes sãs, sem o que nenhuma severidade é legítima. E esse poder tem origem somente no pacto e assentimento, e no consentimento mútuo dos que compõem a comunidade (LOCKE, 1955, apud CARNOY, 1986, p. 29-30).

Mais tarde, a concepção de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) também admitiu uma condição natural dos homens, mas como virtude e liberdade que é destruída pela civilização, diga-se, pelo desenvolvimento da sociedade capitalista da sua época. Segundo Carnoy (1986), quando Rousseau escreve que os homens nascem livres e iguais, mas em todo lugar estão acorrentados, Rousseau também atribui uma naturalidade àquilo que é fruto de uma conquista histórica, pois os homens não nascem livres e iguais, mas tornam-se assim através de um processo político.

Em Rousseau, o indivíduo preexiste à sociedade e funda-a através de um contrato, entretanto, este só constitui a sociedade e não o Estado, sendo a assembléia o único órgão soberano que expressa a soberania plena de um povo.

Rousseau não vê solução para a antinomia entre liberdade e autonomia dos cidadãos e do poder de comando do Estado e, por isso, a sua versão do contrato social é muito diferente da do contrato social liberal. Para Rousseau, a vontade geral tem de ser construída com a participação efectiva dos cidadãos, de modo autónomo e solidário, sem delegações que retirem transparência a relação entre soberania e governo. Por esta razão, o contrato social assenta não numa obrigação política vertical cidadão-Estado, como sucede no modelo liberal, mas antes numa obrigação política horizontal entre cidadão-cidadão na base da qual é possível fundar uma associação política participativa. E, para isso, a igualdade formal entre os cidadãos não chega, é necessária a igualdade substantiva, o que implica em uma crítica da propriedade privada, como, de resto, Rousseau faz no seu Discurso sobre a Origem das Desigualdades (SANTOS, 1997a, p. 239).

Cabe-nos ressaltar o aspecto democrático de Rousseau também na relação que ele estabelece entre liberdade e igualdade. O seu entendimento é de que o homem só pode ser livre se for igual. Sem a igualdade não existe liberdade. Ainda que sua referência seja basicamente da igualdade jurídica, Rousseau compreende em sua época o problema da desigualdade econômica com o desenvolvimento do capitalismo²⁸.

O Estado sob o contrato social na concepção de Rousseau trata todos os cidadãos igualmente, isto é, o Estado é a expressão da vontade geral. Isto implica em não dar primazia ao indivíduo ou a determinadas classes sociais, por exemplo, excluindo-se do exercício da cidadania os que não tem propriedade. Em virtude da avareza humana, Rousseau considerou os riscos do contrato social e, desta forma, evidenciou condições sob as quais a vontade geral deveria ser exercida.²⁹ Assim, Rousseau insistiu nos limites do direito à propriedade na medida em que o crescente desenvolvimento da riqueza poderia ameaçar a realização do bem comum. Também, admitiu a intervenção do Estado para assegurar um certo grau de igualdade, ou melhor, assegurar a prevenção da desigualdade, que se afirmava com o florescimento das relações de produção no capitalismo. A tarefa do governo, neste sentido, não era de expropriar riquezas acumuladas, mas eliminar os meios pelos quais as pessoas acumulavam suas riquezas. O governo também deveria proteger os cidadãos da pobreza, adotando para isso uma educação pública para a população³⁰. Ciente das armadilhas do contrato social, numa sociedade marcada por interesses opostos, Rousseau apostava nestas condições para obter o equilíbrio necessário à vontade geral.

Rousseau, em última análise, contava com a educação, a racionalidade fundamental e a boa vontade dos homens para obter o equilíbrio e a prevalência do interesse social sobre o interesse individual. À medida que os homens fossem mais conscientes e informados, eles escolheriam ser livres – comprometidos com a vontade geral e sua soberania – e

²⁸ Segundo Gruppi (2001), contraditoriamente, a concepção individualista de Rousseau obrigou-o a entender este processo como relação entre indivíduos e, talvez, por isso não soube indicar uma superação da propriedade privada.

²⁹ A concepção que mais importa para Boaventura de Souza Santos (1997a) é a de Rousseau, pois, segundo ele, exprime melhor a tensão dialética entre regulação e emancipação que está na origem da modernidade. É o que mais tem virtualidades na fundação da emancipação social: a idéia de obrigação política horizontal, isto é, a idéia de participação e solidariedade concreta na formulação da vontade geral, é susceptível de fundar uma nova cultura política de autonomia e de autogoverno, prevalecendo a democracia participativa, o cooperativismo e a produção socialmente útil. A vontade geral de Rousseau seria a síntese entre regulação e emancipação – a maximização do exercício da liberdade e da soberania que é inalienável e indivisível. Esta concepção assume sua forma mais apurada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).

³⁰ Para Rousseau “A educação pública, sob as normas prescritas pelo governo e pelos magistrados estabelecidos pelo soberano, é, portanto, um dos princípios fundamentais do governo popular e legítimo.” (ROUSSEAU, 1978, apud CARNOY, 1986, p.35)

garantiriam que não houvesse excesso de riqueza ou pobreza. Se eles não o fizessem, salientava Rousseau, a tirania iria imperar (CARNOY, 1986, p. 36).

Ainda na temática sobre o Estado liberal resgatamos a crítica Georg Wilhelm Friedrich Hegel³¹ (1770-1831) que polemizou com o liberalismo os limites da liberdade na medida em que esta se restringiu ao campo econômico. Em Hegel, há o restabelecimento da distinção entre Estado e sociedade civil formulada pelos pensadores do séc. XVIII - o Estado é o fundamento da sociedade civil no sentido de compor e integrar as suas partes, ainda que tenha uma concepção organicista e ética do Estado no sentido de uma abrangência e concretização moral,

a sociedade civil de Hegel, ao contrário da sociedade desde Locke até os fisiocratas, não é mais o reino de uma ordem natural, que deve ser libertada das restrições e distorções impostas por más leis positivas, mas, ao contrário, o reino “da dissolução, da miséria e da corrupção física e ética”, e esse reino deve ser regulamentado, dominado e anulado na ordem superior do Estado. (...) A sociedade civil em Hegel é a esfera das relações econômicas e, ao mesmo tempo, de sua regulamentação externa, segundo os princípios do Estado liberal; e é conjuntamente sociedade burguesa e Estado burguês: Hegel concentra nela a crítica da economia política e da ciência política inspirada, respectivamente, nos princípios da liberdade natural e do Estado de direito (LOSURDO, 1998, p.29-30).

Hegel preocupou-se com a superação da concepção privatista³² contida no contratualismo do Estado moderno em direção ao progresso. Nele a propriedade privada alcança um novo patamar de poder político, pois o Estado, em tese “universal” é incorporado pelos grupos economicamente dominantes. A polêmica de Hegel é motivada

³¹ Bobbio (1994), ao identificar três variantes principais acerca da construção de um modelo de Estado afirma que em Hegel, o processo de racionalização estatal atinge o ponto mais alto da parábola. Segundo ele, primeiramente o Estado aparece como negação radical (modelo Hobbes/Rousseau), isto é, eliminação (ou inversão) do Estado de natureza. Depois, como conservação-regulamentação da sociedade natural (modelo Locke/Kant), a realização verdadeira ou aperfeiçoamento em relação à face que o precede. Finalmente, no modelo hegeliano o Estado aparece como conservação-superação da sociedade pré-estatal, um momento novo e não apenas um aperfeiçoamento. “momento supremo e definitivo da vida comum e coletiva do homem, ser racional; como resultado mais perfeito ou menos imperfeito daquele processo de racionalização dos instintos ou das paixões ou dos interesses, mediante o qual o reino da força desregrada se transforma no reino da liberdade regulada”. (BOBBIO, 1994, p.19)

³² Hegel já destacava os direitos de natureza privada na conformação do feudo. A Idade Média expressava as contradições de sua época. As relações de poder entre nobreza, clero e feudos manifestavam, inclusive, as diferenças de poder econômico na relação de proprietários, de posses e de privilégios especiais fundados no direito divino “as antigas relações políticas são consideradas intocáveis, porque tudo é ‘contratualmente definido’, a ‘lei fundamental’ é sacra e inviolável, porque ela não é senão o ‘contrato fundamental’”. (LOSURDO, 1998, p.88)

pela defesa de “bens universais e inalienáveis”, que não podem a partir de um contrato ser comprados ou vendidos. O jusnaturalismo evoca o estado de natureza (direitos naturais) em detrimento da razão (direito racional). Em Hegel, ao contrário, direitos inalienáveis e imprescritíveis são direitos historicamente construídos e não estado de natureza (reino de violência). Nesta perspectiva, o Estado é para Hegel a superação do estado de natureza, da violência e prepotência que o caracterizam. Embora jusnaturalista, Hegel não é ahistórico – os direitos naturais são expressão mais avançada e amadurecida da realidade concreta “(...) a liberdade da pessoa, os direitos do homem são certamente inalienáveis, mas não por isso eternos, porque, antes de serem sancionados por contrato originário, são o resultado de um longo e atormentado processo histórico” (LOSURDO, 1998, p.91).

O anticontratualismo hegeliano têm caráter antiliberal na medida em que contesta que o contrato só reconhece o direito aos sujeitos que tem propriedade. O olhar dos contratualistas liberais para a noção de direito pressupunha a exigência da consciência privada na moral do indivíduo singular. Pode ser aqui o centro da crítica hegeliana – dever e direito são resultados objetivos de um parto histórico, têm um fundamento real e não imaginário. A liberdade e os direitos inalienáveis são resultado de um progresso, de uma luta complexa e contraditória da humanidade.

O Estado, saído da Revolução Francesa, é, para Hegel, “a realidade da liberdade concreta”, um evento histórico realmente em ato, que cabe à Filosofia do Direito reconhecer. De fato, é no Estado moderno que o conceito de direito, ou seja, o pensamento de liberdade, se torna real e o “real racional”. De agora em diante, fundamento da política é o direito que nasce da liberdade e se concretiza no Estado. E já que a realidade do direito moderno não é natureza, ela é o “mundo do espírito criado por ele mesmo”. Trata-se duma “segunda natureza”, que Hegel chama de “reino da liberdade realizada” naquelas instituições que na Filosofia do Direito se configuram desde as formas preliminares do direito abstrato até as manifestações históricas da família, da sociedade civil e do Estado (SEMERARO, 1999, p.115).

A absoluta importância da propriedade, os cargos públicos como objeto de contrato de compra e venda e a individuação de bens ou de determinações substanciais (liberdade da pessoa e da sua consciência) são os três planos polêmicos do anticontratualismo hegeliano como crítica ao prolongamento da visão privatista do Estado. O poder político sob o controle dos proprietários, da defesa da riqueza e da propriedade é o fim último do governo. O contrato somente estende-se aos que têm propriedade e para não violá-lo o governo deve estar submetido aos interesses dos que são proprietários:

como um órgão que está vinculado por contrato originário para servir como porta-voz, executor, “comitê de negócios” dos barões ou proprietários que com ele estipularam o pacto. (...) se o governo não respeita o contrato que o vincula aos proprietários e que faz dele um órgão dos seus interesses e da sua vontade, eis que os outros signatários do pacto se consideram livres de qualquer obrigação contratual e retomam a própria liberdade (LOSURDO, 1998, p.102).

No contexto das teorias contratualistas, a teoria de Adam Smith constituiu-se como uma forte justificativa econômica para o contrato liberal de forma a atribuir sentido às “motivações” de interesses particulares que se desenvolviam à sua época. Smith afirma que a busca dos indivíduos por ganhos materiais ocasionava a satisfação de um conjunto cada vez maior de pessoas.

(...) havia uma tendência ‘natural’ ou nativa em cada indivíduo de melhorar a sua própria condição por seu esforço (trabalho), a fim de satisfazer suas necessidades naturais. (...) O livre jogo dos processos econômicos dá, assim, origem a uma espiral sem fim de mudanças crescentes e os esforços dos indivíduos para seu avanço social e ganho pessoal, guiados por uma “mão invisível (DEWEY, 1970, p.20).

Em outras palavras, tratava-se da defesa intransigente do livre funcionamento do mercado para atingir-se o bem-estar social. O equilíbrio pode ser alcançado pela lei da oferta e da procura sem a intervenção do Estado na economia “*laissez-faire, laissez-passer*”. O progresso depende da liberdade dos indivíduos em relação às restrições políticas. O bem-estar coletivo pode ser atingido pela soma dos esforços individuais convergentes e pela regulação da “mão invisível” do mercado, quanto menor sejam as intervenções do corpo legislativo e do próprio governo (Estado). “A teoria de Smith mostrou, de uma vez por todas, que as paixões humanas eram submetidas a impulsos irresistíveis de ganho material e que esse motivo era realmente desejável porque resultou no mais importante bem para o maior número de pessoas” (CARNOY, 1986, p.38).

Entretanto, a realização da maioria não resultava de atos conscientes dos indivíduos em direção à este objetivo, ao contrário, tratava-se de um efeito não intencional, calcado em uma suposta moralidade inerente à produção capitalista, como cimento social da sociedade. Nesta perspectiva, os indivíduos são geralmente éticos e quando se empenham na riqueza o fazem como moralidade. Segundo Carnoy (1986), fica

subentendido em Smith a tensão entre sociedade civil, guiada pelos sentimentos morais individuais e pela mão invisível, e a existência de um Estado de direito.

O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se permite exercê-la com liberdade e segurança, é, a princípio, tão poderoso que ele, sozinho, e sem nenhum auxílio, não somente é capaz de conduzir a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar uma centena de obstáculos inoportunos, colocados muito frequentemente pela loucura das leis humanas para dificultar suas ações; embora a consequência desses obstáculos seja sempre mais ou menos a usurpação de sua liberdade ou a diminuição de sua segurança (SMITH, 1937, apud CARNOY, 1986, p.37).

Admite-se que estas idéias constituíram a base para o pensamento utilitarista, a doutrina liberal, no século XIX. Posteriormente, Jeremy Bentham e James Mill adaptaram a teoria de Smith ao novo contexto do capitalismo - o de acirramento das lutas sociais face às extremas desigualdades provocadas com o modo de produção capitalista. A partir deles, é retomada a idéia de sociedade centrada no livre mercado e de Estado como segurança das propriedades, porém com atenção às reclamações de direitos políticos por parte dos trabalhadores. Neste sentido, mais tarde, John Stuart Mill compreende o processo democrático como inevitável para o desenvolvimento da sociedade, ainda que não tenha admitido a ampliação do sufrágio universal para todos os membros da sociedade. Para ele, as desigualdades sociais eram acidentais e não inerentes ao capitalismo, foram provocadas pelo modo feudal de distribuição da propriedade e o sistema capitalista estava reduzindo gradativamente esta desigualdade.

1.2 Marx e a crítica ao Estado burguês

Fora precisamente Marx quem primeiro descobrira a grande lei da marcha da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente (ENGELS apud MARX, 1978, p.328).

É a partir da concepção em Karl Heinrich Marx (1818-1883) que se revela uma crítica ao Estado liberal. A liberdade e igualdade protagonizada pela Revolução

Francesa não eram universais, mas restritas à classe burguesa. Assim, Marx analisa a sociedade sob outra perspectiva: a sociedade política (Estado) é a expressão da sociedade civil, isto é, do conjunto das relações econômicas. Ao contrário de Hegel, Marx afirma que é a sociedade civil que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza de suas leis. O Estado não é mais a idéia ética, o racional em si e para si. Ao contrário, trata-se da violência concentrada e organizada da classe dominante³³. Esta seria a crítica mais contundente à aparente autonomia e superioridade do Estado - da comunidade ética, da realização universal hegeliana³⁴. A condição para manter-se exige que o Estado capitalista se constitua feiticizado, aparecendo como forma abstrata, como ato de vontade coletiva ou externa da sociedade civil. Na consciência e prática humana o Estado aparece exercendo o bem comum, o que de certa forma contribui para a assimilação e aceitação das instituições político-jurídicas como expressão da vontade de todos.

A crítica de Marx ao Estado burguês desenvolve-se com base na análise das teorias que o antecederam³⁵, bem como, no modo de produção e reprodução do capitalismo e da práxis política da classe operária. A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, decorrente das relações sociais de produção, ainda que não sejam capitalistas. Enquanto existir essa divisão, a função do Estado é manter e reproduzir os interesses de uma classe particular que se impõe ao interesse geral da sociedade.

O Estado, por conseguinte, não existiu sempre. Houve sociedades que passaram sem ele e que não tinham a menor noção de Estado nem de

³³ A partir da teoria marxista, desencadeia-se as antíteses aos três modelos de tradição jusnaturalista (e contratualista) conforme Bobbio (1994): 1. a luta de classes simboliza a guerra de uma parte contra a outra parte (não mais guerra de todos contra todos) e o Estado é a expressão e o instrumento para conservar e prolongar a luta de classes; 2. a sociedade não é natural, mas historicamente determinada e o Estado não é a expressão de uma exigência racional e universal, ao contrário, repete e potencializa interesses particularistas; 3. o Estado não se apresenta mais como superação da sociedade civil, mas como simples reflexo dela, isto é, contém a sociedade civil para conservá-la. O Estado a partir de Marx, não é mais o momento último do desenvolvimento histórico e sim uma instituição coercitiva, particularista, subordinada e transitória. O processo de pensamento que se inicia com a concepção do Estado que suprime o estado de natureza termina quando surge e ganha força a teoria segundo a qual o Estado, por sua vez, deve ser suprimido.

³⁴ Hegel posicionou-se em defesa da mediação do Estado para a realização do universal, da comunidade ética em torno dos direitos inalienáveis "O Estado se constitui como comunidade ética na medida em que não se preocupa apenas com a segurança de propriedade, mas também, com a garantia da sustentação, do "bem estar" dos indivíduos, do "direito ao trabalho" e mesmo do "direito à vida", na medida em que reconhece cada cidadão como titular de direitos inalienáveis, portanto irrenunciáveis e subtraídos à esfera do contrato. Com Hegel, os direitos inalienáveis tendem a assumir um conteúdo material. (...) A condição de faminto é associada àquela do "escravo", e eis que se impõe uma intervenção pública que garanta concretamente o direito inalienável à liberdade. Mas tal intervenção implica inevitavelmente uma restrição imposta ao mercado e à esfera do contrato."(LOSURDO, 1998, p.106).

³⁵ Entendemos como principais correntes de pensamento: a economia política inglesa de Adam Smith, o idealismo alemão de Hegel e o socialismo utópico de Saint Simon.

poder governamental. A um certo grau de desenvolvimento econômico, implicando necessariamente na divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade, em consequência dessa divisão. (...) A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia de nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, representante efetivo da sociedade inteira, então torna-se supérfluo (LENIN, 1979, p.33-34).

Para Marx, o Estado Moderno funda-se no modo de produção capitalista e precisa ser compreendido, simultaneamente, como uma ‘colossal superestrutura’ do sistema³⁶ e como o ‘poder organizado de uma classe social’ em sua relação com as outras³⁷. O poder estatal é parte essencial da estrutura econômica porque a garante em determinadas formas de existência. É neste sentido que Marx afirma no Manifesto do Partido Comunista (1848), que o poder da classe operária consiste na apropriação do Estado para socializar os meios de produção e desencadear um processo denominado ditadura do proletariado, levando a organização da sociedade comunista. O período em que este documento foi redigido esteve determinado por circunstâncias históricas - tratou-se de um capital exclusivamente industrial. Neste sentido, a essência do Manifesto pode ser entendida com base no princípio da distribuição da produção, da riqueza e do poder. A organização da classe operária é histórica, não é espontânea, e exige bases objetivas para que a classe se torne classe para si pela consciência de si mesma. Tornar social a propriedade dos meios de produção é garantir o livre desenvolvimento de cada um e, ao mesmo tempo, a condição de livre desenvolvimento de todos. Com efeito, perde-se a razão da existência do Estado. A sua extinção está aliada a liberdade do homem.

A teoria da luta de classes seria uma simples abstração, se as relações e os antagonismos de classes não implicassem no Estado capitalista como

³⁶ Entendemos que a distinção marxista entre estrutura e superestrutura é metodológica na medida em que sua relação permite compreendê-las como partes indissociáveis, fazendo-se evidenciar em última instância.

³⁷ A releitura crítica do Manifesto Comunista deve permanecer nos princípios, valores e anseios que o documento contemplava e não no que lhe era ausente. O seu significado no capitalismo mundializado é de que não há limitação geopolítica para o capital (a recolonização da América, da Ásia e da África abriu caminhos previstos pelo liberalismo). Ao situar o conteúdo político do Manifesto no contexto sócio-histórico vigente, encontramos uma das grandes contradições da história do capitalismo – o capital dispensando força de trabalho em virtude do fenômeno da superprodução.

expressão e condição dessas mesmas relações e antagonismos. (...) Todas as contradições fundamentais do capitalismo envolvem o Estado, como expressão nuclear da sociedade civil (IANNI, 1980, p.30).

Sob a justificativa da liberdade burguesa, o golpe de Estado na França (1852), possibilitou o aprofundamento do domínio sobre a estrutura e o poder estatal nas mãos da burguesia naquele território. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* tem como preocupação a vida política francesa ou, mais diretamente, o liberalismo, isto é, a forma política adotada com a ascensão da burguesia ao poder. “A República tinha um papel definido enquanto bandeira de ascensão burguesa: livrar o capital dos entraves estatais à sua circulação mais produtiva, criando as condições políticas para uma economia de mercado” (SADER, 1998, p.66). A tarefa dos heróis, partidos e massas da velha Revolução Francesa era libertar a França das amarras do modo de produção feudal e, simultaneamente, do poder monárquico, instaurando a moderna sociedade burguesa. Assim, o *18 Brumário* de Napoleão Bonaparte (que antecedeu o golpe de Estado de Luís Bonaparte):

(...) criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas; além das fronteiras da França, ele varreu por toda parte as instituições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu (MARX, 1974, p.335-336).

A Revolução Francesa e Napoleão absorveram no poder estatal os privilégios locais do sistema feudal centralizando-os e construindo a idéia de unificação nacional. A burocracia estatal estava a serviço de preparação do domínio burguês. Entretanto, o Estado ainda não aparecia como autônomo, mas com interesses divergentes dos senhores feudais. O poder estatal centralizado incluindo os segmentos do exército, da burocracia, do clero e da magistratura, tem sua origem nos tempos da monarquia absoluta e serviu de instrumento no processo de emergência da sociedade burguesa e de sua luta contra o feudalismo até transformar-se num meio consolidado de expropriação do trabalho pelo capital. Não foi um movimento de ruptura brusca no tempo e na história, mas ocorreu por um processo que, ao passo que se edificava o Estado moderno as relíquias medievais iam sendo despojadas.

Esse Poder Executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais de meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitos que envolvem como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar(...) A primeira Revolução Francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes – locais, territoriais, urbanos e provinciais – a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal (MARX, 1974, p.401).

Sob o controle do parlamento, o poder estatal estava diretamente sob o domínio das classes possuidoras acumulando enormes dívidas nacionais e pesados impostos. Simultaneamente, ao aprofundamento e ampliação das contradições de classes, o Estado adquiria o poder nacional da burguesia, organizada contra o trabalho, caracterizando sua força de aparelho repressivo.

Com a Restauração, com Luís Filipe, e com a República Parlamentar, o Estado assume características totalmente opostas. Vencido o sistema a que se contrapunha, a burguesia apropria-se de forma sumária do Estado, tornando-o abertamente instrumento de seus interesses. De instrumento na luta contra o feudalismo, o Estado passa agora a voltar-se contra os interesses das outras classes sociais já dentro da sociedade capitalista. Contudo, esta forma de apropriação aberta pelas classes dominantes enfraquece sua autoridade na organização da comunidade política. Daí o papel do 18 Brumário. (...) Toda a luta dos interesses particulares parece harmonizar-se magicamente sob a forma dos interesses políticos comuns (SADER, 1998, p.81).

É preciso compreender o grau de desenvolvimento das relações de produção na França neste período para entender a dinâmica na esfera do político. Na perspectiva da hegemonia numa sociedade de interesses conflituosos, a burguesia busca sustentação junto aos camponeses, população significativa resultante da antiga estrutura feudal, para sua ascensão ao poder político. O desenvolvimento e a transição do feudalismo para o modo de produção capitalista na França e a decorrente constituição da pequena propriedade foi analisado por Marx como uma característica elementar para compreensão daquele estágio de forças produtivas camponesas no episódio do golpe de Estado. Na contrapartida do sufrágio universal os camponeses viram-se obrigados ao pagamento de altíssimos impostos. O conflito que se desenvolveu pela exploração das pequenas propriedades camponesas fez com que a luta social tomasse um novo rumo.

Os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como ao tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital. Por isso, os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês (MARX, 1974, p.406).

Dessa forma, a própria burguesia devido às suas sucessivas investidas contra o campesinato afastou-os de sua base de consumo e de legitimação aproximando-os de Luís Bonaparte. Ele parece estar, aos olhos dos camponeses, dissociado da burguesia e por isso passa a receber apoio da massa camponesa explorada. Bonaparte representa uma classe, a mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos camponeses, a massa do povo francês.

É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada às cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom senso, mas o seu preconceito (MARX, 1974, p.404).

O modo de produção dos camponeses isola-os em vez de unificá-los. Isto implica para Marx uma ausência de classe³⁸ no seio da comunidade camponesa e por isso sendo representados por Bonaparte. “Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe” (MARX, 1974, p.403). A representação no Estado das pequenas propriedades rurais se constitui a base material necessária para a existência de um governo forte, pessoal e centralizado. A cisão entre os grupos dominantes e a incapacidade da classe burguesa assumir o exercício político que demandava uma representação dos interesses gerais cria condições para a personalização do poder bonapartista. A grande massa de pequenos camponeses foi, assim, a sustentação deste poder pessoal aparentemente autônomo, legitimando o papel do Estado.

³⁸ Para complementar a noção de ‘ausência de classe’ indicada por Marx a respeito dos pequenos camponeses nos referenciamos em Sader (1998, p.86-87).

Ora, efetivada esta representação no corpo dos ‘interesses gerais da sociedade’, era preciso conhecer a possibilidade da política na conciliação dos interesses diversos entre burguesia e pequena propriedade. Cabe ressaltar que, as condições sociais em que viviam os pequenos camponeses os impediam de tomar consciência de sua condição não se diferenciando, portanto, da burguesia.

Valendo-se assim da ilusão da posse da propriedade, esse governo sensibilizará os camponeses à defesa da propriedade privada; porém, na medida em que as hipotecas e os impostos arruinam a pequena propriedade, o poder da burguesia revigora-se pela canalização desses recursos. A pequena propriedade é, portanto, a base social mais segura para uma ideologia da ‘ordem’, já que ordem para ela significa propriedade, e esta significa sua sobrevivência. Mas quando seu líder Bonaparte fala em ‘ordem’, trata-se evidentemente da ‘ordem burguesa’, em nome da qual governa (...) Ele joga com o fundamento econômico indefinido dos pequenos proprietários, sob o manto genérico da defesa da propriedade, da ordem, fórmula política que a burguesia utiliza para designar as condições econômicas e políticas indispensáveis à sua dominação de classe (SADER, 1998, p.91).

A compreensão sobre *O 18 Brumário* exige, a priori, o entendimento de que situações políticas têm a mesma diversidade e acompanham os diferentes graus de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, o bonapartismo representou para Marx uma forma particular de governo que pretendeu dar autonomia ao Estado, isto é, a vida política possuindo como característica a predominância de uma determinada classe no nível da estrutura econômica e o predomínio político de outra, não-hegemônica naquele nível:

Para que este papel propriamente político se realize, é necessária uma nova forma de apropriação do Estado pelas classes dominantes: uma dominação mediada por uma forma de governo com predominância do executivo sobre o Legislativo, aparentemente acima do corpo social, fora da sociedade. Ele representa, assim, uma aparente abdicação do poder político pela burguesia, quando se trata apenas de abandonar a posse direta do Estado, o que não só lhe retira o poder político na sociedade, como se torna requisito de sua manutenção (SADER, 1998, p.99).

Esta dissociação, de certa forma, sustentaria uma aparente autonomia do Estado, acima das classes sociais. Marx demonstrou as condições históricas que revestiram esse caráter autônomo no Estado bonapartista francês:

Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira Revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia. Sob, a restauração de Luís Filipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer o seu próprio domínio. Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece tornar-se completamente autônomo. A máquina do Estado consolidou a tal ponto a sua posição em face da sociedade civil que lhe basta ter à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro (MARX, 1974, p.402).

Nesta direção, quanto mais avançaram cisões entre classes sociais na medida em que seus interesses divergiam mais era imprescindível a figura do Estado para retomar e compor, ainda que aparentemente, essas contradições de classes, fazendo-o parecer representante da nação, unificador e ordenador das relações entre as diferentes classes no processo produtivo:

(...) Se o Estado bonapartista não conseguisse se revestir aos olhos dos proprietários rurais, da classe operária e da pequena burguesia urbana, como seu salvador, por retirar o Estado do domínio direto das classes possuidoras, ele não poderia se apresentar como o ‘governo de união nacional’, ‘representante dos interesses gerais da sociedade (SADER, 1998, p.108).

A desintegração de interesses no interior da burguesia – em particular, do setor financeiro-aristocrático e da propriedade territorial – impossibilitou a aparência de um Estado autônomo representante dos interesses gerais de uma nação. O seu papel seria de unificar tal dispersão. O poder legislativo espelhava as facções em luta. Na medida em que a autonomia da sociedade civil, na expressão de seus interesses particulares, dificultava esta ordem e unificação desejada, o nível político – o Estado – tem por objetivo velar estas contradições pondo-se como organismo uno.

Trata-se de um ‘governo de salvação nacional’, em que o termo salvação opera em dois sentidos diversos: salva-se a classe operária no plano político, subtraindo o Estado à submissão econômica direta da burguesia; salva-se a burguesia economicamente, à custa de uma integração política das outras classes na vida do Estado (SADER, 1998, p.100).

Para Marx, a passagem do *18 Brumário* significou o final de um processo de centralização do poder político burguês em virtude das necessidades de reprodução do

capital no interior do modo de produção³⁹. Dado as novas circunstâncias históricas colocadas pelo movimento do capitalismo àquela centralização de poder antes necessária como reação aos privilégios locais do feudalismo foi superada por uma nova forma de intervenção no político⁴⁰ exigindo uma outra configuração do Estado diante da recomposição de classes.

Trata-se de anular o seu poder político para sobreviver como poder social, o que se torna possível porque o mecanismo de sobrevivência do capital – a mais-valia – é uma forma de exploração interna às relações de produção, o que libera o plano político da necessidade de uma dominação burguesa direta. Fica então caracterizado que a lógica mais importante que comanda a compreensão do papel do político no mundo moderno é a que distingue claramente entre os momentos históricos em que a burguesia luta pela sua hegemonia sobre as relações feudais, e o momento a partir da qual o capitalismo se instaurou como estrutura social predominante. As formas de existência solicitadas ao político neste segundo momento serão determinadas pelas condições em que aquela primeira etapa foi vencida. Em outras palavras: as condições de acumulação primitiva obtidas pela burguesia na luta contra os privilégios feudais, solicitarão uma intervenção maior ou menor dos mecanismos políticos no novo esquema das relações de produção. As estruturas e o campo de ação possível no interior do qual se darão as condições de reprodução do capital serão, a partir dessas condições primitivas, o motor de compreensão dos fenômenos políticos, em geral, e do papel do Estado, em particular (SADER, 1998, p.96).

Nos referenciamos em Coutinho (1994) para demonstrar o que diferencia os momentos de construção do conceito de Estado em Marx. Ampliar o conceito de Estado ou restringi-lo implica em interpretar o movimento concreto deste fenômeno na perspectiva

³⁹ Sobre a evolução do Estado moderno na França, Sader (1998) sistematiza os principais aspectos que, resumidamente, expomos a seguir: 1. a Monarquia de Julho significou a apropriação privilegiada do Estado pela aristocracia financeira que demonstrou incapacidade de representar o nível político que lhe era exigido. Por isso que encontra oposição generalizada da sociedade na medida em que não patrocinou os interesses de outras classes sociais. Dessa forma, o aspecto harmonioso do Estado vai se desfazendo quando da expressão mais latente destas contradições; 2. a Revolução de 1848 consolida o capitalismo na França. A hegemonia do capital industrial ganha consistência no bonapartismo, pois concilia o seu predomínio nas relações de produção com o convívio de outras classes sociais.

⁴⁰ Segundo Sader (1998), Marx fornece as seguintes indicações deste processo: primeiro, a forma tradicional de apropriação do Estado pela burguesia é a República Parlamentar e que corresponde à fase de introdução e consolidação das relações capitalistas de produção diante do sistema feudal ou absolutista; segundo, superado este momento, a República Parlamentar produz um abismo entre as classes possuidoras e o restante da sociedade, constituindo-se como uma assembléia das classes dominantes, excluindo da arena política as demais classes sociais; terceiro, o bonapartismo é a forma historicamente superior das classes dominantes se apropriarem do Estado, ressaltando sua 'autonomia', necessária ideologicamente, dando-lhe o sentido de unificador do corpo social e dos interesses antagônicos.

do próprio método em Marx – da elevação do abstrato ao concreto, do menos complexo ao mais complexo, a síntese das múltiplas determinações.

Neste sentido, o autor entende que a noção de Estado ampliado atende com mais precisão as transformações concretas que reproduzem as condições de sua existência, seja na esfera das relações de produção e nas relações sociais, considerando a complexidade da estrutura e dos conflitos entre as classes e, em particular, das novas determinações na esfera da política. As primeiras formulações de Marx a respeito do Estado, no Manifesto Comunista, constituíram para o autor uma concepção restrita, em virtude mesmo das circunstâncias históricas em que este Estado se erguia “*O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia...*”. Já com a análise do *18 Brumário*, Marx apreende as novas determinações do político, ampliando a noção do movimento de classes no âmbito da estrutura estatal:

À sua forma de existência como classe hegemônica, a burguesia faz corresponder formas políticas determinadas, conforme o estágio de desenvolvimento em que se encontre. Neste momento em que essa hegemonia se define, a necessidade de revolucionar incessantemente as forças produtivas faz com que, politicamente, seja possível *um Estado que se identifique com a Nação*. A forma de *República Parlamentar* torna-se produto dessa identificação, que tem sua legitimação no *sufrágio universal*: sob estas condições assenta-se a *fraternité* (SADER, 1998, p.69).

Posteriormente, Friedrich Engels (1820-1895) em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* mantém o conteúdo de classe presente na análise de Marx afirmando que o tensionamento das contradições entre as classes exige um poder político para reprodução dos interesses dominantes. O Estado existe em consequência da divisão da sociedade em classes e a institucionalização da dominação política efetiva-se a partir de suas estruturas jurídicas e repressivas. O Estado Moderno é para Engels o instrumento que garante e reproduz a exploração do trabalho assalariado pelo capital. Trata-se de uma potência que aparentemente esteja acima da sociedade e que, no exercício de seu poder, amenize conflitos de ordem social e econômica mantendo os limites destas contradições. Na análise de Coutinho, Engels foi o primeiro marxista a empreender a noção ampliada de Estado, manifestando, implicitamente, a idéia de

hegemonia, de direção e de consenso que, posteriormente, receberá uma formulação mais sistemática com Antonio Gramsci.

Decerto, o último Engels não abandona a antiga posição sua e de Marx sobre a natureza de classe de todo poder estatal. Essa determinação do Estado, cuja descoberta está certamente entre as maiores contribuições do marxismo à teoria política, continua a ter um papel decisivo nas novas formulações do Engels tardio. Mas ele vê agora que a dominação de classe não se manifesta apenas através da coerção (como 'poder repressivo'), mas resulta também de mecanismos de legitimação que asseguram o consenso dos governados (ou seja, resulta também de um 'pacto' ou 'contrato'). Por outro lado, esses mecanismos de legitimação e obtenção do consenso se encarnam nas novas instituições que, graças em grande parte às lutas da própria classe operária, inscreveram-se no seio dos modernos aparelhos de Estado (parlamento eleito por sufrágio universal, partidos políticos legais e de massa etc.) (COUTINHO, 1994, p.27).

1.3 Estado Ampliado e hegemonia em Gramsci

Ao resgatar o pensamento de Gramsci sobre a teoria ampliada do Estado, é importante compreender as circunstâncias históricas e culturais que influenciaram seu pensamento e sua produção teórica. Gramsci viveu a experiência de fracasso da revolução socialista nos países da Europa Ocidental e Central. Durante sua prisão (1926), ocorrida após a Revolução Russa (1917), Gramsci redigiu notas (1929-1935) que, tomando como fundamento os conceitos originais de Marx, Engels e Lênin, tentou explicar porque não fora possível repetir a experiência vitoriosa dos bolcheviques na Rússia, na Itália e Europa Ocidental e Central, ainda que houvesse uma situação aparentemente revolucionária. Deste estudo, especificamente, pode-se considerar o seguinte: onde o Estado é restrito, o movimento revolucionário pode se expressar numa 'guerra de movimento', como embate frontal e explosivo; onde o Estado é ampliado o centro da luta de classes é direcionado na 'guerra de posição', ou seja, como conquista processual e permanente nos espaços da sociedade civil.

As novas determinações ultrapassavam a formação clássica do capitalismo, isto é, colocavam novos elementos de análise diferentes daqueles que predominavam no período em que Marx criticou a sociedade e a economia política de sua época. Essas novas determinações e circunstâncias históricas exigiram de Gramsci um repensar das categorias marxianas. Isto significa que, o momento histórico de Marx não permitiu que ele pudesse

desenvolver um conhecimento mais aprimorado do conceito de sociedade civil. A força repressiva do Estado capitalista de sua época o provocou a combater a estrutura de Estado, dado a sua direção coercitiva em detrimento da direção política. A estrutura estatal do período histórico em que Marx, Engels e Lênin se defrontaram era predominantemente coercitiva, o que fez prevalecer em suas reflexões a natureza repressora da dominação de classe sobre a dimensão política.

Marx, Engels e Lênin examinaram também a estrutura do Estado: indicaram na repressão – no monopólio legal e de coerção da violência – o modo principal através do qual o Estado em geral (e, como tal, também o Estado capitalista liberal) faz valer essa sua natureza de classe. Em suma: os “clássicos, tendencialmente, identificam o Estado – a máquina estatal – com o conjunto de seus aparelhos repressivos. (...) Numa época de escassa participação política, quando a ação do proletariado se exercia sobretudo através de vanguardas combativas mas pouco numerosas, atuando compulsoriamente na clandestinidade, era natural que esse aspecto repressivo do estado burguês se colocasse em primeiro plano na própria realidade e, por isso, merecesse a atenção prioritária dos clássicos (COUTINHO, 1989, p.74 e 75).

Gramsci, por sua vez, vive uma realidade de ampliação do horizonte político na sociedade capitalista (as grandes associações e sindicatos⁴¹, o sufrágio universal...) e percebe que é necessário aprofundar estrategicamente essas mudanças históricas.

Os novos elementos de ordem política que foram construídos no interior da sociedade civil provocaram novas determinações e complexidades na análise entre estrutura e superestrutura. Onde a sociedade civil é mais forte, mais amplo e complexo será o Estado. De acordo com Coutinho (1981), isto não anula de modo algum a aceitação de Gramsci sobre o princípio básico do materialismo histórico. É certo que a materialização da sociedade civil é o grande legado de Gramsci assim como é correto afirmar que a sociedade civil para Marx é identificada no nível da estrutura econômica enquanto que para Gramsci é identificada no nível da superestrutura da sociedade. Porém, supor que, na medida que Gramsci altera a ordem primária dos níveis na localização da sociedade civil, ele estaria retirando da base econômica a centralidade ontológica, fundamento da análise marxiana, para atribuí-la ao momento da superestrutura, é de fato uma abstração⁴².

⁴¹ Segundo ele, o sindicato atendia a política de conquista de direitos, porém não intervinha em relação às estruturas – a organização sindical estava presa à dinâmica do modo capitalista de produção. Entretanto, o conselho de fábrica tinha um papel mais amplo porque possibilitava o aprendizado social entre produtores da práxis e embrionários da democracia no interior do espaço da produção.

⁴² Segundo Norberto Bobbio (1982), a sociedade civil em Gramsci é um momento da superestrutura ideológica e não, como em Marx, um momento da base real, material. O momento da estrutura é primário e

Gramsci seria assim um idealista em teoria social, na medida em que passaria a colocar na superestrutura política, e não na base econômica, o elemento determinante do processo histórico. (...) o conceito se refere, na verdade, ao problema do Estado: o conceito de sociedade civil é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado. (...) produção e reprodução da vida material, implicando a produção e reprodução das relações sociais globais, é o fator ontologicamente primário na explicação da história. (...) Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico (COUTINHO, 1989, p.73 e 74).

Entendemos que em Gramsci a sociedade civil é colocada no âmbito da superestrutura, porém em inúmeras passagens dos *Cadernos*, o italiano não a desloca da infra-estrutura econômica. Gramsci não substitui a economia pela política, mas exclusivamente reafirma o nexos dialético entre os níveis da estrutura e da superestrutura.⁴³

O período histórico de Gramsci evidencia um processo de intensificação da participação política com a formação de grandes sindicatos e partidos de massa e com a conquista do sufrágio universal nos países ocidentais. Conforme o desenvolvimento do capitalismo foi alargando as relações entre economia e política, em igual medida se formaram novos sujeitos políticos e ampliaram-se as organizações e associações de caráter classista, diferente das organizações ‘corporativas’ existentes na época de Hegel e de Marx. É desse movimento histórico que Gramsci enriquece o conceito de sociedade civil e de Estado, percebendo-os constituídos e constituintes de um emergente exercício político⁴⁴.

subordinante para Marx e é onde se identifica a sociedade civil; o momento da superestrutura é secundário e subordinado, lugar do Estado e demais instituições ídeo-políticas da sociedade. Gramsci teria privilegiado a superestrutura na clássica dicotomia com a estrutura e privilegiado a sociedade civil na dicotomia desta com o Estado. Para o autor, é a partir deste ponto de ruptura com Marx que se deve buscar a originalidade filosófica de Gramsci. O autor reconhece que, historicamente, desenvolveram-se interpretações que ora acentuam o momento objetivo e ora o momento subjetivo no materialismo histórico. Porém, não aceita as críticas à ele dirigidas, – de idealismo, de ruptura com a tradição do pensamento marxista ao ignorar o conceito de classe – por entender que privilegiar um dos dois termos de uma relação não significa excluir o outro e que sua intenção fora de determinar a justa colocação de Gramsci na tradição marxista.

⁴³ À esse respeito consultar Liguori (2004), Gramsci (1999, 2000, 2001), Burgos (2001), Simionatto (1999).

⁴⁴ Bobbio (1982) identifica em Gramsci o nexos da análise marxiana da sociedade capitalista e da análise hegeliana da sociedade civil: as relações jurídicas e formas de Estado têm sua origem nas relações materiais de existência, então “a anatomia da sociedade civil deve ser buscada na economia política”. Gramsci é o primeiro escritor marxista que resgata este nexos a partir do conceito de sociedade civil. Segundo o autor, a reavaliação da sociedade civil é o que distingue Gramsci de Marx, pois o conceito gramsciano de sociedade civil deriva mais de Hegel do que de Marx, por ser superestrutural - hegemonia política e cultural de um grupo social. De qualquer forma, Bobbio entende que Marx também se valera do conceito hegeliano na medida que o identifica como o conjunto das relações econômicas da sociedade. Para o autor, este contraste resolve-se a partir da Filosofia do Direito de Hegel onde o conceito de sociedade civil compreende as corporações, as organizações, além das relações propriamente econômicas, reconhecendo a importância das

O conceito ampliado do Estado em Gramsci comporta então duas esferas distintas, mas reciprocamente dialéticas: a sociedade política, ‘Estado em sentido estrito’ ou ‘Estado coerção’ ou o monopólio legal da coerção e da violência de uma determinada classe sobre a outra; e a sociedade civil, ou o conjunto das organizações que elaboram e divulgam as ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura e os meios de comunicação de massa. O termo supremacia conduz ao momento de unificação das distintas esferas – hegemonia e dominação, consenso e coerção, direção e ditadura⁴⁵.

Por enquanto, pode-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico (GRAMSCI, 2000, p.20-21).

A partir do ensaio *Alguns temas da questão meridional* (1926) e da discussão política ocorrida no III Congresso da Internacional Comunista, Antônio Gramsci propõe com maior relevância a questão da hegemonia. Gramsci assume uma postura mais próxima a Lenin⁴⁶ diante dos aspectos que orientam, contraditoriamente, a Segunda e

associações políticas e sindicais (ainda que vaga para seu tempo) e a relação destas com o conteúdo ético do Estado. “Em suma, a sociedade civil que Gramsci tem em mente, quando se refere a Hegel, não é a do momento inicial, no qual explodem as contradições que o Estado irá dominar, mas a do momento final em que, através da organização e da regulamentação dos diversos interesses (as corporações), são postas as bases para a passagem ao Estado.” (BOBBIO, 1982, p.36)

⁴⁵ A distinção entre os conceitos de Althusser (aparelhos ideológicos do Estado) e de Gramsci (aparelhos privados de hegemonia) não são só em aspectos teóricos, mas sobretudo de estratégia política. Enquanto que para Althusser a luta para a ‘derrubada’ do Estado capitalista deve ser enfrentada fora dele, dado que os organismos da sociedade civil são parte integrante desta estrutura estatal, para Gramsci, ao contrário, a orientação política é de uma luta processual no interior do próprio Estado ampliado.

⁴⁶ No que diz respeito à visão estratégica, a diferenciação entre Lênin e Stálin para Gramsci era de que Lênin possuía uma visão internacional dos problemas políticos-sociais. Ao contrário, Stálin, sempre permaneceu na Rússia, o que contribuiu para uma mentalidade nacionalista (primeiro russo depois comunista). Para Stálin, deve ocorrer um fortalecimento progressivo do Estado coerção durante o período de transição ao comunismo. Em Lênin, porém, o socialismo não será vitorioso se não consolidar a democracia. Na obra *O Estado e a Revolução* de Lênin fica evidente uma preocupação com a socialização do poder ou com a participação de todos na gestão das relações econômicas e sociais. Importante destacar a diferença, entre Lênin e Gramsci, com respeito do desencadeamento histórico de fim do Estado: em Lênin, o definhamento do Estado ocorre a partir da extinção progressiva das classes no plano econômico e da difusão do saber entre as massas, ao passo que, em Gramsci, a luta desenvolve-se no terreno específico da política e das instituições socialistas. Com efeito, ele critica o fenômeno da estatolatria – a gestão burocrática do Estado – defendendo o autogoverno dos produtores, isto é, dos organismos da sociedade civil. O Estado coerção é necessário somente em sociedades débeis com relação a democracia política (Coutinho, 1981) .

Terceira Internacional Socialista. Ao rejeitar a distinção entre sociedade política e sociedade civil, clássica do liberalismo, Gramsci desenvolve a tese do Estado ampliado como tese anti-economicista e antiliberal. Resgatando a base teórica de Lênin, sobre a política de aliança entre operários e camponeses pobres enquanto estratégia de tomada do poder em uma dada circunstância histórica, a noção de hegemonia em Gramsci ganha nova dimensão, agora ampliada para a esfera da cultura - é necessário o consenso da massa para a conquista e garantia no poder da classe subalterna.

Gramsci compreendeu a diferenciação entre “Ocidente” e “Oriente” na medida em que a estratégia e as táticas do partido revolucionário na Itália são outras comparadas à realidade dos bolcheviques na Revolução Russa (1917). Assim, desenvolveu sua contribuição específica e original ao aprofundamento e enriquecimento do marxismo, durante um percorrer analítico sobre: 1. as maiores dificuldades de conquista do poder nas sociedades capitalistas avançadas; 2. a diferença estrutural entre as formações econômico-sociais do “Ocidente e do Oriente”; 3. a necessidade do partido revolucionário elaborar estratégia e táticas que dêem conta das diferenças e complexidades produzidas pela dinâmica do capitalismo.

(...) mas o fato de que um Estado seja mais hegemônico-consensual e menos ‘ditatorial’, ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou outra, predominância e autonomia que, por sua vez, dependem não apenas do grau de socialização da política alcançado pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam entre si a supremacia (COUTINHO, 1989, p.78).

Assim, as especificidades históricas do Estado e do terreno nacional e a relação destes com o grau de desenvolvimento do capitalismo têm como foco central a hegemonia e a aliança de classes, dada as diferentes formações sociais, econômicas e políticas que se colocam no período histórico de sua análise, numa sociedade mais complexa. Nas *Notas sobre Maquiavel*, diz Gramsci que:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma

corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado=sociedade política+sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). Numa doutrina do Estado que concebe este como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental (GRAMSCI, 2000, p.244-245).

Trata-se da transição como processo a partir da ‘ocupação’ progressiva do Estado e da construção do consenso (hegemonia) no interior da sociedade civil, diferentemente do ataque frontal ao poder, que em sociedades capitalistas mais complexas, sofrem um risco de estratégia política dado a sua amplitude. “As funções sociais da dominação e da coerção – à medida que se avança na construção econômica do socialismo – abrem progressivamente espaço à hegemonia e ao consenso” (COUTINHO, 1981, p.83).

Compreender o conceito de hegemonia em Gramsci, como totalidade social, exige apreender a unidade entre estrutura e superestrutura, isto é, a unidade entre a atividade humana de produção material e a atividade humana de produção cultural. O objetivo é suscitar dos estratos populares, diretamente das massas, uma nova concepção de mundo capaz de influenciar e modificar a forma de produção material da sociedade e vice-versa. A hegemonia, nesta perspectiva, pode ser a síntese do momento econômico e do momento crítico.

A análise gramsciana evidencia, portanto, que não é apenas suficiente lutar pela extinção da apropriação privada dos meios de produção, mas que se deve lutar também pela extinção da apropriação elitista da cultura e do saber. Só assim será possível criar condições para superar a distância entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, entre “intelectuais e pessoas simples” e, dessa maneira, abrir espaços para que o Estado seja reabsorvido pela sociedade civil (SIMIONATTO, 1999, p.49).

Para Coutinho (1981), a originalidade da concepção gramsciana diz respeito, principalmente, à materialidade da hegemonia como figura social, isto é, a sua autonomia e o seu espaço físico de manifestação que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e Estado-nação. Há duas questões básicas que distinguem estas esferas: 1. a diferença de função que exercem na organização da vida social e na articulação e reprodução de poder; 2. a materialidade (sócio-institucional) própria, um espaço autônomo e específico de manifestação. Assim, os portadores materiais da

sociedade política são as burocracias executiva e policial-militar e os portadores materiais da sociedade civil são os ‘aparelhos privados de hegemonia’⁴⁷.

A luta processual no interior do próprio Estado capitalista (ampliado) pode provocar a crise da hegemonia. Esta se constitui na medida em que ocorre um enfraquecimento da direção política da classe no poder e da perda do consenso. Com efeito, a classe para ser hegemônica necessita ser dirigente, ter o consenso e direção intelectual e moral e não, unicamente, conduzir o poder político e coercitivo. É com esse propósito que a classe dominante busca inevitavelmente o controle ideológico através de uma rede de instituições educacionais, religiosas e de comunicação em geral, que Gramsci denomina aparelhos privados de hegemonia⁴⁸, inculcando nas classes subalternas uma condição de passividade no processo revolucionário. Os ‘aparelhos privados de hegemonia’ são relativamente autônomos em relação ao Estado e tem a função de exercer a direção política e o consenso de forma que abra espaços de conquista do poder de uma classe mesmo que ela ainda não seja dirigente. O núcleo da estratégia política gramsciana é, por assim dizer, uma “guerra de posição”.

Nesta breve análise sobre os pressupostos que fundam o Estado liberal, amplamente criticado por Marx, e as perspectivas de ampliação do Estado, indicadas por Gramsci, chegamos ao século XXI em uma conjuntura extremamente complexa. De um lado, observa-se a ampliação da esfera estatal, especialmente no pós Segunda Guerra, e passados os chamados ‘anos dourados’ do capitalismo, a restrição desta esfera e a alteração das conquistas verificadas até esse período. A crise do capitalismo verificada no final dos anos 1960 determinou alterações na esfera produtiva bem como na relação Estado e sociedade. Esse tema é o objeto de análise do próximo capítulo.

⁴⁷ Para Coutinho (1981), o conceito gramsciano de sociedade civil aproxima-se relativamente do conceito em Hegel na medida em que este a concebe como elemento ético situado entre família e Estado e que incluía as corporações econômicas, formas primitivas da organização sindical moderna. Gramsci identifica a presença da sociedade civil mesmo em sociedades pré-capitalistas porque mesmo em sociedades ditatoriais e despóticas, portanto sem organizações políticas tão desenvolvidas, o domínio de classe necessitava igualmente da ideologia para conquistar a legitimidade do Estado. Por exemplo, a relação da Igreja e do Estado feudal-absolutista.

⁴⁸ A distinção entre os conceitos de Althusser (aparelhos ideológicos do Estado) e de Gramsci (aparelhos privados de hegemonia) não só em aspectos teóricos, mas, sobretudo de estratégia política. Enquanto que para Althusser a luta para a ‘derrubada’ do Estado capitalista deve ser enfrentada fora dele, dado que os organismos da sociedade civil são parte integrante desta estrutura estatal, para Gramsci, ao contrário, a orientação política é de uma luta processual no interior do próprio Estado ampliado.

2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A REFORMA DO ESTADO CAPITALISTA: OS IMPACTOS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

2.1 O “compromisso” fordista e a crise do *Welfare State*

Alguns elementos da tese de ampliação do Estado, indicados por Gramsci, podem ser encontrados, sobretudo, na segunda metade do século XX. A contínua expansão dos direitos políticos e sociais e a ampliação da participação popular, através da socialização da política, apontaram em certa medida para a superação o caráter restrito do Estado.

Segundo Santos (2001), da transição do capitalismo liberal para o organizado é que os problemas decorrentes da industrialização ganham maior visibilidade como a pobreza generalizada, a prostituição, a criminalidade, o alcoolismo, o analfabetismo, as doenças epidêmicas, o desemprego, as greves, etc. Há um crescente domínio do modo de produção capitalista nas relações econômicas e em todos os aspectos da vida social. Entram em cena política os sindicatos e os partidos operários e, no antagonismo político estabelecido com as organizações e instituições burguesas, provocam uma distinção gradativa na relação entre Estado e sociedade civil. O autor destaca dois aspectos: 1. a necessidade de uma gestão econômica pública a partir de uma intervenção do Estado, sobretudo, na regulação do mercado. Neste aspecto, observa-se a:

(...) crescente disponibilidade do Estado capitalista para proteger os interesses empresariais, desde a construção de infra-estruturas e da socialização dos custos de industrialização à criação de sistemas educativos concebidos para satisfazer as necessidades das grandes empresas no que respeita à habilitação e especialização da mão-de-obra, a políticas de pleno emprego e a fundos para investigação e desenvolvimento (SANTOS, 2001, p.147).

2. a politização de algumas dimensões da questão social fruto, principalmente, da expansão do processo político, do direito de voto dos trabalhadores e pela emergência dos partidos operários.

Este modelo de Estado de bem-estar no contexto do capitalismo organizado caracterizou um tipo particular do Estado capitalista conforme apontou Boito (1999), pois

diante de sua dinâmica o capitalismo não garante condições políticas e econômicas efetivas para a realização dos direitos sociais ideologicamente reivindicados. A concretização e expansão das conquistas dependeram mais das forças em luta e das condições históricas que foram herdadas. Desta forma, pode-se afirmar que houve um triunfo do reformismo sobre a revolução, uma mudança da perspectiva socialista para a perspectiva da social-democracia, na medida em que questões sociais e políticas evidenciadas no *Welfare State* atenuaram algumas desigualdades do capitalismo e, em contrapartida, aprofundaram as contradições do sistema.

O Estado de bem-estar é um tipo particular de política social do Estado burguês. Ora, é utópico pretender implantar a igualdade socioeconômica sob o capitalismo. Os direitos sociais podem ser universalistas e igualitaristas no plano da ideologia, mas o conteúdo, a regulamentação e o usufruto efetivo de tais direitos comportam, ainda que com variações de país para país, importantes desigualdades. O grau e o tipo dessa desigualdade dependem da natureza e da composição da frente de classes que assegurou a implantação e expansão de tais direitos. A questão é que o Estado de bem-estar atenuou amplamente a desigualdade de rendas e de condições de vida, mas, ao mesmo tempo, conservou, em graus variados, inúmeras desigualdades. (BOITO, 1999, p. 220-221)

Essa perspectiva pode ser evidenciada a partir do conjunto de transformações ocorridas no decorrer de 1945-73, denominada de fordista-keynesiana. Em certa medida, o *Welfare State* representou o alargamento das fronteiras do Estado em que o liberalismo conservador evoluiu para o que podemos chamar de “liberal-corporativismo”: os interesses representados na arena política não são mais os dos indivíduos singulares, e sim o de corporação particulares mais ou menos abrangentes” (COUTINHO, 1989, p.52).

As novas formas de organização dos trabalhadores dão a tônica do pensamento político do século XIX - o liberalismo democrático. O enfoque da liberdade baseada na propriedade – característica do liberalismo elitista do século anterior – sofreu alterações em virtude das contradições produzidas no interior das relações sociais e de produção, dos antagonismos evidentes entre o quadro social e econômico que fora estabelecido e os princípios liberais difundidos.

A economia keynesiana seguiu a tendência liberal democrata. Com efeito, conflitou com a economia clássica na medida em que exigiu o revisionismo econômico a fim de controlar as forças de mercado e regular as distorções. De qualquer forma, buscou a

conciliação do liberalismo com a democracia fomentando um compromisso de classes já que atendeu algumas demandas sociais emergentes do modo de produção capitalista ampliando serviços sociais pelo Estado. Concretamente, as novas reformulações do liberalismo foram necessárias com vistas a recuperar a hegemonia do capitalismo.

Por que há uma nova temática no liberalismo do século XIX? Porque este é um novo momento de luta da burguesia, não mais contra o Antigo Regime, mas contra a novíssima força política que emerge com o proletariado. Por que no século XX, especialmente entre as décadas de 30 e 50 há uma nova fala liberal? Porque há uma forte rearticulação da burguesia – cuja face extrema é o facismo – diante da ameaça de internacionalização da luta proletária. (...) a burguesia vivifica o liberalismo nos momentos em que ela carece de alguma saída apaziguadora (...) ou para conter uma grave crise econômica social e deter a erupção social, o liberalismo reaparece para exercer várias funções: propor o modelo de Estado (sociedade política) que cabe ser instalado (antes que se proponha transformações a nível da sociedade civil); propor os parâmetros da democracia, para configurar o Estado “em crise” como Estado anti-democrático, autoritário, ditatorial e correlatos (WARDE, 1984, p.12 e 16).

Para David Harvey (1994)⁴⁹ o período fordista-keynesiano manifestou como funções do Estado o esforço de controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra.

Essas políticas eram dirigidas para áreas de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 1994, p.129).

As formas de intervencionismo estatal variaram de acordo com cada país,

⁴⁹ David Harvey (1994), no seu trabalho intitulado *Condição pós-moderna*, analisa que as transformações políticas e econômicas do capitalismo do final do século XX produziram modificações no modo de produção (processos de trabalho), no campo geopolítico, configurando novas relações econômicas e de poder no sistema mundial, novos hábitos de consumo e novos poderes e práticas do Estado. O capitalismo pela sua característica altamente dinâmica e instável recorre a um modo de regulamentação que assegure seu funcionamento e sua estabilidade pelo menos por algum período. A hipótese de Harvey é de uma transição do regime de acumulação e de regulamentação sócio-política.

seja no padrão de gastos públicos, seja na organização dos sistemas de bem-estar social ou no grau de envolvimento ativo do Estado. Para a compreensão das diferentes reproduções do fordismo em cada Estado-nação é importante resgatar alguns fatores que determinaram a hegemonia econômica e política norte-americana:

O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar (HARVEY, 1994, p. 131-132).

A economia capitalista e sua política de orientação liberal produziram no seu interior sérias tensões sociais e, por extensão, movimentos de resistência por parte das classes subalternas. Para amortecer o crescente descontentamento popular o Estado era convocado à,

(...) garantir alguma espécie de salário social adequado para todos e engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias. A legitimação do poder do estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso (HARVEY, 1994, p.133).

Conforme indica Antunes (1999), tratou-se exclusivamente, de uma estratégia burguesa com vistas a delimitar o campo da luta de classes na medida em que os elementos que constituíram o *Welfare State* colocaram para a classe trabalhadora a possibilidade de abandono de um projeto societário. Implementam-se ganhos sociais para os trabalhadores dos países centrais em troca da retirada da luta pelo socialismo. Este ‘avanço social’ para os países desenvolvidos sustentou-se com a enorme exploração do trabalho nos países do Terceiro Mundo excluídos do compromisso social-democrata. Nesta perspectiva, a abertura dos espaços e organismos de representação institucional e política, mais que um salto democrático acabou por converter-se em uma engrenagem no processo

de reprodução capitalista. Assim, as relações que se estabeleciam nas esferas do compromisso fordista

tinham como elementos firmadores ou de intermediação os sindicatos e partidos políticos, como mediadores organizacionais e institucionais que se colocavam como representantes oficiais dos trabalhadores e do patronato, sendo o Estado elemento aparentemente ‘arbitral’, mas que de fato zelava pelos interesses gerais do capital, cuidando da sua implementação e aceitação pelas entidades representantes do capital e do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 38).

O compromisso fordista e a política keynesiana, progressivamente, subordinaram a dimensão emancipatória do movimento operário social-democrata integrando-os a ordem do Estado de bem-estar como condição imediata para as demandas materiais de reprodução social. Esse processo conduziu a uma idéia de fetichismo do Estado, isto é, um poder estatal de caráter coletivo, arbitral e exterior na relação de antagonismo entre capital e trabalho.

Esse processo significou, para segmentos importantes do proletariado europeu “um acréscimo da dependência tanto prática quanto ideológica, em relação ao Estado, sob a forma do famoso ‘Estado-providência’. Dentro da moldura do fordismo, com efeito, esse Estado representa, para o proletariado, a garantia de ‘seguridade social’, com sua qualidade de gestor geral da relação salarial (...) Tudo isso fez com que se desenvolvesse um fetichismo de Estado, bem como de seus ideais democráticos (inclusive no que eles têm de ilusório), aos quais o Estado-providência deu conteúdo concreto (ao garantir de algum modo o direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação e à formação profissional, ao lazer etc) (ANTUNES, 1999, p. 40).

A estratégia do modelo social-democrata no segmento majoritário do movimento operário era de conquista do poder do Estado, ainda que nos seus limites, de modo a reduzir o peso destas contradições. Ao transformar a negociação em finalidade exclusiva de sua prática nos termos deste compromisso os organismos sindicais e políticos geraram tendências de fragmentação entre base e cúpula dos movimentos operários favorecendo sua burocratização e o corporativismo no conjunto da classe trabalhadora.

Entretanto, tal tendência não foi homogênea no interior das representações do movimento operário. De um lado, o eixo de ação política dos trabalhadores reservava a exigência das condições e garantias do Estado para as conquistas resultantes do compromisso fordista acentuando a melhoria dos salários, das condições de trabalho e de

seguridade social. De outro, um eixo inverso, de integração, organismos sindicais e políticos constituíram-se em estruturas mediadoras do domínio do capital sobre o trabalho na medida em que canalizavam os conflitos e propunham saídas apaziguadoras, portanto, reguladoras o suficiente para conter o transbordamento das contradições de classes.

Desse modo, o ciclo de expansão e afirmação do *Welfare State* apresentou sinais de crise também pelo ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho que ultrapassaram aqueles limites postos pela regulação fordista no campo da luta de classes. A emergência de novos sujeitos sociais⁵⁰ foi o que impulsionou o transbordamento do conflito de classes. Exemplo foi o caso dos movimentos pelo controle social da produção que expressavam uma revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção, no final dos anos 1960.

O taylorismo/fordismo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido. Ao mesmo tempo, o operário-massa era frequentemente chamado a corrigir as deformações e enganos cometidos pela 'gerência científica' e pelos quadros administrativos (ANTUNES, 1999, p.41).

Esse processo foi suportável até a primeira geração a qual se dispôs a pagar o preço pelas vantagens do fordismo. Já a segunda se rebelou contra seus métodos e técnicas de trabalho bem como com os limites do compromisso fordista assumidos pela geração anterior. De fato, a contradição: o fordismo provocou a emergência em escala ampliada de um novo proletariado que foi base social para a expansão do compromisso social-democrático, mas, ao mesmo tempo, foi o principal motivo para seu esgotamento.

Realizava-se, então, uma interação entre elementos constitutivos da crise capitalista, que impossibilitavam a permanência do ciclo expansionista do capital, vigente desde o pós-guerra: além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos anos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afluíam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto,

⁵⁰ Ricardo Antunes (1999) denominou de operário-massa a parcela hegemônica do proletariado da era taylorista/fordista que atuava no universo concentrado no espaço produtivo.

papel central na crise dos fins dos anos 60 e início dos 70 (ANTUNES, 1999, p.42).

As contradições emergentes ameaçaram a hegemonia americana. Inclusive a própria influencia de movimentos nacionalistas burgueses que mobilizaram alguns insatisfeitos do Terceiro Mundo com o não cumprimento da promessa de modernização. Ao contrário do que se esperava o domínio capitalista promoveu a destruição de culturas locais ocasionando uma crise do Estado-nação. Ainda assim, o núcleo essencial do fordismo manteve-se até 1973 quando a recessão abalou esse quadro para novas transformações.

2.2 O Estado no neoliberalismo: a retomada da matriz liberal

Num momento de hegemonia da política keynesiana e do Estado de bem-estar social na Europa Ocidental e do Leste e na União Soviética, e de desenvolvimentismo e populismo⁵¹ nos países latino-americanos, um grupo de intelectuais europeus e norte-americanos na esteira das formulações liberais de Hayek deram origem a doutrina neoliberal. Essas idéias legitimaram as mudanças políticas e econômicas do capitalismo internacional ocorridas na segunda metade da década de 1970. Simultaneamente, o quadro de declínio ideológico no movimento socialista, reformista e revolucionário, se acentuou com a crise da União Soviética inserindo-se num espaço mais amplo de hegemonia neoliberal sobre contestação da social-democracia nos países centrais e ainda em desenvolvimento nos países periféricos. Segundo Boito (1999, p.117),

Com o campo imperialista mais coeso, graças à inexistência de enfrentamentos bélicos entre os Estados centrais, com a União Soviética em processo de desagregação e o movimento socialista em crise, as burguesias imperialistas viram-se em condições mais favoráveis para implantar a política de supressão dos direitos sociais nos seus países e para obrigar uma marcha à ré no desenvolvimento do capitalismo na periferia. As instituições políticas e econômicas internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e, mais recentemente, a OMC passaram, então, a ter um papel mais ativo como instrumento de tutela dos países centrais sobre os governos dos países periféricos.

⁵¹ Armando Boito (1999), reporta-se à política do Estado populista originada da revolução de 1930 para diferenciar a característica daquele reformismo estatal. No conjunto dos governos desenvolvimentistas houve um choque de interesses com o poder econômico e político agrário e industrial. Em meio à estas contradições, o estabelecimento de direitos sociais mínimos foi graças à esta política populista.

O modelo da reforma, inicialmente, de perspectiva socialista foi gradualmente se restringindo às possibilidades de democratização social do capitalismo. Apesar de sua hegemonia nos países centrais perdeu seu vigor nas últimas décadas. Conforme argumenta Santos (2001), o princípio do Estado, novamente, sofreu transformações:

(...) de modo geral pode afirmar-se que o Estado parece estar a perder o estatuto de unidade privilegiado de análise e de prática social. Esta perda relativa de protagonismo do Estado nos países centrais tem tido um papel determinante nas políticas sociais. Desregulação, privatização, mercado interno do Estado, com participação nos custos, mercadorização, cidadania activa, ressurgimento da comunidade são algumas das denominações do variado conjunto de políticas estatais com o objectivo de reduzir a responsabilidade do Estado na produção de bem-estar social (SANTOS, 2001, p.155).

Esta reformulação teórica do liberalismo clássico criticou severamente o Estado de Bem Estar Social abrindo-se campo fértil para a retomada das leis do livre mercado. Friedrich von Hayek e Milton Friedman foram os dois grandes interlocutores dessa reformulação. Conforme Hayek (apud Anderson, 1995, p.79) “(...) o Estado de bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos”. Nesta ótica, o aumento dos gastos sociais pelo Estado, devido ao poder excessivo dos sindicatos e movimentos operários, era o que determinava a crise econômica e ameaçava as bases de acumulação capitalista. Esses gastos deveriam ser interrompidos estruturando uma nova forma de Estado que permitisse a prosperidade e harmonia social pela livre concorrência. Ou seja,

O neoliberalismo nada mais é do que a nova estratégia do capital para recuperar sua capacidade de acumulação, consecutiva à diminuição relativa da produtividade que conduziu ao esgotamento do modelo keynesiano e às novas possibilidades de que ele passa a dispor para recolonizar as economias periféricas (HOUTART, 2001, p.91).

A crise do regime de acumulação fordista consolidado no pós-guerra incide sobre o compromisso social-democrata que, conforme Santos (1997a), consiste na crise da dimensão política dos sujeitos sociais, dado o processo lento de desradicalização das lutas sociais “(...) o compromisso social-democrático, já de si assente numa concepção restrita (liberal) do político, acabou, apesar das aparências em sentido contrário, por reduzir ainda

mais o campo político” (SANTOS, 1997a, p.249). Consiste na crise do Estado nacional perante a globalização da economia capitalista e das instituições financeiras que constituem sua base econômica. É característica dessa crise o retrocesso nas políticas sociais que assumiu, entre outras formas, o corte orçamentário de programas sociais, a privatização de setores estratégicos como saúde, educação, habitação, transportes e outros, a transferência de serviços sociais mediante convênios com o Estado. Conforme indica Santos (1997a, p.255),

(...) no período do capitalismo liberal, não foi necessário privatizar o setor social do Estado, apenas foi necessário não deixar que ele emergisse; diferente porque, no período do capitalismo desorganizado, o predomínio do princípio do mercado tem uma forte dimensão ideológica que ajuda a legitimar a relativa retirada do Estado da prestação da providência social, ao mesmo tempo que oculta o fortalecimento, aparentemente contraditório, da intervenção do Estado na área econômica – a proteção e viabilização de empresas, os incentivos fiscais, o proteccionismo, ou a cobertura de situações de falência técnica muitas vezes engendradas por meio fraudulentos, em suma, o Estado-Providência das empresas`. Por último, o predomínio do princípio do mercado é agora diferente porque, ao contrário do que sucedeu no período do capitalismo liberal, faz apelo ao princípio da comunidade e as idéias que ele envolve, como, por exemplo, as de participação, solidariedade e autogoverno, para obter a sua cumplicidade ideológica na legitimação da transferência dos serviços da providência social estatal para o sector privado não lucrativo.

Com efeito, este é um período de revigoração e reorganização do capitalismo, ainda que Santos (2001) utilize o termo “capitalismo desorganizado”. A deterioração do modo de regulação fordista nos países centrais e a crise do Estado-providência caracterizaram a égide do princípio do mercado, hegemonicamente mais organizado do que em períodos anteriores.

Goran Therborn (1999), a partir de seu estudo sobre as teorias do Estado⁵²,

⁵² Goran Therborn (1999) define o período entre 1965 e 1985 como o de grande expansão das teorias sobre o Estado, em virtude do próprio crescimento do aparato estatal, principalmente nos países de capitalismo avançado como algumas nações européias, Estados Unidos e Japão. Grande parte do orçamento público nestes países fora destinado ao conjunto dos serviços sociais. Das correntes que se destacaram neste período, o autor identifica a corrente marxista, a estatista (inspirada no clássico Max Weber) e uma terceira que é uma expansão na decisão pública. A corrente marxista abordou três elementos centrais que envolvem o Estado: 1. O Estado capitalista propriamente dito; 2. A relação do Estado com a lógica da economia e acumulação capitalista; 3. A questão da democracia liberal (seus limites) e do reformismo estatal. A abordagem estatista preocupou-se com o funcionamento do Estado como agente de organização e autonomia política. Por sua vez, o enfoque da decisão pública preocupou-se com a tomada de decisões, isto é, o poder político na esfera da democracia liberal. Para o autor, tais teorias encontram-se hoje praticamente marginalizadas, periféricas. A primeira, a marxista, porque perdeu certo grau de atualidade com o enfraquecimento das perspectivas e práticas revolucionárias que foram o sustento de análises interpretativas de Marx. O enfoque estatista, por sua vez, na medida em que concebe o Estado como um conjunto de instituições e não mais uma organização

indica três dimensões analíticas na atual conjuntura, a saber:

1. a respeito da organização estatal o autor evidencia os processos de mercantilização das políticas sociais e a desburocratização do Estado. Reconhece que, do ponto de vista da organização do Estado capitalista ocorreu um período de modernização estatal orientado pelo neoliberalismo;

2. quanto à representação política, observa uma crescente abertura democrática ainda que sob hegemonia burguesa. Esse processo ganha um papel estratégico no controle dos meios de comunicação e nos canais da economia neoliberal assegurando a representação política dentro do Estado democrático. Essas tendências fortaleceram a dimensão capitalista do Estado na medida em que garantiam sua (quase) isenção nas atividades econômicas;

3. no campo político o autor afirma a emergência de um liberalismo pós-democrático. Evidencia-se, neste aspecto, a tentativa de enfraquecer o poder sindical no setor público, a captação de recursos com a venda de empresas e instituições estatais e a geração de uma nova clientela de gerentes, administradores e acionistas com o processo de privatização. De fato, destaca-se a perda progressiva do caráter público do Estado e de sua capacidade fiscal perante a hegemonia capitalista na direção da maximização dos lucros no interior de serviços essenciais básicos.

Ressalta-se o entendimento de Therborn (1999) sobre a importância do Estado-nação frente aos processos de globalização. Evidencia como exemplo concreto desta tendência países como a França, Alemanha e Itália que devido à influência de instituições específicas nacionais enfrentam as tendências globais na dinâmica do capitalismo contemporâneo. Para o autor, a mudança do perfil de Estado no movimento histórico do capitalismo deve-se não a ordem natural (metafísica), mas ao conjunto e processos de lutas sociais, inclusive de guerras mundiais, que resultaram até aqui num Estado superior ao que lhe procedeu. Isto também se atribui ao reconhecimento e garantia institucional de direitos sociais como o respeito às diferenças étnicas, raciais e de gênero, ainda que nos limites das relações capitalistas.

distinta, com relações negociadas sem muita distinção de delimitação da esfera estatal e não estatal. Esta tendência faz com que diminua a especificidade do Estado como agente e como organização. O enfoque da decisão pública obteve um tensionamento na medida em que os burocratas perderam de vista a ampliação de seus pressupostos e passaram a competir a administração mais eficiente da era neoliberal no tocante a corte e ajustes fiscais do Estado.

2.3 A acumulação flexível: exigências para um novo modelo de Estado

Conforme se identificou, aquela fase ofensiva da luta dos trabalhadores obteve fortes características de oposição ao processo institucional social-democrata colocando como eixo central o controle social dos trabalhadores sobre os meios materiais de produção. A alienação produtiva do trabalho social desencadeou nesta geração de lutas operárias (60-70) uma retomada da idéia clássica do marxismo: de controle social do trabalho sem o capital (Mészáros apud Antunes, 1999, p.44).

Entretanto, diante de limites históricos, estas lutas não conseguiram se converter num projeto de sociedade hegemônico ao capitalismo. Entre outras determinações, o fato de não se articular com novos movimentos sociais como os ambientalistas, étnicos, de gênero, etc. As ações limitaram-se aos focos internos de conflito sobre o controle da produção e aos organismos classistas e de partidos políticos tradicionais da extração social-democrata. Com isto, essas lutas também não conseguiram viabilizar formas de organização alternativas à burocracia e ao corporativismo que prevalecia na cúpula dos movimentos operários. Mesmo assim, perturbou o funcionamento do capitalismo e contribuiu para eclodir a crise do fordismo. É este processo então que gera as bases sociais e ideo-políticas para a retomada de acumulação capitalista a partir de sua reestruturação. Conforme indica Boito (1999, p.44),

O enorme salto tecnológico, que então se iniciava, constituiu-se já numa primeira resposta do capital à confrontação aberta do mundo do trabalho, que afluía nas lutas sociais dotadas de maior radicalidade no interior do espaço fabril. E respondia, por outro lado, às necessidades da própria concorrência intercapitalista na fase monopólica. Foi nesse contexto que as forças do capital conseguiram reorganizar-se, introduzindo novos problemas e desafios para o mundo do trabalho, que se viu a partir de então em condições bastante desfavoráveis.

A crise estrutural do capitalismo repercute na alteração do padrão produtivo taylorista e fordista que, gradativamente, foi sendo substituído pelas formas produtivas flexibilizadas e denominadas de acumulação flexível. O modelo de regulamentação apoiado no *Welfare State* foi solapado pelas tendências de desregulamentação neoliberal. Da transição do fordismo à acumulação flexível manifestou-se um período de intensificação da competição internacional e fragilização da economia estadunidense (1965

a 1973). A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo.

Para Antunes (1999), a resposta do capital para a sua crise, isto é, para o período de esgotamento do seu modo de acumulação, foi de reorganizar o ciclo reprodutivo preservando os seus fundamentos essenciais. O capitalismo buscou alternativas mais dinâmicas para acentuar a exploração do trabalho e redefinir um padrão acumulativo da riqueza socialmente produzida. Para se reproduzir precisou reorganizar as forças produtivas determinando um conjunto de transformações na organização da produção material, bem como na gestão e no consumo do trabalho. Foram estratégias que implicaram no reordenamento das nações em detrimento da periferia mundial e em fusões do capital industrial e financeiro gerando uma nova composição no mercado internacional. De acordo com Mota (1997, p.53),

Este reordenamento expressa as estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfrentamento da crise e se dá através da reorganização do processo de produção de mercadorias e realização do lucro. Trata-se da reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais, necessários à manutenção do processo de reprodução social. Tal movimento determina: o reordenamento hierárquico das nações, em função da sua riqueza e poder, como é o caso dos países centrais e periféricos; a reestruturação dos capitais, com as fusões patrimoniais, a íntima relação entre o capital industrial e financeiro, as novas composições de força política no mercado internacional, além da formação de oligopólios globais, via processo de concentração e descentralização do capital; as transformações no processo de trabalho, exigência do reordenamento das fases do processo de produção e realização da mais-valia, determinando também outras formas de constituição e reprodução do trabalhador coletivo.

Concretamente, o sistema de “compromisso” e de “regulação” estatal erigido no conjunto do taylorismo/fordismo sofreu grandes perdas na perspectiva do trabalho. Conforme Antunes (1996), o sistema de produção flexível exigiu direitos do trabalho também flexíveis,

(...) supõe a eliminação dos direitos do trabalho, e se o trabalhador tem direitos ‘rígidos’, essa rigidez dos direitos conquistados ao longo de décadas obsta essa flexibilidade produtiva que necessita do trabalhador disponível; necessita do trabalho parcial, do trabalho de terceiros e do trabalho precário, dessas várias formas de trabalho que eu chamo de subtrabalho, uma subproletarização dos trabalhadores, de modo que flexibiliza e dá efetividade a um modo de produção que é essencialmente

destrutivo e que também destrói a mercadoria força de trabalho. (...) Esses terceiros, em geral, não têm sindicatos, não têm direitos, são menos remunerados do que aqueles que eram da fábrica, ou seja, cria-se um processo de enorme fragmentação. Se a classe trabalhadora já é uma classe trabalhadora fragmentada, isto é um desafio para uma proposta anticapitalista, que tem de caminhar no sentido de incorporar e dar mais coesão a tantas fragmentações (ANTUNES, 1996, p.81).

Neste contexto, podemos reafirmar o processo de retomada do indivíduo e da propriedade privada no interior das funções do Estado. Na produção fordista o predomínio foi de negociação coletiva. Para a era de produção flexível as políticas de negociação são localizadas ou por empresa, centradas principalmente no indivíduo. Da mesma forma, o Estado de bem-estar social era predominante no fordismo enquanto que no período de acumulação flexível do capitalismo foi necessária a privatização das necessidades coletivas e de seguridade social. A flexibilidade dos processos e mercados de trabalho implicou, entre outras coisas, em altas taxas de desemprego estrutural e no retrocesso do poder sindical, ou seja, a precarização do trabalho influenciou na exclusão da mão-de-obra e o enfraquecimento do poder de organização dos trabalhadores.

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores 'centrais' e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. Na Inglaterra, os "trabalhadores flexíveis aumentaram em 16 por cento, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6 por cento, ficando em 15,6 milhões (Financial Times, 27 de fevereiro de 1987). Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria 'temporário' (NEW YORK TIMES, 1988, apud HARVEY, 1994, p.144).

Para Ricardo Antunes (1996), a década de 1980 representou o momento mais agudo de transformações no mundo do trabalho a partir de uma crise de duas dimensões. A primeira, o autor define como uma crise objetiva e material nos processos de trabalho. Houve um grande salto tecnológico no interior do capitalismo ocasionando, entre outras mudanças, a superação do modelo fordista e taylorista de organização da produção. Considera-se assim, a experiência japonesa, o toyotismo, como o modo alternativo que mais sintetiza essas mudanças nos tempos atuais. A segunda dimensão da crise é subjetiva, que não se desvincula da primeira, mas altera a forma de ser da classe trabalhadora

afetando diretamente os seus organismos de representação política, entre eles, os sindicatos e os partidos políticos. Mota confirma,

Estas sociabilidades emergentes respondem à necessidade que tem o capital, neste momento, de criar novas formas de subordinação do trabalho, capazes de lhe permitir a flexibilização e a intensificação da produção, fraturando a cultura político-organizativa dos trabalhadores na medida em que procura neutralizar as expressões da tradição conflitiva que sempre permeou a relação entre patrões e empregados (MOTA, 1997, p.55).

Para Antunes (1996), a origem do toyotismo está diretamente relacionada com a política anti-sindical do pós-guerra no Japão implicou em uma nova cultura dentro da fábrica: o trabalhador agora deve envolver-se com o universo e ideário da empresa. Caracterizou-se como a substituição do sindicalismo de classe por um sindicalismo de empresa ou de envolvimento de classe. Tal modelo consolidou-se em escala mundial na lógica contemporânea do capital e repercute no plano ideológico através de um processo de cooptação e integração do trabalhador.⁵³ Como por exemplo, o autor traça um balanço do sindicalismo de participação na Europa entendendo como estratégia equivocada do movimento sindical visto que o resultado foi de um significativo enfraquecimento:

Houve um aumento considerável do desemprego, houve a dessindicalização e um conjunto muito importante de países como os Estados Unidos, a França, o Japão, a Itália, a Alemanha, a Holanda, a Suíça e o Reino Unido, que tiveram a diminuição das taxas de sindicalização nas últimas décadas, em especial na década de 80. (...) diminuição do número de greves; o sindicalismo optou por uma 'ação participativa' que tem contabilizado poucas vitórias e muitas derrotas (ANTUNES, 1996, p.83).

Contribuiu para estas transformações o fato histórico ocorrido em 1989 com o fim do Leste Europeu. O esvaziamento do projeto socialista, intencionalmente propagado pela ideologia neoliberal, foi incorporado por amplos setores do mundo produtivo, intensificando a idéia do individualismo no seio da classe trabalhadora. Com efeito, interesses imediatos e corporativos tomam lugar de um projeto coletivo e consciente de superação ao sistema capitalista. No seio das fragmentações entre os trabalhadores e de

cortes com gastos e políticas sociais ficaram mais complexas as lutas por conquistas e as manifestações são na maioria das vezes de caráter defensivo.

Por motivos vários, a esquerda socialista e anticapitalista tem sido incapaz de mostrar que essa tragédia do século XX – a tentativa heróica e trágica de construção do socialismo que não se efetivou – não é a derrota terminal do socialismo. Mas o que fica para as grandes massas é essa derrota, e isso tem um efeito muito forte, porque o efeito político-ideológico na consciência dessa classe é um efeito de retração, de defensividade, de lutar por reivindicações cotidianas e ponto. E isto é fundamental para o capital, na medida em que se retrai o âmbito de luta para esse universo, no universo da luta meramente imediata e não se vislumbra nada além da imediaticidade (...) Essa crise atingiu, evidentemente, a subjetividade da classe trabalhadora, a sua consciência de classe, consciência de constituir-se como ser que vive do trabalho. Isso questionou e atingiu os seus organismos de representação, tais como os sindicatos e os partidos (ANTUNES, 1996, p.82).

Reportou-se a Draibe (1988) para enfatizar a repercussão das mudanças no mundo do trabalho nas políticas sociais. A autora entende que a esfera produtiva é a base sobre a qual ergueram-se as políticas de bem-estar social em virtude das relações de emprego, salário, contribuições e benefícios sociais. A alteração nesta esfera implica, portanto, nas condições materiais do peso e função do Estado na garantia e na definição da política social no Brasil.

Mas uma política econômica que se comprometa com o desenvolvimento poderá apresentar, sem dúvida, realizações menos medíocres que as atuais e elevará, mais ou menos, as taxas de emprego na medida em que a ela estiverem também vinculadas coerentes políticas setoriais, além das de emprego e de formação de mão-de-obra, conduzindo a uma diminuição das taxas de desemprego, subemprego e de atividades no mercado informal de trabalho, tudo isso tendendo a reduzir as pressões sobre as políticas sociais (DRAIBE, 1988, p.55).

Diferentemente de Antunes (1996), a autora indica que diante desta crise o trabalho pago poderá não ocupar mais o lugar central no tempo social e na vida dos indivíduos e, por extensão, o trabalho remunerado não significar a fonte de identidade, de inserção social. A economia capitalista não está mais em condições de garantir a cada

⁵³ Vale ressaltar, a crítica do autor sobre a idéia de que este movimento estaria diminuindo a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual. Ele afirma que tal integração é sob o controle e domínio do capital e isto não é um avanço do ponto de vista do trabalho, mas torna-se ainda mais complexo.

indivíduo o trabalho útil e remunerado dentro dos seus limites e da sua lógica excludente. Dessa forma, a Draibe (1988) defende como condição de enfrentamento à crise a garantia da redução do tempo de trabalho e as possibilidades de trabalho fora da economia, em atividades sem fins econômicos. Neste contexto, a autora admite que as lutas mais progressistas deverão caminhar na tentativa de redução da jornada de trabalho. Concorda-se que esta deverá ser uma das bandeiras mais fortes do movimento operário e sindical. Porém, ao lado destas lutas, a autora reforça as tendências de desenvolvimento de atividades não-remuneradas de empregabilidade do ‘tempo livre’,

(...) como se há de convir, o tempo livre, nestas condições, deixa de ser, tendencialmente, o tempo do não-trabalho, do descanso, o ‘tempo que resta’, como insiste Gorz. É agora o tempo das atividades de enriquecimento humano, das trocas sociais úteis, frutíferas entre homens livres. (...) Não é esse o sentido da proliferação das associações voluntárias, das organizações não-governamentais, das redes assistenciais e de solidariedade, de ajuda mútua, de cuidados e atenção com crianças, idosos, que vem se desenvolvendo nas cidades, nos municípios, nos bairros, nas vizinhanças, enfim, na comunidade? (...) Surgem, é verdade, principalmente na crise, e justificam-se a si próprias pela falência ou limites das ações do Estado na garantia dos direitos sociais; no entanto, são materialmente possíveis porque tem havido um aumento do tempo socialmente livre na sociedade (DRAIBE, 1988, p. 49).

Ora, se por um lado, a autora reconhece o problema do desemprego em que trabalhadores não têm a garantia de sua subsistência (ainda que para a reprodução de sua força de trabalho) como conceber, por outro, que esses trabalhadores tenham condições de enriquecer socialmente em atividades de ‘tempo livre’, se o que lhe é materialmente útil para que possa desenvolver tais atividades (alimento, moradia, saúde), está sob condições extremamente ameaçadas pela falta de trabalho? Sob uma ótica filosófica, como se pensar livre na sociedade, estando condicionado à assistência do Estado e sociedade sem condições de dignidade a partir do trabalho?

Ao compreender tais atividades exercidas no ‘tempo livre’ dos desempregados e excluídos do mercado de trabalho como socialmente úteis, a autora não estaria exaltando em demasia o aspecto positivo das ONGs e redes de solidariedade social em detrimento da estratificação e deterioração do trabalho frente as novas determinações do capital? Há condições materialmente concretas de usufruir o tempo livre, na perspectiva de enriquecimento humano, sem comida, casa, educação enfim, sem o acesso aos bens socialmente produzidos? Se o poder de compra dos cidadãos e seu direito a uma renda não podem mais depender da quantidade de trabalho que eles realizam, poderá sobreviver tal

contingente populacional desempregado somente de atividades voluntárias ou políticas de renda mínima?

Com este enfoque também é possível problematizar as três características de independência da renda em relação ao trabalho remunerado que a autora apresenta. A primeira se caracteriza pela efetivação da renda social mínima; a segunda, pelo crescimento tendencial de programas assistenciais que, para a autora, significa a possibilidade de parte da população apropriar-se da riqueza socialmente produzida; e a terceira, diz respeito ao crescimento do emprego no setor público, em particular, em áreas sociais como educação, saúde e assistência.

Observa-se que todas estas características estão na contracorrente das políticas neoliberais. Nem renda mínima, nem sequer programas assistenciais são prioridades dos governos que atendem aos princípios da economia de ajuste dos países periféricos. Salvo casos em que pesem certas reivindicações de modo a atender focos de rebatimento ou conflito social. No que diz respeito ao crescimento da empregabilidade no setor público, ao contrário há uma forte tendência nas políticas de ajuste fiscal do Estado, sob a pressão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de não mais implementar os concursos públicos (previstos constitucionalmente e em legislações específicas), mas buscar outras formas de contratação. Estes são alguns dos pressupostos presentes na reforma do Estado brasileiro que repercutem nas diferentes unidades da federação. Particularmente, será apresentado, no último item deste capítulo, algumas destas expressões na política pública da educação no estado do Paraná.

Dado o caráter regressivo da reforma, adotou-se como referência teórica, neste aspecto, Behring (2003), Boito (1999) e Bóron (1999), que denominam este processo como contra-reforma. Para Boito (1999, p.118), este contexto acelerou na década de 1980 um processo de contra-reformas neoliberais na América Latina. Particularmente no Brasil, as contra-reformas não avançaram devido à resistência operária e popular. Isto se explica pelo desenvolvimento do operariado industrial e, por extensão, do crescimento do potencial sindicalista.

o movimento operário e popular ganhara força na luta contra a ditadura militar. A criação do PT e da CUT e a legalização dos demais partidos de esquerda (PcdoB, trotskistas, e outros) são a face mais visível desse fenômeno. O processo constituinte de 1988, que resultou numa Constituição que, hoje, é um dos grandes obstáculos às contra-reformas

neoliberais, representou bem essa situação na qual a política brasileira caminhava na contracorrente da política latino-americana.

Para Boito, “o funcionalismo público é um alvo privilegiado da política neoliberal, seu movimento sindical tem crescido muito e ele tem desencadeado algumas ações importantes contra as reformas neoliberais da constituição, as privatizações e o arrocho salarial” (BOITO, 1999, p.126). O autor reconhece que, o sindicalismo brasileiro, na conjuntura recente, assumiu um papel importante com seu ressurgimento no final da década de 70, depois de um longo período de atrelamento aos governos militares. Neste aspecto, contraditoriamente, foi um movimento importante na luta contra a ditadura militar, e conquistou a garantia e a ampliação de direitos sociais na Carta Constitucional. Além disso, inseriu-se num campo de luta para além dos marcos do movimento operário tradicional, atravessando as fronteiras no interior da classe trabalhadora, e potencializando a luta pela reforma agrária, por exemplo. Diante das atuais determinações históricas, o autor confirma que a nova conjuntura é desfavorável para o sindicalismo no Brasil. Com base em suas pesquisas sobre o movimento sindical brasileiro, Boito analisa que a cúpula da central sindical que representa os movimentos sindicais mais progressistas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), perdeu seu referencial de resistência e de luta popular construído nos anos 80⁵⁴. Com efeito, este fenômeno não deve ser analisado de forma isolada. A tendência de retrocesso do movimento sindical se desenvolveu em escala mundial a partir da década de 80, ao passo que novos movimentos insurgentes, fora do mundo do trabalho, se manifestaram na luta contra a ofensiva neoliberal. O declínio de atividades grevistas, a diminuição do número de filiados e a tendência de direções sindicais ao papel moderador de conflitos entre capital e trabalho são características deste retrocesso. O autor ressalta que as problemáticas que envolvem e que coadunam novos movimentos dificilmente poderão ser assumidas pelo movimento sindical.

2.4 A contra-reforma do Estado brasileiro

A crise do capitalismo verificada nas últimas décadas do século XX incidiu de forma contundente tanto nos países centrais quanto nos periféricos. Nesses últimos, os programas de ajuste estrutural, propostos pelas agências financeiras internacionais tiveram

⁵⁴ Para o autor, este referencial foi substituído pelo Movimento dos Sem-Terra graças ao seu modo de organização e enfrentamento aos governos de orientação neoliberal o Brasil.

maior impacto no decorrer dos anos 1990 com políticas restritivas nas agendas dos Estados nacionais. Nesse contexto, alguns autores sustentam a qualidade da democracia como eixo central deste processo e que a sociedade civil teria um papel estratégico na reforma das instituições básicas - do Estado e do mercado. Para Bresser Pereira (1996-1999), Diniz (1996), Sola (1999) e Zauli (1999), a estrutura social moderna e diferenciada implodiu o antigo padrão de controle corporativo do Estado, evidenciando a atualidade de um padrão mais descentralizado e flexível de ação estatal. A Reforma do Estado, para estes autores, e que não é a tese compartilhada neste estudo, justifica-se pela insuficiência do Estado, pela crise de racionalidade e legitimidade política que norteia a ordem estatal e, por consequência, sua incapacidade de exercer autoridade política e de garantir que leis sejam efetivadas. Com este enfoque, reinventar uma autoridade política democrática implica em incorporar elites governamentais e classes políticas em geral, principalmente os setores da sociedade civil.

Desde o início dos anos 70, estamos vivendo a crise do Estado do Bem -Estar - uma crise que o processo de globalização acentuou ao aumentar a competitividade internacional e reduzir a capacidade dos Estados nacionais de protegerem suas empresas e seus trabalhadores. Essa crise levou o mundo a um generalizado processo de concentração de renda e a um aumento da violência sem precedentes, ao mesmo tempo que abria espaço para a crítica ideológica e dogmática da nova direita neoliberal. Mas é essa mesma crise que está incentivando a inovação social e a reforma do Estado. Essas inovações dizem respeito às formas de propriedade e apontam para o papel estratégico que terá a propriedade pública não-estatal no século 21. (PEREIRA, 1999, p.16)

Pereira (1999) entende como organização “pública” porque voltada ao interesse geral e não-estatal porque está fora da estrutura do Estado na medida em que não se utilizam servidores públicos como agentes políticos tradicionais. Diferencia este conceito das expressões de “terceiro setor” e “setor sem fins lucrativos” porque entende haver limites de controle social na primeira e de generalização na segunda já que as corporações podem também não ter fins lucrativos e não serem públicas.

Em outras palavras, estamos supondo a existência de quatro esferas ou formas de propriedade relevantes no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública estatal, a pública não-estatal, a corporativa e a privada. A pública estatal detém o poder de Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não-estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que regida pelo direito privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para

defender interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado (PEREIRA, 1999, p.17).

O autor afirma que a formação e o desenvolvimento do público não-estatal implica em um conjunto de poderes exercidos sob o controle representativo nas instâncias políticas, no controle direto do cidadão e no controle gerencial exercido pelas agências. O entendimento de que na esfera pública não-estatal produzem-se bens e serviços, assim como valores coletivos, obrigariam o desenvolvimento de cidadãos e o seu fortalecimento como corpo político no exercício de controle social. Entre as vantagens do ponto de vista da produção social, Bresser aponta: 1. a pluralidade de ofertas de serviços sociais oportunizados pela competição, pressupondo maior qualidade e eficiência em suas prestações (neste aspecto, o trabalho voluntário seria uma das formas de otimização dos gastos sociais); 2. a flexibilização e desburocratização da sua gestão e a diversidade nas formas de produção social, com a presença de múltiplos atores em sua organização. Conforme assegura Pereira (1999, p.35-36),

Se forem consideradas tais evidências e reconhecidas as vantagens da propriedade pública não-estatal para a ampliação da democracia, é possível esperar que ela constitua a forma por excelência através da qual a sociedade organizará seus serviços sociais e científicos de forma competitiva, com financiamento em parte do Estado e em parte diretamente do setor privado em forma de contribuições ou de pagamentos por serviços prestados. Será a forma através da qual o Estado poderá manter seu caráter social – comprometido com os direitos sociais, a proteção do patrimônio público cultural e ambiental e com o desenvolvimento tecnológico e científico – mas assegurando simultaneamente a eficiência na medida em que induz as entidades públicas não-estatais a competir entre si para prestar os serviços à comunidade com financiamento parcial pelo Estado.

Segundo ele, a extensão da função reguladora para a esfera política é um dos desafios colocados na atualidade, bem como a forma como os sujeitos sociais irão exercer esta regulação – se direcionada aos interesses gerais ou restritas aos interesses setoriais e particulares:

Essa questão é de fundamental importância, pois a experiência mostra que os mecanismos instituídos para a expressão de interesses setoriais tendem a redundar na corporativização do processo político, favorecendo demais interesses que, por seu poder econômico ou social, já dispõem de meios de influência sobre o aparato do Estado (PEREIRA, 1999, p.26).

Segundo Zauli (1999), não há problema que políticas públicas sejam executadas por entidades não governamentais do Terceiro Setor e que corra o risco de desdobrar-se numa progressiva privatização do fornecimento de bens e serviços públicos. O que realmente importa para o autor é o conteúdo da *governance* na descentralização, sem perder de vista a regulação estatal para garantir a concorrência, conforme argumenta:

Quanto à privatização de atividades até então executadas por entidades governamentais, o mais aconselhável parece ser algum tipo de coordenação mista (Estado e mercado). Com base na identificação de possíveis falhas de funcionamento decorrentes das estruturas dos mercados, caberia ao Estado desempenhar funções de regulação em relação ao estabelecimento e observância de regras voltadas para a garantia das condições de concorrência e de atendimento dos interesses dos consumidores (ZAULI, 1999, p.48).

Draibe (1988)⁵⁵ também propõe, diante da forma assumida no Estado capitalista em decorrência da crise, seja de insuficiência financeira, seja de extrema burocratização e centralização, o reforço da capacidade de ação coletiva da sociedade ou uma suposta absorção do Estado pela sociedade, enfatizando o papel do Estado como planejador e coordenador da política social. A sua tese é de fortalecimento de um modelo societário composto de fortes instituições públicas asseguradoras dos direitos de um lado e, de outro, do florescimento de ações coletivas da sociedade civil, conforme já fora problematizado anteriormente. O que para a autora determinou as mudanças ocorridas no Estado social brasileiro desde o fim da década de 1970 para cá foi a crise do regime autoritário e o processo de democratização, embora afirme que a crise econômica acelerou o fenômeno. Neste cenário, a autora apresenta os seguintes aspectos:

- a) No plano político-institucional, a tendência é de descentralização político-administrada, atendendo a expectativa de aproximar as demandas e decisões locais da produção local. Tal fenômeno implica no questionamento sobre uma possível municipalização do *Welfare State*, entretanto adverte que tal processo não significa imediatamente a democratização:

[...] processos descentralizados podem abrir espaço a outras formas de arbitrariedade, ou de comportamentos políticos autoritários. Também é

⁵⁵ Draibe (1998) sublinha a ausência de possibilidades para a construção de definição de um padrão institucional redistributivo, centralizado e estatizado (Estado social-democrata) no Brasil em função de três elementos: primeiro, as transformações de tempo de trabalho; segundo, as demandas crescentes por descentralização, participação, individualização e desburocratização; e, por último, as dificuldades de financiamento.

sabido que a descentralização de responsabilidades e encargos sem os correspondentes recursos é tão-somente mais uma forma arbitrária de reduzir o gasto (DRAIBE, 1988, p. 43).

- b) No campo da sociabilidade, a autora destaca a elevação da participação popular nos processos de decisão, elaboração, implementação e avaliação das políticas sociais. Isto significa que houve uma tendência de rearticulação do espaço onde se processam tais políticas.
- c) No que diz respeito à relação Estado/mercado houve um reordenamento entre o setor privado lucrativo e o setor privado não-lucrativo no campo das políticas sociais. Trata-se de uma tendência de mudança nos modos de produzir e distribuir os bens e serviços sociais na análise de Draibe. Segundo ela, as alterações do papel e das funções do Estado têm sido justificadas tanto pela necessidade de desburocratização e desestatização da política quanto pelo fato de ampliar o grau de individualização e liberdade do usuário.

A partir destes aspectos, apresentamos as lógicas de desenvolvimento da reforma do Estado⁵⁶, segundo Draibe (1988).

1. Na perspectiva de mínima proteção social, ocorre a manutenção do atual padrão de política social sem significativas reformas do aparelho de Estado, dando continuidade à ampliação (em tese) dos direitos sociais, sem, no entanto, criar condições estruturais efetivas para a concretização dos mesmos. Ao mesmo tempo, face à crise financeira do Estado, tal condução leva a mercantilização dos serviços sociais. É a própria autora que compara este padrão com a perspectiva de orientação liberal, na medida em que há uma tendência de fragmentação da classe trabalhadora e predomina uma política social sob responsabilidade da comunidade com programas voltados aos grupos mais miseráveis, portanto seletivo, residual e de enfoque individual. Evidencia-se, portanto, um quadro crescente de privatização das políticas de proteção social.

2. Na perspectiva de auto-proteção societária, afirma a autora que a situação social no Brasil corresponde à um comportamento de solidariedade social e de fortalecimento de ações e organizações voluntárias e não governamentais que na perspectiva econômica da cooperação e do mercado compõem o quadro de proteção social no Brasil. Justifica tal proposta na busca de um maior grau de eficiência e menos custos com programas sociais,

⁵⁶ Resumimos a duas por entendermos que estão muito próximas as noções de proteção social mínima e de orientação liberal.

ao mesmo tempo em que fomenta as atividades de solidariedade por parte dos beneficiários como princípios deste novo padrão. Entretanto, Draibe afirma que sua análise sobre a Reforma do Estado é diferente das pretensões liberais porque, antes, significa o “repatriamento à sociedade” de atividades de responsabilidade estatal.

Mas essa substituição do Estado pela Sociedade – porque é disso que se trata – somente poderá realizar-se e, simultaneamente, conservar seus conteúdos de justiça social se fortemente planejada e coordenada pelo Estado, assegurada por instituições democráticas que garantam os direitos sociais e inibam os particularíssimos, isto é, o florescimento dos estreitos interesses privados e corporativos (DRAIBE, 1988, p. 51).

Mesmo que coordenadas e planejadas pelo Estado como indica a autora não se estaria assim fragilizando mecanismos universalmente garantidos em favor de setores mais poderosos da sociedade, isto é, abrindo espaços de apropriação de serviços sociais por parte da iniciativa privada? Qual é o perfil político e de interesses hegemônicos, que predomina nas instituições governamentais e não-governamentais na atualidade? Diante da exposição do Estado ao domínio de interesses particulares pelas privatizações, compartilha-se de uma interrogação do próprio Bresser Pereira (1999, p.26-27):

(...) quais são os meios e as condições que permitem assegurar que os canais de expressão e controle social não sejam monopolizados pelas corporações privadas, incluindo as associações que já dispõem de meios de influência política, mas que dêem acesso aos grupos excluídos?

Neste contexto, o que vai permitir a garantia dos direitos sociais e inibir o processo de privatização e mercantilização dos bens sociais? Igualmente, quando Draibe (1988) trata de subvenções estatais a associações voluntárias, na defesa de uma suposta responsabilidade estatal sem estatizar ou burocratizar os serviços sociais parece perder de vista o risco de abrir precedente aos interesses da propriedade privada: o de apropriar-se da gestão dos equipamentos sociais com a garantia do subsídio e patrimônio público.

Nogueira (1998), também com o enfoque da reabsorção do Estado pela sociedade civil, atribui a carência de uma nova forma de Estado à cultura moderna da época. Compreende que o processo de reforma implica em o Estado encontrar formas de refinar-se, fortalecendo-se como coordenador e planejador e como parceiro da iniciativa privada, das organizações e grupos da sociedade. Segundo o autor, a modernidade não pode apenas expressar-se no plano econômico e no plano da produtividade, sobretudo, deve expressar-se no modo de viver em sociedade. Dessa forma,

reformular o Estado é uma extensão do processo de recondução das relações entre Estado e sociedade civil. Para ele, o desafio é colocado, sobretudo, na reorganização política da sociedade civil para assumir a reforma estatal, o que subentende um componente forte de reforma cultural presente neste processo.

Para Nogueira, as inovações tecnológicas da modernidade e as modificações socioculturais decorrentes dela estão exigindo também um novo padrão de trabalhador repercutindo diretamente na política de recursos humanos do Estado. Entretanto, admite que a burocracia estatal brasileira não rompeu com as formas patrimoniais derivadas do período colonial, das oligarquias agrárias, das elites industriais no Estado desenvolvimentista e que predominou, na história de constituição do Estado brasileiro, um corpo elitizado em torno de interesses particulares:

Esteve imersa em um processo no qual domínio público e domínio privado se interpenetravam, no qual a gestão política apresentava-se como assunto de interesse particular dos funcionários e não como assunto pertinente ao campo dos interesses objetivos (NOGUEIRA, 1998, p.204).

O liberalismo dificultou a institucionalidade democrática constituindo um Estado capitalista que não exprime a sociedade civil, mas tão somente os interesses privados contidos nela. Ao resgatar como se conformou a cultura política no Brasil o autor identifica, entre outros elementos, que a ultrapassagem da aristocracia agrária para a burocracia estatal não implicou em abandono dos fortes traços patrimonialistas do Estado:

(...) a concorrência, ao invés de buscar a afirmação no mercado, transformou-se em luta pela conquista de espaços junto ao poder estatal, posições de onde se poderia participar vantajosamente do jogo político e econômico. O aparelho de Estado, assim, foi progressivamente fragmentado, ficando aprisionado pelos vários privatismos (lobbies, grandes empresas, tecnocracia, funcionalismo) e relativamente incapacitado para responder às multiplicadas demandas sociais, dar condições de expansão aos setores estratégicos (educação, ciência, tecnologia) e continuar coordenando o desenvolvimento (NOGUEIRA, 1998, p.221).

Ao contrário de controlar o Estado, a diversificação organizacional e institucional culminou num anarquismo político, ampliando o fosso entre sociedade civil e sociedade política, entre Estado e indivíduos organizados. A democracia política ficou assim limitada ao plano corporativo e imediato não avançando no plano da política estatal a não ser de forma simbólica e formal com o fim do autoritarismo e a definição de uma

Carta Constitucional. A gênese destas modificações está vinculada com o desenvolvimento capitalista no Brasil alterando a ordem da economia e das estruturas sociais, demográficas e culturais na sociedade. Para o autor, a elevação do número do eleitorado brasileiro e do crescimento e deslocamento populacional (concentração urbana e êxodo rural) é um elemento marcante na ampliação da democracia política. Entretanto, é a característica autoritária e repressiva da democracia brasileira que prevalece.

A primazia da política econômica como instância privilegiada de regulação social é a característica da sociedade moderna brasileira, no contexto da globalização, repercutindo na crise de representação política. O problema da burocracia é colocado por Nogueira (1998) como um pólo de resistência às mudanças que são necessárias, pelo peso que adquiriu no Estado moderno, justamente por acumular poder e controle de parte significativa do processo normativo da sociedade. Segundo ele, tanto em experiências socialistas, porque paralisou o Estado que a princípio deveria ser ‘temporário’, como nas sociedades capitalistas (países subdesenvolvidos principalmente), porque serviu como vanguarda técnica da modernização da economia capitalista, a burocracia teve sua peculiaridade no trato da questão política (seja partidária ou estatal), aprofundando a rigidez e, em certa medida, o caráter autoritário do controle estatal ainda que sob diferentes parâmetros ideológicos. O sistema político-econômico e cultural brasileiro não obteve rupturas revolucionárias. O processo de modernização tem sido conservador, seja por preservar fortemente elementos do passado, como o patrimonialismo e o latifúndio, seja por conduzir o processo de forma não democrática centralizado sob o comando da burocracia estatal.

Neste sentido, o capitalismo burguês no Brasil se aproxima mais da via autocrática com um Estado forte e dócil (espaço político de barganha e articulação com o capital externo) distante de um modelo nacional-democrático. As mudanças que foram se configurando apoiaram a dominação das classes possuidoras no interior do Estado. A sociedade brasileira constitui-se assim por um processo de revolução passiva⁵⁷ e de modernização conservadora, sem rupturas e mudanças mais radicais, ocorrendo nas situações mais otimistas uma recomposição de forças incorporando algumas exigências postas pelos antagonismos sociais. Ou seja,

⁵⁷ Além da dificuldade de uma tradição democrática expressiva, ampla e profunda na cultura política brasileira, esta apresentou aspectos do transformismo (sucessão de blocos no poder com a incorporação, em

(...) os sucessivos acordos e conciliações processados pelo Estado inibiram a plena constituição das classes sociais e a completa explicitação de seus interesses. Pôs-se para tanto em ação uma intrincada rede de mecanismos de cooptação, destinados a capturar as expressões mais representativas dos grupos e classes sociais, especialmente lideranças políticas e intelectuais (NOGUEIRA, 1998, p.272).

Neste sentido, o Estado toma o papel de hegemônico, sem, no entanto, ser de fato hegemônico no sentido de ordenar o consenso e a democracia na sociedade:

Hegemoniza o sistema político e prorroga a má organicidade da sociedade civil. Pode, desse modo, não só desenvolver, mecanismos que neutralizam as tensões sociais, como até mesmo se antecipar a elas, com o que evidentemente reforça seu poder de controle e cooptação. Passa a ser através do particularismo do Estado e de uma forma instrumental do político que a coligação de classes e frações dominantes, modernas e tradicionais, encontra ‘o espaço e a oportunidade de modernização (conservadora) e a imposição da revolução burguesa (NOGUEIRA, 1998, p.273).

Para Nogueira (1998), as transformações na economia e na sociedade implicaram numa tendência acelerada de redefinição do papel e do peso do Estado, prevalecendo uma preocupação com a sua reforma patrimonial no que diz respeito principalmente às suas áreas mais estratégicas. Em meio ao cenário da globalização a tendência à fragmentação e à despolitização fragilizou o princípio da comunidade política e revigorou comportamentos fundados na individualidade, posse e competição na sociedade. “(...) estaríamos assistindo à substituição das classes, com seus partidos e sua presença política abrangente, pelos grupos de interesses corporativamente posicionados em torno de questões de “novo tipo” (direitos, benefícios, serviços públicos)?” (NOGUEIRA, 1998, p.283)

Após discorrer sobre vários autores que apontam elementos políticos, econômicos e sociais como justificativa para a reforma do Estado, recorreu-se às argumentações de Bóron (1999) e Behring (2003) para desmistificar tais posições, expressando, com maior precisão, a direção teórica adotada neste trabalho como crítica a respeito do fenômeno.

certa medida, de setores das classes subalternas como o populismo, por exemplo) ou de um reformismo pelo alto, conforme leitura gramsciana.

O vocábulo “reforma”, por exemplo, que antes da era neoliberal tinha uma conotação positiva e progressista – e que, fiel a uma concepção iluminista, remetia a transformações sociais e econômicas orientadas para uma sociedade mais igualitária, democrática e humana – foi apropriado e “reconvertido” pelos ideólogos do neoliberalismo num significante que alude a processos e transformações sociais de claro sinal involutivo e antidemocrático. As “reformas econômicas” postas em prática nos anos recentes na América Latina são, na realidade, “contra-reformas” orientadas para aumentar a desigualdade econômica e social e para esvaziar de todo o conteúdo as instituições democráticas. (BORÓN, 1999, p.11)

Behring (2003), indica que o projeto em curso no Brasil é de contra-reforma e tem como sua maior expressão intelectual Bresser Pereira que a partir de sua crítica ao Estado desenvolvimentista, ao Estado comunista e às experiências de *Welfare State* defendeu um projeto de estruturação do Estado numa perspectiva social-liberal, de forma a absorver o papel ‘positivo’ do mercado na coordenação da economia. Este projeto de reforma teve por objetivo conter a crise fiscal manifestada a partir de 1980 que, segundo Bresser, foi provocada pelo excesso de regulação e rigidez do poder estatal e por sua ineficiência no tratamento dos serviços públicos. Neste sentido, a sua defesa em favor das organizações públicas não-estatais na condução de serviços como saúde e educação é a expressão mais nítida da condução mercantil que permeia sua proposta – a capacidade competitiva destas instituições proporcionaria a dinâmica, a abertura e a flexibilidade exigidas pela política-econômica mundial em curso, resgatando a capacidade fiscal do Estado e integrando-o ao processo de globalização.

Não é por outro motivo que Bresser atribui como um dos grandes equívocos da esquerda tradicional e do nacional-desenvolvimentismo populista a defesa de que o Estado tende a ser mais eficiente do que o mercado na coordenação da economia. Contraditoriamente, conforme aponta Behring (2003), uma das tarefas orientadas por Bresser no sentido de sua argumentação ao projeto social-liberal é de autonomia do Estado frente a hegemonia norte-americana na América Latina na defesa dos interesses nacionais. Sem dúvida, há um estranhamento nesta afirmação uma vez que o projeto de reforma defendido pelo autor é orientado para o mercado e integra um conjunto de medidas do capitalismo globalizado, portanto, sem fronteiras no processo de acumulação.

Superando as orientações populistas e desenvolvimentistas, é possível, segundo Bresser, enfrentar a crise fiscal a partir do paradigma social-liberal, que preconiza um Estado pequeno e forte com as seguintes

tarefas: garantir a propriedade e os contratos, promover o bem-estar e os direitos sociais e realizar uma política industrial e de promoção das exportações. Este novo Estado deverá resultar de uma estratégia pragmática que reconheça: a importância da crise fiscal; a necessidade de reformas orientadas para o mercado e da manutenção da disciplina fiscal; a necessidade da redução das dívidas interna e externa; e a hegemonia dos EUA na América Latina, que exige uma atitude mais autônoma e de defesa dos interesses nacionais no que refere à dívida. Vale dizer que este último elemento me pareceu surpreendente, dados os conhecidos vínculos do autor com o Consenso de Washington (BEHRING, 2003, p.175).

Todos estes elementos propostos por Bresser vão tornar-se expressivos institucionalmente no Plano Diretor da Reforma do Estado⁵⁸. A concepção social-liberal da reforma foi adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso que reiterou os argumentos de Bresser - a crise no Brasil foi ocasionada pela rigidez, lentidão e ineficiência administrativa e burocrática do Estado. Dessa forma, o Plano propôs uma reforma gerencial na perspectiva do controle da qualidade e produtividade nos serviços públicos. Cabe ressaltar, a diferença de conteúdo entre reforma do Estado, que é ampla, pois subentende um projeto político, econômico e social, e a reforma do aparelho do Estado, que diz respeito ao direcionamento de uma administração mais eficiente. Assim, os caminhos determinados pelo Plano do MARE exigem do Estado brasileiro as seguintes medidas:

(...) ajuste fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado – abertura comercial e privatizações -, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que fortaleça a competitividade da indústria nacional; reforma da Previdência Social; inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado, aumentando sua eficiência. O ajuste fiscal cabe à equipe econômica (Planejamento e Fazenda). Ao Plano Diretor e ao Mare cabe elaborar propostas visando aumentar a *governance* do Estado brasileiro (BEHRING, 2003, p.178).

Nesta direção, serviços como educação, saúde, cultura e pesquisa científica deverão ser descentralizadas para organizações públicas não-estatais, porém subsidiadas pelo Estado. Isto toma a característica de ‘publicização’ das políticas sociais dentro dessa perspectiva social-liberal. Ou seja,

⁵⁸ Este documento foi elaborado pelo extinto Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) e aprovado em setembro de 1995, na Câmara da Reforma do Estado, um órgão interministerial que foi criado para esse fim.

Trata-se da produção de serviços competitivos ou não-exclusivos do Estado, estabelecendo-se parcerias com a sociedade para o financiamento e controle social de sua execução. O Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor. Reforça-se a *governance* por meio da transição de um tipo rígido e ineficiente de administração pública para a administração gerencial, flexível e eficiente (BEHRING, 2003, p.178-179).

A crise na concepção neoliberal está localizada no Estado. Para a autora esta é uma visão unilateral e metodologicamente incorreta. A pesquisa em tela está de acordo com outra perspectiva teórico-metodológica – em comum com Behring que também se referencia na crítica marxista da economia política – a de que estas transformações são determinadas pelas mudanças no modo de produção capitalista frente ao ciclo de seu esgotamento num determinado estágio de acumulação. Entretanto, as expressões deste conjunto de transformações do capital se manifestam de acordo com a particularidade histórica de cada nação o que leva em conta sua posição na atual divisão do mercado mundial, a relação de forças entre as classes sociais e a relação de hegemonia e cultura política entre outros fatores.

De acordo como está sendo conduzida a reforma do Estado consubstancia-se em uma estratégia para a consolidação de interesses político-econômicos dominantes mediatizada pelos governos que fazem essa opção. Não, portanto, como se divulga um processo natural e irreversível sem possibilidades de alternativa. Ao contrário de Nogueira (1998), a autora não caracteriza este processo como modernização conservadora, mas como uma contra-reforma na medida em que tem fortes características destrutivas dos avanços, principalmente, para o trabalho, em função das particularidades da modernização produtiva no Brasil. Assim manteve-se, sobretudo, a característica conservadora enquanto que a modernização se estende, em particular, para o que é viável aos interesses hegemônicos. O ajuste fiscal e a ‘modernização’ da estrutura do Estado para se adequar a nova ordem mundial passam a ser os eixos centrais desta argumentação, com justificativa de consolidar a democracia no âmbito da sociedade civil.

Esta falácia revela de fato as intenções que na essência dela se encontram: acobertar as reais intenções dos que conduzem a política e a economia de acordo com o projeto hegemônico em curso de internacionalização voraz e fecunda do capitalismo. Esse processo encontra-se de fato no aprofundamento dos antagonismos entre as classes sociais, entretanto é colocado somente na sua aparência como necessidade para enfrentar as desigualdades e os problemas da democracia.

Harvey (1994) sustenta que esse processo de reestruturação do capitalismo está organizando-o definitivamente através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho e de consumo. Segundo ele, a descentralização da economia capitalista, contraditoriamente, fortaleceu seu poder de concentração devido principalmente a dois aspectos: 1. O domínio técnico-científico: o poder da informação e o conhecimento são imprescindíveis para a globalização do capital e do lucro instantâneo uma vez que este conhecimento e saber científico estejam subordinados ao capital corporativo, alcançando uma importante vantagem competitiva; 2. reorganização de sistema financeiro global “É verdade que o equilíbrio entre poder financeiro e poder do Estado sob o capitalismo sempre fora delicado, mas o colapso do fordismo-keynesianismo sem dúvida significou fazer o prato da balança pender para o fortalecimento do capital financeiro.” (HARVEY, 1994, p. 156). O Estado banca as possíveis perdas do sistema financeiro internacional. A institucionalização do FMI e do Banco Mundial, ambos designados como autoridades centrais de poder na negociação financeira com os Estados nacionais oficializou a política de “orientação” aos governos sobre a redução dos gastos públicos, corte de salários reais e austeridade nas políticas fiscal e monetária.

Como exemplo, ao longo das últimas décadas no Brasil, prevaleceu uma política nacional orientada por estas agências de financiamento, caracterizada pela transferência de recursos públicos e generosos empréstimos a iniciativa privada, pelo pagamento de grandes cifras da riqueza nacional aos serviços da dívida externa, aumentando ainda mais a dependência junto aos bancos e estas agências, pela política de privatização e de cortes nos orçamentos públicos, pela desregulamentação de direitos trabalhistas e sociais adequados à política de ajuste fiscal e, por extensão pelo aumento do desemprego e da pobreza absoluta no país.

O governo brasileiro alcançou um superávit primário de 3,13% do PIB, maior que a meta do FMI, que era de 2,5% do PIB, mas ao custo de investir muito pouco e penalizar gravemente a área social: aquela que deveria ser priorizada a partir do ajuste e do enxugamento do Estado. Segundo o Inesc, ‘o ano de 1999 ficará para a história como o do acirramento dos problemas sociais no Brasil, com o aumento da pobreza e do desemprego, e junto com isso, como um ano de baixíssima execução orçamentária de programas sociais e de investimentos do governo federal’ (2000). E as projeções do estudo para o ano 2000 não foram nada animadoras, mantendo-se o compromisso com os credores, em

detrimento de políticas voltadas para a maioria da população brasileira (BEHRING, 2003, p.203-204).

Os aspectos aqui indicados, tanto sobre os impactos da reestruturação produtiva quanto da contra-reforma do Estado, aparecem com intensidade na realidade do estado do Paraná, especialmente, no âmbito da política educacional, conforme será apresentado a seguir.

2.5 Os impactos da reestruturação produtiva e da contra-reforma na Política de Educação Pública do estado do Paraná

As determinações políticas e econômicas aos governos federais referidas no item anterior repercutem diretamente na condução das políticas nos estados da federação. Dessa forma, entende-se que o governo Jaime Lerner atendeu integralmente às políticas determinadas pelas instituições financeiras conforme explicita o debate dos educadores durante o I Congresso Estadual Unificado dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

A destruição dos serviços públicos, o desmonte da máquina estatal, a destruição de direitos trabalhistas, o enfraquecimento dos mecanismos de controle social, a concentração de riqueza e os valores do “livre mercado” pautam a política do governo Lerner. (...) Neste modelo, o estado não desaparece da economia. Ao contrário, reforça sua intervenção, aumentando o volume de recursos e incentivos ao setor privado. (...) Nesta lógica podemos destacar algumas perspectivas para a economia paranaense: baixíssima taxa de crescimento da produção, aumento do desemprego industrial, diminuição dos salários reais (gerada pelas terceirizações e/ou conseqüente aumento da mão-de-obra barata e precarização) e precarização do mercado interno, elevação da dívida pública interna, desnacionalização da economia, e perda da autonomia das decisões do estado que tendem a se subordinar ao capital especulativo. Neste sentido, basta observar a guerra fiscal empreendida pelo governo Lerner. Os aparentes incentivos fiscais nada mais eram que renúncias de arrecadação.⁵⁹

Cabe ressaltar a afirmação de que o Estado não diminui ou minimiza, mas ao contrário, se fortalece em direção aos interesses privados. É justamente este o eixo de

⁵⁹ Caderno de Resoluções do I Congresso Estadual Unificado da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, “Educação para o século XXI: rompendo com o neoliberalismo”, 01 à 03 de dezembro de 2000, Pontal do Paraná (PR), p.12

argumentação nesta pesquisa: o projeto de reforma do Estado implementado no Paraná diminuiu a responsabilidade do estado nas políticas sociais, entretanto, contraditoriamente, potencializou sua estrutura para as elites econômicas. Esta reorientação da política neoliberal provocou um quadro drástico no estado, predominando a iniciativa do governo em vender patrimônios públicos e criar empresas de natureza pública não-estatal, exemplos do processo de privatização no Paraná. Este modelo corresponde ao projeto de Reforma do Estado de Bresser Pereira (1999) porque responde as exigências do neoliberalismo. Na perspectiva de legitimar este processo o autor atribui o problema à questão da burocracia afirmando que está em crise o Estado social-burocrático que foi dominante durante o século XX. Para o autor, neste modelo de Estado predominou o corporativismo, a ineficiência e o particularismo na relação com a sociedade civil, o que exigiu uma nova forma de Estado, sobretudo, eficiente para executar serviços sociais, e politicamente mais democrática no sentido de ampliação da participação.

É com este entendimento que Bresser Pereira (1999) defende as organizações públicas não-estatais para operar em áreas como educação, saúde e cultura, porém financiadas pelo Estado. Em outras palavras, a reforma do Estado que foi proposta por Bresser Pereira sustentou o desencadeamento das políticas de privatização, principalmente, em seus setores mais estratégicos. Propôs no lugar de um Estado social-burocrático um Estado social-liberal⁶⁰. Além disso, o que caracterizou este modelo de reforma foi a noção de competitividade e flexibilidade na produção de serviços sociais na perspectiva de maior eficiência na administração pública. Trata-se de criar condições ao aperfeiçoamento da governabilidade democrática o que exigiu o apoio financeiro do Estado para o fortalecimento da propriedade pública não-estatal:

(...) se concorda que a sociedade governa a si mesma através de um Estado democrático, a reforma nessa direção é propósito relevante para o próprio fortalecimento da esfera pública não-estatal. Esta, no século XXI, necessitará não só do apoio financeiro do Estado, mas também de um sistema de autoridade política plural para assegurar a governabilidade democrática (PEREIRA, 1999, p.29).

⁶⁰ Para Bresser Pereira (1999), subentende um Estado que proteja os direitos sociais financiando as organizações públicas não-estatais e introduzindo uma maior democracia ao renovar a participação no sistema político. A descentralização da política, a diversidade social e os limites da democracia representativa (parlamentos e partidos políticos) é segundo ele, o que legitimam tal necessidade democrática.

A tendência de um modelo de propriedade pública não-estatal consubstancia-se na relação contratual com o Estado em torno das organizações sociais, principalmente, nas áreas de educação e saúde. Estas assumem parte significativa dos serviços sociais que são prestados de forma exclusiva pelo Estado. Bresser justifica que para prevenir a tendência de total mercantilização destes serviços é necessário garantir na legislação um fluxo de recursos de ambas as fontes – pública e privada.

A demanda por auto-organização social, o agravamento da crise fiscal nas políticas governamentais promovendo a transferência destas ações para as ONGs (e outras instituições do Terceiro Setor) através de amplas isenções e subsídios, as modificações tecnológicas em curso e o novo regime de acumulação nos processos produtivos, todos estes elementos constituem para o autor as razões para explicar o crescimento e o auge deste tipo de propriedade. Admite que esta inovação teria vantagens sobre a propriedade pública estatal e sobre a propriedade privada na medida em que com a diversidade e qualidade de bens e serviços prestados ampliam-se direitos. Neste aspecto, destaca que a diferença crítica entre estes tipos de propriedade é que, enquanto a propriedade privada implica em acumulação de capital para ganhos privados, a propriedade pública não-estatal existe para servir um bem público.

A transformação de serviços sociais estatais em públicos não-estatais não significa que o Estado deixe de ser responsável por eles. Pelo contrário, todas as evidências apontam para a conclusão de que o financiamento público estatal será cada vez mais necessário. Cabe, nesse sentido, primeiro recordar que uma das razões centrais que, de acordo com a teoria econômica, justifica a atribuição dos bens coletivos ao setor público é que só por meio da tributação obrigatória é possível assegurar sua produção em quantidades socialmente desejáveis. (...) O pressuposto implícito na maioria dos acertos institucionais que se promovem atualmente é que a organização de “quase-mercados” entre a provisão e a produção, ao estimular a competição, aumenta as possibilidades de escolha dos usuários e a eficiência produtiva (PEREIRA, 1999, p.34-35).

Observa-se exatamente esta condução da Reforma do Estado, proposta por Pereira (1999), com a instituição do Serviço Social Autônomo Paranaeducação pelo governo Jaime Lerner. Conforme normatiza o artigo 1º do Capítulo I, da lei nº 11.970 de 19 de dezembro de 1997, esta instituição é de natureza privada e com a finalidade de auxiliar na gestão do Sistema Estadual de Educação, com recursos orçamentários e patrimoniais destinados pelo próprio Estado.

Art. 1º. Fica instituído o PARANAEDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de auxiliar na Gestão do Sistema Estadual de Educação, através da assistência institucional, técnico-científica, administrativa e pedagógica, da aplicação de recursos orçamentários destinados pelo Governo do Estado, bem como da captação e gerenciamento de recursos de entes públicos e particulares nacionais e internacionais.

O modelo institucional de que trata a presente legislação vinculou o Paranaeducação, por cooperação, à Secretaria de Estado da Educação (SEED) que era incumbida de sua supervisão. O material elaborado pela SEED/PR define a introdução do Paranaeducação no contexto da reforma na gestão da educação sob o princípio do fortalecimento e modernização do sistema. Segundo a argumentação do governo sobre a natureza da instituição esta não é privada e nem é do terceiro setor, mas de cooperação com o setor público e sob o controle dele. Diz o documento:

governo do Estado do Paraná está propondo a instituição do Serviço Social Autônomo Paranaeducação, uma instituição do governo dentro da categoria de um ente de cooperação. (...) Os entes de cooperação são instituições controladas pelo governo criadas por lei, sendo o resultado do consenso entre os poderes executivo e legislativo, dentro de um processo altamente democrático de representatividade das necessidades da população. Não podem, portanto, ser criados pela iniciativa privada e não estão relacionados com as organizações sociais, cuja regulamentação foi aprovada, recentemente, por medida provisória do Governo Federal para a Reforma Administrativa do Estado.

A partir desta instituição, professores e funcionários de escolas públicas não mais ingressaram por concursos públicos, mas foram contratados como trabalhadores temporários. O artigo 15º da referida lei estabelece a autorização para celebrar o contrato de gestão com o Poder Público do estado, permitindo à sua Diretoria Executiva contratar os recursos humanos para a área.

Art. 15. O PARANAEDUCAÇÃO fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual.

Parágrafo 1º. Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu Governador, com a interveniência das Secretarias de Estado da Fazenda, da Educação e do Planejamento e Coordenação-Geral, e o PARANAEDUCAÇÃO, por intermédio do seu Superintendente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I – (...)

II – permitir à Diretoria Executiva capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos, inclusive para as atividades de ensino e pesquisa geridas pelo PARANAEDUCAÇÃO, sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

Ainda, sob o novo regime de contratação, reafirma a lei no seu artigo 18º:

Art. 18. As ações do PARANAEDUCAÇÃO, compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços de sua responsabilidade, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observadas a legislação em vigor.

Com esta direção, as contratações, administrações e dispensas de recursos humanos foram feitas pela diretoria executiva do Paranaeducação sob o regime de CLT. Com a extinção do concurso público os critérios para seleção abriram precedentes políticos e subjetivos de avaliação. Com o fim da estabilidade, o Conselho Escolar ficou com a atribuição de avaliar os educadores, inclusive, com poder para demiti-los. Instalou-se um clima de repressão e de medo nas escolas, dando margem à perseguição política. Além do mais, foi impedida a remoção do trabalhador para outra unidade escolar.

O processo de seleção do Paranaeducação levantou suspeita e dúvidas sobre sua condução e legitimidade. Houve várias reclamações dos concursados a assessoria jurídica e de imprensa da APP-Sindicato logo quando da publicação de seu primeiro edital em 1998. Segundo a imprensa do sindicato, o edital foi bastante genérico, não detalhou de forma criteriosa as normas de inscrição, a realização de provas, a divulgação dos gabaritos e dos resultados, bem como, os recursos, entre outros dispositivos.

O pseudo-concurso feito pela empresa em 20 de dezembro do ano passado para contratar funcionários (assistentes administrativos e auxiliares de serviços gerais) para as escolas estaduais está produzindo uma série de reclamações sobre a sua transparência e seriedade. Diariamente são realizadas queixas na sede da APP-Sindicato e nos Núcleos Sindicais. Entre as quais sobre critérios ambíguos de seleção, prova sem cartão-resposta, recusa de fornecimento dos gabaritos e correções manuais das provas por funcionários (o processo eletrônico não foi adotado), o que evidencia caráter subjetivo e receio da adoção do fator político ou preferência por certos candidatos.⁶¹

⁶¹ Jornal 30 de Agosto, publicação da APP-Sindicato, fevereiro de 1999, p.09.

A obrigatoriedade de concurso público está prevista tanto na Constituição Federal (art. 37, II) como na Constituição Estadual (art. 27, II), além de figurar na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como garantia de valorização dos profissionais da educação (art. 67, II). No entanto, apesar destas evidentes prescrições legais, a Paranaeducação pretendeu, arbitrariamente, contratar pessoal sem a imprescindível observância ao princípio do concurso público para o ingresso no serviço público, numa clara ofensa ao estabelecido constitucionalmente. (...) Assim, a pretensão da Paranaeducação em contratar pessoal para o serviço público extrapola suas atribuições legais e a finalidade para o qual foi criado, na medida em que está substituindo o Estado e não apenas auxiliando-o, como preceitua a lei.⁶²

Indiferente ao caráter inconstitucional deste processo de seleção o governo apenas se preocupa em acusar o sindicato de interromper as contratações, numa evidente tentativa de causar indisposição entre a base e a direção sindical. Deslocou-se o problema das contratações para a ação da APP-Sindicato retirando-o de seu foco central – a garantia de concurso público e de direitos constitucionais, conforme nota do jornal da SEED/PR:

O Governo do Estado entrou com recurso contra a liminar que proíbe a contratação de professores aprovados no concurso do Paranaeducação. As escolas estão sendo prejudicadas pela ação, da APP-Sindicato, que está obstruindo as novas contratações. (...) Imediatamente, é necessária a contratação de cerca de 800 aprovados. (...) A expectativa do Governo é que a liminar que proíbe a contratação seja derrubada ainda em abril.⁶³

O Paranaeducação foi administrado, respectivamente, por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva composta por um Superintendente, um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo-Financeiro. O Conselho de Administração era composto por cinco membros natos, entre eles, quatro Secretários de Estado (da Educação, Fazenda, Planejamento e Administração) e o presidente do Conselho Estadual de Educação (indicado pelo governador) e sete membros efetivos, indicados pelos seguintes setores e instituições: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Instituto de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, representação do setor produtivo (indicado pelas Federações Patronais), Federações das Instituições de Ensino Superior Público e, por fim, a União Nacional das Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). O Conselho era de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa. Entre algumas das

⁶² Jornal 30 de Agosto, publicação da APP-Sindicato, agosto de 2000, p.06.

⁶³ Jornal da Educação, 2ª edição especial, abril de 2000, publicação SEED/PR.

competências e atribuições do Conselho Administrativo que diziam respeito ao destino e aplicação de recursos públicos, destaca-se:

Art. 11. Ao Conselho de Administração do PARANAEDUCAÇÃO compete: (...)

II – fixar diretrizes de aplicação dos recursos da entidade, ad referendum do Governo do Estado do Paraná;

III – sugerir, com base em levantamento técnico, o montante de recursos a serem colocados a disposição do Sistema Estadual de Educação;

IV – baixar normas de procedimentos e instruções complementares disciplinadoras de aplicação dos recursos financeiros internos externos disponíveis; (...)

VII – definir os critérios de utilização e repasse dos recursos a serem alocados para as diversas entidades envolvidas no Sistema Estadual de Educação;

VIII – definir objeto de auditoria interna e externa para as operações da entidade;

IX – aprovar a contratação de auditoria externa independente, quando for o caso; (...)

XII – aprovar os planos anuais de aplicação dos recursos e os demonstrativos contábeis e financeiros da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva;

Mesmo recebendo recursos públicos o Paranaeducação não estava obrigado em apresentar seus gastos ao Tribunal de Contas do Estado. Isto configurou uma flagrante inconstitucionalidade. Além disso, é necessário ressaltar que o próprio Secretário de Estado da Educação acumula as funções de Superintendente na Diretoria Executiva e de membro nato no Conselho Administrativo do Paranaeducação, ainda que sem direito a voto, conforme especifica a lei em seu artigo 6º “O Secretário de Estado da Educação, além de desempenhar as funções de Superintendente do PARANAEDUCAÇÃO, é membro nato do Conselho de Administração, de cujas reuniões participará sem direito a voto.”. Como Superintendente competia ao Secretário de Estado da Educação controlar e avaliar as ações do Paranaeducação de acordo com o que foi aprovado pelo Conselho de Administração. Ora, a mesma autoridade responsável pela pasta da educação no Estado foi também responsável pela direção da instituição privada Paranaeducação, sob as deliberações de um conselho que era majoritariamente composto pelo alto escalão do governo. Quanto à participação da sociedade civil organizada neste conselho, tudo indica que estava mais próxima dos interesses governamentais, seja pela aproximação junto aos quadros políticos conservadores dentro do Estado, seja pelas diferentes posições no momento de confronto de projetos políticos antagônicos. Concretamente, havia uma diferença substancial entre o discurso governamental e o campo de representação política,

garantindo de forma privilegiada os interesses das classes dominantes. “O Conselho de Administração do PARANAEDUCAÇÃO terá, por lei, a participação de representantes do governo, dos professores através da APP-Sindicato e da comunidade, garantindo a defesa dos interesses de todos os envolvidos”⁶⁴

O artigo 16º da lei aqui referida garantia em seu parágrafo 1º que o controle e fiscalização das contas do Paranaeducação passariam pela avaliação da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Também o artigo 18º do seu Estatuto que tratava da competência do Superintendente do Paranaeducação, no seu parágrafo IX, explicita que ele deveria enviar a prestação de contas e o relatório anual das ações e atividades da empresa à Secretaria de Estado da Educação (SEED) e à Assembléia Legislativa do Paraná. No papel de acumular cargos na SEED e no Paranaeducação o Sr. Ramiro Wahrhaftig passou a prestar contas a ele próprio e com o referendo e aprovação do Poder Legislativo majoritariamente governista.

Art. 16º. As contas do PARANAEDUCAÇÃO devem ser aprovadas, anualmente, pela Assembléia Legislativa

Parágrafo 1º. O PARANAEDUCAÇÃO encaminhará anualmente, a Secretaria de Estado da Educação – SEED, que enviará a Assembléia Legislativa do Estado, até 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços, expressos em Planos de Ação Estratégica nos Planos Anuais e Plurianuais e nos correspondentes Orçamentos a prestação de contas dos recursos neles aplicados a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises de desempenhos gerenciais cabíveis.

Para demonstrar a ilegalidade destas ações, tanto para as novas formas de contratação que eram propostas como para a transferência de recursos oriundos dos cofres públicos, recorreu-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), movida contra o Serviço Social Autônomo Paranaeducação, em 06 de março de 1998, pelo Ministério Público do Estado do Paraná, atendendo à solicitação do Ministério Público do Trabalho. Segundo este documento, perante os artigos 177 e 179 da Constituição do Estado do Paraná que prescrevem que a educação é dever do Estado, o Paranaeducação perdeu legitimidade na medida em que instituiu “pessoa jurídica de direito privado” para atuar no sistema estadual de ensino com recursos orçamentários públicos. Da mesma forma, o documento cita que os artigos 205 e 227 da Constituição Federal também garantem esta

⁶⁴ Documento da Secretaria de Estado da Educação do Governo do Paraná. Paranaeducação. A solução do Paraná para a melhoria da gestão do Sistema Estadual de Educação. Este documento não está datado.

atividade, exclusivamente, sob a responsabilidade do Estado. O entendimento é de que todas as normas constitucionais, sobre educação e ensino, deverão ser interpretadas em função desta declaração e no sentido de sua plena realização. Isto é, terão “o significado jurídico de elevar a educação à categoria de serviço público essencial que ao Poder Público impende possibilitar a todos...”, ou seja, ampliar mais as possibilidades de que todos venham a exercer igualmente esse direito.

A ADIN também advertiu que a transferência de recursos públicos para o Paranaeducação não concordava com o art. 187 da Constituição do Estado do Paraná.

os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, objetivando atender a todas as necessidades exigidas pela universalização do ensino, sendo que, cumpridas tais exigências, poderão ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei....⁶⁵

Se nem mesmo as necessidades básicas da educação pública no estado estão garantidas dentro do orçamento como ainda subtrair recursos que são escassos e, o que é ainda mais grave, transferi-los para o setor privado?

De onde sairão os recursos para a agência PARANAEDUCAÇÃO? Imediatamente dos cofres públicos (para ser gerido a seu bel prazer) que já é, por si só, uma gritante imoralidade. A seguir, buscará recursos no espaço privado, através de taxas, mensalidades, anuidades, ... Num horizonte nada muito longe de nossas vistas, estará se instituindo o ensino pago nas escolas públicas.⁶⁶

No que diz respeito à contratação de recursos humanos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o documento recorreu para os artigos 27 e 179 da Constituição Estadual do Paraná e o artigo 67 da Lei nº 9394, de 20.12.1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, demonstrando a ilegalidade desta “nova” forma de contratação no âmbito do estado.

O art. 27, II, estabelece que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. O art. 179, VI, diz que o ingresso no magistério público estadual dar-se-á exclusivamente por concurso de provas e títulos, realizado, periodicamente, sob o regime jurídico adotado pelo Estado. (...) Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos

⁶⁵ Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), 06 de março de 1998, pág. 03.

⁶⁶ Carta da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná aos Conselheiros Estaduais de Educação. Este documento não está datado.

profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.⁶⁷

Cabe aqui ressaltar que a extinção de concursos públicos como forma de ingresso abre precedentes para uma série de irregularidades, entre elas, a prática de indicação e de pressão política sobre os trabalhadores, bem como o assédio moral, de cooptação e coerção sobre os quadros de contrato temporário.

A Lei Estadual nº 11.970/97, na parte final do p. 1º do art. 15, faz menção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, etc.; no entanto vê-se que tal enunciação é meramente decorativa, caso contrário não se estaria frente às gritantes inconstitucionalidades acima mencionadas.⁶⁸

Para concluir a referência ao conteúdo deste documento, ressalta-se que as diversas contrariedades às Constituições Estadual e Federal explicitadas na ADIN sustentam juridicamente e reforçam o ponto de vista ético-político desta pesquisa, de que inerente a reforma do Estado que vem sendo implementada no Paraná está a abertura de espaços e serviços sociais legitimamente públicos para a apropriação da iniciativa privada, desencadeando a desregulamentação de direitos sociais e a progressiva mercantilização, neste caso, da educação no estado.

É com este entendimento que o movimento sindical dos trabalhadores em educação no Paraná buscou interromper o processo de aprovação da lei que cria o Paranaeducação, conforme será exposto mais adiante. Mesmo com a persistência de sua aprovação, a APP-Sindicato manteve política e juridicamente sua resistência a tal instituição. Politicamente, através de várias mobilizações no estado e campanhas nas escolas que de alguma forma contribuíram para a sua extinção.

O desmonte dos serviços públicos caracteriza também esta gestão. Com o argumento de combate à ineficiência e redução de gastos, Lerner propôs executar várias medidas: vendas de empresas e patrimônios, criação de paraestatais (Paranaprevidência, Paranaeducação, etc.), terceirização, demissões, destruição de direitos dos servidores, entre outras. Também busca consolidar uma nova concepção de serviços. Na educação pública, a escola passa a ser “empresa”, a educação torna-se “mercadoria”, o aluno vira “cliente” e os educadores não passam de “insumo” guardados

⁶⁷ Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), 06 de março de 1998, pág. 03 e 04.

⁶⁸ Idem, pág. 06

no estoque chamado lista da Paranaeducação. O mercado dita a forma e o conteúdo da Escola Pública do Paraná.⁶⁹

Um dado bastante procedente é que, especificadamente, na pasta da educação o governador Jaime Lerner nomeou como Secretária de Estado, Alcyone Saliba, uma técnica do Banco Mundial. Durante sua gestão, aprofundaram-se as políticas educacionais sob os pressupostos do neoliberalismo: a precarização dos contratos de trabalho, o desrespeito aos direitos garantidos em lei, a situação de calamidade das escolas e a queda na qualidade de ensino. Este cenário apresentou um quadro lamentável da educação pública no Paraná, geralmente, ocultados através de números diante da imprensa e do próprio Banco Mundial, conforme aponta a resolução do Congresso naquele contexto:

A responsabilidade pela manutenção da educação ganha novos contornos: não mais o Estado, mas a “sociedade civil” é responsável pela manutenção através das famosas “parcerias”, “amigos da escola”, APMs desavisadas, etc. Além disso, as políticas educacionais têm vindo no sentido de meramente reduzir as taxas de evasão e repetência. PROEM, pós-médio, média 5, correção de fluxo, programa de ensino a distância, e tantos outros programas têm levado a qualidade do ensino a cair drasticamente. Nada mais que justificativas numéricas com o objetivo de continuar a receber empréstimos do Banco Mundial. Lerner destrói também a saúde e a previdência dos servidores públicos. Cria a Paranaprevidência como alternativa ao IPE que o próprio governo ajudou a desmontar ao não repassar sua parte para manutenção do sistema. (...) salas superlotadas; péssimas condições de trabalho; inexistência de horatividade; atraso no pagamento das férias (1/3); não pagamento dos Vales Saber e Ensinar; destruição do sistema de saúde (IPE); não fornecimento de vale-transporte; redução da grade curricular para algumas disciplinas; retenção de processos de aposentadorias; inexistência do PCCS; não concessão de avanços e licenciaturas; contratações via Paranaeducação; perdas salariais – que o governo Lerner não reconhecia.⁷⁰

A educação pública, hoje, no Brasil e no Paraná está estilhaçada. O ideário neoconservador e neoliberal dos Governos FHC e Lerner, se expressam em cada ação da Secretaria de Estado da Educação (SEED). O Paraná tem sido o laboratório experimental das políticas neoliberais acordadas entre o atual governo, o FMI e o Banco Mundial, a tal ponto que o governador Jaime Lerner foi buscar uma técnica do Banco Mundial para a Secretaria de Educação do Estado – Alcyone Saliba. A escola tem

⁶⁹ Caderno de Resoluções do I Congresso Estadual Unificado da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, “Educação para o século XXI: rompendo com o neoliberalismo”, 01 à 03 de dezembro de 2000, Pontal do Paraná (PR), p. 12.

⁷⁰ Caderno de Resoluções do I Congresso Estadual Unificado dos Trabalhadores em Educação, “Educação para o século XXI: rompendo com o neoliberalismo”, Pontal do Paraná (PR), 01 à 03 de dezembro de 2000, p.13-14.

sido o principal alvo do ataque neoliberal. O objetivo não é só de ordem econômica (enxugar o Estado, reduzir gastos, otimizar custos), mas, também, porque é vital que este espaço de produção, organização e transmissão do conhecimento e da cultura seja cada vez mais restritivo à maioria da população.⁷¹

De fato, entende-se que tal modificação no sistema de contratação e administração de recursos humanos na área da educação é inconstitucional e atende às exigências do modelo imposto pelas agências internacionais como condição de financiamento para o estado, conforme atesta Gonçalves (1999) a partir de suas pesquisas sobre as políticas educacionais no Paraná.

O Paranaeducação, mesmo sob arguição de inconstitucionalidade, continua a funcionar, evidenciando que a lógica do mercado está no coração das políticas educacionais do atual governo do Paraná, obedecendo em última análise, às diretrizes do Banco Mundial e do Banco Interamericano, os quais condicionam ao empréstimo feito aos Estados, a adoção de um pacote de medidas a serem tomadas com base num 'elenco de prioridades' (...)⁷²

Entende-se que a precarização do trabalho nos quadros públicos serve também como sustentação para a emergência de negociações e acordos centrados no indivíduo, fragilizando o papel e o poder de negociação do movimento sindical, de acordo com Harvey (1994) e Antunes (1996). As implicações destas mudanças no mundo do trabalho sobre o poder de organização dos trabalhadores estão diretamente relacionadas com a ascensão da cultura individualista e competitiva. Para Harvey (1994), a disciplina da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital envolve desde, a cooptação até a repressão extrapolando o local da produção e estendendo-se para a sociedade como um todo.

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do

⁷¹ Caderno de Debates APP-Sindicato, p.09.

⁷² GONÇALVES, Maria Dativa de Salles. Porque lutar por uma lei que defina o Sistema Estadual de Ensino no Paraná. In: Caderno Pedagógico nº 02, APP-Sindicato, março de 1999, p.48.

aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (HARVEY, 1994, p.119).

Da mesma forma, Behring (2003) afirma que o ciclo de retomada dos lucros no processo de reordenamento do capitalismo mundial tem como características fundamentais: a reestruturação produtiva, a mundialização, o neoliberalismo e uma ofensiva intelectual e moral que repercute na organização dos trabalhadores, fragilizando e diluindo significativamente as possíveis resistências:

a reestruturação produtiva – que fragiliza a resistência dos trabalhadores ao aviltamento de suas condições de trabalho e de vida, facilitando a realização de superlucros; a mundialização – uma rearticulação do mercado mundial, com redefinição da especialização dos países e forte presença do capital financeiro; e o neoliberalismo, este último representando as reformas liberalizantes, orientadas para o mercado (...), o que se combina a uma forte ofensiva intelectual e moral, com o objetivo de criar o ambiente propício à implementação dessas proposições, diluindo as possíveis resistências (BEHRING, 2003, p.198).

É neste contexto que o estudo em tela pretende demonstrar no próximo capítulo como repercutiram estas determinações no campo de pesquisa, em especial, na organização dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná. A construção da resistência e suas formas de enfrentamento serão o eixo central para a compreensão da contra-hegemonia no movimento de luta dos trabalhadores em educação no Paraná.

3 O MOVIMENTO DE LUTA HEGEMÔNICA: A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO À PRIVATIZAÇÃO E À PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ

3.1 A resistência dos trabalhadores a precarização das relações de trabalho na Gestão do Sistema Estadual de Ensino

Para este estudo compreende-se que a categoria gramsciana – hegemonia - caracteriza com mais precisão as condições de lutas antagônicas que se estabelecem na atualidade. Em determinadas circunstâncias históricas pode-se conceber um momento contra-hegemônico ou um período de hegemonia constituída no processo de correlação de forças. Nesta perspectiva, a finalidade foi de demonstrar os momentos em que os trabalhadores garantiram uma direção contra-hegemônica no campo da educação pública no Paraná e os momentos em que o governo de Jaime Lerner reafirmou a hegemonia de seu grupo político no estado. Cada força presente desenvolveu uma relação de poder que, de alguma forma, estabeleceu uma dada direção política na conjuntura.

Para analisar esta relação de hegemonia se delimitou, em particular, os fatos e acontecimentos que ocorreram entre dezembro de 1997 e 2002 e que demonstraram um maior tensionamento das lutas entre governo e movimento sindical, ocasionando greves e outras ações da APP-Sindicato na perspectiva da resistência. De acordo com esta análise, constituiu-se na construção da contra-hegemonia dos trabalhadores diante de ações e medidas neoliberais do governo Jaime Lerner.

A representação articulada dos interesses hegemônicos evidenciou-se num primeiro momento, quando da aprovação imediata do projeto de lei que criava o Serviço Social Autônomo Paranaeducação, em 19 de dezembro de 1997. Parlamentares governistas, atendendo ao pedido do governador, aprovam a lei num período de férias escolares, impedindo qualquer debate com os trabalhadores em educação pública. Conforme especifica a ata do Conselho Estadual do dia 12 de dezembro de 1997, a APP-Sindicato mobilizou com urgência professores e funcionários da capital e do interior do Estado para um debate com os deputados com o objetivo de impedir a votação. Em conjunto com os parlamentares do Partido dos Trabalhadores os educadores conseguiram inviabilizar a primeira votação da referida lei com o pedido de verificação de quorum. Entretanto, manteve-se o ante-projeto no Legislativo. Diante de sua possível aprovação os

trabalhadores recusaram tanto a participação no Conselho Administrativo do Paranaeducação como também emendas ao projeto, conforme atestam alguns depoimentos:

[...] o projeto é indefensável, portanto não há necessidade de se questionar a base sobre a participação da entidade no Conselho citado, pois não há como a APP-Sindicato participar de uma falácia de tal nível. Que nem a emenda do Deputado Adur, é boa, pois contrata professores e funcionários pela CLT, enquanto não puder abranger todos os funcionários por concurso não pode ser encampada por nós, pois tem o caráter transitório, provisório, e que se aprovarmos emendas, vamos consolidar o projeto. [...] por princípio somos totalmente favoráveis a entrada no serviço público por concurso. [...] Este não é o primeiro golpe que temos que enfrentar. Nossa militância já está acostumada com este tipo de investida dos governos. Tivemos ‘projetinhos’ e este é um Bomba, Não podemos também ficar choramingando pois o projeto neoliberal não é invencível. Devemos refletir sobre o nosso papel de militante: É um NÃO efusivo, evidente ao projeto. Ele não interessa a Escola Pública. [...] o projeto é ruim na essência e nem mesmo emendando ele fica bom. Não nos serve em hipótese alguma. O projeto é uma instrumentalização completa para que a SEED faça o que bem quiser da educação.⁷³

Com a tentativa de impedir a votação do projeto de lei, que estava agendado para o dia 19 de dezembro de 1997, os trabalhadores aprovaram propostas no Conselho Estadual que incluíam desde a rejeição total ao projeto como uma ocupação de espaços na imprensa e articulação com entidades em nível nacional para denunciar as intenções do governo:

Propostas aprovadas: 1) ‘Não’ ao projeto; 2) ‘Não’ emendar o projeto; 3) A APP-Sindicato não participa do Conselho; 4) Contatos com os Deputados; 5) Contatos com outros movimentos para pressionar os deputados; 6) Ocupar espaços nas rádios (Núcleos Sindicais também); 7) Contatos com Entidades em nível Nacional; 8) Utilização da grande imprensa (faixas, cartazes...); 9) Carta aos sindicalizados com cópias; 10) Carta a grande imprensa; 11) Carta contundente aos deputados; 12) Pedir para algum funcionário da APP-Sindicato ligar aos Núcleos sindicais, hoje mesmo, avisando do movimento de 2º feira; 13) Fechar a APP-Sede, Núcleo Sindicato de Curitiba e Casa do Professor para comparecerem na Assembléia Legislativa, na 2ª feira, na hora da votação.⁷⁴

É preciso considerar que esta data dentro do calendário escolar dificultou ao máximo a repercussão e mobilização da categoria e da comunidade escolar. Assim, tais ações foram emergenciais e dentro dos limites que estavam colocados. A tática do governo

⁷³ Ata do Conselho Estadual da APP-Sindicato, 12 de dezembro de 1997.

⁷⁴ idem

em aprovar o projeto de lei no final do ano letivo foi evidentemente com a intenção de esvaziar o debate e desmobilizar a categoria. Assim, mesmo com as tentativas do movimento sindical em interromper esta votação não foi possível nem mesmo protelar a aprovação do Paranaeducação. O governo consegue aprovar uma nova forma de contratação e garantir a transferência de recursos financeiros e patrimoniais para um ente privado na política da educação pública do Estado. Este momento configurou-se como fortalecimento de sua hegemonia. Considerando, no entanto, que a disputa pela hegemonia se constitui no terreno da correlação de forças foi fundamental destacar como o sindicato se moveu neste terreno contestando o poder dominante. A luta do movimento sindical defendeu a incorporação destes trabalhadores no quadro de servidores do Estado através de concurso público e com a estruturação de uma carreira, conforme será apresentado mais adiante na sua proposta de PCCS.

A precarização da contratação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação tem avançado. Vencer a Paranaeducação é outra batalha. (...) O governo do Estado, em 19 de novembro de 1997, enviou à Assembléia Legislativa um projeto de lei para criar um ente estranho, chamado Paranaeducação, para contratar sem concurso, professores e funcionários para a rede pública do Estado. (...) A Paranaeducação representa mais uma iniciativa privatizante do governo paranaense, que desde 1995 se transformou no mais efetivo laboratório de experiências neoliberais.(...) Os Trabalhadores em Educação perdem direitos estatutários, podem ser demitidos e ficar sem Plano de Cargos, Carreira e Salários. Apesar do Paranaeducação ter sido considerado inconstitucional pelo Ministério Público, a SEED (Secretaria de Estado da Educação) tem mantido as contratação de funcionários e professores por esta empresa privada. Há tempos temos denunciado este governo, política e juridicamente.⁷⁵

Foi alarmante o universo de atingidos pela contratação temporária e precarizada imposta pelo governo. Aproximadamente, mais de 120 mil trabalhadores no Estado, conforme declarou a direção sindical em carta dirigida aos Conselheiros Estaduais de Educação do Paraná:

A história tem nos mostrado que em situações análogas, quando um governo dispõe de dois quadros para administrar o pessoal, aquele que lhe interessa receberá todos os incentivos, pelo menos por um tempo, e o outro vai para o esquecimento. Nesta linha, milhares de professores estatutários hoje, entrarão no abandono e na desvalorização. No total são cerca de 80 mil, considerando-se os ativos e aposentados. Os professores

⁷⁵ Caderno de Debates da APP-Sindicato. Construindo o Plano Estadual de Educação para um novo governo. P.31. O documento não está datado.

celetistas, em torno de 18 mil, perdem a perspectiva de uma carreira aos moldes estatutários. Quem lhes garantirá os níveis que, hoje, têm regidos pelo Estatuto do Magistério? E os avanços vertical e diagonal? E os quinquênios, licenças, adicionais por difícil acesso e período noturno? Quem lhes garantirá essas conquistas que, por 50 anos, vimos garantindo através de muita luta, suor, sangue e lágrimas? E o que dizer dos funcionários das escolas, hoje em torno de 25 mil, que pelo projeto do PARANAEDUCAÇÃO perdem de vez a referência do Estado como organismo empregador e vêm-se, de novo, nas mãos de uma empresa [...].⁷⁶

Alguns anos depois da aprovação e implementação da lei resgatou-se um dos materiais produzidos pela APP-Sindicato na perspectiva de confirmar o quadro de instabilidade provocado pela reforma adotada pelo governo. O quadro de servidores públicos estatutários da educação ficou definitivamente comprometido ao isolamento e 'congelamento' no Quadro Único do Estado, submetidos à desvalorização de seus salários e de seus direitos que foram resultado de longas lutas e conquistas históricas do movimento sindical. Da mesma forma, perderam a perspectiva de carreira pública que é garantida no Estatuto do Magistério do Paraná os professores que já haviam sido contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (celetistas) e os funcionários de escolas. Os que ingressaram pelo Paranaeducação entraram com um acordo de trabalho ainda mais precarizado. Estes elementos permitiram compreender como se efetivou os impactos do modelo de acumulação flexível no campo da educação pública no estado do Paraná. A precarização do trabalho e a tendência de enfraquecimento do poder sindical e da negociação coletiva são elementos deste processo que se evidenciaram com a introdução do Serviço Social Autônomo Paranaeducação.

Para a Secretaria de Estado da Educação foi com o objetivo de solucionar a questão de contratação de profissionais temporários para as escolas estaduais que se propôs a criação da empresa. Declara que de acordo com o resultado de sua pesquisa a maioria das escolas optou por um modelo de gestão de contratação temporária e descentralizada. O governo procurou com isso indicar em seu discurso que houve um consenso dos trabalhadores com relação às mudanças que foram introduzidas:

A criação do Paranaeducação atende uma reivindicação das próprias escolas ao possibilitar a contratação definitiva de professores e funcionários por prazo indeterminado e de forma totalmente descentralizada. Mais de 80% das escolas, em recente pesquisa,

⁷⁶ Carta da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná aos Conselheiros Estaduais de Educação. Este documento não está datado.

declararam que gostariam de decidir sobre a contratação de seus funcionários e professores, preferencialmente da própria comunidade, aumentando o grau de envolvimento e comprometimento com a escola.⁷⁷

O argumento governamental sobre a grande quantidade de contratos temporários existentes no Estado e os problemas decorrentes desta situação, como o prejuízo com a permanente rescisão destes contratos e a dificuldade de implementar um programa de capacitação, busca a legitimação em torno da necessidade de um novo regime de contratação. Foi um modo de conquistar o consenso no interior das unidades escolares sob o princípio de fortalecimento do sistema de ensino:

“O FORTALECIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES” A necessidade de profissionais para dar andamento às atividades nas escolas no início de cada ano letivo, gerou ao longo dos últimos anos, em vários estados da Federação, a criação de quadros temporários, já que nem todas as vagas oferecidas nos concursos eram preenchidas. Esta situação foi se acumulando e compõe, hoje, um quadro de aproximadamente 30 mil contratos temporários no Paraná. Mesmo com a realização de concursos para professores em 1995 e 1996, os contratos temporários de professores ainda somam 18 mil, em outubro deste ano. Tais contratos geram transtornos, tanto para o gerenciamento das escolas, quanto para os professores e funcionários temporários, que ao final de cada período têm seu contrato rescindido. Este processo prejudica qualquer programa de capacitação que exige um investimento de longo prazo.⁷⁸

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1998 o governador Jaime Lerner cortou o repasse da mensalidade sindical dos mais de 40 mil filiados na APP-Sindicato⁷⁹. A contribuição de seus filiados é a base principal de sustentação do sindicato. Em carta direcionada aos professores, pais e alunos, a direção sindical esclareceu os motivos que levaram o governo a tomar tal decisão. Diz o documento:

É com este dinheiro que o Sindicato paga seus funcionários, mantém suas sedes administrativas, e cumpre sua função principal: encaminhar as lutas dos professores por melhores condições de trabalho e salário. Porque o governo cortou o repasse? (...) porque a APP-Sindicato tem se manifestado contrária à política educacional de Lerner, concretizada nas seguintes ações:

a) fim dos cursos profissionalizantes com a implantação do Proem;

⁷⁷ Documento da Secretaria de Estado da Educação do Governo do Paraná. Paranaeducação. A solução do Paraná para a melhoria da gestão do Sistema Estadual de Educação. Este documento não está datado.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ A categoria é composta por 125 mil professores e funcionários, da ativa e aposentados, de escolas públicas do Estado. Deste total 44 mil são sindicalizados. Cada professor filiado, paga mensalmente R\$7,20 e cada funcionário 1% do salário.

- b) instituição do Paranaeducação que privatiza o ensino e aponta para um congelamento do Quadro Próprio do Magistério e para o fim dos concursos públicos;
 - c) implantação da recuperação de férias sem nenhum respeito aos professores;
 - d) implantação da correção de fluxo imposta aos professores;
 - e) desperdício do dinheiro público em Faxinal do Céu. O governo paga milhões de reais para uma empresa privada realizar seminários, quando poderia utilizar as universidades estaduais e federal e professores do próprio estado;
 - f) não reconhecimento dos direitos do pessoal do Fundão (Lei 10.219);
 - g) enrolação quanto à implantação da hora-atividade;
 - h) não cumprimento da promessa de reposição das perdas salariais ocorridas nos governos Álvaro e Requião;
 - i) sucateamento dos serviços prestados pelo IPE;
 - j) privatização da previdência através de um projeto de Lei de criação de um fundo, sem consultar professores e servidores;
- Perseguição. O governo já não esconde que a atitude de cancelar a consignação das mensalidades em folha de pagamento foi represália contra a APP-Sindicato. No entanto, o governo manteve o repasse a empresas privadas.⁸⁰

O corte das consignações sindicais foi uma reação autoritária do governo ao posicionamento crítico da APP-Sindicato diante das políticas adotadas pelo seu governo e à capacidade de mobilização do movimento junto aos seus filiados para enfrentá-las. As diversas medidas implementadas por este governo seguiram às determinações do Banco Mundial de ajustamento das economias periféricas e de redução de gastos sociais pelo Estado, conformando até este período um quadro de acentuada queda da qualidade de ensino e de progressiva desvalorização dos profissionais da educação. Neste contexto, a aprovação da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) foi um elemento significativo destas contradições, pois desobrigou a União a financiar este nível e transferiu esta responsabilidade para os estados e municípios. Contraditoriamente, o Ensino Fundamental é uma prioridade para o Banco Mundial porque integra as políticas gerais de alívio e contenção da pobreza na medida em que a educação está voltada exclusivamente para habilidades e competências do mercado de trabalho. Assim, sem a participação da União também outros setores da educação básica sofreram grandes impactos com a redução quase que irreversível de seus recursos como a Educação Infantil⁸¹, o Ensino Médio e a Educação

⁸⁰ Carta da direção estadual da APP-Sindicato direcionada aos professores, pais e alunos no dia 06 de fevereiro de 1998. Este documento também foi enviado aos prefeitos e vereadores de municípios do Paraná.

⁸¹ Evidenciou-se como medida de ajuste fiscal adotada pelo governo do Estado a retenção de recursos para a construção de salas de aula e os problemas decorrentes disto para a educação pré-escolar. Em matéria veiculada no Jornal 30 de Agosto, edição de fevereiro de 1999, a APP-Sindicato divulgou que Lerner não

de Jovens e Adultos. Da mesma forma, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) significou a flexibilidade necessária para os governos imporem suas políticas de corte nos gastos com a educação obtendo como diretriz a descentralização financeira através da municipalização⁸². Estes pressupostos legais abrem caminho para o financiamento por fora do Estado, seja a partir de bancos internacionais, ONGs ou da própria comunidade escolar. Qual é a relação destas leis com as políticas educacionais de Lerner? Contribuíram para acelerar a diminuição das responsabilidades do poder estatal e de seus recursos para a educação de acordo com o Banco Mundial:

Por esta concepção, a educação sofre uma redução, passando a ter um caráter meramente instrumental, vinculado à produção econômica, objetivando a produtividade e reduzindo-a simplesmente a treinamento de mão de obra. O princípio de Qualidade Total está vinculado ao mundo empresarial, visando obter a redução de custos, e o controle de qualidade. Na transferência destes princípios para a escola, também se visa a redução de custos, e controle de qualidade é feito pela avaliação de dados quantitativos, e não qualitativos. A eficiência do sistema é medida pela aprovação e permanência dos alunos nas escolas, para efeitos de obtenção de melhores estatísticas. A formação do cidadão crítico, o exercício da cidadania e a produção do conhecimento como instrumento de superação da condição de explorado em que se encontra o cidadão são desconsiderados. (...) A atuação da SEED (Secretaria de Estado da Educação do Paraná) é coerente com os princípios que a orientam. Assim, os resultados quantitativos são buscados de qualquer forma. Os alunos têm que ser aprovados, seja pela aprovação automática, seja pela facilitação dos critérios de avaliação, ou, ainda, pelos programas de recuperação nas férias. Esta aprovação não é buscada, no entanto pela melhoria das condições de ensino, e uma maior assistência aos alunos, uma recuperação paralela permanente, porque isto implicaria em maiores despesas para a educação, o que se constitui num verdadeiro pecado mortal, sem perdão, dentro dos princípios do neoliberalismo.⁸³

liberou a verba de R\$15 milhões destinada para este fim retendo-as de acordo com o programa de ajuste fiscal. Para maquiagem o problema as administrações municipais estavam desalojando as crianças da educação pré-escolar abrindo espaços para estudantes do ensino fundamental e médio. “A educação pré-escolar está sendo sacrificada porque o Banco Mundial orienta para que o investimento seja centrado no ensino fundamental (da 1ª à 8ª série), pois exige que o governo contenha os recursos para pagar os banqueiros internacionais. Os setores que defendem a educação pública e gratuita sempre defenderam que a obrigação do Estado é garantir o acesso de todos os estudantes a toda a educação básica, da pré-escola ao fim do ensino médio, e ao terceiro grau. Este conceito estava previsto no projeto original da LDB, mas foi modificado pelo governo federal, deixando a educação pré-escolar sem nenhuma regulação.”

⁸² A APP-Sindicato participou de um estudo e publicação da LDB comentada, sob a coordenação do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública que muito tem contribuído para o conhecimento dos educadores e dos debates nas escolas públicas do Estado.

⁸³ Caderno de Resoluções do I Congresso Estadual Unificado dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, 01 à 03 de dezembro de 2000, Pontal do Paraná (PR), pág. 18.

Nesta direção, o Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio no Paraná (PROEM), firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, extinguiu com o ensino profissionalizante no segundo grau (Ensino Médio), inclusive com os cursos de Magistério, e abriu caminho para a oferta em escolas privadas. Da mesma forma, o Programa Qualidade no Ensino Público no Paraná (PQE) firmado com o Banco Mundial, o programa de Correção de Fluxo, Recuperação de Férias e o programa de formação continuada para professores na cidade de Faxinal do Céu (PR), que permitiu a contratação milionária de uma empresa retirando este papel das universidades públicas, todos estes elementos exemplificam a condução de políticas educacionais submetidas às exigências do capitalismo financeiro internacional. Ou seja,

Estes direitos passam a ser considerados serviços, e como tais, disponíveis no mercado das trocas e sob a égide do lucro. Dentro desta visão reducionista dos direitos, a educação se transforma num produto contábil, em que os custos devem ser discriminados e todas as ações devem se adequar ao parâmetro da relação custo/benefício. (...) Não podemos considerar como benefício para a sociedade um projeto educacional pensado a partir do econômico e para o econômico, vendo no homem apenas as dimensões da produtividade e da competitividade, da formação de 'cidadãos competitivos'. Cabe aqui uma intrigante pergunta: que textura social estamos construindo a partir destes princípios?⁸⁴

A não implementação de direitos já assegurados aos educadores como a hora-atividade também se constituiu como condição da política de corte dos gastos sociais na educação. Por muito tempo a hora-atividade foi protelada pelo governo. Esta questão incide diretamente no quadro das relações de trabalho dos educadores. Para contextualizar esta reivindicação no conjunto das lutas da APP-Sindicato cabe resgatar as idas e vindas sobre as promessas do governo a respeito do assunto. Foi um compromisso firmado com os professores perante a imprensa pelo então Secretário de Educação⁸⁵ e que não fora cumprido. Desde dezembro de 1996, o Secretário de Educação firmou o compromisso de implantar a hora-atividade no início do ano letivo de 1997. Em nova audiência com o sindicato, em março de 1997, o Secretário disse que a possibilidade da hora-atividade era para junho, juntamente com a criação de um PCCS. Em 01 de abril de 1997 os professores ocuparam a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e exigiram por escrito o

⁸⁴ Carta da I Conferência Estadual de Educação. Caderno Pedagógico da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, março de 1999, nº02, pág.06.

⁸⁵ Ramiro Wahrhaftig.

compromisso da hora-atividade. O Secretário assumiu um compromisso verbal de implantar até o mês de agosto, comprometendo-se em entregar um documento sobre o assunto até dia 25 de abril de 1997. Uma comissão de trabalho estabeleceu o dia 06 de junho de 1997 como prazo para apresentação de uma mensagem de lei à Assembléia Legislativa do Paraná. Neste dia, o Secretário cancelou a audiência onde entregaria o projeto de lei para remeter ao Legislativo. Em agosto do mesmo ano o então chefe da Casa Civil, Rafael Greca, reafirmou a implantação da hora-atividade para o início de 1998. Por fim, na véspera do início de mais um ano letivo (1998), não houve nenhuma perspectiva de implantação da medida⁸⁶. Em meio às audiências e promessas não cumpridas o governo tenta, na imprensa, assegurar a opinião pública e ganhar tempo junto aos professores:

Stephanes Jr. disse que o governo já concordou com o pagamento da hora-atividade e vai fazer isso a partir de 98.⁸⁷

Wahrhaftig disse que a hora-atividade de 20%, período reservado dentro da carga horária para atividades extra-classe, deve ser implantada no início de 1998, o que implicará na contratação de 7,5 mil professores.⁸⁸

O governo não tem condições neste momento, de contratar cerca de oito mil professores para viabilizar a hora-atividade, disse Wahrhaftig. Ele prometeu que no início do ano essa reivindicação dos professores será implantada.⁸⁹

É por fazer forte oposição e mobilizar amplamente a categoria na defesa de outro projeto para a educação que a organização sindical sofreu intervenção do governo. A APP-Sindicato afirma que empresas privadas como, Finasa, Paraná Banco, Banco Araucária, Clinihauer, Bamerindus Seguros, Bradesco Seguros e Gralha Azul, tinham condições de realizar cobrança por outros meios, mas não sofreram este tipo de intervenção⁹⁰. Na medida em que o governo continuou favorecendo à iniciativa privada com o mesmo serviço sua atitude evidenciou-se em perseguição política ao sindicato.

Em ofício ao governador Jaime Lerner, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)⁹¹ tentou intermediar uma audiência da

⁸⁶ Edição Especial do Boletim Informativo da APP-Sindicato (sem data).

⁸⁷ Jornal do Estado, 18.09.1997

⁸⁸ Jornal do Estado, 19.09.1997

⁸⁹ Gazeta do Povo, 19.09.1997

⁹⁰ Carta da direção estadual da APP-Sindicato direcionada aos professores, pais e alunos no dia 06 de fevereiro de 1998. Este documento também foi enviado aos prefeitos e vereadores de municípios do Paraná.

⁹¹ A CNTE representa cerca de 2,5 milhões de trabalhadores da educação básica pública no Brasil.

APP-Sindicato com o governo⁹², relembrando sobre a constitucionalidade do desconto das contribuições sindicais e que interferir nesta autonomia do movimento sindical significa um retrocesso da liberdade e das conquistas democráticas nas relações de trabalho no âmbito estatal.

O desconto das consignações sindicais dos diversos setores do funcionalismo público constitui uma forma constitucional de seus sindicatos manterem suas atividades legítimas. O corte das mesmas significa, acima de tudo, um ato autoritário que representa um desrespeito gravíssimo à liberdade de organização sindical, por conseguinte, à democracia das relações trabalhistas no Estado.⁹³

Da mesma forma, a Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional, através de seu presidente na época, Vicente de Paulo da Silva, buscou uma intermediação junto ao governo do Estado para o retorno das consignações. A CUT questionou o motivo de tal atitude lembrando que as relações de convivência social e democrática no país pressupõem a existência dos sindicatos:

Sendo essa a única fonte de receita do sindicato, o corte desse repasse inviabiliza a manutenção das sedes da entidade, bem como o cumprimento dos compromissos junto aos seus funcionários. Na medida em que o desconto em folha de pagamento é autorizado pelos professores no momento de sua filiação ao sindicato, não conseguimos compreender o motivo do corte desse repasse. A existência e atuação dos sindicatos é uma característica inerente ao processo democrático, processo esse que precisa ser constantemente reafirmado em nosso país.⁹⁴

Diante das intermediações políticas, inclusive em nível nacional e, principalmente, com a existência de uma liminar favorável que o sindicato acionou e conquistou junto ao Judiciário, o governo reestabeleceu em abril de 1998 (dois meses depois) a normalidade do repasse:

⁹² Na mesma ocasião, diversos vereadores da Câmara Municipal de Curitiba, ao tomar conhecimento dos fatos a respeito do corte das consignações à APP-Sindicato, encaminharam requerimento no dia 18 de fevereiro de 1998, de uma moção de apoio à luta dos educadores pelo retorno do desconto em folha, a ser apresentada ao governador Jaime Lerner. Cabe ressaltar que diversos vereadores que assinaram tal requerimento compunham partidos que eram da base aliada ao governo municipal e estadual, isto é, mesmo partidos que não eram de oposição também apoiaram a reivindicação dos educadores.

⁹³ Ofício do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), datado em 11 de fevereiro de 1998, ao governador Jaime Lerner.

⁹⁴ Ofício ao governador Jaime Lerner, datado de 20 de fevereiro de 1998, do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Nacional), Vicente de Paulo da Silva.

A APP-Sindicato dos Professores das redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Paraná interpôs o presente pedido de Mandado de Segurança contra ato do Sr. Secretário de Estado da Administração, consistente na suspensão do desconto em folha de pagamento, das contribuições mensais, destinadas ao impetrante, autorizadas pelos respectivos filiados e integrantes da categoria profissional que representa, requerendo concessão de liminar. Fundamentou a pretensão nos artigos 7º, II, da Lei 1533/51, 37, VI, da Constituição Federal, 27, VI, da Constituição Estadual. Os descontos vinham sendo feitos com regularidade, sem interrupção, autorizados pelos servidores, acabando por serem interrompidos, a partir de janeiro último, com sérios transtornos para o impetrante. É relevante o fundamento da inicial e do ato impugnado resultará a ineficácia da medida, se deferida. Assim, concedo a liminar, nos termos da letra a, do pedido de f.2, restabelecendo-se a ordem vigente anteriormente.⁹⁵

A CELEPAR, órgão estadual responsável pela geração da folha de pagamento dos servidores, era remunerada através do pagamento da importância de 1% (um por cento) do montante arrecadado com as mensalidades sindicais, aproximadamente, R\$3 mil reais mensais. A partir de julho de 1998, em nítida represália com relação à concessão da liminar desfavorável à Secretaria de Estado da Administração (SEAD/PR), este serviço foi reajustado em 5% do montante arrecadado, ou seja, R\$15 mil reais. Segundo informativo veiculado pela imprensa sindicato este reajuste não atingiu as financeiras e bancos que anteriormente foram citados.

3.2 O autoritarismo do governo neoliberal: o confronto PCCS X PLADEPE

Mesmo com este aumento abusivo o governo não desistiu em interromper as ações e intervenções do sindicato que obstaculizavam o prosseguimento de sua política de contra reforma e de conquista da opinião pública para tal. Ainda em 1998, pela segunda vez, como reação à oposição do movimento sindical diante de sua política, Jaime Lerner repetiu o golpe de intervenção na organização dos trabalhadores. Neste contexto, o que se destacou no conjunto de embates entre governo e APP-Sindicato foi o plano de carreira dos trabalhadores em educação⁹⁶.

A lei federal nº 9424, do FUNDEF, determinava que todos os Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam elaborar novos planos de carreira e remuneração

⁹⁵ Liminar concedida pelo Desembargador Dilmar Kessler, no dia 27/03/1998, Diário da Justiça nº 5110.

⁹⁶ Subentende um conjunto de normas para a organização de uma determinada atividade ou determinado ramo profissional. Deve definir funções, formas de ingresso, jornada de trabalho, critérios de progressão e promoção funcional, níveis salariais, critérios para aposentadoria, direitos e deveres dos profissionais da área.

do magistério no prazo de seis meses da vigência desta lei, de modo a assegurar:

I – a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício do magistério;

II – o estímulo ao trabalho em sala de aula;

III – a melhoria da qualidade do ensino.

Diante da ausência do governo no tratamento do assunto a direção sindical convidou a Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR), no início de 1998, para compor uma comissão paritária de negociação para o plano. Os educadores tomaram a iniciativa de modo independente para se precaver de uma possível investida governamental contra os trabalhadores como foi feito na aprovação relâmpago do Paranaeducação. Para a direção estadual esta comissão não obteve resultados em função das dificuldades de negociação com os representantes governamentais que quando compareciam se mostravam limitados para negociar. O governo também não compareceu ao seminário de construção do PCCS, organizado pela APP-Sindicato, demonstrando total desinteresse pela questão:

Vendo passar o tempo sem nenhuma iniciativa por parte da SEED, em fevereiro deste ano propusemos ao Secretário da Educação a constituição de uma comissão paritária para elaborarmos, em conjunto, uma proposta de Plano de Cargos, Carreira e Salários. Os membros da SEED não compareciam às reuniões ou quando compareciam, não levavam proposta alguma.⁹⁷

Constituímos um grupo de trabalho interno na APP-Sindicato, promovemos debates nas escolas e Núcleos Sindicais e finalizamos o plano de carreira num seminário nos dias 05 e 06 de junho, em Curitiba, onde ao final, em assembléia no mesmo local, foi aprovado o plano. É bom frisar que, convidado a participar de nosso seminário, o secretário da Educação não compareceu, nem enviou representante.⁹⁸

No dia 17 de junho de 1998, em sessão extraordinária na Assembléia Legislativa do Paraná, os educadores fizeram a apresentação oficial de sua proposta e a entregaram aos deputados na presença de mais de 1000 professores e funcionários de escolas públicas do Paraná. Foi uma estratégia de construção democrática dos trabalhadores na defesa e garantia de seus direitos nas relações de trabalho e de sua valorização como educadores para a melhoria do ensino público, conforme assegura o

⁹⁷ Carta do presidente da APP-Sindicato aos professores da rede pública estadual, datada em 04/11/1998.

⁹⁸ Anteprojeto de lei para a Implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Ensino Público do Paraná, junho de 2002, 2ª edição, p.05.

artigo 3º do I capítulo do anteprojeto de lei:

Art. 3º - O PCCS da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto na Constituição Federal de 1988, tem por princípios básicos a qualificação, formação e valorização profissional dos Trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, assegurando aos seus integrantes:

I – remuneração compatível com a dignidade, peculiaridades e importância da profissão;

II – estímulo à qualidade do trabalho desempenhado;

III – melhoria da qualidade do ensino;

IV – ingresso mediante aprovação em concurso público de provas e títulos;

V – valorização profissional, através de progressão funcional, por antiguidade, assiduidade, habilitação e formação profissional;

VI – formação e aperfeiçoamento profissionais continuados, em serviço ou com licenciamento remunerado;

VII – piso profissional compatível com a valoração do cargo.

VIII – condições de trabalho no que diz respeito à estrutura técnica, material e de funcionamento de toda a Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná;

IX – garantia de um período reservado a estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente aos Trabalhadores em Educação, incluído em sua jornada de trabalho;

X – garantia de que todas as escolas da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná sejam geridas democraticamente com eleições diretas para diretores de escolas, definidas em lei;

XI – garantia da existência dos Conselhos Escolares em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, nos termos da Deliberação 20/91, do CEE.⁹⁹

Diante da iniciativa do sindicato em convocar a categoria para construir sua proposição a Secretaria de Estado da Educação, no dia 24 de junho de 1998, iniciou sua proposta. Entretanto, afirmou em agosto do mesmo ano, durante audiência com a APP-Sindicato que pretendia divulgar somente após as eleições estaduais, visto que a oposição poderia aproveitar-se de seu conteúdo na disputa eleitoral. Suspeitando das intenções do governo e de seu casuísmo eleitoral a categoria realizou mobilização no dia 31 de agosto para exigir a apresentação de um plano e a recomposição das perdas inflacionárias sobre os salários. No Palácio Iguazu, após manifestação com mais de 7 mil pessoas, o governo

⁹⁹ Idem, p.09. Posteriormente, durante Seminário estadual de debate sobre o PCCS que teve a participação da CNTE com o professor Milton Canuto, em 30 de agosto de 2003, portanto, já no período do novo governo sob a gestão de Roberto Requião (PMDB), os trabalhadores em educação avaliaram que era preciso atualizar e corrigir alguns artigos deste projeto, entre eles a própria denominação. Esta passaria a ser PCCV, ou seja, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos por se tratar de estatutários. Um dos encaminhamentos deste seminário foi então recolocar o projeto para debate nas escolas públicas com as devidas alterações, bem

firmou acordo em que se comprometeu a manter os direitos adquiridos e a apresentar a versão final do plano até o final de setembro. Assim, a direção estadual marcou assembleia para o dia 28 de setembro, determinando esta data como prazo máximo para o governo revelar suas intenções. No resultado de tal assembleia foi possível observar algumas táticas de resistência dos trabalhadores diante do não cumprimento do acordo, pois o governo não apresentou nenhuma proposta para que os educadores pudessem debater o futuro de sua carreira, tentando com isso ganhar tempo e manter a direção política e o consenso dentro da escola, pelo menos até o final de sua campanha eleitoral. Diante de tal sigilo, os trabalhadores deliberaram nesta assembleia algumas ações:

(...) hoje, 28/09, é o prazo máximo para a SEED apresentar o projeto de PCCS, assim como também a sua proposta de recomposição salarial, já que desde o dia 09 de setembro a SEED tinha conhecimento desta assembleia e que por diversas vezes o Secretário Ramiro foi informado que este era o fórum de debate da proposta do governo e como até agora não foi apresentado nenhum documento oficial, entendemos que o compromisso firmado foi descumprido. (...) propostas aprovadas no Conselho Estadual da Entidade, realizado no dia de ontem, que consiste em: a) fazer panfletagem no centro da cidade e fechar as avenidas Mal. Deodoro e Floriano, para denunciar a população a quebra de compromisso por parte do governo; b) que fiquemos em assembleia permanente a partir desta data, como forma de pressão; c) ocupação de um órgão público, no sentido de pressionar o governo a apresentar as respostas aos itens do compromisso firmado.¹⁰⁰

Ao término da Assembleia Estadual os professores e funcionários dirigiram-se à Secretaria de Estado da Fazenda para exigir do presidente do Conselho de Política de Pessoal, e então Secretário da Fazenda¹⁰¹, as definições para a carreira dos trabalhadores em educação. Permaneceram no interior da Secretaria por, aproximadamente, onze horas. O governo apresentou seu esboço de plano após intensas negociações, pois havia uma enorme resistência em entregar esta proposta antes das eleições estaduais. Graças à estratégia de resistência dos educadores foi possível tomar conhecimento das medidas que visavam eliminar com direitos adquiridos e flexibilizar as relações de trabalho a partir do esboço do Plano de Desenvolvimento de Pessoal da Educação, o PLADEPE. Os educadores confirmaram o tamanho do problema que teriam que enfrentar – a

como mobilizar a categoria para sustentar a proposta junto ao governo, na perspectiva de sua aprovação ainda em 2003 e implementação a partir de 2004.

¹⁰⁰ Ata da Assembleia Estadual Extraordinária da APP-Sindicato, realizada em 28 de setembro de 1998, no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba.

¹⁰¹ Gionavi Gionédis.

determinação de Lerner em retirar direitos que foram conquistados ao longo da história do movimento sindical, em precarizar as relações de trabalho de modo a atender à exigência da política de contra reforma em curso. Diante do enorme risco, os trabalhadores em educação prepararam o Estado de Greve.

Assustados com o conteúdo do Pladepe, que na verdade é um plano de destruição do ensino público estadual, professores e funcionários decidiram entrar em estado de greve. O plano do governo é evidentemente destruir o atual plano de carreira e acabar com todos os direitos conquistados em toda a sua história pela categoria. (...) Pudemos então comprovar porque só queriam entregar o plano após as eleições. Ele é por demais perverso com estatutários, aposentados e celetistas.¹⁰²

Convencidos da força e do poder governamental junto às direções das escolas, bem como da própria imprensa no estado, os trabalhadores se organizaram para mobilizar os representantes de escolas em uma ampla campanha no sentido de possibilitar um debate sobre o futuro de suas carreiras no serviço público. Entende-se que este fato se desdobrou numa disputa de hegemonia no âmbito da sociedade civil, no interior de um dos aparelhos privados de hegemonia (conforme denominação gramsciana) - a escola. “O governo possivelmente fará uma intensa campanha de mídia para vender o Pladepe como a cura de todos os males e jogar professores e funcionários contra a APP-Sindicato!”.

Em carta pública aos professores da rede estadual de ensino, no dia 22 de outubro de 1998, o então Secretário de Educação objetivou “esclarecer os fatos e recuperar a verdade sobre o Pladepe – Plano de Desenvolvimento do Pessoal da Educação, que foi divulgado de modo fantasioso pela direção da APP-Sindicato (...)” O Secretário iniciou a carta omitindo informações na tentativa de convencer os trabalhadores - afirmou que partiu do governo a iniciativa de convidar os profissionais da Educação para a construção coletiva de um plano de carreira. Além disso, tentou desgastar e desmoralizar politicamente a direção sindical frente à categoria, caracterizando-a como irresponsável e intransigente nas discussões e negociações sobre o plano.

Antes de mais nada é preciso frisar que, pela primeira vez na história da educação pública paranaense, o governo estadual convidou os profissionais da Educação para participar de uma construção coletiva – o novo Plano de desenvolvimento do Pessoal da Educação deve ser elaborado a partir de uma parceria entre todos interessados. (...)

¹⁰² Material de comparação entre Pladepe e PCCS, elaborado pela APP-Sindicato e distribuído nas escolas públicas do Estado no início de outubro de 1998. O documento não está datado.

Infelizmente, o Sindicato continua a manter uma atitude anti-democrática, ao insistir em estabelecer o confronto em todas as situações. Não quer negociar, não quer debater, não quer ponderar, nem construir. Prova disso, é que das diversas reuniões intermediárias programadas para discutir o Plano, o Sindicato concordou apenas em participar da última, a do dia 30 de outubro. (...) não há, no momento, pontos definidos no Pladepe, uma vez que estamos ampliando a participação da comunidade educacional paranaense no processo. Prova disso, foi o seminário para diretores, realizado de 13 a 17 de outubro, em Faxinal do Céu, onde após receberem informações sobre a reforma do Estado, gestão participativa e sobre o andamento do Pladepe, os participantes reuniram-se em grupos para analisar o Plano e elaborar sugestões e propostas. Ao final, demonstrando a responsabilidade e maturidade – que, aparentemente, a direção do sindicato não têm -, os diretores solicitaram um prazo maior para levarem a discussão para suas escolas. E foram atendidos.¹⁰³

O governo desde o início obteve conhecimento da iniciativa do sindicato em organizar debates sobre o PCCS. Não participou do Seminário Estadual (junho de 1998) organizado pela direção sindical para construir uma proposta de Plano de Cargos, Carreiras e Salários que atendesse às necessidades dos educadores. Ora, na carta referida a pouco, o Secretário ignorou toda esta construção e omitiu sua ausência no processo. Omitiu as reais intenções do governo e buscou o consenso em torno de sua proposta divulgando uma pesquisa junto aos professores para subsidiar a elaboração do plano. O Secretário ignorou a representação política da direção sindical na elaboração e negociação da proposta, conforme atesta o seu discurso:

Também, pela primeira vez na história da Educação paranaense, a secretaria de Educação fez ampla pesquisa, para reunir informações básicas que vão subsidiar o Plano. Os questionários distribuídos para todos os professores do Estado, solicitando opiniões sobre a carreira do magistério, já estão sendo processados e analisados. Por tudo isso, voltamos a assegurar a intenção do Governo do Paraná de construir o Pladepe, em conjunto com a comunidade educativa do Paraná. Assim, voltamos a conclamar: professor, é hora de somar forças e construir um consenso sobre um tema que é fundamental para os profissionais da educação, para o ensino público e para a sociedade paranaense.¹⁰⁴

Diante do quadro de instabilidade política, o governo definiu o dia 30 de outubro (1998) como prazo para que os professores e funcionários de escolas apresentassem sugestões ao PLADEPE e, posteriormente, enviá-lo à Assembléia Legislativa do Paraná. Independente desta determinação a APP-Sindicato levou o debate

¹⁰³ Carta do Secretário de Educação, Ramiro Wahrhaftig aos professores da rede estadual, no dia 22/10/1998.

¹⁰⁴ idem

para as escolas fazendo uma comparação entre as duas propostas – a do governo (PLADEPE) e a dos educadores (PCCS) – de modo a desmistificar o discurso do governo e ganhar força junto a categoria na defesa de sua proposta.

Caros Trabalhadores em Educação. Solicitamos um momento de sua atenção. O governo do Estado se prepara para impor sobre nós um Plano de Cargos que irá acabar com tantas conquistas que acumulamos em anos e anos de lutas, mobilizações, sangue e lágrimas. Veja o que trama o governo contra nós e compare com o Plano que a APP-Sindicato defende. Não se deixe iludir, não compactue com a quebra de seus direitos. Trave conosco o bom combate! A História não perdoará os que se omitirem!¹⁰⁵

A seguir, a íntegra deste material evidenciando algumas mudanças na regulamentação de direitos dos professores e funcionários, propostas pelo governo e que ferem legislações e a própria Constituição Federal (1988), a partir de itens como forma de ingresso, estabilidade, carreira, aposentadoria, funcionários e gestão democrática. Ao mesmo tempo, observou-se o que defendem os trabalhadores dentro de uma carreira estruturada no seu PCCS.

COMPARE OS PLANOS DA CATEGORIA E DO GOVERNO PARA A SUA CARREIRA PROFISSIONAL

PCCS (APP-Sindicato)	PLADEPE (Governo)
<p>Forma de ingresso Dar-se-á exclusivamente por concurso de provas e títulos, com ingresso na classe compatível com a habilitação e a formação do concursado. Regime Jurídico Estatutário.</p>	<p>Forma de ingresso De acordo com a carga horária disponível no colégio. A não aceitação da vaga no horário ofertado implica na desistência do concursado. Acabaram a remoção e a jornada definida de 20, 30 e 40 horas-aulas. Regime jurídico celetista, passível de demissão a qualquer momento.</p>
<p>Jornada de trabalho Carga horária padrão de 40 horas-aulas semanais, com 50% de hora-atividade para todos os professores. Funcionário tem jornada de 40 horas semanais.</p>	<p>Jornada de trabalho Contratação por hora até no máximo de 40 horas semanais. Não diz se é hora-aula. Hora-atividade de 20% para “preparação e avaliação do trabalho didático, colaboração com a administração da escola, reuniões pedagógicas, articulação com a comunidade e aperfeiçoamento profissional”. A mobilidade na carga horária permite a redução da jornada de trabalho, por exemplo, de 40 aulas para 5 aulas, com redução salarial.</p>
<p>Avaliação funcional É baseada num princípio construtivo, com cada profissional – e a escola integralmente – recebendo uma análise de sua prática profissional para observar os</p>	<p>Avaliação funcional Seu princípio é somente punitivo, com o objetivo de demitir. A avaliação é composta por três componentes: (I) Avaliação pelos alunos, pela equipe pedagógica,</p>

¹⁰⁵ Material de comparação entre Pladepe e PCCS, elaborado pela APP-Sindicato e distribuído nas escolas públicas do Estado, no início de outubro de 1998. O documento não está datado.

<p>pontos negativos e positivos de forma a possibilitar o crescimento profissional e a melhoria do ensino ministrado. É feita uma vez por ano em três níveis: (I) pela comissão formada por 3 pessoas da equipe administrativa e por 3 professores da escola, que coordenam o processo de avaliação; (II) pelo colegiado da escola; (III) auto-avaliação.</p>	<p>pelo diretor e auto-avaliação; (II) pelo Conselho Escolar; (III) prova de conhecimentos curriculares de natureza externa, para os alunos do professor. Este método não pretende melhorar o desempenho, mas intimidar, subjugar e demitir o professor ou funcionário.</p> <p>Comentário: Para ensinar, o professor precisa ter liberdade de ação e pensamento. Se o emprego depender do apoio da chefia, por um lado, e do aluno, por outro, que liberdade terá o professor. Qual professor exigirá rigor no estudo, respeito às normas do grupo, participação construtiva, etc. Esta avaliação é um retrocesso ao tempo em que o ingresso se dava por apoio de políticos influentes. Retiram-se as únicas garantias para se melhorar o ensino, conhecimento e competência. O item prova de natureza externa, é uma ótima forma de despedir os “inconvenientes”. Se não for encontrado nenhum motivo interno, bola-se uma prova de natureza externa aplicada aos alunos e a culpa pelo insucesso destes recai sobre o professor. É a volta do atestado ideológico dos tempos da ditadura.</p>
<p>Licença saúde Atestado por perícia médica, o trabalhador da educação pode se afastar do trabalho para restabelecer-se, sem redução salarial.</p>	<p>Licença saúde A pessoa contratada por CLT e afastada para tratamento, após 15 dias fica encostada no INSS, com redução salarial de até 30%.</p>
<p>Férias 60 dias para professores e 30 dias para funcionários.</p>	<p>Férias 45 dias para professores e 30 dias de férias para os demais, incluindo supervisão e orientação escolar.</p>
<p>Licença especial, acervo e quinquênio São mantidos conforme os estatutos do Magistério e dos Servidores. O percentual do quinquênio é 5% a cada 5 anos.</p>	<p>Licença especial, acervo e quinquênio Com o regime CLT acabam estes direitos.</p>
<p>Remoção Concurso de remoção anual, de acordo com o número de vagas existentes.</p>	<p>Remoção Como a contratação ocorre por escola, no momento da mudança é rescindido o contrato com a perda do padrão.</p>
<p>Estabilidade O PCCS considera estável trabalhadores da educação que cumprirem estágio probatório. Após garantir a permanência no cargo, só será demitido mediante condenação em processo administrativo, sendo assegurado o direito de defesa.</p>	<p>Estabilidade Não existe estabilidade. Se a avaliação de desempenho for desfavorável ou não tiver aula na escola, o professor ou funcionário é automaticamente demitido.</p>
<p>Hora-aula Mantém o tempo da hora-aula em 50 minutos</p>	<p>Hora-aula O documento não é explícito, mas dá a idéia de que a hora-aula pode passar para 60 minutos (hora-relógio), com a finalidade de reduzir o número de professores.</p>
<p>Carreira Estruturada em dois cargos: professores e funcionários, com 5 níveis e 13 referências, progressão, promoção com ascensão funcional.</p>	<p>Carreira Não tem estrutura de carreira, pois não existe carreira. A proposta prevê apenas períodos de adaptação e integração, com direitos reduzidos e o contrato precarizado. O concurso será por escola e toda vez que quiser mudar o local de trabalho, terá que se demitir.</p>
<p>Formação e Valorização profissional Plano de formação continuada e capacitação profissional para todos, elaborado em conjunto com as instituições estaduais de ensino superior e a representação sindical da categoria.</p>	<p>Formação e Valorização profissional Incentivos como o vale-saber e cursos de educação à distância, centralizado na forma, e apenas para os que terão mais tempo de exercício a cumprirem no sistema. Quem tem mais anos de profissão (e menos tempo pela frente) fica de fora.</p>
<p>Aposentados</p>	<p>Aposentados</p>

São mantidos os direitos adquiridos e recebem os mesmos reajustes e demais benefícios.	Quem já está aposentado fica no atual nível, mas deixa de receber os reajustes e demais direitos pagos a quem está na ativa. Não é assegurada a manutenção dos atuais direitos. Os atuais estatutários que se aposentarem devem ir para o fundo privado de Previdência, com salários e direitos congelados. Perdem as gratificações e benefícios. Os novos contratados são celetistas e se aposentam pelo INSS.
Estatutários e Aposentados Os atuais estatutários e aposentados mantêm os benefícios e vantagens já conquistados. Aos aposentados fica garantida a igualdade de salários e vantagens atribuídas ao pessoal da ativa.	Estatutários e Aposentados A Seed diz apenas que esta questão será definida nas disposições transitórias. Tudo leva a crer que querem silenciar sobre o assunto o maior tempo possível para colocar esse pessoal num quadro em extinção (com salários e direitos congelados).
Funcionários Passam a integrar o quadro de carreira dos trabalhadores da educação, devendo ser qualificados como agentes de educação.	Funcionários Já estão lhes tirando o quadro de carreira por meio das Adejas e continuarão desta forma.
Gestão democrática Eleição direta para a direção da escola, e de acordo com a Deliberação nº 20, do Conselho Estadual de Educação, que regulamenta a participação dos Conselhos Escolares.	Gestão Democrática Assunto ignorado.
Salário Piso inicial para 40 horas semanais com 50% de horatividade de R\$ 1.185,26 (professor com formação de magistério – 2º grau) Piso inicial para 40 horas semanais de R\$ 494,25 (p/ funcionários de escola)	Salário Assunto ignorado.

Conforme apontou o quadro, todos os itens propostos pelo governo atendiam a prerrogativa da flexibilização das relações de trabalho de acordo com as exigências da contra reforma. A redução de direitos e garantias foi defendida às custas da crise fiscal do estado. Por isso a insistência em acabar com a forma de ingresso por concurso público e implementá-la sem qualquer ‘rigidez’ para que o professor ou o funcionário de escola pudesse ser demitido a qualquer momento. Da mesma forma, o método de avaliação funcional, longe de melhorar o desempenho do educador, pretendia intimidar e tornar mais fácil a sua demissão. O fim da estabilidade também não era por outro motivo senão o de demissão a qualquer momento. Garantias como licença especial, acervo, quinquênio e remoção, que são parte das conquistas históricas do sindicato, passariam a não mais existir sob o regime CLT. No caso das férias de 60 dias que também é uma conquista, haveria uma redução significativa de 15 dias. A perspectiva de uma carreira, inclusive para os funcionários e, dentro dela, um plano de formação e valorização profissional não eram previstas, deixando os educadores numa situação de total desvalorização, precariedade e desmotivação profissional, além de provocar um agravamento ainda maior na queda da qualidade de ensino. Talvez o caso mais grave

ficaria para a situação dos aposentados, pois significava uma questão elementar da Reforma da Previdência. A determinação imperiosa do governo federal de cortar gastos com os aposentados se explicitou na proposta do governo do estado – eles ficariam sem os demais direitos e reajustes pagos ao pessoal da ativa. De outra forma, somente aderindo ao fundo privado de previdência. Os novos ingressos teriam suas aposentadorias de acordo com o regime CLT, ou seja, pelo INSS. Diante do ataque aos trabalhadores, a reação não poderia ser outra senão a de total rejeição ao que o governo propunha. Em 12 de novembro de 1998, data em que o Pladepe deveria ser entregue à Assembléia Legislativa do Paraná em forma de projeto de lei, a APP-Sindicato convocou uma grande mobilização estadual como protesto. Diante de tal desgaste do governo, o Pladepe não foi entregue conforme estava previsto.

Reação das escolas. Pensando anular o sindicato, o secretário determinou às escolas que fizessem o debate do PLADEPE e apresentassem sugestões. Por unanimidade, o magistério desaprovou o plano do governo, referendou o PCCS elaborado sob a coordenação da APP-Sindicato e já em tramitação na Assembléia Legislativa e reafirmou a APP-Sindicato como única representante dos professores e funcionários das Escolas Públicas do Paraná.¹⁰⁶

Este foi o motivo do segundo corte do repasse das mensalidades sindicais. A inviabilidade política de implementar seu projeto fez com que, pela segunda vez, Lerner interferisse na organização sindical desrespeitando a liminar que ainda estava em plena vigência, a Carta Constitucional e os acordos internacionais que se verificará mais adiante. Esta é a justificativa do abuso de seu poder político. Tratou-se de uma retaliação ao processo de debate e de mobilização organizado pelo movimento sindical nas escolas e que fez desaprovar quase que por unanimidade o Pladepe.

Há tempos vimos denunciando a desvalorização da escola pública promovida pelo atual governo do Estado. Acabaram com o ensino profissionalizante de 2º grau, criaram uma empresa, PARANAEDUCAÇÃO, para gerir os destinos da escola pública, instituíram um projeto chamado Correção de Fluxo, onde um aluno reprovado pode, da 6ª série pular direto para o 2º grau, no mesmo ano. Inventaram uma Recuperação de Férias, onde o aluno, após um ano inteiro de oportunidades e mesmo assim reprovado, matricula-se numa turma de recuperação e, mesmo sem comparecer às aulas, é promovido para a série subsequente. Isto tudo tem um objetivo: dar um verniz no aluno e empurrá-lo o mais rapidamente possível para fora da escola; depois comemorar o triunfo com estatísticas de diminuição de gastos e

¹⁰⁶ Carta da APP-Sindicato aos professores da rede pública estadual, datada em 04 de novembro de 1998.

boa performance na aprovação de alunos. Agora o governo quer impor sobre o magistério um perverso plano de cargos para a Educação, ou seja, um novo Estatuto do Magistério, com uma grande diferença; eliminando todas as conquistas elencadas naquele estatuto e leis complementares posteriores. Esse plano maldoso chama-se PLADEPE – Plano de Desenvolvimento do Pessoal da Educação. Diante da enorme resistência de professores e funcionários (todas as escolas negaram o PLADEPE) o Secretário da Educação, em represália pelo fato da APP ter liderado essa resistência, em conjunto com o Secretário da Administração, determinou o corte do repasse para a APP-Sindicato da contribuição que os associados livremente fazem ao sindicato. Pensa com este gesto autoritário, matar este sindicato que há 51 anos defende o magistério e a Educação paranaense.¹⁰⁷

A hegemonia governamental até aqui foi garantida tão somente pela via da coerção. Observa-se até esse momento que o projeto do governo foi garantido no dizer de Gramsci como “dominação” e não como “direção intelectual e moral”. A disputa pela hegemonia ocorreu mais através de formas coercitivas do que consensuais (Coutinho, 1994). Ocorreu a intervenção do governo na liberdade de organização sindical para garantir sua hegemonia no processo de contra reforma na educação. Entretanto, esta condução hegemônica foi transitória, pois a resistência do movimento sindical e as relações que se estabeleceram mais tarde no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, configuraram uma nova situação histórica, uma diferente correlação de forças.

Neste cenário, a função dos meios de comunicação social, em especial, o papel estratégico da imprensa ganha relevância na formação e conquista da opinião pública. Diante da crise de consenso e ficando acuado pela capacidade de mobilização do sindicato, pois o governo percebeu que não havia nenhuma possibilidade de adesão junto aos educadores para garantir sua proposta, o Secretário da Educação acusou a direção sindical na imprensa de provocar uma oposição ao Pladepe de forma fantasiosa, a fim de capitalizar ganhos eleitorais aos partidos de oposição ao governo, em especial, para o PMDB que se configurava como partido mais forte na disputa pelo governo do estado. Com esta acusação, tentou desqualificar o movimento com a intenção de criar um clima de descrédito no interior da categoria:

O Secretário acusou a direção da APP de prejudicar os entendimentos para a discussão do Pladepe, o plano de cargos e salários dos professores que só deve ser votado em fevereiro na Assembléia. Wahrhaftig lembrou da ocupação do prédio da Secretaria da Fazenda pelos professores em 28

¹⁰⁷ Carta do presidente da APP-Sindicato ao Diretor Presidente do Grupo Paulo Pimentel (uma das redes de comunicação no estado), datado em 04 novembro de 1998.

de setembro. Ele chamou a manifestação de “farsa” com conotações eleitorais.¹⁰⁸

A Secretaria Estadual de Educação suspendeu ontem o repasse da contribuição sindical de professores e funcionários filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato). Por determinação do Secretário Ramiro Wahrhaftig, a entidade não vai receber os R\$300.000,00 que seriam descontados em folha de pagamento dos seus 43 mil associados. O secretário diz ter tomado a decisão a pedido da bancada governista que se sentiu prejudicada por causa de manifestação do Sindicato (...) Esta é a segunda vez que o governo estadual suspende o repasse da contribuição sindical. A primeira foi em fevereiro (...).¹⁰⁹

Diante das declarações do Secretário de Educação à imprensa, confirmou-se que a decisão do governo em romper com o repasse das consignações para a APP-Sindicato foi motivada por questões eminentemente políticas. A crítica que fez ao sindicato, de se opor por questões eleitorais, coube ao próprio governo – o Poder Executivo agiu sob pressão do Poder Legislativo, exclusivamente, por deputados estaduais da bancada governista, conforme o próprio Secretário de Educação afirmou na imprensa.

O Secretário estadual da educação, Ramiro Wahrhaftig, admitiu que o repasse das contribuições sindicais foi suspenso por pressão de deputados estaduais aliados ao governo. A justificativa dele seria a participação dos professores na campanha de Roberto Requião pela oposição. Wahrhaftig reafirmou que a suspensão é definitiva e que ‘não interessa quanto o sindicato paga pelo serviço de repasse.’¹¹⁰

A outra tática governamental para desmontar a estrutura sindical veio logo em seguida: o Secretário da Educação anunciou na imprensa que o governo faria uma consulta junto à categoria para saber quem desejaria continuar contribuindo com o sindicato. Dessa forma, a intervenção do governo no sindicato para romper com sua estrutura financeira e com sua capacidade de mobilização política se construiu de dois modos: primeiro, cortando o repasse das mensalidades sindicais; segundo, interferindo no cadastramento dos sindicalizados, com o objetivo de diminuir de forma significativa o número de filiados. Neste caso, a perspectiva era de que somente uma pequena parcela de professores e funcionários confirmassem a continuidade de sua contribuição ao sindicato.

O governo do Paraná voltará a fazer o desconto da mensalidade dos

¹⁰⁸ Folha do Paraná, 19 de novembro de 1998.

¹⁰⁹ Jornal Folha do Paraná, de 29 de outubro de 1998.

¹¹⁰ Jornal Gazeta do Povo, de 29 de outubro de 1998.

professores a favor da APP-Sindicato na folha de pagamento de dezembro, mas só daqueles que derem a autorização expressa. A partir de hoje, os 57 mil professores do Estado receberão correspondência, com carta resposta sem necessário selar, destinada à Secretaria Estadual da Educação, autorizando o desconto.¹¹¹

Após a terceira reunião de negociação entre governo e APP-Sindicato, acompanhada por uma comissão suprapartidária de deputados estaduais (PT, PTB, PPB, PMDB e PFL) e diante da intransigência do governo em manter o corte das consignações até que se concluísse o resultado da consulta, sete professores e um funcionário decidiram entrar em greve de fome¹¹², na manhã do dia 18 de novembro de 1998, em Curitiba. Eles exigiam o retorno imediato da consignação da mensalidade sindical em folha de pagamento e a suspensão imediata da consulta do governo ao sindicalizado. Os educadores colocaram em risco sua integridade física em defesa do Estado de Direito. Para eles, depois das decisões do Supremo Tribunal Federal era inaceitável a postura autoritária e de afronta às determinações judiciais pelo governador Jaime Lerner.

3.3 A primeira greve de fome

Entende-se que tanto o Estado quanto a sociedade civil são recortados por uma multiplicidade de formas de poder, controle, autoridade e negociação de interesses. Assim sendo, a elaboração de políticas é sempre um processo de conflito e negociação entre interesses e grupos opostos. O governo é também, portanto, esse espaço contraditório de disputa. Quando falha o consenso político, pode ocorrer a pressão de uma dessas esferas no sentido de fazer valer seus interesses. Em relação à situação aqui colocada, a greve de fome foi uma das estratégias utilizadas em decorrência do fechamento dos espaços de negociação.

No decorrer da greve de fome, algumas manifestações do movimento sindical à imprensa, aos deputados (partidos) e às diversas entidades em nível local (próximo à escola), estadual e nacional foram determinantes para se demonstrar de que forma foi construída uma contra-hegemonia neste conflito. Entretanto, de forma a compreender a construção da resistência a partir de suas bases – das escolas e de suas

¹¹¹ Jornal Indústria e Comércio, em 19 de novembro de 1998.

¹¹² Foram eles: José Valdivino de Moraes (funcionário), Inês Aparecida M. Solvetka, Elson Ribeiro, Maria Aparecida Basso, Paulo Roberto Rodrigues Amaro, Vilma Santos Costa, José Rodrigues Lemos e Ivanir Glória de Campos. A greve de fome aconteceu nas dependências da Assembleia Legislativa do Paraná.

regiões -, resgatou-se, primeiramente, algumas deliberações e orientações do movimento sindical a partir de alguns documentos enviados para os núcleos sindicais. A direção estadual encaminhou algumas estratégias de organização e de busca de apoio junto à alguns setores da sociedade civil - no espaço das igrejas, de outros sindicatos e movimentos populares, nos parlamentos, no âmbito jurídico, nas associações de profissionais, nos meios de comunicação social (imprensa jornalística de rádio e de televisão) e no interior da própria escola e comunidade:

Mais um a vez, fica evidente a intenção nefasta do Governo de destruir o sindicato. Diante disso orientamos:

- 1) Que os núcleos sindicais reforcem o trabalho junto a sociedade civil organizada, Igrejas, Sindicatos, Clubes de Serviço, OAB, Câmara de Vereadores, etc.;
- 2) Que estes apoios se concretizem em telegramas, faxes, telefonemas ao Governador Lerner, pedindo a volta do direito à organização sindical;
- 3) Que intensifiquemos o uso da Imprensa em cada regional para fazermos a denúncia desta medida arbitrária do Secretário demissionário Ramiro e do Governo Lerner;
- 4) Que se instalem nos núcleos (municípios), nas câmaras de vereadores, Igrejas, escolas, pontos de vigília em solidariedade aos companheiros em greve de fome. (...)
- 5) Procurar sempre vincular o corte da contribuição sindical com a defesa da nossa carreira e da escola pública de qualidade que queremos.
- 6) Que se reforce a mobilização da coleta de fichas de autorização do desconto bancário nas escolas e com os aposentados. É fundamental que se crie comissões envolvendo trabalhadores em educação e funcionários da APP-Sindicato para garantir um maior número de fichas ainda este mês.¹¹³

Frente às atitudes arbitrárias do governo em manter o corte do repasse e a consulta junto aos sindicalizados, uma vez que estes já emitiram autorização do desconto no momento de sua sindicalização, o sindicato recorreu juridicamente e, politicamente, buscou apoio nos demais setores da sociedade civil:

- 1) Repudiamos integralmente essa posição pois não cabe ao governo qualquer consulta, mesmo porque o sindicalizado já emitiu sua opinião ao assinar uma autorização de desconto da contribuição à APP. TAL ATITUDE POR PARTE DO ESTADO CONFIGURA-SE EM UMA INTERVENÇÃO NO SINDICATO. 2) Não cabe ao governo sindicalizar

¹¹³ Ofício da APP-Sindicato aos núcleos sindicais, datado em 18 de novembro de 1998. Neste documento, a direção estadual comunicou que durante audiência realizada no dia anterior ao da greve de fome (17 de novembro de 1998), o governo informou da consulta a cada professor da rede estadual e que a partir do resultado retornaria o desconto somente com autorização. Justificou então que diante de tal decisão, a greve de fome foi o caminho para pressionar a volta do desconto e o fim da consulta.

ou desindicalizar. 3) Ao governo cabe cumprir a Liminar expedida em março, pelo desembargador Dilmar Kessler, determinando o desconto em folha das contribuições. 4) Na data de 18/11, ingressamos no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná com duas ações: uma ao Desembargador Kessler solicitando que sejam tomadas todas as medidas judiciais cabíveis para o pleno cumprimento da liminar; outra para o Ministério Público para que também tome as devidas providências.(...) 7) Continuamos com as movimentações no plano político para que os deputados e outros setores da sociedade civil interfiram a nosso favor, pressionando o governo para o retorno incondicional da nossa contribuição sindical.¹¹⁴

Em outra ocasião, a direção estadual orientou aos representantes de escolas, aos professores, funcionários e diretores para que desconsiderassem a consulta realizada pela SEED, não devolvendo a ficha, e reforçou a importância dos núcleos sindicais fazerem mobilizações junto à sociedade civil:

(...) 3) Reforçamos a necessidade de se organizar vigílias e comitês de apoio ao movimento. (...) 5) Reforçamos a necessidade de se trabalhar neste final de semana junto às Igrejas, Grupo de Jovens, Movimentos Populares e Sociais visando manifestações de solidariedade e cartas ao Governador exigindo o retorno do 5MD. 6) Estimular a manifestação de alunos e pais de alunos em defesa da Escola Pública e da liberdade de organização sindical, enviando cartas de solidariedade aos grevistas e cartas de protesto ao governador.¹¹⁵

Para os parlamentares o sindicato enviou ofício resgatando alguns itens da legislação internacional, como Convenções e Pactos Internacionais, que respaldam a liberdade de organização dos trabalhadores. Inserindo e chamando a atenção para o problema dos trabalhadores em educação no interior do Poder Legislativo, a direção sindical reclamou o apoio dos deputados para que interferissem junto ao Poder Executivo no sentido de estabelecer imediatamente o desconto em folha das contribuições sindicais, com o devido repasse ao sindicato, além da suspensão imediata da consulta aos sindicalizados:

Repudiamos veementemente esta INTERVENÇÃO POR PARTE DO ESTADO na figura do Secretário de Educação. Uma entidade como a nossa, com 51 anos de história, com estatuto próprio e mantida somente com a livre contribuição de seus sindicalizados, não pode sofrer este tipo de intromissão. (...) Se permitirmos que o Estado intervenha na APP, estará aberto o caminho para a intervenção e anulação de qualquer outra

¹¹⁴ Ofício da APP-Sindicato aos núcleos sindicais, datado em 19 de novembro de 1998.

¹¹⁵ Ofício da APP-Sindicato aos núcleos sindicais, datado em 20 de novembro de 1998.

organização da sociedade civil. Isto não tem outro nome: é uma DITADURA. Além do mais, Sr. Deputado, o Brasil é signatário da Convenção 98 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). A referida norma internacional, integrada ao ordenamento jurídico brasileiro, em seu artigo 2º prevê que as organizações de trabalhadores têm garantia contra qualquer forma de ingerência em sua forma de organização, funcionamento e administração. Por outro lado, o Pacto Internacional sobre direitos econômicos e culturais, aprovado no âmbito da Organização das Nações Unidas, em 1966, assegura compromisso dos Estados, inclusive do Brasil, em garantir o direito à liberdade sindical. Complementa esta concepção, a Convenção 87 da OIT. O ‘recadastramento’ que quer fazer o governo do Estado, é, na verdade, uma falácia. Nenhum professor ou funcionário sofre qualquer desconto de mensalidade sindical sem a prévia autorização individual, firmada de próprio punho. Caso queira se desfiliar da APP, basta que solicitem a mesma e não mais sofrerão o desconto das mensalidades sindicais. O que não se pode admitir, em respeito às normas internacionais, é a interferência do empregador nesse sentido, qualificada juridicamente como prática anti-sindical repudiada internacionalmente.¹¹⁶

O presidente da APP-Sindicato relatou à imprensa os fatos a respeito do corte das consignações sindicais alertando sobre a ilegalidade deste ato perante as decisões do judiciário brasileiro e das normas internacionais. Esclareceu que em matérias similares, o entendimento do Supremo Tribunal Federal, instância máxima do Judiciário brasileiro, foi de que qualquer iniciativa dos governos em limitar ou impedir o desconto das mensalidades sindicais é inconstitucional por ser incompatível com o princípio de liberdade de associação sindical. O documento referiu-se ainda a liminar favorável do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, concedida a APP-Sindicato, que obrigou a Secretaria da Administração a efetuar novamente os descontos das mensalidades sindicais no mês de abril de 1998. Concretamente, o Poder Executivo não cumpriu a decisão do Poder Judiciário afrontando o Estado de Direito. “Ao se negar a efetuar os descontos das mensalidades, o Estado do Paraná viola tal garantia uma vez que sem os recursos da contribuição espontânea e individual de seus associados, não tem condições de funcionamento e manutenção”.¹¹⁷

O Secretário de Educação em nota oficial à imprensa omitiu os fatos em sua versão. Nunca houve desconto automático, mas sempre mediante autorização dos sindicalizados. Existem inúmeras fichas de sindicalização autorizando os descontos nos arquivos do governo (as originais encontram-se nos arquivos do sindicato). Além disso, revelou-se no discurso governamental sua intenção em reduzir o número de sindicalizados,

¹¹⁶ Carta do presidente da APP-Sindicato, aos deputados estaduais do Paraná, no dia 19/11/1998.

justificando como uma suposta avaliação dos ‘serviços’ que o sindicato oferece para a categoria:

antes a pessoa se cadastrava quando entrava na carreira, já era automático, agora o professor tem que autorizar se quer ou não ser descontado... se o sindicato estiver prestando bem seus serviços os professores e funcionários vão continuar pagando. Caso contrário, esse número deve reduzir.¹¹⁸

Segundo o secretário Cid Campêlo, em janeiro, o governo e a APP-Sindicato voltam a negociar. ‘vamos estar com a pesquisa na mão para podermos conversar sobre o desconto compulsório’, disse. (...) Ele considerou a atitude governista como ‘inteligente’ já que o governo espera que exista um grande número de pessoas que não querem pagar a mensalidade. ‘Manteremos o desconto e faremos a pesquisa para que possamos negociar em janeiro’, disse.¹¹⁹

Em esclarecimento aos jornalistas, a direção do sindicato contrargumentou a versão do governo - a estratégia governamental foi de dificultar o debate, as negociações e centralizar as informações:

Nunca houve ‘cadastramento automático’. Para se filiar ao sindicato o professor tem que ir ao sindicato, assinar uma ‘ficha de filiação’ e firmar a ‘autorização para desconto em folha’. Com a iniciativa de agora, o Sr. Secretário pretende é proceder a uma ‘refiliação’ dos professores ao sindicato. Note-se que o Sr. Secretário não está mandando uma correspondência aos associados para que eles possam optar por deixar de ser sócios. Não! Manda uma correspondência para que cada trabalhador sindicalizado: a) autorize novamente o desconto; b) autorize por prazo determinado (até 31.12.99); c) dirija-se ao cartório e reconheça sua firma; d) envie a resposta à Secretaria de Estado. Primeiramente, desconsidera a livre manifestação de vontade já expressa nos documentos que estão em seu poder (autorizações para desconto em folha). Depois, estabelece um prazo que não consta da lei. Além disso, exige o ‘reconhecimento de firma’ em Cartório (com custos para os trabalhadores, não só financeiros, mas também de tempo). Por fim, absurdo dos absurdos, centraliza as ‘respostas’ na Secretaria, em flagrante ingerência na estrutura sindical.¹²⁰

O governo ocupou os espaços da mídia insistindo em desmoralizar a direção do movimento. Para o Secretário de Educação, ir contra a consulta proposta pelo governo foi uma atitude contrária à democracia e demonstrou ‘imaturidade política da direção

¹¹⁷ Documento da APP-Sindicato encaminhado aos jornalistas no dia 19 de novembro de 1998.

¹¹⁸ Jornal O Estado do Paraná, de 19 de novembro de 1998.

¹¹⁹ Jornal do Estado, 25 de novembro de 1998.

sindical'. “O Secretário estadual da Educação, Ramiro Wahrhaftig, disse ontem, que a atitude do Sindicato dos Professores – APP – contra a consulta a cada professor sobre o desconto da mensalidade em folha de pagamento, é “antidemocrática e cartorial”¹²¹ Observa-se que a idéia repassada pelo discurso dominante desloca o problema da democracia de seu verdadeiro espaço e de seus sujeitos.

Em entrevista coletiva ontem em Curitiba, Wahrhaftig aproveitou (...) para alfinetar a direção da APP-Sindicato. ‘A APP tem que amadurecer. O problema das direções sindicais é que elas só se fortalecem pelo conflito’ (...) Questionado sobre quem deveria fazer essa consulta – se a secretaria ou a entidade que representa os professores, o secretário preferiu lançar dúvidas sobre os resultados das assembleias. ‘São muito limitadas e dominadas pelo núcleo sindical’.¹²²

Com a mesma intenção, em outro momento, o Secretário declarou para a imprensa outras justificativas para o corte das consignações. Desta vez, sua versão foi de que o governo não se recusou em adotar o repasse. O problema estava na vontade ou não do professor em autorizá-lo. Mais uma vez, o seu discurso sustentou-se numa questão de fundo democrático tentando confundir a opinião pública e ganhar aliados em torno de suas ações:

1 – (...) Ocorre que, ao contrário da contribuição sindical – anual, obrigatória, e que é normalmente descontada na folha de pagamentos -, a mensalidade sindical é, pela Constituição, voluntária e contratual, isto é, depende da decisão de cada professor. 2 – O Governo do Paraná não se recusa – e nem se recusará em momento algum – a efetuar o desconto em folha da referida mensalidade sindical, desde que haja expressa autorização de cada professor. Em contrário, estaria o Governo tornando compulsório aquilo que deve ser o livre arbítrio de cada um. 3 – (...) 4 – Assim, espera o Governo clarear que não se opõe ao desconto, desde que respeitada a vontade de cada professor, que tem a prerrogativa constitucional de autorizá-lo ou não. A consulta que faz é, desse modo, antes de tudo um ato de respeito aos professores, constituindo-se, bem por isso, em ato democrático. 5 – Por todos esses motivos, o Governo lamenta a presente manifestação, que coloca em risco a vida de pessoas, quando a reivindicação que lhe serve de motivação está aí para ser decidida direta e democraticamente junto a todos e a cada um dos professores do nosso Estado.¹²³

¹²⁰ Documento da APP-Sindicato encaminhado aos jornalistas de toda a imprensa do Estado do Paraná, datado de 19 de novembro de 1998.

¹²¹ Jornal do Estado, em 19 de novembro de 1998.

¹²² Folha do Paraná, 19 de novembro de 1998.

¹²³ Secretaria de Estado da Educação, em nota oficial para a imprensa no dia 24 de novembro de 1998.

Evidentemente, a intenção de Lerner foi de controlar a entidade sindical para que não fizesse mais oposição ao seu governo. Não cumpriu as decisões do Poder Judiciário que foram lhe desfavoráveis e, contraditoriamente, questionou o exercício da democracia no interior do movimento sindical:

Democracia, antes de tudo, é cumprimento da lei e das decisões judiciais. Não bastasse afrontar a decisão do Tribunal de Justiça, o Sr. Secretário quer exercer ingerência nas organizações da sociedade civil. Caso a APP-Sindicato concordasse em submeter sua política ao fluxo de recursos vindos por parte do Governo – verdadeira intenção do Secretário -, aí sim estaria comprometida a democracia. Democracia se faz com entidades livres, autônomas e independentes, do Governo, do Empregador e dos Partidos Políticos. Fique claro, desde logo, que se a APP-Sindicato houvesse concordado em submeter-se ao controle financeiro do Governo, a crise atual não existiria. Exatamente porque defende o direito democrático de livre organização é que buscou – e conseguiu! – a tutela do Tribunal de Justiça.¹²⁴

A direção sindical comunicou os fatos ocorridos à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Paraná) solicitando um acompanhamento dos desdobramentos da atual crise entre os Poderes no estado. Também comunicou o descumprimento da ordem judicial ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando o imediato restabelecimento do Estado de Direito com o cumprimento da liminar concedida. Além disso, recorreu ao Ministério Público Estadual para a abertura de processo crime pela desobediência à ordem judicial contra os Secretários de Estado da Educação e da Administração. No campo político, o sindicato comunicou o fato à CUT (PR), solicitando o apoio da Central para denunciar internacionalmente o caso, em especial, à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à UNESCO.

A UNESCO, órgão das Nações Unidas, mantém diversos convênios, na área da educação, com o Estado do Paraná. O Secretário de Estado da Educação, responsável principal pelas tensões atualmente existentes, mantém estreitos contatos com aquele órgão internacional. O Sindicato representa os trabalhadores no ensino público no Estado do Paraná. Diante do desrespeito aos direitos humanos internacionais positivados nas referidas normativas da OIT, certamente a UNESCO poderá contribuir para atitudes como as atuais não mais se repitam.¹²⁵

A APP-Sindicato também ajuizou uma Ação Popular exigindo que o

¹²⁴ Idem

¹²⁵ Carta do presidente da CUT/ Paraná enviada ao Secretário de Relações Internacionais da CUT Nacional, Kjeld Jacobsen, no dia 18 de novembro de 1998.

Secretário de Educação fizesse a restituição pública de todos os valores gastos indevidamente com a remessa de um determinado material enviado aos professores e funcionários de escolas, no qual utilizou dinheiro público com fins, evidentemente, políticos e partidários. Este material foi produzido com comentários sobre uma matéria veiculada na imprensa estadual, que dizia o seguinte:

LEIA COM ATENÇÃO E REFLITA. Gazeta do Povo – 8ª página – Curitiba, Terça-feira, 10 de novembro de 1998. ‘PROTESTO. O PMDB do Paraná, acompanhado dos nove micropartidos da coligação de oposições, vai engrossar o ato de protesto que a APP está organizando para o dia 12, em frente ao Palácio Iguçu, em defesa do ensino público e gratuito. A operação está mobilizando zonais, pessoal dos bairros, e a direção pretende que seja a primeira de uma série de manifestações planejadas para desgastar o governo recém-reeleito.’ É para isto que você professor e professora da rede pública, elegeu a atual diretoria da APP-Sindicato? Para organizar protestos com cunho exclusivamente político e sem compromisso com a classe dos professores?¹²⁶

A direção sindical divulgou números para sua base que revelaram os gastos exorbitantes de Jaime Lerner com anúncios publicitários.¹²⁷ Como um dos aparelhos privados de hegemonia, na concepção gramsciana, a imprensa sustentou um apoio ao governo junto à opinião pública. De fato, um instrumento poderoso de manipulação, controlado por grupos atrelados à elite política do estado. Porém, neste caso, além desta função – formar opinião e idéias -, sobressaiu outra característica: do ponto de vista comercial, tratava-se de um negócio muito lucrativo para os meios de comunicação. Conforme nota do sindicato, esta relação comprometia a ética e a liberdade de imprensa com predomínio das relações de mercado:

É muito comum os jornais, televisões ou rádios omitirem notícias que desagradam os seus anunciantes, para não correr o risco de perder a verba comercial. Quando publicam, tentam atenuar os efeitos da matéria. O maior anunciante, onde todos os meios de comunicação vão buscar recursos, é o governo do Estado. Isto explica a postura vacilante (quando não tendenciosa) de muitos meios de comunicação ao noticiar a greve de fome. Segundo o jornal Folha de São Paulo do dia 24 de setembro de 1998, o governo do Paraná gastou R\$ 334,8 milhões em publicidade durante o primeiro mandato de Lerner. Em média, meios de comunicação e agências receberam R\$ 229 mil por dia durante todo o governo Lerner.

¹²⁶ Material que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná enviou para professores e funcionários da rede estadual pública, em 10/11/1998, com artigo do jornalista Fábio Campana no Jornal Gazeta do Povo.

¹²⁷ O sindicato informa em seu jornal que a Rede Globo só noticiou a greve de fome no quarto dia depois que professores e funcionários de escolas ligaram para a emissora cobrando o silêncio.

Este valor inclui as despesas com propaganda da administração direta e estatais. Os números divulgados pelo jornal constam em um documento assinado pelo ex-secretário de Comunicação Social, Jaime Lechinski, e entregue à Procuradoria Eleitoral.¹²⁸

Durante a tarde do dia 24¹²⁹, após intensas negociações entre a direção estadual, parlamentares e o Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, foi acertada uma nova audiência no Palácio Iguazu com a presença do líder do governo, com o líder do PMDB, com o Secretário de Governo, com o Secretário de Administração, com a representante da Secretaria de Educação, com o presidente da CUT/Paraná e com o presidente da CUT/Nacional¹³⁰. Este foi o resultado das negociações:

O Governo do Estado do Paraná restabelecerá o desconto da mensalidade sindical, iniciando pelo repasse do mês de novembro, que será descontado juntamente com o mês de dezembro. A decisão foi tomada após reunião com representantes da APP-Sindicato e das Secretarias de Educação e do Governo, juntamente com uma comissão da Assembléia Legislativa, designada por seu Presidente. No início do próximo ano serão realizadas novas negociações com a Diretoria Estadual da APP-Sindicato para o encaminhamento da solução definitiva sobre a questão do desconto.¹³¹

Diante de tal resultado, no dia 24 de novembro de 1998, a direção sindical comunicou aos grevistas, que estavam em jejum há sete dias, o fim da greve de fome.

Nas várias rodadas de negociações que aconteceram no Palácio Iguazu, o governo apresentava como exigências: 1. Que o desconto das mensalidades fosse só até dezembro. 2. Que a APP avalizasse a consulta que o governo está fazendo para saber se o professor deseja ou não continuar descontando em folha de pagamento a mensalidade da APP. 3. Que em janeiro o retorno do desconto da contribuição ficasse condicionado ao resultado da consulta. Essas três exigências foram derrubadas. Diante do resultado obtido, é fundamental levar às escolas o processo acontecido, reforçando a grande derrota imposta ao Governo Estadual. Afinal, conseguimos derrubar um Secretário de Estado, derrotamos o governo no processo da pesquisa sobre o PLADEPE, encurralamos o governo quanto à pesquisa sobre o desconto e, por fim,

¹²⁸ Jornal 30 de Agosto, fevereiro de 1999, pág. 06.

¹²⁹ Durante esta tarde estiveram presentes em frente ao Palácio Iguazu diversas caravanas vindas dos núcleos sindicais. Também um grupo de aproximadamente 150 pessoas ocupou a Secretaria de Estado da Administração exigindo que o Secretário desta pasta participasse da audiência no Palácio, visto que o mesmo compunha o Conselho de Política de Pessoal do Governo, conforme registrou o Informativo aos núcleos sindicais, expedido em 25 de novembro de 1998.

¹³⁰ deputado Valdir Rossoni, deputado Orlando Pessutti, Secretários: Cid Campello e Reinold Stephanes, Miriam Welner, Roberto Won Der Osten e Vicente Paulo da Silva.

¹³¹ Documento que resultou da audiência entre governo e APP-Sindicato, no dia 24 de novembro de 1998.

restabelecemos o desconto da contribuição sindical.¹³²

A greve de fome de sete professores e um funcionário garantiu o reestabelecimento do desconto das mensalidades sindicais em folha de pagamento dos meses de novembro e dezembro, com retorno das negociações a partir de janeiro de 1999. Entretanto, o resultado da negociação não garantiu o fim da consulta do governo aos sindicalizados. Ao iniciarem as reuniões entre governo e APP-Sindicato em 1999, sem que esgotassem as negociações e sem que tivesse surgido algum tipo de impasse, Lerner determinou que a partir do dia 20 de janeiro, novamente fossem cortados os repasses, porém, com uma diferença – esta determinação foi para todas as entidades de trabalhadores do serviço público estadual. Sua justificativa foi o atendimento a política de ajuste fiscal.

Está evidente que o objetivo é prejudicar os servidores, pois continuam sendo descontados os códigos que beneficiam bancos, seguradoras, fundos de previdência, ou seja, os empresários. Há uma explícita opção de classe. (...) Para o funcionalismo, ajuste fiscal é o fim de direitos e arrocho. No caso dos professores é a imposição do Pladepe. Estrangular o sindicato é uma forma de tentar conter qualquer resistência.¹³³

Este argumento atende precisamente aos preceitos teóricos (Bresser, 1999) de necessidade da reforma (contra reforma) do estado, sobretudo, por problemas de ordem técnica e financeira, conforme se observou no segundo capítulo deste trabalho. Neste aspecto, se desmistificou tal discurso, pois se trata, de fato, de um reordenamento das instituições políticas do estado de acordo com as novas exigências do capitalismo internacional. Aqui, revelou-se, pela terceira vez, a atitude arbitrária do governo que não escondia a direção política de seu projeto - um ataque frontal ao movimento sindical que se opunha à contra reforma do estado.

ROMA LOCUTA, CAUSA FINITA! (ROMA FALOU, A QUESTÃO ESTÁ RESOLVIDA!) Esta fala de Santo Agostinho, em Sermões, está sendo a marca do governo Lerner. Em dois momentos importantíssimos para nós, professores e funcionários públicos, a ordem do governador valeu mais que qualquer argumento. Na aprovação da Paranaeducação e no fim do ano de 98, no dia 29, quando os deputados da situação enfiaram-nos goela abaixo o Paranaprevidência. Só faltamos implorar de

¹³² Informativo da APP-Sindicato aos núcleos sindicais, datado em 25 de novembro de 1998.

¹³³ Jornal 30 de Agosto, fevereiro de 1999, pág. 06

joelhos a vários deputados que dão sustentação ao governo para que deixassem a matéria para este ano, pois precisávamos esclarecer os servidores dos perigos que continha o projeto. Alguns prometeram atuar em nosso favor, mas o que se viu na hora do voto foi uma subserviência total à vontade do Palácio. E olhe que há coisas escabrosas no texto da lei do Parana Previdência: quebra a isonomia entre os aposentados e o pessoal que ainda está trabalhando, aumento da contribuição para a Previdência – que importou em redução salarial – e tantos outros terrores do gênero. E dias piores virão. Preparemo-nos. Vem aí o maldito Pladepe. Neste caso, nós só conseguimos fazer com que não valesse a lógica do “Roma locuta...” Precisamos derrotá-lo e fazer valer os pontos vitais que estão no nosso PCCS que há muito está na Assembléia Legislativa. Terra arrasada!!! Sabe o governador que para terminar sua obra destrutiva, precisa calar a voz dos oponentes. Volta sua ira, então, contra os sindicatos. Primeiro, tem tentado sufocar a APP-Sindicato. Mas tem sido um escândalo que salta aos olhos mesmo de quem não quer ver. Dentre mais de 50 entidades, associações, empresas financeiras, seguradoras, bancos e até cassinos – sim, cassinos – que têm códigos para desconto em folha de pagamento. Por que só a APP-Sindicato não pode? Então, agora, urdiram um plano mais perverso ainda. Informou-nos a secretária da Educação, Alcyone Saliba, que a partir de fevereiro, as contribuições a todas as entidades de trabalhadores serão eliminadas da folha. A APP-Sindicato a partir de janeiro. Então reinará a paz... a paz branca dos cemitérios. Estou certo que não nos matarão. Mais dia, menos dia, venceremos. Precisaremos, entretanto, de muita organização e unidade em torno do sindicato. Neste início de ano, aproveitemos para eleger os representantes de escolas para estabelecermos uma ligação viva e direta com os locais de trabalho. Aumentemos a sindicalização. Divulguemos o material da APP-Sindicato, debatamos com nossos alunos. Estou certo, assim, que não nos matarão! Então a verdade nos liberará!¹³⁴

Tal depoimento expressa com muita precisão o momento político, até aqui, mais profundo das contradições entre capital e trabalho refletidas no estado do Paraná. Ficou evidente a articulação da elite política para a entrega do patrimônio público e favorecimento da iniciativa privada, seja com a venda de estatais (por exemplo, Banestado), seja com a criação de empresas dentro da estrutura do Estado (por exemplo, Paranaeducação). No Paraná, Lerner não se preocupou em utilizar o autoritarismo, o abuso do poder e os meios coercitivos para implementar seu programa neoliberal. A questão da (não) democracia foi um agravante exemplar neste episódio.

O aprofundamento destes antagonismos ganhou força na medida em que assumiu a pasta da Secretaria de Estado da Educação uma funcionária do Banco

¹³⁴ Romeu Gomes de Miranda. Presidente da APP-Sindicato na época. Edição nº 66 do Jornal 30 de Agosto, fevereiro de 1999. Capa: Lerner abre Guerra para acabar com os sindicatos de servidores.

Mundial¹³⁵, que há oito anos coordenou por esta instituição o Programa de Qualidade do Ensino no Paraná. Sua posse ocorreu no dia 04 de janeiro de 1999, substituindo o Secretário de Educação devido ao seu desgaste político com a APP-Sindicato, principalmente, no último ano (1998) de maior tensão e conflitos em torno do Paranaeducação e do Pladepe. A atuação da Secretária se restringiu ao roteiro do Banco Mundial atendendo à lógica do tecnicismo, auto-financiamento e gestão compartilhada, isto é, aquela que em que as empresas conduzem o processo da gestão escolar. Sem dúvida, a sua presença em uma das pastas mais importantes do governo significou um embate ainda maior dos conflitos de classe na medida em que forçou a imposição de programas e políticas daquela instituição, portanto, contrárias aos interesses dos trabalhadores.

O entendimento das entidades sindicais que compunham o Fórum dos Servidores Públicos do Paraná¹³⁶ foi de que a atitude de Lerner em cortar o repasse de todas as mensalidades sindicais teve por objetivo fragilizar, enfraquecer e impossibilitar a intervenção organizada dos trabalhadores em oposição aos projetos de contra-reforma que vinham sendo implementados. Além das medidas que efetivaram a privatização de alguns setores e serviços públicos, o governador tinha como meta promover demissões em massa de servidores estaduais, atendendo às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal¹³⁷ e, por extensão, às medidas de flexibilização nas relações de trabalho, próprias da nova

¹³⁵ Alcyone Saliba. Semelhante condução aconteceu no governo federal, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, em que o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, era vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) até assumir o cargo.

¹³⁶ Entidades que o compõem: SINDSAUDE – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Londrina; SINDJUS – Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná; SINDSERVIDORES – Sindicato dos Servidores Públicos das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná; SINDER – Sindicato dos Servidores Públicos do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná; APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná; SINTEEMAR – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá; SINTEOESTE – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior do Oeste do Paraná; SINDSAUDE - Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saúde Públicos, Conveniados, Contratados e/ou Consorciados ao SUS e Previdência do Estado do Paraná; SINDIPROL - Sindicato dos professores de Londrina; SINDI/SEAB – Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins.

¹³⁷ Em um artigo sobre O Poder das Palavras, César Benjamim evidencia o discurso ideológico contido nesta argumentação: “Outra recente mistificação desse tipo é a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. É fácil ver que, também aqui, o nome foi imaginado sob medida para impedir o debate: quem pode ser contra uma ‘lei de responsabilidade’? Ademais, o que ela diz parece ser coerente com a experiência de cada um: os governos (como os chefes de família...) não podem gastar mais do que arrecadam. Não é simples? Não. Em primeiro lugar, há muito anos o governo brasileiro arrecada em impostos muito mais do que gasta com salários, custeio e investimento. Tem superávit primário. O déficit só aparece quando agregamos as despesas ao pagamento de juros ao capital financeiro. Como a lei não prevê – nem admite – a compreensão destas despesas, mas sim das demais, ela poderia chamar-se ‘Lei da prioridade do Uso de Recursos Públicos para Pagamentos aos Bancos’, ou ‘Lei que Declara que Educação e Saúde são Menos Importantes que Bancos’, ou ‘Lei que Torna Intocáveis os Lucros do Sistema Financeiro, Nacional e Estrangeiro, Mesmo às Custas de Cortes em Atividades Essenciais’, ou simplesmente Lei do Mais Forte – nomes que pelos menos, teriam o mérito de permitir um debate.” (Jornal 30 de Agosto, março 2002, p.06.)

estratégia capitalista. As instituições que Lerner tentou quebrar representavam cerca de 150 mil servidores:

A decisão do governador Jaime Lerner é reveladora do caráter autoritário e anti-democrático que desvela o discurso da modernidade neoliberal, sem referência numa ética da participação cidadã, da promoção da justiça e da ampliação de direitos sociais, econômicos, culturais e políticos. A tentativa do governador em destruir a organização dos trabalhadores do setor público, minando sua sustentação financeira, fere a liberdade individual e atinge diretamente a capacidade de atores sociais relevantes participarem da vida pública, defenderem legitimamente seus interesses e fazerem avançar as demandas sociais carentes de atendimento e investimento do Estado. Enfraquecer organizações sociais legítimas e autônomas, historicamente reconhecidas como fundamentais na democratização social e política é retroceder na história em direção ao que há de mais nefasto e inaceitável.¹³⁸

Diante de tanto autoritarismo, devido à ampliação do corte do repasse das consignações sindicais para os demais sindicatos de servidores públicos, estes decidiram denunciar internacionalmente a questão, conforme segue abaixo:

O artigo 8º da Constituição Federal trata sobre a associação profissional ou sindical. Em seu IV parágrafo está escrito: “a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei”¹³⁹.

Este procedimento é assegurado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no 2º artigo da Convenção nº 98, da qual o Brasil é signatário. Esta prevê que as organizações de trabalhadores têm garantia contra qualquer forma de ingerência em sua forma de organização, funcionamento e administração. Da mesma forma, a Organização das Nações Unidas (ONU), aprovou em 1966, o Pacto Internacional sobre direitos econômicos e culturais assegurando o compromisso dos Estados em garantir o direito à liberdade sindical. Neste sentido, a intenção dos servidores foi para que esta organização internacional interpelasse junto ao governo federal no Brasil que, por sua vez,

¹³⁸ Carlos Augusto Abicalil, presidente da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Jornal do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Paraná, fevereiro de 1999.

¹³⁹ Documento do Secretário de Relações Internacionais da CUT Nacional, enviado ao Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Genebra (Suíça), em 04 de março de 1999.

determinasse ao governo do estado do Paraná a retomada das negociações com os trabalhadores com vistas ao retorno das consignações¹⁴⁰.

O nosso texto constitucional garante o desconto em folha (*check off*) das contribuições dos trabalhadores aos sindicatos. Todavia os sindicatos e, em especial esta Central que representa dezenas de sindicatos de empregados públicos do Estado do Paraná, não podem silenciar diante destes atos anti-sindicais que ferem não só nossa Constituição, como diversas e fundamentais normas internacionais do trabalho estabelecidas por esta organização internacional. O ato de negar-se a proceder do desconto em folha de pagamento (*check off*) das mensalidades sindicais dos empregados públicos fere o princípio da liberdade sindical expressa na Constituição desta Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como as Convenções 98. Não fossem esses fatos que vem se repetindo até hoje, e não teria esta central sindical dado o ensejo a presente queixa. O governo do Estado do Paraná tem praticado diversos atos anti-sindicais inaceitáveis face às normas internacionais ratificadas pelo Brasil e ao entendimento firmado por este Comitê acerca da Liberdade Sindical ao longo de sua existência. (...) O Brasil ratificou diversos Convênios internacionais do âmbito desta agência especializado do sistema ONU. Dentre essas, encontra-se a Convenção nº 98 da OIT que ampara os direitos de sindicalização e negociação coletiva. Embora não tenha, até o presente momento, ratificado a Convenção nº 87 que versa sobre liberdade sindical e direito de sindicalização, o Brasil enquanto país membro da Organização Internacional do Trabalho está obrigado a respeitar os princípios e direitos decorrentes da liberdade sindical. (...) É fácil perceber que tal atitude tem o objetivo de inviabilizar financeiramente os sindicatos. A única alternativa que restaria aos sindicatos seria a cobrança individual dos seus filiados. Observamos a este Comitê que o território do Estado do Paraná é equivalente, em dimensão física, ao território da Espanha. Deve ser recomendado ao governo federal brasileiro, à quem compete a representação do Estado brasileiro frente a esta organização internacional, que determine ao Governo do Estado do Paraná que mantenha um sistema de negociações coletivas com os sindicatos representativos dos seus empregados públicos e, o mais importante, se abstenha da prática do ato anti-sindical de qualquer natureza, em especial negar-se a proceder do desconto em folha de pagamento (*check off*) das mensalidades sindicais dos empregados públicos sindicalizados.¹⁴¹

¹⁴⁰ Por motivos de ordem técnica, não foi possível concluir o desfecho desta batalha entre governo e o Fórum de Servidores Públicos no estado. Entretanto, sabe-se que devido às pressões políticas e às providências no campo jurídico foi possível a retomada das negociações e, posteriormente, o retorno das consignações.

¹⁴¹ Documento do Secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT Nacional) enviado ao Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra na Suíça, em 04 de março de 1999.

3.4 A segunda greve de fome

Após um período de constantes tentativas para negociar a pauta de reivindicação dos trabalhadores em educação, no dia 04 de fevereiro de 2000, durante uma reunião dos governadores de todos os estados brasileiros em Curitiba, aproveitando a repercussão do acontecimento na imprensa nacional, a APP-Sindicato mobilizou a categoria para protestarem no local e exigir a retomada das negociações. Diante da mídia, representantes do governo propuseram à direção sindical um calendário de reuniões preparatórias, com os secretários e suas equipes, para uma possível audiência com o governador. A Agência Estadual de Notícias, vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social do Paraná, divulgou a notícia da seguinte maneira:

Governo abre negociações com professores. O Governo do Paraná propôs nesta sexta-feira (04/02) à APP-Sindicato, entidade de representação dos professores da rede estadual de ensino, a realização de uma série de quatro reuniões para debater as reivindicações da categoria. A informação foi prestada pelo secretário-chefe da Casa Civil, Pretextato Taborda, durante a 5ª Conferência Nacional dos Governadores em Curitiba. As reuniões serão realizadas a partir da próxima semana, com as secretárias da educação, Alcyone Saliba, e da Administração, Maria Elisa Paciornik, para a elaboração de uma pauta de consenso, que será levada ao governador Jaime Lerner. O governo estadual, disse Taborda, também garantiu à APP-Sindicato a presença de um representante da categoria nas discussões sobre a elaboração de um plano estadual de atendimento médico, em substituição aos serviços oferecidos pelo Instituto de Previdência do Estado (IPE). A proposta está sendo elaborada pela Secretaria da Administração.¹⁴²

Concretamente, as reuniões não ocorreram. A direção do sindicato até enviou ao governador sua pauta de reivindicações para que, ao retomarem as negociações, houvesse uma proposta. Novamente, houve ausência total do governo. De fato, o que realmente pressionou o governo a negociar no início de 2000 foi a manifestação dos funcionários de escolas, no dia 15 de março, na Secretaria de Estado da Administração (SEAD/PR).

exercemos funções essenciais nas escolas, na preparação dos espaços e somos atuantes no processo educativo, pois ninguém educa sozinho e sim

¹⁴² Jornal 30 de Agosto, maio de 2000, pág. 03.

de forma coletiva. Sem o nosso trabalho a escola não funciona, mas mesmo assim não temos tratamento justo, salários dignos, PCCS e acesso ao processo de formação.¹⁴³

O objetivo foi obter do governo um reajuste de 35%¹⁴⁴, o aumento do vale-refeição de 30 reais para 60 reais, a concessão de vale-transporte e o encaminhamento do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. A campanha estadual específica para os funcionários “*Prato Vazio: até quando?*”, deflagrada durante a manifestação, foi expressiva para mostrar a situação caótica dos funcionários, dado o descaso do governo com a escola pública. A luta em defesa do PCCS significou um passo estratégico de afirmação do espaço e da identidade do funcionário como educador. Assim, o PCCS também se constituiu como posição estratégica no contexto da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, conforme matéria publicada no jornal da categoria:

Numa conjuntura de exclusão cada vez maior, acompanhada por rápidas transformações no mundo do trabalho, pela imposição da precarização e da flexibilização, torna-se cada vez mais urgente uma intervenção qualificada, capaz de produzir profundas alterações nas relações de trabalho, e de contribuir com a construção de uma escola com novos papéis e novos profissionais. Os funcionários da Educação: Vigias, Merendeiras, Porteiros Auxiliares de Serviços Gerais, Assistentes Administrativos e Técnicos Administrativos são os mais atingidos por essa onda desprofissionalizante. Daí a nossa posição estratégica de lutar por um projeto, de inclusão, para esse segmento da categoria dos educadores, que buscam a afirmação do seu espaço educativo e identidade profissional. A falta de valorização, aliada à redução cada vez maior do número de funcionários, faz com que passem a sofrer várias moléstias profissionais. (...) Os funcionários além dos desgates físicos também sofrem com os problemas emocionais, pela tensão psicológica, insegurança no trabalho, medo de perder o emprego, baixo salário, falta de integração no local de trabalho com os demais trabalhadores. Ao conviverem com os alunos, passam a participar de seus problemas e tudo vai acumulando. A ocupação do espaço da escola, considerando a formação adequada, é o grande desafio para os trabalhadores em educação. Desta forma, a socialização das novas conquistas tecnológicas e culturais virão para afirmar, jamais para negar uma vida melhor aos trabalhadores.¹⁴⁵

Aproximadamente, 500 educadores de todo o estado ocuparam o saguão de entrada da SEAD que a princípio estava interdito por policiais. Como o governo não

¹⁴³ Jornal 30 de Agosto, maio de 2000, pág. 02.

¹⁴⁴ Desde 1995, os funcionários do Quadro Geral estavam com os salários defasados, sem reajuste.

¹⁴⁵ Jornal 30 de Agosto, maio de 2000, pág. 02.

apresentou nenhuma proposta concreta durante as negociações, foi surpreendido com a permanência dos funcionários no local até que se apresentasse uma resposta às reivindicações¹⁴⁶. Entretanto, as negociações que se seguiram dia 21 e 22 de março somente reafirmaram a promessa do vale-transporte, o qual já vinha sendo compromisso da Secretária de Educação desde novembro de 1999. Cabe ressaltar que e o direito regulamentado em lei, porém, o governo insistia em sucessivas promessas vazias e não o implementava aos trabalhadores.

O governo alegou que os funcionários do Edifício Castelo Branco (que abriga a Secretaria de Estado da Administração) foram tomados como reféns e abriu um processo disciplinar contra cinco professores, dirigentes sindicais e uma funcionária de escola.¹⁴⁷ Ao contrário de efetivar as garantias constitucionais e melhorar as condições de trabalho, o governo preferiu intimidar o movimento sindical acionando a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para apurar os responsáveis pelos atos e situações, supostamente, ocorridos no dia da manifestação do dia 15 de março. O Procurador Geral do Estado¹⁴⁸ abriu inquérito convocando servidores da SEAD, manifestantes e diretores da APP-Sindicato para depor.

Sobre o porquê da manifestação, o governo não falou uma linha, com vergonha da situação humilhante como trata os funcionários das escolas que há anos mal sobrevivem com salários aviltantes de R\$156,00 reais em valor bruto; nada diz sobre a reivindicação de aumento do vale-alimentação em apenas um real a mais por dia.¹⁴⁹

Este fato evidenciou mais um momento importante na construção da resistência dos trabalhadores. De forma tática, a ocupação de prédios públicos pelo

¹⁴⁶ Conforme divulgação no Jornal 30 de Agosto, em maio de 2000, 6.692 funcionários de Serviços Gerais contratados pela CLT e pelo Paranaeducação ganhavam por uma jornada de 8 horas R\$156,01 (cento e cinquenta e seis reais e um centavo) e 3.253 funcionários estatutários com 15 anos de dedicação ao Estado não ultrapassavam os R\$175, 48 (cento e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos). Da mesma forma, os 3.525 assistentes administrativos contratados pela CLT e pelo Paranaeducação recebiam R\$269,52 (duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) e estatutários recebiam R\$303,17 (trezentos e três reais e dezessete centavos), pág. 02

¹⁴⁷ Professor Romeu Gomes de Miranda, presidente da APP-Sindicato, professoras Élide Bueno e Marlei Fernandes de Carvalho, ambas da direção estadual, professor, Francisco de Assis França, diretor do núcleo sindical de Curitiba, professora Maria Madalena, dirigente do núcleo sindical de Foz do Iguaçu e a funcionária Rosicler Moreira Fonseca, dirigente do Núcleo Sindical de Londrina.

¹⁴⁸ Joel Coimbra.

¹⁴⁹ Jornal 30 de Agosto, agosto de 2000, pág. 02.

movimento, como o da Secretaria de Estado da Fazenda, em 1998, no episódio do Pladepe, pressionou o governo a apresentar propostas para negociação. Com efeito, Lerner percebendo uma das formas de luta do movimento sindical para pressioná-lo e fazer avançar os interesses do trabalho, utiliza-se, novamente, de flagrante autoritarismo, com o apoio da Procuradoria Geral do Estado. Diante da mobilização convocada para dia 07 de abril de 2000, o governo através desta Procuradoria moveu uma Ação de Interdito Proibitório, acusando multa de R\$100 mil reais, por dia, caso a APP-Sindicato viesse a provocar ocupação do Edifício Castelo Branco.

A paralisação organizada no dia 07 de abril repercutiu com uma greve de advertência nas escolas públicas¹⁵⁰ e indicou o nível de descontentamento de professores e de funcionários em dezenas de cidades do Paraná que participaram de atos e manifestações contestando a situação da escola pública. A avaliação do sindicato foi que houve paralisação de 90% da categoria. Aproximadamente, 25 mil pessoas foram às ruas protestar o quadro alarmante que se apresentava na educação pública do estado. Após cinco anos sem reajuste, sem a hora-atividade (lei de 1996), sem o pagamento dos avanços (lei de 1976), sem concursos públicos para o ingresso, sem saúde para o servidor com a quebra do Instituto de Previdência do Estado, sem o PCCS (engavetado no Legislativo desde 1998), sem vale-transporte (garantido em lei desde 1985) e, por fim, com a ameaça à democracia nas eleições para diretores de escolas, o dia 07 de abril foi indicativo para a preparação de uma greve por tempo indeterminado, caso a Secretária da Educação não apresentasse até o final do mês uma solução para as reivindicações da categoria. Entre as atividades de preparação da greve, os educadores fizeram dia 25 de abril a hora-atividade na prática, ou seja, desenvolveram no tempo livre, debates com a comunidade escolar sobre o que a escola e os educadores precisavam para oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade. Também foi organizado um comando de greve em cada escola de forma a preparar a luta a partir das bases.

Naquele episódio do dia 07 de abril não houve a ocupação de prédios públicos. Sem motivo para aplicação daquela multa, posteriormente, o governo interpõe outro interdito proibitório aplicando multa de cem mil reais por dia caso a APP-Sindicato ocupasse edifícios, praças e logradouros públicos no decorrer da greve, deflagrada no dia

¹⁵⁰ Esta atividade contemplou, junto com outras atividades similares nos demais estados brasileiros, a Semana Nacional em Defesa da Educação Pública promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

10 de maio de 2000. “Novamente a questão social é tratada como caso de polícia. Longe de sensibilizar-se com as justas reivindicações dos educadores, o Estado tenta intimidar a categoria ao tentar paralisar a direção do sindicato postulando a aplicação de pesadíssimas multas.”¹⁵¹ Outra ação, dizia respeito ao imediato dos grevistas ao serviço. Em caso de descumprimento da decisão a entidade deveria ser punida com multa de R\$100 mil por dia. Porém, neste caso, o Tribunal negou a concessão de liminar por falta de respaldo legal, em 31 de maio de 2000.

Estas ações e práticas do governo Jaime Lerner como reação a luta dos trabalhadores, reafirmaram que um dos alvos do neoliberalismo é a democracia. As crescentes investidas contra a liberdade de organização dos trabalhadores e contra o seu direito de manifestação, principalmente, em locais públicos, foram reações ao Estado democrático, a fim de evitar o debate, esvaziar o conteúdo político dos conflitos e antagonismos de classe e, obviamente, fazer o movimento sindical recuar e se fragmentar no campo da representatividade política de sua categoria. Neste sentido, cabe resgatar que para enfrentar o conflito com o movimento sindical e estender por mais tempo a indisposição do governo em negociar, uma das iniciativas da Secretária de Educação foi contratar uma consultoria¹⁵² para ‘mediar’ as negociações. Com este procedimento, o governo tentou deslocar o espaço e os sujeitos da negociação enquanto que reprimia a construção da greve nas escolas. Quanto à empresa de ‘mediação’, não poderia mesmo apresentar nada de concreto para as reivindicações dos trabalhadores pela própria função que desenvolvia naquele contexto.

Nas inúmeras reuniões de negociações o Governo mostrou-se implacável, disposto a não ceder. Apostavam na desmoralização do movimento. Como negociadores, chegaram a enviar uma equipe paga que tinha por objetivo ganhar tempo. Paralelo a isso, aplicavam mecanismos de repressão nos locais de trabalho, com o objetivo de corroer e enfraquecer o movimento. Não deu resultado. A greve continuava, e faz-se necessário registrar o apoio de um amplo conjunto de direções de escola, e até mesmo de chefias regionais.¹⁵³

A outra tentativa governamental foi incentivar organizações paralelas ao sindicato com o objetivo de enfraquecer a coesão da categoria. A tática foi de isolar a APP-

¹⁵¹ Jornal 30 de Agosto, agosto de 2000, pág. 02

¹⁵² Instituto de Mediação e Arbitragem Brasileiro (IMAB).

¹⁵³ Caderno de Resoluções do I Congresso Estadual Unificado dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, 01 à 03 de dezembro de 2000, Pontal do Paraná (PR), pág. 15

Sindicato nas negociações. Para isso, a Secretária convocou uma série de entidades como APADE - Associação de Diretores de Maringá e de Goioerê, Grupo de Diretores de Curitiba, Associação de Orientadores Educacionais e a Associação de Gestores de Londrina para participar das audiências. O objetivo foi de descaracterizar o papel de representação política da APP-Sindicato frente à categoria. Entretanto, para a surpresa do governo, em audiência no dia 11 de maio de 2000, aquelas entidades reconheceram e afirmaram a legitimidade do sindicato como representante dos professores e funcionários de escolas públicas do estado. Compreende-se que tal fato evidenciou, de certa forma, uma relação de hegemonia, em que o governo perdeu o consenso dos demais setores representativos do campo educacional no Paraná no que diz respeito ao poder da representação sindical nas negociações.

Não há problema em repetir que a argumentação principal da Secretária de Educação para não atender a proposta de reajuste salarial e de estruturação de uma carreira aos educadores sustentou-se na Lei de Responsabilidade Fiscal. Conforme evidenciado, no segundo capítulo deste trabalho, a crise fiscal é uma das argumentações centrais para a contra-reforma do estado.

Por que o novo plano de carreira e salários ainda não entrou em vigor?

Porque logo após a formulação da proposta, a Lei nº 096/99 (antiga Lei Camata) proibiu a alteração da estrutura de carreira aos governos que gastam mais de 60% de sua arrecadação com a folha de pagamento. No Paraná, esse gasto representa entre 70% e 75%.

Quando o plano entrará em vigor?

Quando o Paraná se enquadrar à Lei nº 096/99, o Governo do Estado encaminhará o novo plano de carreira para aprovação da Assembléia Legislativa.

O que o governo está fazendo para se enquadrar à lei?

O governo está trabalhando na reestruturação e racionalização das contas do Estado através do Crafe (Conselho de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado) e promovendo a capitalização e estruturação da ParanaPrevidência. A idéia é transferir os benefícios e salários dos pensionistas e aposentados para a ParanaPrevidência, desonerando a folha de pagamento.¹⁵⁴

Neste aspecto, a argumentação da Secretária sobre a hora-atividade merece uma observação: quando se refere a LDB, em especial ao artigo que prevê a garantia de

hora-atividade, ela situa como um ‘problema’ a ser enfrentado pelo governo no contexto de sua crise financeira.

Mesmo consciente do grande desafio que isso significa, quero consolidar a implantação da hora-atividade durante a minha gestão à frente da Secretaria da Educação’, diz a secretária Alcyone Saliba. A hora-atividade ainda não foi implantada no Paraná em função das dificuldades enfrentadas pelo governo do Estado desde que a nova LDB foi aprovada em 20/12/96. É no artigo 67 da LDB que está especificada a necessidade de assegurar, para os professores, ‘período reservado a estudos, planejamento e avaliação’ do seu trabalho pedagógico. Isso significa liberar o docente de sala de aula, o que requer a sua substituição de alguma forma, uma vez que o aluno precisa continuar sendo atendido, com aulas ou outras atividades letivas, quando o seu professor está em hora-atividade. (...) ‘Com paciência e criatividade, vamos encontrar uma solução viável, dentro das nossas possibilidades, apesar da crise financeira’, afirma a secretária.¹⁵⁵

Frente às posições do governo os trabalhadores, reunidos em Assembléia Estadual no dia 06 de maio de 2000, decidiram pelas seguintes ações: devolução dos jornais e cartas da SEED e não participação nos eventos promovidos pela mesma até que houvesse uma negociação satisfatória; realização de reuniões com diretores, APMs e sociedade civil organizada; atividades de rua com panfletagens, faixas e cartazes, para mostrar a real situação da escola pública; ocupação da mídia com cartas abertas à população, nos jornais, internet e programas de TV; reuniões com os representantes dos núcleos sindicais; construção da luta unificada com os funcionários do Quadro Geral do Estado; envio de correspondência das escolas para o governador e para os deputados (via internet ou correio), relatando os problemas da educação, dos professores, funcionários e alunos; organização do movimento nas regiões do estado a partir do

desmonte promovido pelo governo, apresentando a realidade da escola e dos trabalhadores em educação do Paraná; exposição “Brasil 500 anos” de miséria e ataque aos direitos dos trabalhadores em educação; exposição de notícias e documentos que relacionem a miséria das escolas os desmandos do governo do Estado.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Jornal da Educação, 2ª edição especial, abril de 2000, publicação SEED/PR.

¹⁵⁵ Jornal da Educação, 2ª edição especial, abril de 2000, publicação SEED/PR.

¹⁵⁶ Jornal 30 de Agosto, maio de 2000, edição especial, pág.2.

Conforme deliberação de assembléia, como o governo não avançou nas negociações, a greve parcial¹⁵⁷ de professores e funcionários foi deflagrada no dia 10 maio de 2000. Segundo a avaliação do sindicato, no segundo dia o movimento grevista conseguiu adesão de, aproximadamente, 85%. As estratégias de ação do movimento sindical para o fortalecimento da greve parcial nas regiões preparavam o caminho para a greve geral no estado. A APP-Sindicato direcionou sua ação na imprensa, na escola, nas comunidades e junto aos parlamentares, com vistas à adesão e apoio ao movimento grevista. Novamente, alguns setores da sociedade civil organizada somaram e foram fundamentais para a correlação de forças que se estabeleceu entre governo e trabalhadores, isto é, entre sociedade política e sociedade civil. Foi este movimento que forçou o governo a abrir um canal para negociar a pauta de reivindicações com a categoria. A busca de apoio que se construiu com alguns setores da sociedade civil durante a greve, fez pender um dos lados da balança, pressionando o governo a discutir a pauta com a direção sindical.

Entre as reivindicações, além do reajuste salarial (41,14%¹⁵⁸) para o conjunto dos servidores do estado, observa-se uma preocupação específica da categoria pela aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Salários que desde a sua entrega (junho de 1998) fora ‘engavetado’ na Assembléia Legislativa do Paraná. Também pela revogação da Paranaeducação, na perspectiva de retomar a garantia de concurso público e de direitos adquiridos; a implementação dos avanços diagonal e vertical e da hora-atividade e as eleições diretas para diretores de escolas públicas no estado. Como reivindicação no conjunto dos servidores, a pauta constava também da revisão da Parana Previdência, para que o fundo de previdência fosse público e sua administração paritária, o atendimento imediato à saúde, diante das condições precárias do Instituto de Previdência do Estado (IPE), a tempos ignorado pelo governo. Além destas reivindicações os trabalhadores também exigiam o aumento do vale-alimentação de R\$30 para R\$60.

Neste quadro, como proceder? Ceder à visão do senso comum e “negociar, negociar, negociar” em intermináveis reuniões (...), ou tensionar os limites que impediam tanto o avançar de nossas reivindicações, como, o desenvolvimento da consciência coletiva da categoria? A opção foi pelo segundo caminho. Uma combinação de momentos negociais com movimentação de grupos militantes: escolas na

¹⁵⁷ A greve parcial se caracteriza pela redução das aulas de 50 para 30 minutos. Os 20 minutos servem para debater as condições da escola e dos profissionais da educação pública.

¹⁵⁸ Este índice correspondeu à inflação de agosto de 95 a fevereiro de 2000;

rua; abaixo-assinados; manifestações; fechamento de pedágios e Ponte da Amizade; Marcha da Educação; ocupações de prédios públicos; manifestações regionais; pressões junto a Câmaras e Prefeituras; atos públicos; enfim, foram desenvolvidos um cem número de ações diretas da categoria (ainda que movimentassem um grupo mais coeso e militante), até que estes movimentos começaram a produzir a necessidade de um movimento mais forte. A greve estava colocada; mas ainda estava limitada no seio dos associados e militantes mais ativos.¹⁵⁹

Com a intenção de intimidar os trabalhadores para não aderirem a greve, a Secretária de Educação buscou sustentação no Estatuto do Magistério para justificar que a redução das aulas foi ilegal. Por outro lado, a direção sindical argumentou que o Estatuto garante o pagamento dos avanços verticais e diagonais que o governo insistiu em não efetivar. A Secretária também recorreu a LDB para justificar a ilegalidade da greve, por determinar de uma carga mínima anual de 800 horas nas escolas. A direção sindical, por sua vez, argumentou que a LDB também garante a hora-atividade que o governo se recusou a implementar apesar de suas constantes promessas.

A lei só vale quando é boa para o governo? A LDB regulamenta o ano letivo normal. Os períodos de greve são excepcionais e a LDB não trata disto. A greve é um direito dos trabalhadores previsto na Constituição (...) Se estivermos fortes e unidos, a Seed (Secretaria de Estado da Educação) não poderá punir todos os professores e funcionários. Neste caso, a reposição de aulas, o não desconto dos dias parados, advertências ou sindicâncias deverão ser objetos de negociação para o encerramento do movimento.¹⁶⁰

Diante da intransigência do governo em negociar, a greve geral foi deflagrada no dia 23 de maio de 2000. Após uma semana, observando a intenção do governo em desgastar a greve, prolongando-a indefinidamente sem apresentar propostas concretas, oito educadores¹⁶¹ decidiram entrar em greve de fome a partir do dia 30 de maio, na Assembléia Legislativa do Paraná, após sessão pública dos parlamentares que

¹⁵⁹ Caderno de Resoluções I Congresso Estadual Unificado dos Trabalhadores em Educação do Paraná, p.14-15;

¹⁶⁰ Jornal 30 de Agosto, Edição Especial, maio de 2000.

¹⁶¹ Janeslei Aparecida Albuquerque, professora do Colégio Estadual Leôncio Correia, Curitiba; Sueli de Souza Pinto, professora do Colégio Estadual Pedro Stelmachuck, União da Vitória; Miguel Angel Baez, professor de Educação Física, membro da direção estadual da APP-Sindicato, Curitiba; Deolinda Regina Plácido, professora da Escola Estadual Princesa Isabel, Cianorte; Endy Paulo Chaves, professor da Escola Paulo Freire, Fazenda Rio Grande; Fátima Fernandes de Oliveira, funcionária do Colégio Estadual Des. Antônio Franco Ferreira da Costa, Guaraniaçu; Eva Brandão Coelho, funcionária do Colégio Estadual Des. Antonio Franco Ferreira da Costa, Guaraniaçu; Nivaldo Batista de Souza, funcionário do Colégio Estadual Presidente Vargas, Telemaco Borba.

discutiam os problemas da educação e dos educadores. Esta decisão teve como objetivo pressionar o governo a apresentar uma proposta para o confronto e, sem dúvida, compôs o leque de ações que foram ao longo deste período construindo o processo de resistência dos educadores. Antes de desgastar a greve, a direção sindical e o Comando Estadual de Greve buscaram uma saída política de forma a impedir uma possível derrota como acontecia em outros Estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo). Assim, a greve de fome conteve o movimento de refluxo dentro das escolas e colocou nas mãos de Lerner um novo problema. Os grevistas ficaram alojados na Casa do Jornalista, em Curitiba, e receberam apoio de diversas autoridades¹⁶², movimentos e organizações da sociedade civil, além da própria categoria.

Os educadores em greve de fome entraram na terceira semana de jejum à espera de uma resposta concreta do governo para a pauta de reivindicações da categoria. Bastante debilitados, eles apresentam quadro clínico complicado, com acentuada perda de peso, na maioria acima de 10 quilos. Por decisão médica, três já foram obrigados a interromper o movimento. Mesmo com o quadro, os outros quatro companheiros estão decididos a levar adiante o protesto contra a insensibilidade do governo Lerner.¹⁶³

Observa-se nas palavras dos grevistas de fome, que aquele movimento tinha caráter peculiar em relação às demais greves que marcaram a história da APP-Sindicato: tratava-se de uma luta defensiva por exigir a garantia de direitos já conquistados. Também, além das necessidades imediatas postas pela exploração do trabalho, como a questão salarial, a greve de fome apresentava um elemento pedagógico novo: a noção da coletividade em contraste ao individualismo preconizado pela sociedade de mercado, de consumo. Havia um entendimento, em especial, por parte dos grevistas e dos dirigentes da linha de frente do movimento sindical que aquela luta atendia a necessidade de um movimento maior – o da luta internacional dos trabalhadores. Neste sentido, os depoimentos dos grevistas são bastante significativos:

Esperamos que as pessoas entendam que estamos em greve de fome por uma questão pessoal, mas também coletiva. Queremos chamar a atenção

¹⁶² Também manifestaram seu apoio o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, alguns deputados federais, a senadora Heloísa Helena (PT) e vários deputados estaduais de oposição no Paraná e manifestações de apoio de outros países como do escritor uruguaio Eduardo Galeano.

¹⁶³ Jornal 30 de Agosto, 13 de junho de 2000, capa.

das pessoas para a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre o momento que vivemos; para a necessidade de uma reação mais ampla. Esta não é só uma luta da categoria, mas é um movimento internacional, que precisa ser pensado globalmente para a superação das injustiças, da desigualdade e pela humanização, onde as pessoas descubram valores de solidariedade, de gestos simples que acabamos muitas vezes perdendo no dia-a-dia.¹⁶⁴

Espero que este gesto leve quem ainda reluta em entrar na greve a dar a adesão necessária para que todas as escolas do Paraná parem. A gente, daqui, vai reunir nossa energia em favor de todos para que, unidos, a consigamos dobrar o governador e a secretária, assegurando os nossos direitos de salário e de condições de trabalho dignos e de uma carreira pública e estável. Isto nós estamos perdendo e manter será fundamental para darmos qualidade ao nosso trabalho, que é educar.¹⁶⁵

Quem ainda não se deu conta que o que está em jogo são coisas como justiça, liberdade e direitos. Esta é a primeira greve na história da Educação que a gente faz e não é para conquistar nenhum direito; é apenas para garantir os direitos que já temos. Veja a que ponto chegamos: ter que fazer greve geral e greve de fome para que se cumpra a lei. Isto, num estado supostamente democrático, é preocupante.¹⁶⁶

Esperamos que este gesto sensibilize mesmo o governo e ele resolva apresentar uma proposta concreta. Com o salário de serviços gerais não dá para comer direito, mesmo com o auxílio-alimentação. Eu tenho dois filhos para sustentar sozinha e estou na luta por mim e por eles.¹⁶⁷

Talvez as pessoas possam não entender o porquê de um gesto drástico, mas no entanto, a gente se priva de alimento enquanto, na realidade, irmãos nossos estão morrendo de fome por causa da nossa omissão. A gente deve se dispor à lutar por nós e por aqueles que não sabem dos seus direitos. Precisamos pensar que a escola pública é uma questão de justiça social e ela precisa ser cuidada e zelada, porque sem a escola pública, não vamos ter uma nação verdadeiramente forte.¹⁶⁸

Quando tomei esta decisão não pensei só em mim, mas em todos os meus amigos e colegas de profissão. É difícil sobreviver com R\$143. A gente está indo à luta, dando a cara para bater, mas eu espero que a gente

¹⁶⁴ Miguel Angel Baez, professor de Educação Física, membro da direção estadual da APP-Sindicato. Mural da Greve de Fome: em Defesa da Educação Pública, maio de 2000.

¹⁶⁵ Endy Paulo Chaves, professor da Escola Paulo Freire na Fazenda Rio Grande. Mural da Greve de Fome: em Defesa da Educação Pública, maio de 2000.

¹⁶⁶ Janeslei Aparecida Albuquerque, professora do Colégio Estadual Leôncio Correia em Curitiba. Mural da Greve de Fome: em Defesa da Educação Pública, maio de 2000.

¹⁶⁷ Eva Brandão Coelho, funcionária do Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa em Guaraniáçu. Mural da Greve de Fome: em Defesa da Educação Pública, maio de 2000.

¹⁶⁸ Deolinda Regina Plácido, professora da Escola Estadual Princesa Izabel, Cianorte. Mural da Greve de Fome: em Defesa da Educação Pública, maio de 2000.

alcance a vitória. Espero também que os meus colegas que estão na luta não percam também as esperanças e continuem firmes até o fim.¹⁶⁹

Eu não estou em greve de fome só por mim, mas pelas coisas que acredito e por aqueles poucos que não conseguiram parar. Eu tenho a convicção de que é preciso fazer algo a mais do que reclamar na sala dos professores. As reivindicações são legítimas e não estamos pedindo nenhum absurdo.¹⁷⁰

Esperamos que nosso gesto leve nossos companheiros a adesão de 100% à greve no Paraná e que, com isto, o governo sente à mesa e apresente propostas concretas. Que sirva aos pais, alunos e à sociedade paranaense, para que não mandem seus filhos à escola e continuem apoiando o movimento ainda mais. Enquanto isto, vamos continuar fortes e firmes na greve de fome.¹⁷¹

Entre tantas outras ações desenvolvidas, com o apoio de outros setores da sociedade civil como forma de solidariedade aos educadores em greve de fome, e, por extensão, como desgaste político do governo, vale destacar a que levou um grupo de manifestantes, após missa celebrada na Igreja Bom Jesus em Curitiba, fazer uma vigília pacífica em frente à casa do governador. Os manifestantes ascenderam velas e fizeram orações para chamar a atenção para os riscos que corriam os grevistas que já se mostravam bastante debilitados. Entretanto, o governador mostrou-se com total indiferença e insinuou que aquela atitude agredira a ‘família paranaense’. Tratou-se de mais uma investida de Lerner na imprensa para ganhar adesão da comunidade às medidas truculentas de seu governo, deslocando uma ação de caráter político para o mundo das relações privadas.

O governador Jaime Lerner chorou diante da imprensa por causa da vigília pública dos professores e funcionários em frente à sua casa, na semana passada. Ele disse que a família paranaense fora ofendido, embora seu governo ache que pagar salários de R\$ 141 a funcionários de escolas não agrida ninguém ou nenhum grupo familiar. O lamento do governador não faz sentido, a atitude dos educadores tinha tão somente o objetivo de chamar sua atenção para as reivindicações da categoria até agora ignoradas por ele. (...) A vigília jamais agrediu a privacidade da família do governador, como ele próprio insinuou. Assim como outras manifestações que ocorreram e que serão feitas enquanto a pauta não for

¹⁶⁹ Fátima Fernandes de Oliveira, funcionária do Colégio Estadual Des. Antônio Franco Ferreira da Costa, Guaraniçu. Mural da Greve de Fome: em Defesa da Educação Pública, maio de 2000.

¹⁷⁰ Sueli de Souza Pinto, professora do Colégio Estadual Pedro Stelmachy, União da Vitória. Mural da Greve de Fome: em Defesa da Educação Pública, maio de 2000.

¹⁷¹ Nivaldo Batista de Souza, funcionário do Colégio Estadual Presidente Vargas, Telemaco Borba. Mural da Greve de Fome: em Defesa da Educação Pública, maio de 2000.

atendida, a vigília teve caráter reivindicatório, público, sem qualquer vínculo com a propalada invasão de privacidade divulgada pelo governo.¹⁷²

Durante a quarta semana da greve geral e sexta semana da greve parcial, os educadores estavam ainda persistentes com a mobilização apesar do governo se recusar ao atendimento de suas reivindicações.

Antes desta greve, realizamos inúmeras atividades, como manifestações, paralisações e passeatas, sempre num processo de construção da categoria em movimento. Neste momento, é possível sentir o quanto já ganhamos, na organização e na unidade. Ganhamos na coragem, na consciência de luta e no espírito de coletividade. Exemplo são os sete companheiros em greve de fome que ofereceram suas vidas para defender o ensino público e a dignidade dos educadores, pois sabem que isto é fundamental para a construção de uma sociedade com igualdade social.¹⁷³

A indignação dos trabalhadores foi ainda maior diante das denúncias de corrupção e clientelismo dentro do governo, que envolviam verbas públicas da educação, certamente aquelas que o governo alegava não existir para atender as reivindicações postas durante a greve. Exemplo foi uma denúncia protocolada junto a SEED, em 17 de novembro de 1999, com respeito à nomeação irregular pelo governador de diversos cargos para inspetores de ensino. O que é pior, estes inspetores, de fato, nunca existiram. Eram fantasmas.

Como trabalhamos num setor cuja greve não afeta o bolso dos grandes empresários, o governo revela sua falta de compromisso com os alunos e a sociedade e não se preocupa em buscar solução para o impasse. Nega as principais reivindicações à categoria e mantém subsídios a multinacionais, permite que sua bancada parcele em dez anos dívidas de impostos não pagos e faz da Educação um cabidão de emprego, com a contratação de dezenas de “inspetores de ensino”, além da fortuna paga a consultorias. É por isto que estamos e vamos continuar em greve: para dizer ao governo estadual e, em especial ao governador Lerner, que ele pôs cercas no Palácio, mas não em nossa consciência. Somos firmes e somos fortes na defesa da escola pública, gratuita e de qualidade.¹⁷⁴

¹⁷² Jornal 30 de Agosto, 13 de junho de 2000, pág. 04

¹⁷³ Jornal 30 de Agosto, 13 de junho de 2000, capa

¹⁷⁴ idem

As nomeações ocorreram para cargos que ficaram sem função na SEED em 1989, quando as inspetorias regionais de ensino foram extintas e, em seu lugar, criaram-se os Núcleos Regionais da Educação. Registrou o Diário Oficial de 15 de janeiro de 1999, no decreto 144, a nomeação de 48 pessoas. Em 09 de abril de 1999, o Diário Oficial nº 5471 registrou para o cargo o ex-vice-prefeito¹⁷⁵ da cidade de Cascavel no Paraná, um ex-deputado¹⁷⁶ e um cronista esportivo¹⁷⁷. Atesta a matéria abaixo que o ex-vice-prefeito e coordenador regional do PSDB no Oeste do Paraná foi agraciado com o cargo remunerado, devido ao acordo da bancada de seu partido com o governo. Sem resposta da SEED, no dia 31 de maio de 2000, o sindicato denunciou a irregularidade ao Ministério Público e à imprensa.

Ele próprio revela estas informações em entrevista ao jornal do canal a cabo TVC, de Cascavel, em 27 de maio deste ano, que transcrevemos na íntegra, logo a seguir. (...) ‘Em meados do ano passado, no início do ano, para ser mais claro, a bancada do PSDB na Assembléia Legislativa fez uns acordos de apoio e sustentação ao atual governo Jaime Lerner. Eu, como coordenador regional do partido, os deputados acharam por bem que eu tivesse o ressarcimento de alguma despesas pela região. Solicitaram meu CPF e RG e eu os enviei a Curitiba. Surpresa minha quando vi que fui nomeado inspetor de ensino. Levei um susto. Achei que deveria ser nomeado assessor parlamentar de algum deputado da bancada. Foi-me informado que não existiam cargos vagos para a nomeação dos assessores regionais; no caso de Cascavel, ficaria vinculado ao deputado Barater. Passaram 3 meses e a imprensa começou a cobrar. Eu previa isto. O que fiz: pedi minha exoneração porque não concordo que verba da educação, R\$100, R\$200 ou R\$300, seja desvirtuada daquele fim específico. Pode ser alguma coisa legal, mas é imoral e eu não me sentia bem fazendo este tipo de jogo. Agradeço pelos 3 ou 4 meses em que recebi essa vultosa participação financeira, mas que se reserve para a educação.’¹⁷⁸

Da mesma forma, membros da direção estadual da APP-Sindicato que participavam do Conselho do Fundef (CONFEMA) contribuíram com a denúncia de irregularidades no Ensino Fundamental no Paraná. No dia 07 de junho de 2000, um deputado estadual do PT/PR protocolou junto ao Ministério da Educação um dossiê que apontou, entre outras irregularidades, a inexistência de conta especial do Fundef, o que dificultava a fiscalização do dinheiro público que era aplicado diretamente nas contas do

¹⁷⁵ Hostílio Lustosa

¹⁷⁶ Dirceu Manfrinato

¹⁷⁷ Vinícius Coelho

¹⁷⁸ Hostílio Lustosa, em declaração à TVC – canal a cabo de Cascavel, em 27 de maio de 2000.

Tesouro. Além disso, os juros da aplicação financeira desse montante não iam para o Ensino Fundamental, também ficavam no Tesouro. A prestação de contas não foi feita conforme previsto na lei e houve desvios de recursos para entidades filantrópicas. Sobre este assunto, o governo também moveu uma ação contra a APP-Sindicato devido as denúncias. A Secretária de Educação entrou com uma representação junto ao Procurador Geral de Justiça do Estado, em 02 de junho de 2000, propondo instauração de ação penal contra o presidente e o Secretário de Assuntos Educacionais do sindicato¹⁷⁹. De acordo com a direção sindical, as denúncias de irregularidades foram legítimas suficientes para que o próprio Conselho Gestor do Fundef aprovasse o parecer dos representantes sindicais de reprovação das contas do Fundo.

A maior manifestação da greve em Curitiba ocorreu no dia 13 de junho de 2000. Reuniu cerca de 15 mil professores e funcionários de escolas, pais, alunos e lideranças da comunidade em geral. A concentração partiu de frente do prédio central da Universidade Federal do Paraná em direção ao Palácio Iguazu, no Centro Cívico. Também neste dia, diversos servidores públicos (cerca de 250 pessoas) acamparam em frente a Assembléia Legislativa e do Palácio Iguazu com o objetivo de pressionar as negociações. Uma comissão de negociação foi recebida pelo governo. Após seis horas de reunião, a comissão saiu com um documento que assegurava, em síntese: o avanço diagonal e vertical restabelecido para o ano 2000, inclusive com pagamento retroativo a outubro de 1999; o pagamento aos celetistas de acordo com a habilitação; garantia de participação da APP na definição da forma e critérios para eleição de diretores; a hora-atividade para início de 2001; a liberação, em 90 dias, de todas as aposentadorias paradas; concurso público ainda em 2000, com a promessa de até o final do governo a SEED encaminhar um projeto de reestruturação/alteração da Paranaeducação¹⁸⁰.

Diante de uma garantia de negociação, no mesmo dia, duas professoras, um funcionário e uma funcionária¹⁸¹ que ainda resistiam em greve de fome, acataram o pedido da categoria e decidiram terminar com o protesto que durou 14 dias e quatro horas. Foram 334 horas de jejum em defesa da escola pública. Cabe ressaltar que, a participação de duas

¹⁷⁹ Professor Romeu Gomes de Miranda e professor José Rodrigues Lemos.

¹⁸⁰ Mesmo assim, a direção sindical admitiu que continuaria lutando pela extinção do Paranaeducação.

¹⁸¹ Professoras Janeslei Albuquerque e Sueli de Souza Pinto, o funcionário Nivaldo Batista de Souza e a funcionária Fátima Fernandes de Oliveira.

funcionárias e um funcionário de escola na greve de fome¹⁸² muito contribuiu para a consciência crítica no conjunto dos funcionários sobre a sua identidade como educador e da importância de sua valorização profissional.

Com o conteúdo do documento em mãos, o Conselho Estadual da APP-Sindicato e o Comando Estadual de Greve, avaliaram no dia 16 de junho de 2000 o andamento da greve em cada Núcleo Sindical e as propostas do governo. Dos 23 Núcleos Sindicais, 17 regiões trouxeram o indicativo de suas bases para o término da greve. Esta foi a decisão majoritária a ser apresentada como indicativo na Assembléia Estadual: findar a greve como estratégia de fortalecimento para as próximas mobilizações. Também foi determinante na decisão de suspensão da greve a garantia de pagamento integral dos dias parados. Assim, a reunião do Conselho Estadual definiu os seguintes encaminhamentos:

1. CPI da Educação – Intensificar as denúncias de mau uso dos recursos públicos no Paraná.
2. Interferir nas eleições municipais ativamente:
 - 2.1. Engajar-se firmemente na campanha “Não vote nos candidatos de Jaime Lerner”.
 - 2.2. Pressionar os parlamentares para garantir os pontos indefinidos da proposta do governo.
 - 2.3. Encampar a proposta da CBJP, CNBB e outros da Lei 9840 (anti-corrupção eleitoral) e fazer uso da cartilha que orienta sobre a lei.
3. A Direção Estadual deverá visitar com mais frequência os Núcleos Sindicais e escolas/colégios.
4. Continuar promovendo ações de aproximação com grêmios estudantis, APMs e conselhos escolares.
5. Aproveitar constantemente os espaços da imprensa.
6. Manter quadro de dados permanentes e bem fundamentados sobre as ações fraudulentas do governo (como foi feito com o Fundef, os fantasmas, superfaturamento, etc.), que deverão ser enviados periodicamente para os Núcleos Sindicais e escolas, para serem trabalhados em salas de aulas.
7. Definir assembléia estadual para o final de agosto a fim de avaliar o andamento das propostas do governo, como hora-atividade para 2001 (para que não iniciemos o ano letivo sem esta definição); eleição direta para diretores; concurso público; reposição salarial e saúde pública.
8. Documento de agradecimento à comunidade e a todos os seguimentos da sociedade civil organizada que apoiaram o movimento.

¹⁸² Eva Brandão Coelho e Fátima Fernandes de Oliveira, ambas funcionárias do Colégio Estadual Des. Antonio Franco Ferreira da Costa, cidade de Guaraniaçu (PR); Nivaldo Batista de Souza, funcionário do Colégio Estadual Presidente Vargas, cidade de Telêmaco Borba (PR).

9. Documento às direções de escolas que se mantiveram firmes na greve, apesar das pressões do governo.
10. Trabalhar a conscientização permanente junto às direções de escolas (encontros, seminários, debates, etc.)¹⁸³

A Assembléia Estadual da APP-Sindicato com a participação de mais de 4 mil trabalhadores em educação, avaliando os encaminhamentos do Conselho Estadual e do Comando Estadual de Greve, aprovou a suspensão da greve, no dia 17 de junho de 2000. Esta luta obteve como conquistas para os funcionários: o vale-transporte para trabalhadores com piso de até três salários mínimos; o aumento do vale-alimentação que passou de R\$30,00 para R\$50,00; e o avanço de duas referências na tabela que significou 8% de avanço salarial. “Nós funcionários de escola também só conquistamos direitos quando estivemos unidos. Assim aconteceu com a obtenção do vale-transporte e do vale-refeição, ou quando impedimos que o governo Lerner implantasse o Pladepe, o plano que acabaria com os nossos já precários direitos.”¹⁸⁴ Entre as demais conquistas da greve, inclusive para o conjunto dos servidores, constaram: o retorno dos avanços do regime estatutário; a alteração da licenciatura de celetistas; a hora-atividade de 10%; a liberação das aposentadorias de mais de 3 mil educadores; a manutenção das aulas de 50 minutos; a manutenção das férias de 60 dias e a suspensão do desconto previdenciário aos aposentados.

É imprescindível contextualizar que a necessidade estratégica de acabar com a greve foi devido aos sinais de desgaste no interior das escolas após tantos dias de paralisação. Segundo a direção sindical, seria impossível sustentar, seja pela difícil conjuntura que se apresentava que obrigou uma luta mais defensiva do que ofensiva, seja pela cultura do individualismo, propagada pelo processo de reestruturação produtiva e que muito repercutiu no movimento sindical.

Suspensa a greve, por decisão da assembléia, resta administrar alguns rescaldos. Como um exército que avança, após uma batalha, paremos para recolher nossos feridos. Quem são eles? São os companheiros que não se conformaram com o encaminhamento proposto pelo Conselho Estadual, de suspensão da greve. A todos convidamos a uma reflexão serena. Entramos na greve sem nenhum indício de atendimento a

¹⁸³ Jornal 30 de Agosto, Edição Especial, 17 de junho de 2000.

¹⁸⁴ Caderno dos Funcionários “Sou Funcionário: Eu também educo!” , APP-Sindicato, abril de 2002, pág. 20.

qualquer uma das reivindicações (com exceção do vale-transporte). Chegamos à assembléia com diversos avanços (...). É claro que saímos sem a importante definição sobre reajuste salarial. Entretanto, como a APP-Sindicato fará parte de uma comissão que estudará as contas do governo, a assembléia definiu o prazo até 30 de agosto para que o governo defina esta questão. Daí em diante, rediscutiremos os rumos do movimento. Ao analisarmos a conjuntura nacional e compararmos o resultado obtido pelos educadores em greve em outros estados, é inegável que conseguimos mais do que qualquer outro movimento grevista. Para ficar aqui por perto, os educadores de São Paulo e Santa Catarina, após 44 e 63 dias de greve, respectivamente, voltaram às aulas arrasados política e organizativamente, sem conquistas, tendo de repor aulas, e os dias parados descontados. Não é o governo do Paraná mais “bonzinho”, nem os sindicatos daqueles estados são mais frágeis do que o nosso. É que nós conseguimos construir um movimento muito amplo e consistente. Isto ocorreu porque a construção da greve, desde a assembléia de 25 de março, em Londrina, mostrou-se bastante precisa. As várias reuniões de negociação foram progressivamente acumulando conquistas. Fica sempre o sentimento de que poderíamos avançar mais. No entanto, a avaliação do Conselho Estadual não deixava margens para dúvidas. A partir do dia 19, não mais do que 35% da categoria sustentaria a greve, que se definharia e poria em risco os itens alcançados, sem apoio da opinião pública. Em frangalhos, seria muito mais difícil reaglutinar as forças que conseguimos unir em defesa da escola pública. Ao suspender a greve, garantimos grande parte da nossa pauta de reivindicações e saímos política e organizativamente fortalecidos e com condições de continuar lutando por melhores salários. A Diretoria Estadual ¹⁸⁵

As novas formas de contratação, correspondentes ao novo modelo de produção e acumulação capitalista, efetivaram a perda de direitos, o rebaixamento de salários e a fragmentação no seio da classe trabalhadora, conforme aponta Behring (2003, p.36-37).

Nesse contexto, impõem-se tendências neocorporativistas e individualistas. Esses processos apontam para obstáculos na constituição de uma consciência de classe para si, minando a solidariedade de classe e enfraquecendo a resistência à reestruturação produtiva.

Estas transformações expressaram a agressividade do capital para aumentar sua produtividade em busca dos lucros, dado o esgotamento de acumulação do ciclo anterior. Implica na superexploração da força de trabalho porque aumenta ao máximo a produtividade com o mínimo de custo para o capital. É neste sentido que, também, a perda da capacidade de mobilização e organização do movimento sindical fez sentir o impacto deste fenômeno, conforme ocorria com a greve:

¹⁸⁵ Jornal 30 de Agosto, 30 de junho de 2000, nº 75, pág. 3

Havia já mais de 20 dias de greve. Por todo o estado pipocavam movimentos de retorno às aulas. A movimentação de nossas forças que antes se dava no sentido da pressão ao governo, agora mudava de sentido: se dirigia para o interior das escolas com o objetivo de estancar o refluxo. O desgaste de uma guerra prolongada já se faziam sentir. A possibilidade de ficar um mês sem salários corroía nossas forças. O governo permanecia frio e impassível. Não enfrentávamos apenas a secretária Alcyone Saliba, ou o governo Lerner. Enfrentávamos o projeto neoliberal, que elegeu o Paraná como laboratório para seus projetos.¹⁸⁶

Durante três reuniões com a SEED, após a suspensão da greve, a direção estadual tentou encaminhar pendências do acordo. Porém, houve alguns impasses por parte do governo no sentido de cumprir com o acordo na sua forma integral. Um deles foi com respeito ao desconto do dia da greve de advertência (07 de abril de 2000). O que foi negociado seria de que todos os dias parados seriam repostos e pagos sem punições. Outro impasse foi em relação ao não pagamento dos valores retroativos do avanço. O governo alegou não ter dinheiro para regularizar o pagamento dos avanços conforme ficou estabelecido no acordo. Diante das diversas tentativas de negociação pela direção sindical para efetivar o cumprimento integral do acordo, houve uma total indisposição do governo em cumprir alguns pontos¹⁸⁷.

O que importa, nesta questão, para efeito deste trabalho é o entendimento sobre a estratégia do governo diante da resistência do movimento sindical – no momento de maior conflito e desgaste político no âmbito da sociedade civil, o governo firma um acordo. Passado este período, não cumpre o que foi negociado, dando primazia aos objetivos da contra-reforma. Os efeitos, imediatamente, recaem sobre os trabalhadores, conforme indica Behring (2003, p.227):

a contra-reforma no sentido de retirar os obstáculos no âmbito do Estado a superexploração do trabalho avançou a passos largos nos anos 1990, derruindo o movimento organizado que vinha se fortalecendo no período anterior, que se viu: colocado na defensiva pela desestruturação produtiva promovida pela macroeconomia do Plano Real; seduzido por lideranças transformistas; ou enfrentado com violência e truculência. Aspectos que, por sua vez, revelam um elemento cultural de fundo na sociedade brasileira desde os tempos da escravidão, apesar de tantos anos de assalariamento: o desprezo pelos que vivem do trabalho.

¹⁸⁶ Caderno de Resoluções do I Congresso Estadual Unificado da APP-Sindicato, pág.15.

¹⁸⁷ Não é propósito desta pesquisa detalhar todos os passos do governo e todos os recuos e avanços do movimento sindical. Portanto, alguns fatos e acontecimentos não foram contextualizados em todo o período que se prosseguiu. Aqui, por exemplo, não deu-se prosseguimento às diversas tentativas de negociação e às mobilizações que exigiram o cumprimento integral do acordo, bem como, o seu desfecho.

3.5 A resistência à contra-reforma do estado no conjunto dos servidores públicos

As requisições da reestruturação produtiva e suas alterações na relação capital/trabalho prosseguiram no governo Lerner. Sua próxima investida foi para ampliar a forma de contratação terceirizada e flexível para o quadro geral de servidores públicos, quando apresentou no Legislativo o projeto de lei nº411/00. Este projeto acabava com a possibilidade de ingresso por concurso e, por extensão, com a possibilidade de um plano de carreira. O governo propunha assegurar um contrato temporário de trabalho no sentido de redução do quadro de pessoal e com isto efetivar o corte de despesas públicas, conforme especifica o artigo 5º, parágrafo III.

Art. 1º. O pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder executivo terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata, naquilo que a lei não dispuser em contrário.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder executivo autorizado a transformar, mediante decreto e sem aumento de despesa, cargos públicos estatutários em empregos públicos celetistas

Art. 5º. O contrato de trabalho por prazo indeterminado somente será rescindido por ato unilateral da Administração pública nas seguintes hipóteses:

III – necessidade de redução do quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal;¹⁸⁸

Para interromper a tramitação e aprovação deste projeto, a APP-Sindicato e os demais sindicatos de servidores públicos do estado, organizados no Fórum de Entidades Sindicais dos Servidores Públicos, mobilizaram uma manifestação em 30 de agosto de 2001, que reuniu cerca de 10 mil pessoas entre professores e funcionários de escolas, trabalhadores dos demais setores do estado, estudantes do ensino básico e superior, além de diversos usuários dos serviços públicos. “A Marcha em Defesa da Educação e dos Serviços Públicos” seguiu até o Palácio Iguazu, com parada em frente à Catedral Metropolitana de Curitiba para uma celebração do movimento que marcou o apoio de setores da Igreja. Neste dia, os servidores também fizeram uma greve de advertência paralisando os serviços públicos por um dia.

¹⁸⁸ Anteprojeto de lei nº411/00.

Um trinta de agosto histórico! A unificação dos funcionários públicos se construindo na luta. Por um dia, a indignação dos servidores ganhou as ruas de Curitiba e do Paraná. Enquanto a alegria andava à solta, o governo, acuado, se escondia. Que vergonha! O governador do Paraná não se dispôs a receber a comissão dos funcionários públicos, mas não hesitou em servir de guia de turismo a Bill Clinton, em Foz do Iguaçu. Nós, funcionários públicos, carregamos nas costas este Estado. O povo reconhece nosso valor mas Lerner, na contramão dos interesses populares, despreza, avilta, rebaixa. Privatiza o lucro e socializa o prejuízo. É a ordem do FMI, Banco Mundial, Bird, G-8, etc. De lá vem Clinton, de lá veio Saliba. Enquanto Lerner fazia turismo, deixava no Palácio dois secretários escalados para dar aos servidores a mesma resposta de sempre. Antes, a desculpa era a falta de recursos. Hoje, é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nem uma coisa, nem outra. De 1995 até hoje, a receita do Estado cresceu mais de 100%. Em contrapartida, nossos salários perderam 50,3% do poder aquisitivo. Diga-se, de passagem, que o próprio governador, em 95, prometeu que metade do crescimento da receita seria repassada aos servidores. A receita cresceu e a palavra do governador sumiu... Quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, é preciso deixar claro que esta mesma lei, em obediência à Constituição Federal, assegura a revisão anual dos salários dos servidores. Desmontada a fala do governo, o que nos resta fazer? Resignar-se ou lutar? Como resignação não é a marca dos educadores do Paraná, é importante que todos debatam no interior das escolas a perspectiva de greve¹⁸⁹

A pauta encaminhada com antecedência ao governo, pelo Comando Estadual de Greve dos Servidores Públicos, exigia concurso público e, principalmente, a retirada do projeto de lei nº411/00, além das seguintes reivindicações:

- Reajuste salarial de 50%;
- Revisão anual dos salários na data-base (1º de junho);
- Aprovação de PCCS;
- Recuperação do IPE e saúde pública de qualidade;
- Manutenção da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, como empresa estatal;
- Manutenção da licença especial;
- Garantia de serviços públicos com qualidade;
- Garantia das aposentadorias;
- Fim dos descontos previdenciários de aposentados;
- Financiamento integral das Instituições de Ensino Superior - IES;
- Não à privatização e não ao ensino pago nas Instituições de Ensino Superior;

¹⁸⁹ Jornal 30 de Agosto, setembro de 2001, pág. 03.

- Eleições livres nas instituições da educação pública estadual;

Em breve audiência com Secretários de Planejamento, Administração e Previdência, os trabalhadores foram informados que o reajuste dos salários dependeria da venda da COPEL. Porém, os trabalhadores sabiam que das privatizações ocorridas no estado, nenhum dos recursos foi destinado à área social. Além disso, os trabalhadores eram definitivamente contra as privatizações, por entender que contemplava um projeto de maior amplitude na perspectiva do governo – o avanço do neoliberalismo com a entrega do patrimônio público para a propriedade privada. De acordo com Boito (1999, p.236),

Hoje, a questão nacional une-se à questão sindical de um modo particular: a defesa do emprego e do salário, degradados pela política neoliberal, passa pela afirmação da soberania nacional. Não é possível recuperar o emprego com a economia do país posta sob tutela das políticas recessivas do FMI e obrigada a abrir o seu mercado e a desindustrializar-se, conforme o receituário da OMC. Os trabalhadores são os maiores interessados na recuperação da capacidade do Estado brasileiro determinar sua política de desenvolvimento e, portanto, na formação de um governo autônomo frente a essas agências ditas multilaterais, mas que se encontram, unilateralmente, a serviço dos interesses imperialistas.

Diante da ausência de propostas do governo, os trabalhadores decidiram pela construção de uma greve por tempo indeterminado a partir do dia 17 de setembro (2001). A greve foi, de fato, deflagrada no final de setembro de 2001.

Apesar de não ter a adesão em massa como a greve de 2000 e, por essa razão, encerrada logo no início de outubro, os educadores conseguiram a retirada do projeto nº 411/00 de votação da Assembléia Legislativa do Paraná. Sem dúvida, foi uma importante conquista, fruto da resistência no conjunto dos trabalhadores do setor público frente ao projeto de contra-reforma do governo Lerner. Esse processo, inegavelmente, pressupunha o acirramento dos antagonismos entre capital e trabalho, em detrimento deste último, pela intensidade e ampliação do processo de exploração da força de trabalho. Neste sentido, Sader (2001, p.132) afirma:

A hegemonia neoliberal tem na desregulamentação um elemento econômico, social e ideológico-chave. Por um lado, ao liberar o capital para circular com as menores travas possíveis, reinstala uma relação de forças entre o capital/trabalho claramente favorável àquele, seja pela elevação do desemprego, seja pela proliferação de formas de exploração selvagem do trabalho, seja pela fragmentação social que introduz. A

reestruturação do processo produtivo – com novas tecnologias e novas formas de organização da produção – permite elevar as taxas de exploração da força de trabalho.

3.6 A disputa hegemônica para um novo governo: o convencimento e o conhecimento

O início do ano letivo em 2002 foi marcado por uma campanha da APP-Sindicato nas escolas: “Governador: Basta de virar as costas para a Educação”. Em contrapartida, numa evidente tentativa de manipulação em plena campanha eleitoral, Jaime Lerner utilizou a mídia para anunciar três medidas: duas para o conjunto dos servidores públicos e uma terceira específica para os professores do estado. A primeira medida divulgada foi a implantação de um plano de saúde gratuito para todos os servidores.

Em oposição, a APP-Sindicato desmontou o discurso que o governo construiu na mídia, afirmando que durante a luta incessante do movimento em torno da saúde dos educadores, Lerner hesitou em tomar providências e atender as reivindicações da categoria. Ao contrário criou uma empresa mista denominada Parana Previdência, de natureza semelhante à Parana Educação. O financiamento desta instituição exigiu o acréscimo de uma alíquota de 2% sobre os vencimentos dos servidores, onerando-os ainda mais. Neste contexto, a APP-Sindicato defendeu a reabilitação do IPE – Instituto de Previdência do Estado¹⁹⁰, que há muito vinha sendo sucateado pelo governo. Além disso, o plano de saúde gratuito que Jaime Lerner anunciara na imprensa, excluía quase a metade dos servidores públicos estaduais e não incluía o atendimento de várias doenças¹⁹¹. O sindicato também contestou a abrangência do plano, pois ficaria centralizado em apenas 11 municípios do Paraná, sendo que os 388 municípios restantes ficariam sem qualquer atendimento. O número de hospitais credenciados para atendimento no plano não dava conta da demanda exigida.

A segunda medida anunciada por Lerner, diga-se em plena campanha

¹⁹⁰ No dia 13 de março de 2002, a APP-Sindicato organizou no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná um Seminário para debater estratégia de resgate do IPE. As propostas retiradas deste Seminário constaram da revogação do decreto do Plano de Saúde do governo; resgate do IPE e manutenção do seu caráter público, com a garantia de recursos para o Instituto; pagamento aos prestadores de serviço ao IPE e a participação democrática dos servidores na gestão do órgão. Em 16 de abril do mesmo ano, professores e funcionários de escolas aposentados fizeram manifestação pela recomposição de seus vencimentos e por atendimento digno à saúde. Ficaram em vigília durante a madrugada na Catedral Metropolitana de Curitiba. Após esta vigília dirigiram-se até os deputados e outras autoridades estaduais para obter apoio à sua luta.

¹⁹¹ A cobertura do plano ficaria prejudicada para: cirurgias cardíacas, diálises e transplantes, e tratamentos psicoterápico e fonoterápico indicados para problemas que atingem diretamente os educadores pelo alto índice de estresse e estafa que os atinge.

eleitoral, foi a implantação de um abono de R\$100,00 para os servidores¹⁹². Não houve dúvida do seu caráter eleitoral. O abono atendia um número pouco significativo¹⁹³ em comparação a totalidade de servidores do Quadro Geral do Estado. Também, foram excluídos do benefício os celetistas e os aposentados “A medida só tem fundamento para montar uma peça publicitária favorável ao governo, com a popularidade muito arranhada por causa de atos de sua administração”¹⁹⁴

Para os professores, em particular, anunciou a concessão da hora-atividade, porém, apenas de 10% e somente para os professores não contemplados em 2001. Em 2001, o governador se comprometeu em implementar este direito com 20%, a partir de 2002. Desta forma, esta medida somente corrigiu a exclusão que fez com muitos professores no momento da implantação da hora-atividade que, vale lembrar, foi conquistada com a greve de fome dos trabalhadores em 2000, conforme foi abordado neste estudo.

Em primeiro lugar, a apresentação das medidas quase às vésperas da campanha eleitoral levanta dúvidas sobre os reais interesses do governo. São meramente eleitorais? Ou atendem, de fato, pelo menos alguns reclames dos funcionários e dos professores? Em segundo, as medidas só “aparecem” depois de sete anos de administração do governo Lerner, que durante este período nada mais fez do que arrochar os salários e lutar para retirar o maior número de direitos possíveis tanto dos educadores quanto do conjunto dos servidores.¹⁹⁵

Também se revelou o caráter centralista e autoritário de Lerner, que não se dispôs em dialogar sobre estas questões com a direção sindical, apenas determinou medidas que, sem dúvida, poderiam lhe retornar como ganho nas urnas.

¹⁹² Em fevereiro, professores e funcionários da rede pública estadual, estiveram nas manifestações realizadas pelos docentes das universidades estaduais. Entre as reivindicações, o ato contestou o abono de R\$100,00 que fora anunciado pelo governo para uma parcela dos servidores.

¹⁹³ Como exemplo, apresentamos alguns dados relacionados aos funcionários da rede estadual de ensino. Do total de 15.666 funcionários do quadro geral e da CLT, no setor de educação, somente 5.427 do quadro geral seriam beneficiados com o abono. Os 10.239 funcionários contratados pelo regime CLT não receberiam os R\$100,00. Dos auxiliares de serviços gerais, que compõem a maioria do quadro comum total de 9.945 pessoas, somente 3.253 seriam beneficiadas com o abono e teriam acrescido R\$100,00 aos seus atuais salários de cerca de R\$ 189,80. Os 6.692 auxiliares de serviços gerais celetistas da educação, entretanto, continuarão a receber os seus míseros salários de cerca de R\$157,00. O quadro de assistente administrativo é ainda pior, pois dos 4.264 servidores, somente 739 receberiam o abono. A grande maioria, cerca de 3.525 continuaria a receber R\$270,00. Estes números referem-se a dados de 1999 e não incluem, ainda, os números do Paranaeducação, que não receberam o abono e englobam cerca de 9 mil funcionários. (Jornal 30 de Agosto, março de 2002)

¹⁹⁴ Jornal 30 de Agosto, março de 2002, pág.03.

¹⁹⁵ Jornal 30 de Agosto, março de 2002, pág. 03

O plano deveria ter sido discutido com os servidores, com os professores e funcionários de escola. Porém, o governo usou novamente o seu centralismo, o autoritarismo, marcas notórias de sua administração. E se seguiu na farta publicidade veiculada nos meios de comunicação para dizer que é “bom” uma coisa que sabidamente que não atende as necessidades dos servidores.¹⁹⁶

De qualquer forma, a estratégia governamental que se evidencia aqui é a do convencimento. O repasse de seu discurso através da imprensa falada e escrita, na denominação gramsciana – um dos aparelhos privados de hegemonia – o governador pode ganhar a opinião pública, refletindo seus resultados nas urnas. Neste caso, o governador divulgou algumas ‘concessões’ aos trabalhadores. Entretanto, há momentos em que o discurso conduz à aceitação do Estado mínimo, propagando as virtudes do mercado, a ineficiência e excesso de gastos do setor público e, portanto a necessidade da desregulamentação e da privatização em determinados setores. Nesta direção, Boito (1999) enfatiza a repercussão profunda da ideologia neoliberal nas classes populares como um elemento importante para dificultar o movimento de resistência dos trabalhadores. Para o autor, esta ideologia se constituiu em uma plataforma política que sustentou a formação de um novo bloco histórico, no sentido gramsciano, e que muito contribuiu para a aceitação de um novo modelo de Estado. Assim, o capitalismo revigora-se ideologicamente ao disseminar a idéia de que combater o Estado de bem-estar, e por extensão, os direitos sociais, estaria beneficiando os trabalhadores ao acabar com privilégios que segmentam a classe trabalhadora. Segundo Boito, a burguesia neoliberal fortalece sua hegemonia mesmo sem fazer concessão alguma às classes populares¹⁹⁷. Contraditoriamente, a ideologia neoliberal ganha força nas classes populares quando fomenta que o Estado-Providência aumenta a desigualdade e é preciso combatê-lo.

A apologia do mercado e da empresa privada, como espaços da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista, e a correspondente condenação do Estado, das empresas públicas e do intervencionismo estatal, como fontes de desperdício, de burocratismo e de privilégios, são idéias e valores que ganharam a condição de verdadeiro “senso comum”, difundindo-se e penetrando, de modo desigual e às vezes contraditório,

¹⁹⁶ idem

¹⁹⁷ Para Boito (1999), trata-se de uma situação mais complexa do que aquela concebida por Gramsci ao utilizar o conceito de hegemonia – direção ideológica fundada em concessões materiais. Particularmente, nesta conjuntura, a hegemonia é garantida sem concessões às classes populares, caracterizando-se como uma hegemonia regressiva.

porém largamente, no conjunto da sociedade brasileira, inclusive, portanto, nas classes populares. A plataforma política inspirada nessas idéias – abertura comercial, privatização, desregulamentação – deu um novo rumo à política de Estado (BOITO, 1999, p. 219).

Na perspectiva do convencimento e da construção do conhecimento, na contracorrente do neoliberalismo, foi importante resgatar a proposta dos trabalhadores para a política de educação no estado. Ao final do mês de abril de 2002, teve início as Conferências Regionais de Educação em vários Núcleos Sindicais. Tiveram por objetivo aprofundar as discussões para um Plano Estadual de Educação¹⁹⁸. Os resultados destas Conferências Regionais foram apresentados na III Conferência Estadual de Educação, realizada nos dias 06, 07 e 08 de junho, em Curitiba, com o tema “Construindo o Plano Estadual de Educação para um novo governo”. No conjunto, a proposta apresentou elementos fundamentais para a reconstrução da escola pública, nos vários temas, níveis e modalidades de ensino, como sua organização e gestão, financiamento, os trabalhadores em educação, a educação básica, a educação de jovens e adultos, a educação especial, a educação indígena, a educação no campo e a questão de classe, gênero e raça na educação. Para efeito deste estudo, em particular, coube explicitar o que diz respeito, diretamente, aos trabalhadores em educação - a defesa do plano de carreira e do concurso público:

a) Aprovar e implementar imediatamente o PCCS para todos os Trabalhadores em Educação. (...) h) Permitir acesso à carreira exclusivamente por concurso público, valorizando o tempo de serviço dos que já atuam na escola, extinguindo a Paranaeducação e outras formas de contratação. Eliminar o processo de terceirização desenvolvido pelo Estado.¹⁹⁹

Este acontecimento revelou a construção político-pedagógica dos educadores, na perspectiva da contra-hegemonia, na medida em que defendeu um outro projeto para a educação no estado:

Esta Conferência é um marco na história de lutas em Defesa da Educação Pública no Estado do Paraná. É um grito de revolta e de alerta a toda sociedade paranaense e brasileira. Precisamos impedir o avanço dos bárbaros neoliberais. Não temos tempo a perder. Por isto esta Conferência transcorreu para além dos marcos legais da LDB. O Plano

¹⁹⁸ Estas discussões foram iniciadas em um Seminário Estadual organizado pela APP-Sindicato em Curitiba, nos dias 03 e 04 de agosto de 2001.

¹⁹⁹ Revista da III Conferência Estadual de Educação: Construindo o Plano Estadual de Educação para um novo governo. junho de 2002.

Estadual de Educação que estamos construindo, rejeita a formulação simplista, ingênua e conservadora de que a Educação nada tem a ver com política. A destruição que Lerner, Saliba e seus estamentos de apoio implementam no Paraná, por determinações dos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, FMI, ...) é uma ação eminentemente política; uma política de encolhimento do Estado, de destruição dos serviços públicos, de mercantilização da vida. Para a escola, seguem à risca a recomendação de Adam Smith, o pai do liberalismo: 'Instrução pública sim, mas em doses homeopáticas'. Não é por outra razão que reduziram o Porte das Escolas, proibiram matrículas no Ensino Fundamental noturno, (desobedecendo até determinações judiciais), impuseram a Correção de Fluxo, extinguiram os cursos profissionalizantes e cometeram outras barbáries. Só não avançaram mais, como fizeram outros Estados (Municipalização de 5ª à 8ª séries, redução das férias para 30 dias, elevação da aula para 60 minutos, extinção do Quadro Próprio dos Estatutários, congelamento dos Avanços na Carreira, cobrança da Previdência dos Aposentados, entre outros), em função da tenaz resistência imposta pelos Trabalhadores da Educação, através de sua entidade, a APP-Sindicato. Acima e além dos desdobramentos técnicos ou legais, a III Conferência faz uma afirmação peremptória e definidora: basta de barbárie! A Escola Pública é o local de conhecimento, mas não do conhecimento barateado e precário como impõe o Estado. A Escola Pública deve estar a serviço dos trabalhadores. Os trabalhadores assalariados são os que mais estão perdendo com esta política excludente. Precisamos, rapidamente, incluir os milhares de paranaenses, do campo e das cidades, num projeto de Educação Pública que possibilite, de fato, o pleno exercício da cidadania e o acesso ao saber universal que é de todos e que, hoje, só uma minoria dele se beneficia. É este o marco desta Conferência, este é o ponto de partida e o ponto de chegada. Tudo o mais é decorrência, é desdobramento, é operacionalização. Ao mesmo tempo, por entender que temos que ultrapassar os limites da Educação, afirmamos em alto e bom tom: precisamos todos lutar pela recuperação da oferta dos serviços públicos essenciais para a população. O ser humano tem direitos inalienáveis que não podem ficar na dependência do tamanho de sua conta bancária, ou da eficácia do seu poder de compra. A maldita formação neoliberal de que o mercado tudo regula, tem colocado milhões não só fora da escola como fora de todo benefício social, pagando inclusive com a vida, a estupidez desta ideologia. Assim, esta Conferência também afirma: mais que participar do processo eleitoral que estamos vivendo, mais que eleger um novo governo para o Paraná e para o Brasil, precisamos fazer triunfar a vida e a esperança para todos, verdades que o capitalismo e sua fase mais radicalizada, o neoliberalismo, puseram para baixo dos tapetes e tentam jogar na lata de lixo da história da humanidade. Mas nós resistimos e como educadores multiplicaremos esta luta pelo interior das escolas e das comunidades, fazendo sempre a vinculação necessária entre os objetivos e propostas educacionais que a Conferência definiu, e as tarefas políticas mais gerais que não podemos deixar de cumprir: a luta por uma sociedade justa, fraterna e solidária.²⁰⁰

Observa-se um abismo entre os projetos em disputa, no que diz respeito às

²⁰⁰ Carta da III Conferência Estadual de Educação. Revista da III Conferência, junho de 2002, pág.09.

diferenças de conteúdo filosófico e político-pedagógico. A concepção de homem e de sociedade é, substancialmente, contrária à sociedade de mercado e de indivíduo retomada pelo neoliberalismo. A concepção de educação, de escola e dos trabalhadores ficou identificada em alguns princípios gerais na elaboração deste plano, a saber:

reconhecer a educação como um instrumento de emancipação humana e social; de construção da cidadania; afirmar o direito de toda a população à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis; visar a igualdade de oportunidade e a justiça social; afirmar a diversidade cultural, de gênero e de raça, combatendo todas as formas de discriminação; garantir princípios éticos e emancipatórios que visem a superação do individualismo, da banalização da violência, da indiferença diante das injustiças e das desigualdades; considerar os avanços da ciência e das tecnologias para fundamentar a educação numa perspectiva emancipatória; buscar e garantir condições para a participação e comprometimento da sociedade nos processos de definição e gestão de políticas públicas para a educação.²⁰¹

Esta proposição, construída pelos educadores, foi entregue aos candidatos ao governo do Estado (2002) que participaram de um debate organizado pela APP-Sindicato, no dia 15 de agosto de 2002, em Curitiba. O objetivo deste debate foi exigir o compromisso de valorização da educação pública e dos educadores:

Os Trabalhadores em Educação do Paraná antecipam-se ao resultado das urnas e, ao formular propostas, diretrizes e metas para outro governo afirmam que este está superado. Que as políticas educacionais neoliberais trouxeram, para as Escolas Públicas, dias de infortúnio; que não queremos ver esta marca de descompromisso do Estado com a Educação nos próximos governos, pois sabemos o que significa “a mão invisível do mercado” na expropriação dos direitos mais elementares do ser humano.²⁰²

Embora o objeto da presente dissertação teve como enfoque a discussão sobre a precarização das relações de trabalho, procurou-se, com os elementos acima, evidenciar que a resistência dos trabalhadores foi para além desse campo. A estratégia da APP-Sindicato superou as reivindicações salariais e de carreira e apontou para a possibilidade de construção de um projeto educacional no estado, contrário ao projeto de contra-reforma preconizado pelo capitalismo internacional na sua versão neoliberal. Desta forma, os educadores reafirmaram a defesa intransigente da escola pública, gratuita, de

²⁰¹ Caderno de Debates da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, pág.21.

qualidade e universal, como necessária à emancipação humana e fundamental na sociedade que se vislumbra – aquela em que homens e mulheres tenham liberdade e igualdade, no sentido em que Marx concebia²⁰³. A liberdade compreendida como cooperação, solidariedade, trabalho e usufruto coletivo. Enquanto que, para os liberais o fundamento da liberdade era a desigualdade, para Marx, a igualdade social era a condição para o mais amplo desenvolvimento da liberdade.

²⁰² Presidente da APP-Sindicato durante a abertura da III Conferência Estadual de Educação. Revista da III Conferência, junho de 2002, pág.07.

²⁰³ Segundo Gruppi (2001), a noção de liberdade é para Marx o fundamento de sua teoria social e de sua crítica ao liberalismo. Na concepção burguesa, a liberdade tem um sentido de isolamento da existência humana, anterior ao desenvolvimento da sociedade, do homem com um ser incomunicável que preexiste à comunidade. Para Marx, só vivendo em sociedade é que o homem pode isolar-se, o isolamento só é possível graças à sociedade. Compreender a unidade do homem e sociedade, exige a ultrapassagem da separação entre homem e cidadão, própria da concepção burguesa, de uma suposta igualdade jurídica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender**

Sonho impossível
Versão de Chico Buarque e
Ruy Guerra (1972)

A pesquisa em tela demonstrou que a reforma do Estado não se limita aos problemas técnicos, políticos e financeiros da estrutura estatal, mas necessariamente reflete as alterações na base produtiva da sociedade, considerando, inclusive, as circunstâncias históricas de constituição dos diferentes Estados nacionais. É elementar reconhecer que as mudanças significativas no papel e função do Estado estão intimamente relacionadas à reestruturação produtiva e a concorrência internacional do capitalismo por novos mercados consumidores²⁰⁴. Entende-se que, o atual padrão de acumulação resulta na desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais diante da preocupação com a redução dos custos sociais com os trabalhadores. A revolução tecnológica e a terceirização²⁰⁵, implicando na redução de direitos e na diminuição de salários são, entre outras, características deste processo hegemônico de acumulação capitalista. Conforme se identificou na pesquisa, o setor público sofre estes efeitos no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, com a redução de concursos públicos, contenção salarial, falta de incentivo à carreira, terceirização e contratação precária, temporária e com perda de direitos.

²⁰⁴ Estamos de acordo com Milton Santos (2003) que afirma que o nível mais alto de internacionalização do mundo capitalista pode estar manifestado no fenômeno da globalização. Compreender este processo exige dois elementos fundamentais: o estado das técnicas (mundo do trabalho) e o estado da política “As técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política, isto é, da política das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente.” (SANTOS, 2003, p.26). O autor reconhece uma estreita relação do fenômeno da unicidade técnica com a política-econômica da globalização, na medida em que os novos conjuntos de instrumentos e técnicas são monopolizados por novos atores hegemônicos. A ação dos Estados e de instituições supranacionais é insuficiente para impor uma unidade política mundial. Aqui o protagonismo é o das instituições financeiras, do mercado global. A produção em escala mundial, devido às empresas transnacionais, constitui-se pelo princípio da concorrência internacional, agora mais voraz do que nunca. O enfraquecimento e a mudança de natureza dos Estados nacionais surgem simultaneamente ao monopólio do dinheiro e da informação, sob grupos hegemônicos, alterando as relações de poder entre os territórios. Em virtude da direção política e econômica que se imprimiu nas novas condições técnicas, temos como resultado uma globalização perversa “Finalmente, quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade.” (SANTOS, 2003, p.65).

²⁰⁵ Há uma tendência de polarização da classe trabalhadora: de um lado, uma pequena parcela de empregados estáveis com alta qualificação, com acesso a direitos trabalhistas e sociais, de outro, a outra parcela da

A dinâmica regressiva deste fenômeno lhe atribui a característica de uma contra-reforma do estado (BEHRING, 2003; BÓITO, 1999 e BÓRON, 1999), na medida em que incide diretamente sobre o trabalho e os direitos sociais. Neste cenário, as lutas sindicais retrocederam e a defesa da garantia ao trabalho e aos direitos sociais ficou comprometida diante do crescimento dos (altos) índices de desemprego e subemprego. Boito (1999, p.228), confirma:

Com o movimento operário e popular na defensiva, marcado por derrotas recentes, pela crise do movimento e do programa socialista e pelo acirramento da concorrência entre os trabalhadores (desemprego, ondas recessivas, terceirização, abertura da economia), o neoliberalismo, que é uma reedição do velho liberalismo econômico, pode jogar, apoiando-se nessas mesmas e antigas diferenciações, um setor dos trabalhadores contra o outro, lançando no descrédito os direitos sociais no seu conjunto e enquanto tais. Antes, cada trabalhador via no direito conquistado por outro um primeiro passo para que ele próprio conquistasse o seu; hoje, o trabalhador tende a ver no direito conquistado por outro um privilégio que ameaça seus próprios direitos.

Com efeito, constituiu-se como estratégia para neutralizar as resistências e movimentos contra-hegemônicos, despolitizar os fóruns de negociação e arenas públicas. Todos estes elementos constituem parte da cena contemporânea neoliberal, que ocorre em nível mundial e que se manifesta em realidades particulares, como é o caso da educação pública no Paraná. A investigação explicitou as formas coercitivas e de convencimento utilizadas pelo governo que ameaçaram a democracia. No plano do convencimento, houve a tentativa do governo, em um determinado momento, em articular outras entidades do campo educacional na perspectiva de fragilizar a representatividade política da APP-Sindicato frente a categoria nas negociações, como por exemplo. No plano coercitivo, incluiu uma legislação anti-sindical, atentando contra a liberdade de organização dos trabalhadores, quando Jaime Lerner, por duas vezes, cortou o repasse das mensalidades sindicais e quando por diversas vezes abriu processos contra a direção da APP-Sindicato, por fazerem oposição ao seu governo. Também tentou provocar uma fragmentação no conjunto da categoria, na medida em que colocava sobre suspeita, através dos aparelhos privados de hegemonia, o caráter democrático do sindicato no momento em que propunha a consulta para refiliação de seus associados. Não se tratava de uma questão ‘moral’ e

população com trabalhos precários e temporários. As contradições aprofundam-se na medida em que o trabalhador polivalente substitui um maior número de trabalhadores.

ética, relacionada à postura do sindicato. Tratava-se, na verdade, de uma tática do governo no campo da ideologia, para a formação da opinião pública de acordo com seus interesses. De fato, o que o governo queria era quebrar a estrutura financeira do movimento sindical e, por extensão, sua capacidade política de organização e mobilização. Na contracorrente, Sader (2001) enfatiza:

O triunfo sobre o neoliberalismo então tem que ser – e acho que neste plano é onde já conseguimos dar alguns passos – antes de tudo um triunfo ideológico. Não apenas dos valores morais - essenciais – que nos orientam, mas também dos valores que orientam cotidianamente as pessoas, o que significa uma presença constante nos conflitos concretos, nos debates diários e, sobretudo, zelar pelo sucesso das lutas reivindicativas e de seus movimentos, que podem resgatar a confiança nas soluções coletivas e assestar golpes contundentes ao egoísmo consumista prevalecente. (SADER, 2001, p.135)

Segundo Oliveira (1999), há uma crise de Estado no Brasil vista sob dois pontos de vista: 1. a crise do Estado posta pelos setores populares, pelas classes subalternas, que indica uma relação insatisfatória com o Estado. Os movimentos sociais insurgentes na década de 1970 redefiniram as relações de poder entre Estado e sociedade e nesta ótica, a crise se expressa como a crise do autoritarismo político sobre as classes dominadas devido à intensa criação democrática por parte destes movimentos. Tal conflito de interesses fica bastante visível dentro da Carta Constitucional (1988); 2. a crise do Estado do ponto de vista dos grupos dominantes, expressa-se na sua crise financeira, no seu esgotamento e endividamento público interno e externo que sustentou a reprodução de lucros para o capital (empresas, bancos e agência financeiras) e a expansão das dívidas com o alto pagamento de juros internacionais.

Foi nesta última direção que a reforma do Estado no Brasil ganhou espaço e profundidade na gestão de governos neoliberais que atenderam aos anseios e necessidades do capitalismo internacional e nacional. Assim, concorda-se com a análise de Oliveira (1999) sobre a atualidade do Manifesto Comunista, mesmo 150 anos depois. Ele observa que os governos (em especial, os latino-americanos) continuam representando o que Marx e Engels conceituaram como “comitês executivos da burguesia”, ainda que as lutas sociais alcançaram, dentro dos limites históricos de cada país, maior democratização e, relativamente, menos desigualdades nos últimos 20 anos. De qualquer forma, o capitalismo revigora-se, ameaçando a democracia, quando destitui direitos, conquistados ao longo da

luta de classes e aprofunda os processos de exploração do trabalho. Uma das fábulas da globalização mencionada por Milton Santos (2003) é de que a idéia do Estado mínimo é na realidade uma dissimulação do seu verdadeiro papel frente a mundialização do capital. A esfera da política muda de espaço. As empresas globais retomam a centralidade fomentando práticas individualistas e de competição na sociedade²⁰⁶. Configura-se no ataque ao Estado democrático e às organizações políticas mundiais como o Órgão das Nações Unidas (ONU), fazendo prevalecer os interesses de organismos financeiros e comerciais (Banco Mundial, FMI, OMC). Conforme indica Santos (2003, p.66),

O discurso que ouvimos todos os dias, para nos fazer crer que deve haver menos Estado, vale-se dessa mencionada porosidade, mas sua base essencial é o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses. As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo. (...) De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante.

Com efeito, as diretrizes da reforma no Brasil, contidas no Plano Diretor do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), exigem a reformulação do Estado como parte da política de ajuste fiscal recomendada pelos organismos financeiros internacionais. Esta reorientação constitui-se numa reação dos grandes grupos econômicos contra a política keynesiana, contra a ampliação das funções reguladoras do Estado na vida social, em defesa do livre mercado. Foi a ofensiva neoliberal contra o Estado do Bem-Estar Social, contra a social democracia. Ainda que não tenha sido o objeto direto desta investigação, vale ressaltar que no Paraná, Jaime Lerner conduziu esta política, facilitando a venda do patrimônio público para a iniciativa privada, como foi o caso escandaloso do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), e abrindo o território para a instalação de multinacionais, como foi o caso da Renault, no município de São José dos Pinhais, causando sérios danos ambientais à região e não promovendo a política de geração de

²⁰⁶ Para Houtart (2000), os direitos humanos construídos historicamente na amplitude das três gerações (civis, políticos e sociais), portanto coletivos, perdem identidade na lógica mercantil e são dissolvidos na perspectiva do indivíduo que mais tem condições de competir no mercado (seja de consumo, seja de produção).

empregos que anunciou. Incluiu também um amplo programa de privatização dos serviços sociais do estado. No campo da educação, a presença do Paranaeducação na gestão do sistema estadual de ensino teve esta função – desresponsabilizar o estado, em especial, na contratação de recursos humanos para a área, introduzindo uma empresa para este serviço.

Neste aspecto, há também um novo elemento a ser observado – o da cultura do modelo gerencial na administração pública. Esta deverá ser descentralizada e voltada para a eficiência e o controle de resultados, com ênfase na redução de custos, na qualidade e na produtividade. Há uma tendência então das formas flexíveis de gestão. A publicização, na linguagem governamental, consiste na descentralização do setor público para a esfera não estatal na execução de serviços, como a educação, a saúde, a cultura e a pesquisa científica²⁰⁷, mas com subsídios e recursos patrimoniais do Estado. Isto confere uma política de favorecimento do poder estatal a determinados grupos, na medida em que transfere recursos públicos para a gerência e execução privada de serviços essenciais à população e ao seu desenvolvimento. Neste contexto, recolocam-se em cena práticas filantrópicas em substituição às políticas sociais públicas e universais, ao mesmo tempo em que o discurso dominante de solidariedade social desqualifica a conquista de direitos.

Conforme salienta Gentili (2000), percebe-se que a privatização das políticas sociais públicas tem como pano de fundo a redefinição profunda do papel do Estado na perspectiva de sua redistribuição em favor dos setores mais poderosos da sociedade. Segundo o autor, o problema central não é o “afastamento” da ação estatal, mas a sua reconfiguração, com a emergência de novas formas institucionais de prestação de serviços que redefinem o espaço público e estimulam ações da sociedade civil com um discurso acerca das virtudes do Terceiro Setor e da filantropia empresarial. Observou-se através da pesquisa que o governo do estado do Paraná buscou repassar esse discurso para a sociedade através dos diferentes aparelhos privados de hegemonia, como a imprensa falada e escrita. Neste sentido, conforme observa Boito (1999, p. 125)

²⁰⁷ Santos (2001) destaca dois elementos com referência as orientações de instituições financeiras para a educação: 1. o público não dá conta da demanda na área exigindo a ampliação da rede na educação privada; 2. a produção científica e tecnológica não pode ser independente, mas deve estar atrelada aos interesses do mercado. Assim, o “progresso” como desenvolvimento social na lógica dos mercados envolve a competição, a mercadorização, o consumo, o padrão, a eficiência e o controle da produção. Nessa perspectiva da mercantilização educacional, a escola e universidade pública são setores estratégicos para a garantia da hegemonia científica e tecnológica do capitalismo. Os países periféricos devem se manter submissos à produção de conhecimento dominante.

A ideologia sugere que os objetivos do neoliberalismo são reimplantar o livre jogo das forças de mercado, garantir a concorrência, a soberania do consumidor e difundir o progresso e a riqueza em cada país e em escala internacional – ou ‘global’. Tal discurso oculta que o que a política neoliberal faz é fortalecer os monopólios, conter o crescimento econômico, concentrar a renda e a propriedade e aumentar a desigualdade entre o centro e a periferia do sistema capitalista internacional.

Essa desigualdade também se manifesta no âmbito da democratização do poder estatal. O atual desenvolvimento das forças produtivas impõe uma reflexão sobre a diferença de capacidade política concreta das forças antagônicas que o disputam o Estado. Em virtude da débil democracia nos países centrais e periféricos, com maior intensidade nestes últimos, é estrategicamente desigual o nível de participação da sociedade civil no processo de absorção do Estado, como se deseje numa perspectiva gramsciana. A sociedade civil não é homogênea e sim agrega interesses contraditórios. Nela estão organizadas tanto as classes detentoras de poder político e de propriedade (latifundiários, banqueiros e grandes empresários) como as classes despossuídas. Quando se atribui à sociedade civil um papel alternativo ao Estado perde-se de vista as contradições que ela engendra, conforme analisa Sader (2001, p.137):

(...) deixa no mesmo balaio de gatos tudo o que não é Estado – incluídas todas as grandes empresas privadas. Foi uma ambiguidade dessas, aliás, que viciou a ‘teoria do autoritarismo’, tanto na sua versão original de FHC, quanto nas suas congêneres em outros países da região e que continha já um elemento neoliberal, na sua condenação do Estado e absolvição do empresariado privado. Nas teses de Marx – a partir dos *Manuscritos econômico-filosóficos* – e nas de Gramsci – a sociedade civil é um espaço de disputa entre as classes fundamentais pela hegemonia. Portanto, é um espaço que engloba o melhor e o pior, que o liberalismo tenta camuflar pela contraposição estatal/privado, imprimindo a este conotações positivas, que incluem o ‘mercado’. Para Gramsci a sociedade civil é um espaço privilegiado de luta de classes, cruzada pelas contradições fundamentais da sociedade capitalista e por isso, ela não é o oposto do Estado, porque a classe dominante – a burguesia – se apropria do Estado, porque a classe dominante – a burguesia – se apropria do Estado e faz com que ele funcione a favor dos seus interesses. O desafio é construir uma hegemonia alternativa, anticapitalista, que se apóie nas forças sociais da ‘sociedade civil’, contrapostas a outras forças da sociedade civil, visando a transformação das bases fundamentais da sociedade, assim como do Estado.

Nogueira (1998) também chama a atenção para os perigos de supervalorizar das virtudes da sociedade civil em contraposição às instituições políticas no enfrentamento da crise do Estado. Esta concepção é avaliada pelo autor como uma disjunção da relação entre Estado e sociedade civil, perdendo de vista o conteúdo dialético de unidade e distinção entre as duas esferas e restringindo-se a uma formulação ético-moralizante calcada no senso comum. A ingovernabilidade e crise de representação política tendem a alimentar para alguns teóricos e grupos sociais uma suposta qualidade ética da sociedade civil. Para o autor, esta tendência perde de vista as complexidades e contradições no âmbito da sociedade civil “A sociedade civil é também um mundo de interesses, e nela tendem a vencer os interesses mais fortes (mais numerosos, mais bem organizados, mais capazes de dirigir), que nem sempre são os mais justos” (NOGUEIRA, 1998, p.234). Neste sentido, a pesquisa realizada permitiu identificar que,

Devemos analisar a sociedade civil juntamente com o Estado; questão que é importantíssima no que se refere ao discurso dos direitos humanos e sociais. Isto é, os direitos humanos e sociais pressupõem a existência da sociedade civil, mas também a de um Estado que os reconhece e que garante seu respeito e realização. Existe uma dialética muito interessante que devemos analisar e compreender entre ambas as esferas: na sociedade civil reclamam-se e defendem-se os direitos, mas na esfera do Estado os direitos são reconhecidos, efetivados ou anulados. (THERBORN, 1999, p. 87-88)

Na pesquisa observou-se que devido à capacidade ideológica, econômica e política dos grupos hegemônicos, estes investiram na condução de uma contra-reforma do estado. É peculiar, no entanto, a resistência que se construiu às constantes investidas do governo para implementar a privatização e, sobretudo, a precarização das relações de trabalho. Com este enfoque, do antagonismo, há um outro significado para a reestruturação do poder estatal sob o ponto de vista das classes populares, ainda que nos limites do Estado capitalista. Significa o aumento do conteúdo e de autonomia política dos movimentos sociais na garantia de conquistas e direitos sociais e do exercício da participação popular e do controle social, de setores subalternos da sociedade civil, sobre as políticas sociais. Considera-se que estes elementos estiveram presentes na realidade pesquisada, quando da construção e defesa do PCCS e resistência ao Pladepe e ao Paranaeducação, por exemplo. Também, se considera outros fatos que revelaram tentativas do movimento sindical, através de suas representações, em participar do controle social de algumas políticas, como

foi o caso do acompanhamento e denúncias de desvio de recursos do FUNDEF no Paraná, bem como, das denúncias de contratação de vários inspetores de ensino pela SEED/PR e que, de fato, não existiam. Em reação à esta condução do movimento sindical, o governo Lerner respondeu com ofensivas no campo político e no campo jurídico. Politicamente, tentou quebrar a estrutura financeira do sindicato, não repassando às consignações. Juridicamente, investiu com processos contra os dirigentes sindicais e com proibições às manifestações em determinados locais públicos.

Com efeito, compreendeu-se que esse processo também implicou na tentativa de restringir espaços públicos, dificultando, substancialmente, a participação organizada da sociedade civil e a capacidade de luta dos movimentos sociais. Esta reorientação no campo da democracia²⁰⁸ introduz uma cultura contrária a que vem sendo construída através de lutas históricas. A exaltação do valor da democracia dentro do capitalismo ganhou outros contornos com a propagação do livre mercado. Ao contrário de democratizar o poder, garantindo transparência, participação e controle social, a tendência é limitá-lo, na medida em que as questões sociais são concebidas dentro da particularidade,

²⁰⁸ Borón (1999), interpreta este atual estágio de democracia como “capitalismo democrático”, cuja expressão, segundo ele, absorve com mais fidelidade o seu verdadeiro significado. As formas políticas do capitalismo democrático não bastam para dissolver a sua estrutura anti-democrática. Trata-se da contradição da democracia no capitalismo, quando pensada a partir do modo de produção na sociedade “Daí a tendencial incompatibilidade existente entre o capitalismo como formação social e a democracia concebida, como na tradição clássica da teoria política, num sentido mais amplo e integral e não tão-somente em seus aspectos formais e procedimentais” (p.21). A origem desta incompatibilidade entre mercado e democracia, o autor assenta sobre quatro aspectos: 1. Enquanto que, para a democracia avançar outros patamares, é necessário o reconhecimento da plena autonomia dos sujeitos, dado a característica ascendente de organização do poder social, isto é, inclusão na perspectiva igualitária das populações e regiões, para o mercado, a característica é descendente, pois se restringe à alguns determinados grupos, principalmente os oligopólios, centra-se nos sujeitos da cúpula social e não da base. Em outras palavras, o mercado determina como deve ser a democracia, rejeitando a priori as pretensões de igualdade e inclusividade próprias da ordem democrática. 2. o segundo pressuposto, é o da participação política como orientação de uma nova ordem social fundada na vontade coletiva. O autor lembra aqui, as diversas formas de exclusão de setores da sociedade, inclusive por questões étnicas, de gênero e raciais. Estas práticas impediram o pleno exercício da democracia. Na lógica do mercado, a participação limita-se às potencialidades para a competição. A segmentação e a seletividade prevalecem no processo social. “O mercado é, na realidade, um âmbito de confrontações impiedosas (...). A participação no consumo, diferente da participação na vida democrática, longe de ser um direito, é, na realidade, um privilégio que se adquire da mesma maneira que se adquire qualquer outro bem no mercado. Se na democracia a participação de um exige e potencia a participação dos demais, no mercado o consumo de um significa o não-consumo do outro. A lógica da democracia é a de um jogo de somas positivas. A do mercado é a de um jogo de soma zero: o lucro do capitalista é a insuficiência do salário. Portanto, no mercado, para que alguém ganhe, o outro tem que perder” (p.24) 3. decorrente dos pressupostos anteriores, a questão da justiça social é a terceira incompatibilidade da democracia no capitalismo, pois aquela não se apóia nos princípios de justiça. O que mobiliza e põe em curso a dinâmica do capitalismo é a busca dos lucros, a sua extensão indiscriminadamente “O mercado se parece com o lúgubre cenário hobbesiano da guerra de todos contra todos, na qual, como reconhecia o autor do Leviatã, não há justiça, nem lei, nem moral” (BORÓN, 1999, p. 25-26).

do mercado, do consumo, da propriedade privada, como o foi no período do liberalismo clássico e que, em grande medida manifesta-se contemporaneamente, conforme assevera Coutinho (1989, p.49):

É interessante observar que, para o pensamento liberal, o Estado existe com a finalidade de garantir interesses que estão fora da esfera estatal; o Estado representaria o interesse de todos, mas tal interesse se expressaria precisamente na conservação de uma esfera de interesses *singulares* situada num mundo “privado”, no qual o Estado não deve intervir. Esta é a lógica liberal: o Estado em si não representa interesses concretos; ele assegura que os interesses se explicitem em sua esfera própria, que é a esfera privada. Não é por acaso, portanto, que o pensamento liberal se centra no postulado da limitação do poder, em contraste com o pensamento democrático, que tem como eixo central a distribuição (ou socialização) do poder. A preocupação do liberalismo é limitar o poder; daí a exigência do Estado-mínimo, do Estado que só intervém quando estritamente necessário.

Os elementos da contra reforma do Estado e da reestruturação produtiva, presentes na educação pública do Paraná indicam que predominaram os critérios econômicos sob os de ordem ética e normativa. Direitos e necessidades antes tidos como assuntos públicos, passam progressivamente para a esfera do individualismo, na ótica de bens adquiríveis no mercado, como é o caso da educação. Este fenômeno, presente na sociedade de mercado, atende à visão de Pereira (1999): a concepção de cidadania é agora remetida ao cidadão-cliente ou o cidadão consumidor.

Conforme a análise de Przeworski (1995), que o projeto capitalista no percurso de seu desenvolvimento reafirma a defesa pela liberdade de mercado e de garantia à propriedade privada, tendo como alvo principal o Estado democrático. E, paralelamente, conforme aponta Borón (1999), uma acelerada tendência de mercantilização de direitos e prerrogativas conquistadas pelas classes subalternas (ao longo de mais de um século), exaltando as virtudes do mercado por uma via ideológica de que o Estado é ineficiente e os bens e serviços disponíveis no mercado são melhores²⁰⁹. As prerrogativas do mercado

²⁰⁹ Borón (1999), demonstrou que no Chile não houve privatização em determinados setores estratégicos. O Chile também não atendeu totalmente à dois ditados da ortodoxia neoliberal: diminuição do poder fiscal do Estado e regulação do mercado financeiro. Ao passo que no México e Argentina estes preceitos foram consolidados. “A CODELCO (empresa estatal criada pelo governo socialista de Salvador Allende para explorar as jazidas de cobre no Chile) desvia para os cofres fiscais aproximadamente a metade do total das receitas geradas pelas exportações chilenas, ao passo que em países como a Argentina e o Brasil, por exemplo, esses recursos vão parar no bolso dos empresários privados. A “heterodoxia” chilena permite reforçar as capacidades do aparelho estatal e financiar um conjunto de políticas que, em outros países, sequer

ficam claramente evidenciadas com a introdução de uma empresa na gestão da educação pública no Paraná – o Paranaeducação - que sem dúvida atendeu aos preceitos e orientações de instituições financeiras (BM, FMI e BIRD). Também outras proposições deste governo, como o Pladepe e projeto de lei nº 411/00, objetivaram atender as exigências do modelo de acumulação flexível dentro do Estado. Todas estas investidas de Lerner caminharam no sentido de acumular espaços privados no âmbito da esfera pública e com isso aprofundar a precarização das relações de trabalho no campo da educação.

A precarização do trabalho, de acordo com Antunes (1996), é ainda mais ousada nos tempos atuais em função da fragmentação e complexidade no interior da classe trabalhadora. Este desafio exige a incorporação de trabalhadores terceirizados que perderam a centralidade no processo produtivo. O papel dos sindicatos, neste contexto, é de unificar esta fragmentação e desse modo desafiar alguns dos elementos que constituem a crise do mundo do trabalho, como a individualização do ser social e a pulverização da classe trabalhadora, colocada pelos processos de flexibilização e pelas transformações tecnológicas. No caso do Paraná, os trabalhadores em educação contratados pela via terceirizada (Paranaeducação) também eram mobilizados pela APP-Sindicato a participar das lutas em defesa da escola pública, do reestabelecimento do concurso público e de um plano de carreira.

Mesmo diante desta conjuntura desfavorável, evidenciou-se a importância da luta sindical na construção de estratégias para enfrentamento das medidas neoliberais. No decorrer desta trajetória, os trabalhadores obstaculizaram as intenções do governo, derrubando o Pladepe e o projeto nº 411/00 de lei. Também desgastaram Lerner na luta contra o Paranaeducação e na defesa de um plano de carreira, entre outras questões, como a hora-atividade, as constantes críticas às políticas educacionais e a situação da escola pública. Estas lutas potencializaram algumas conquistas. No plano do conhecimento, o movimento de resistência culminou com a construção e proposição de um Plano Estadual de Educação para um novo governo. Da mesma forma, a aprovação do PCCS, construído pela categoria, no dia 03 de março de 2004 e a eliminação do Paranaeducação em 2003 foram conquistas da APP-Sindicato diante da crise de hegemonia do grupo de Jaime Lerner no poder.

podiam ser pensadas. Em 1995 as receitas fiscais provenientes da CODELCO chegaram a 1.760 milhões de dólares, uma cifra muito superior ao total de impostos pagos por todas as empresas privadas do Chile.” (BORÓN, 1999, p.13)

É imprescindível ressaltar que, a resistência investigada no campo da educação no Paraná, não pode ser considerada de forma isolada. Caso contrário, estaria incompatível com a direção teórico-metodológica deste estudo. Neste sentido, concorda-se com Houtart (2000), que afirma - a maior parte das resistências está no limite do micro enfrentamento. Assim, a multiplicidade de setores fragmentados de resistência exige a articulação das diferentes forças em oposição ao neoliberalismo. O autor designa este movimento como estratégia de convergências, isto é, de constituir alianças políticas sobre questões específicas. Nesta perspectiva, é de grande importância a articulação da APP-Sindicato com as demais forças sociais do estado, do país, do continente americano e de outras regiões do globo. A sua participação no Fórum Social Mundial e no Fórum Mundial da Educação, bem como, na luta contra o pagamento da dívida externa e contra a ALCA, são exemplos desta relação. No estado, a mobilização contra o projeto de lei 411/00 coincidiu e reforçou a luta contra a privatização da COPEL e em defesa dos serviços públicos, dificultando as estratégias do governo para efetivar a contra reforma em dimensões mais amplas. A luta sindical dos educadores, nestes aspectos, não se restringe às questões corporativas. Mesmo assim, há que se considerar a forte tendência de fragmentação, dado o caráter defensivo que se impõe aos trabalhadores nesta conjuntura. Nesta direção, Houtart (2000) adverte sobre as tendências de relativismo e de centralidade no indivíduo social, características do (neo)liberalismo:

Mas isso não implica, em absoluto, na adoção de um relativismo absoluto, que faz equivaler todas as posições, dando razão às correntes pós-modernas, para as quais tudo o que conta é a história imediata dos indivíduos e a particularidade das situações. (HOUTART, 2000, p.95)

Concorda-se com esta perspectiva e reafirma-se que as diferentes expressões não podem substituir o conteúdo original das lutas, isto é, de resistência e superação deste sistema calcado na expropriação do trabalho, do conhecimento e do poder na sociedade. É fundamental reconhecer que as resistências (e alternativas) não são destinadas, diretamente, ao combate do sistema capitalista. Porém, não deixam de ser na medida em que combatem os seus impactos e as suas repercussões nas mais variadas formas. Compreende-se que é necessário considerar as atuais condições históricas, a capacidade das forças em luta e o estágio da situação revolucionária, dado o retrocesso neste campo, em função do afastamento da esquerda do centro em relação à esquerda da periferia

capitalista, principalmente, pela reconversão da social democracia européia para as teses neoliberais do ajuste fiscal, de acordo com a análise de Sader (2001, p. 140):

Provocou-se uma ruptura entre a esquerda do centro e da periferia capitalistas. Aquela se enfraqueceu no seu pólo comunista e perverteu-se no seu pólo socialdemocrata, enquanto os sindicatos se enfraqueciam, se tornavam defensivos e perdiam de vista, em geral, a defesa dos interesses da classe trabalhadora como classe internacional – na medida que o haviam tido.

Assim, o momento histórico aqui destacado revelou, ainda que numa luta defensiva, a resistência dos trabalhadores às políticas do neoliberalismo na educação e, por extensão, ao próprio sistema. Dentro das condições postas pelas forças do capital e do estágio de desenvolvimento do capitalismo, caracteriza-se, mais precisamente, como uma luta anti-liberal, de acordo com a análise de Boito (1999, p.233-234):

A resistência à ofensiva neoliberal é um momento diferenciado, cujo objetivo imediato não é, ainda, a superação do capitalismo dependente brasileiro, embora deva estar articulada à luta contra esse modelo. (...) Trata-se de reconhecer que vivemos um período de resistência e de reforma, e não de revolução. Está colocada a tarefa de conceber um programa e um quadro de alianças para uma frente política apropriada à fase defensiva atual. A plataforma para essa frente deve ser antiliberal, contemplando o objetivo mínimo de suspender e reverter a política econômica e social do neoliberalismo.

É com este entendimento que, a resistência dos educadores no Paraná apontou a importância da luta sindical num conjunto mais amplo de contra-hegemonia. Certamente, a articulação da luta do campo da educação com as demais questões de ordem política, econômica, social e cultural, imprimiram uma concepção de totalidade dos problemas sociais e uma visão de conjunto da classe trabalhadora, numa perspectiva de luta anticapitalista, isto é, para além dos limites corporativistas e reformistas. Na medida em que se intensificar esta articulação, seja debatendo no âmbito da escola problemas como o preconceito (gênero, raça), a reforma agrária e urbana, educação indígena e ambiental, entre outros, seja participando no conjunto das lutas sociais de âmbito mais abrangente, conforme foi relatado, mais os educadores terão acentuado sua resistência em oposição ao capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, abril de 1996, n. 50, ano XVII, p. 78-86.
- _____. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, outubro de 1999, 1. ed.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1994.
- ARRETCHE, Marta. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. *Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais*. n.39, Rio de Janeiro: ANPOCS, 1995.
- BATTINI, Odária. *A concepção de categoria*. UEL, 1991, mimeo, p. 27-32.
- BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- _____. *O conceito de sociedade civil*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOITO, Armando Jr. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- BORÓN, Atílio A. Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* (Org.) Sader, Emir; Gentili, Pablo. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 7-67.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. (Verbete) Karl Marx. *Dicionário Crítico de Sociologia*. 2. ed., São Paulo: Ática, 2000, p.323-329.
- BURGOS, Raul. *As desventuras da “determinação”*: elementos críticos de epistemologia marxista. Trabalho apresentado para o concurso de professor adjunto da UFSC. Florianópolis, jan. 2001.
- PARANÁ. Lei n.11.970/97, de 19 de dezembro de 1998. Ementa: Institui o PARANAEDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, na forma que especifica.

PARANÁ. Decreto n.4002, de 05 de fevereiro de 1998. Estatuto do Serviço Social Autônomo Paranaeducação.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. A problemática gramsciana da ampliação do Estado. In: *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 97-153.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Tradução: PUCCAMP. São Paulo: Papyrus, 1986.

CONGRESSO UNIFICADO DA APP-SINDICATO dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. Pontal do Paraná, dez, 2000. *Caderno de Resoluções*. Educação para o século XXI: rompendo com o neoliberalismo. Curitiba: APP-Sindicato, 2001.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Construindo o Plano Estadual de Educação para um novo governo. *Caderno de debates da APP-Sindicato* dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. Curitiba, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L& PM, 1981.

_____. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: Teixeira, Sônia Fleury (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 47-60.

_____. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

DEWEY, John. *Liberalismo, Liberdade e Cultura*. USP: Nacional, 1970.

DINIZ, Eli. Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos 90. *Revista São Paulo em Perspectiva: Reformas Políticas e do Estado*. São Paulo: Fundação SEADE, 1996, vol.10, nº 04.

DIAS, Reginaldo. A privatização do ensino em Maringá: história de uma experiência contraditória e polêmica. In: *O público e o privado na educação: a experiência da privatização do ensino em Maringá e temas afins*. Dias, Reginaldo. (org.). Maringá: Secretaria da Educação do Município de Maringá, 1995, p.01-38.

DRAIBE, Sônia Miriam. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. *Revista de Ampocs*, São Paulo, 1988, nº 12, p.13-59.

ESPING, Andersen. As três economias do Welfare State. *Revista Lua Nova*. São Paulo, nº 24, 1991.

- GENTILI, Pablo. A Privatização da Política Educacional: dez questões. *Boletim de Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.
- GONÇALVES, Maria Dativa de Salles. Porque lutar por uma lei que defina o Sistema Estadual de Ensino no Paraná. *Caderno Pedagógico da APP-Sindicato*, n.2, março de 1999.
- GRASMCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1 a 6, 1999/2003.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. Tradução: Dario Canali. 16. ed., Porto Alegre: L&PM, 2001.
- HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: *Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. São Paulo: Loyola, 1994, p. 115-177.
- HOUTART, François. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: *Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. (Org.) Seoane, José; Taddei, Emílio. Rio de Janeiro: Vozes Ltda., 2000, p.89-98.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*. 3. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1997, p.151-178.
- LENIN. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- LIGUORI, Guido. *Le parde di Gramsci*. Corocci, Roma, 2004.
- LOSURDO, Domenico. *Hegel, Marx e a tradição liberal: Liberdade, Igualdade, Estado*. São Paulo: UNESP, 1998.
- LUKÁCS, G. Marxismo e Questões de Método nas Ciências Sociais. In: *Sociologia*. José Paulo Netto (Org.). São Paulo: Ática, 1981, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 20.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução: Maria Lúcia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, Coleção Leitura.
- MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política In: *Para a Crítica da Economia Política*. Tradução: Malagodi, Edgar; Giamotti, José Arthur. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.103-125.

_____. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed., p. 23-27.

_____. Prefácio da 1. ed. e Posfácio da 2.ed. de O Capital. In: *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 13ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *A Ideologia Alemã* (Teses sobre Feuerbach). Tradução: José Carlos Bruni; Marco Aurélio Nogueira. 10.ed, São Paulo: Hucitec, 1996, p.125-128.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, Coleção Os pensadores.

_____. *Sociologia*. 2.ed., Octávio Ianni (Org.) São Paulo: Ática, 1980, Coleção Grandes Cientistas Sociais.

MOTA, Ana Elizabeth. As transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o Serviço Social. In: O Social em Questão. Volume 1, número 1, 1997. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Sader, Emir; Gentili, Pablo. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 68-78.

OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, Brasília: Nedic, 1999.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes; PEREIRA, Luis Carlos Bresser (Orgs.). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: UNESP, 1999.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. GRAU, Cunill Nuria. (Org.). *O Público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. O Estado do século XXI. *Folha de São Paulo*, Tendências e Debates, 28 de novembro de 1996.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

POGGI, Gianfranco. *A evolução do Estado Moderno: uma introdução sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

RUDKE, Hermengarda; ANDRÉ, Marli. Método de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: *Pesquisa em Educação: abordagens analíticas*. São Paulo: EPU, 1991.

SADER, Emir. *Estado e Política em Marx*, 2.ed., São Paulo: Cortez, 1998.

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia para um outro mundo possível. In: *Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. (Org.) Seoane, José; Taddei, Emílio. Rio de Janeiro: Vozes Ltda., 2000, p.122-145.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) *Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997a.

_____. *A crítica da razão Indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2001, Vol. I.

_____. Os fascismos sociais. *Folha de São Paulo*. Tendências/Debates. 06 de set. 1998.

_____. O novo espectro. *Folha de São Paulo*. Tendências/Debates. 07 de maio de 2002.

_____. Os valores da educação e a educação sem valor. *Revista do Fórum Social Mundial*. Fórum outro mundo em debate. São Paulo: Publisher do Brasil, 2001, p.16-17.

SANTOS, Márcia do Rocio. *A participação popular na implementação da Lei Orgânica de Assistência Social no Estado do Paraná: possibilidades e limites do processo contra-hegemônico*. Monografia de conclusão do Curso de Serviço Social. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, dezembro, 1997b.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10.ed, Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Paraná: UFPR, 1992.

SEMERARO, Giovanni. Hegel: ponto de partida e superação. In: *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

SILVA, Ozanira da Silva e. *Refletindo a pesquisa participante*. São Paulo: Cortez, 1986.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1: Crise contemporânea*, Questão Social e Serviço Social. Brasília:CEAD, 1999.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. O financiamento da política social no Brasil. In: *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.217-237.

THERBORN, Goran. As teorias do Estado e seus desafios no fim do século. In: *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Sader, Emir; Gentili, Pablo (Org.), 3. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p.79-89.

WARDE, Mirian Jorge. *Liberalismo e Educação*. Tese de doutorado em Filosofia da Educação. PUC-SP, 1984.

VALA, Jorge. A Análise de Conteúdo. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs.) Porto Portugal: Edições Afrontamento, 1986.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Estado e Políticas Sociais no capitalismo: uma abordagem marxista. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano IX, n.28, dez. 1988, p.5-32.

ZAULI, Eduardo Meira. Crise e Reforma do Estado: condicionantes e perspectivas da descentralização de políticas públicas. In: *Política e Trabalho na Escola: Administração dos Sistemas Públicos de Educação Básica*. OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R.T. (Orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

